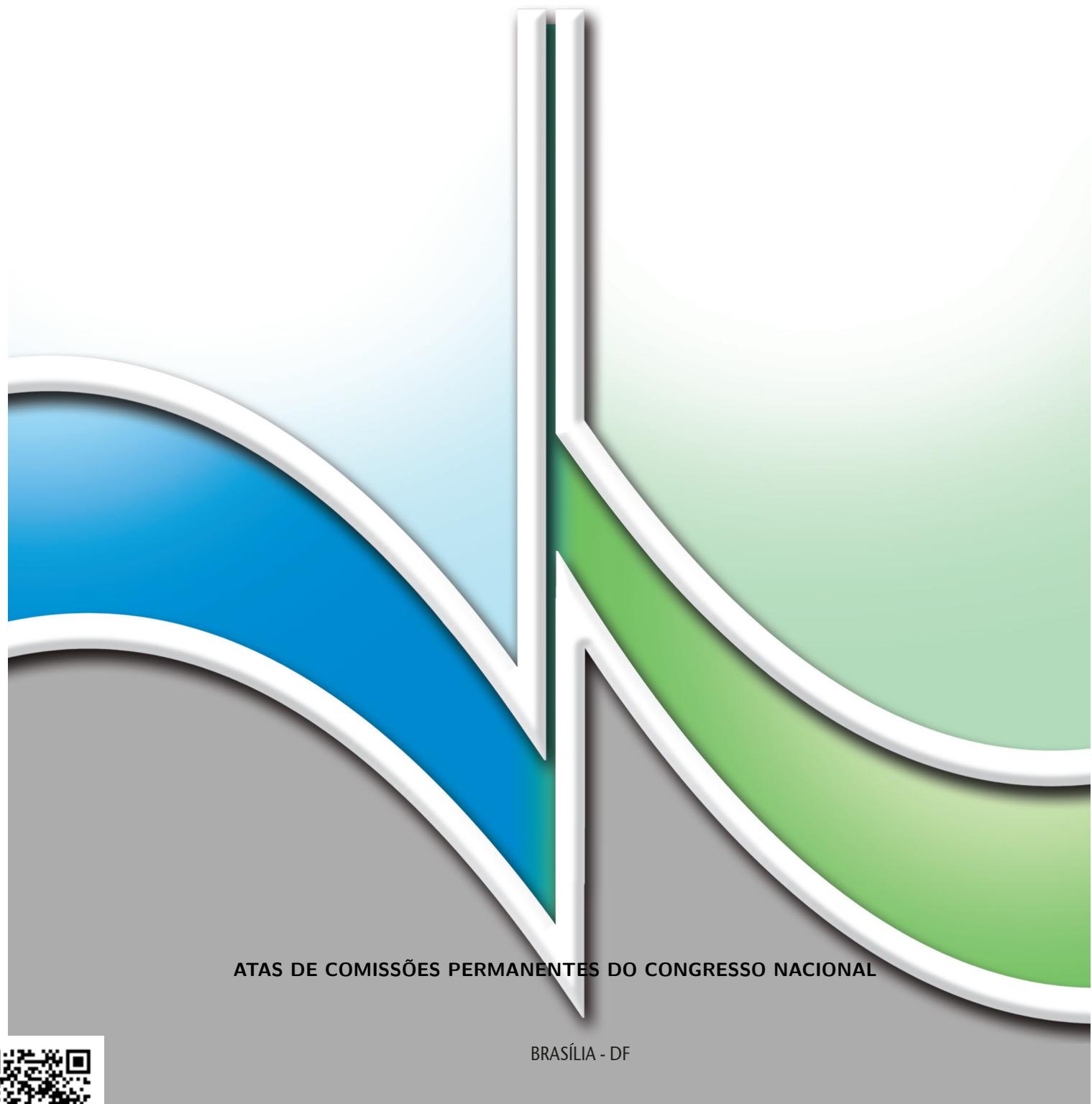




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 45, QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2024



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)

2ª Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 4 de Dezembro de 2024	4
---	---

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS

Ata da 6 ^a Reunião, realizada em 2 de Setembro de 2024	10
---	----

Ata da 7 ^a Reunião, realizada em 3 de Dezembro de 2024	43
---	----

1.3 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 5 ^a Reunião, realizada em 4 de Setembro de 2024	62
---	----

Ata da 6 ^a Reunião, realizada em 13 de Novembro de 2024	128
--	-----

Ata da 7 ^a Reunião, realizada em 19 de Novembro de 2024	157
--	-----

Ata da 8 ^a Reunião, realizada em 26 de Novembro de 2024	185
--	-----

Ata da 9 ^a Reunião, realizada em 27 de Novembro de 2024	247
--	-----

Ata da 10 ^a Reunião, realizada em 4 de Dezembro de 2024	268
--	-----





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N^º 7.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n^º 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Cid Gomes, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Lucas Redecker e André Figueiredo, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Jorge Seif, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Fernando Dueire, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Bia Kicis, Carlos Zarattini, Mário Negromonte Jr. e Marcos Pollon. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Deliberar sobre as emendas da CCAI ao PLOA 2025 (PL n^º 26/2024-CN). Relator Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Eduardo Braga, que passa a constituir parecer favorável à apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025, nos termos do Relatório em anexo: **Emenda n^º 1 – CCAI** – Órgão orçamentário: 52000 – Ministério da Defesa | Subtítulo: Nacional | Unidade Orçamentária: 52101 – Ministério da Defesa - Administração Direta | Ação: 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional | Valor aprovado: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) | Proponente: Senador Eduardo Braga (sugestão 1); **Emenda n^º 2 – CCAI** – Órgão orçamentário: 20000 – Presidência da República | Subtítulo: Nacional | Unidade Orçamentária: 20118 – Agência Brasileira de Inteligência – ABIN | Ação: 2684 – Ações de Inteligência | Valor aprovado: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) | Proponente: Senador Esperidião Amin (sugestão 3); **Emenda n^º 3 – CCAI** – Órgão orçamentário: 52000 – Ministério da Defesa | Subtítulo: Nacional | Unidade Orçamentária: 52111 – Comando da Aeronáutica | Ação: 2866 – Ações de Caráter Sigiloso | Valor aprovado: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) | Proponente: Senador Esperidião Amin (sugestão 4); **Emenda n^º 4 – CCAI** – Órgão orçamentário: 52000 – Ministério da Defesa | Subtítulo: Nacional | Unidade Orçamentária: 52131 – Comando da Marinha | Ação: 2866 – Ações de Caráter Sigiloso | Valor aprovado: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) | Proponentes: Senadores Efraim Filho e Esperidião Amin (sugestões 6 e 7). A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3292293802>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros

Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04>



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3292293802>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada, especificamente, à escolha das emendas da CCAI que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025.

Comunico que o prazo para apresentação de sugestões de emenda ao PLN nº 26 foi aberto no dia 28 de novembro e encerrado no dia 2 de dezembro. Esgotado o prazo, foram apresentadas sete sugestões de emendas.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Eduardo Braga, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me autorizar, eu vou ler o relatório resumido, porque o relatório já está publicado na íntegra.

Dito isso, vamos à síntese do relatório.

A elaboração do relatório levou em conta a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional e as recém-aprovadas Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, e a Instrução Normativa CMO 01/2024, e a recentíssima decisão liminar de 2/12/2024, do Ministro-Relator da ADPF 854, do Supremo Tribunal Federal. Ressalto que essa última exige que a deliberação das emendas coletivas deva ser sempre com registro detalhado em ata, na qual deve conter inclusive a identificação nominal dos Parlamentares solicitantes ou autores das propostas, o que será igualmente cumprido neste relatório.

Nesse contexto, esta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) delibera sobre as sugestões que resultaram nas emendas a serem apresentadas ao PLOA 2025.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se sete sugestões de diferentes emendas de apropriação. Não foram apresentadas sugestões de emendas de remanejamento nem de texto.

É o relatório.

Análise.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as sugestões atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão (previstas nesta Resolução nº 2, de 2013-CN) e com os trabalhos nela desenvolvidos e têm interesse e abrangência estritamente nacionais. Não se limitam à região ou localidade específica, o que ocorre em todas as sugestões recebidas.

Todas as sugestões exibem inegável mérito, mas é preciso escolher entre as sugestões 6 e 7, já que elas têm o mesmo teor, de modo que a aprovação de uma automaticamente contempla a outra. Já as sugestões 1 e 2 têm o mesmo objeto: o sistema geral de defesa cibernética para a defesa nacional, e a mesma ação. Diferem quanto à unidade orçamentária, mas a unidade executora do programa é o Comando do Exército.

Como objeto específico da sugestão 2 é bastante restrito (modernização de um único laboratório), enquanto a sugestão 1 tem possibilidades mais amplas de utilização em todo o âmbito de atuação da defesa cibernética, entendemos mais conveniente selecionar a sugestão nº 1 para esta ação. Devo reconhecer ainda que o universo das sugestões de emendas apresentadas à Comissão tem valores mais limitados do que o solicitado na sugestão nº 1. Mesmo que o valor original sugerido seja consistente com a gravidade dos desafios colocados ao país na defesa cibernética, as restrições fiscais que se avizinham no futuro imediato impõem maiores limitações às possibilidades de alocação de recursos.

Assim, por uma questão de coerência, julgo razoável limitar o valor da emenda a ser aprovada pela Comissão a um patamar próximo ao das demais sugestões apresentadas. Proponho, portanto, a aprovação parcial da sugestão 1, no valor de R\$15 milhões.

Como a sugestão 5 e a sugestão 1 têm objeto semelhante (segurança da informação e cibernética) e tendo em vista que a sugestão 1, sobre o programa de natureza de estrutura no âmbito da Defesa, com etapas e produtos concretos sendo desenvolvidos e entregues, entendo mais adequado priorizar os recursos para essa vertente da atuação da segurança cibernética. Já quanto à sugestão 3, pelas mesmas razões de prudência fiscal já discutidas no parágrafo anterior, considero necessário limitar o valor proposto pela Comissão também ao patamar de R\$15 milhões, o que representa uma aprovação parcial da sugestão.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2025, por esta Comissão, das seguintes emendas, conforme o detalhamento abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – UO 52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta, da emenda sugerida pelo Senador Eduardo Braga (sugestão 1) em favor da ação “147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional”, aprovada parcialmente no valor de R\$15 milhões (quinze milhões de reais);
- b) No âmbito do órgão orçamentário 20000 – Presidência da República – UO 20118 – Agência Brasileira de Inteligência – Abin, a emenda sugerida pelo Senador Esperidião Amin (sugestão 3), em favor da ação “2684 – Ações de Inteligência”, aprovada parcialmente no valor de R\$15 milhões (quinze milhões de reais);
- c) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – UO 52111 – Comando da Aeronáutica, a emenda sugerida pelo Senador Esperidião Amin (sugestão 4), para a ação “2866 - Ações de Caráter Sigiloso”, aprovada no valor de R\$10 milhões (dez milhões de reais).
- d) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – UO 52131 – Comando da Marinha, a emenda sugerida pelo Senador Efraim Filho (sugestão 6), para a ação “2866 – Ações de Caráter Sigiloso”, aprovada no valor de R\$2 milhões (dois milhões de reais).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas e que deve conter a individualização das sugestões apresentadas e aprovadas, com os respectivos autores, e devem receber o RP 2 e o sequencial de cancelamento 000001971.

Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, esse é o voto, esse é o relatório.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Parlamentares que concordam com a emenda proposta no relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Para o Senador Eduardo Braga, deixo registrado: vai ser bem mais fácil aprovar isso aqui do que a reforma tributária lá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Está aprovado já. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Uma breve incursão ao verão, pelo inverno que você vai enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Sem dúvida.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e três minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais. Deixam de comparecer os Parlamentares Alessandro Vieira, Sergio Moro, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Marcos Rogério, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello, Carol Dartora, Reginete Bispo e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2024 - CMMIR, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a Política Nacional para Deslocados Internos. **Participantes:** Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas; Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado Federal; Silvia Sander, Oficial de Proteção do ACNUR Brasil; e Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça (representante de: Ministério da Justiça e Segurança Pública). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/02>

Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a Política Nacional para Deslocados Internos, em atenção ao Requerimento 9/2024 – CMMIR, de nossa autoria.

Os nossos painelistas estão chegando. Já estamos com um que vai estar *online* e temos já o Dr. Tarciso aqui com a gente.

Convido, de imediato, para tomar lugar à mesa, o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado Federal, eu diria que um dos mentores desse projeto – que eu tive a satisfação de apresentar –, de suma importância, inclusive neste momento, olhando para o Rio Grande do Sul.

Antes de dar a palavra a todos os convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. De modo a facilitar a interpretação simultânea entre os idiomas e, consequentemente, o entendimento de todos, sugiro que as exposições sejam realizadas naturalmente e em ritmo moderado, não sendo, assim, necessário aguardar sempre pela tradução. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Como é de praxe, eu farei uma pequena introdução do tema – e eu sempre digo: é a fala do Presidente em exercício. E aqui eu vou descrevendo o eixo do debate de hoje.

Ao longo dos anos, os deslocamentos internos no Brasil foram motivados principalmente por fatores econômicos, porém temos identificado que as calamidades humanas, como o rompimento de barragens, a exemplo de Brumadinho, e outras calamidades naturais, como enchentes e secas, têm assumido o protagonismo deste processo.

A recente tragédia no meu estado – ou no nosso estado –, ocorrida no Rio Grande do Sul, é sem dúvida a maior catástrofe natural da história do país e provocará, pela primeira vez, deslocamentos internos em massa por efeitos climáticos. Conforme dados do boletim sobre o impacto das chuvas no Rio Grande do Sul divulgado na última sexta-feira – 10/07/24 –, 478 municípios foram afetados, 2,398



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de habitantes atingidos, mais de 806 feridos, 29 desaparecidos e 182 óbitos. Muitos desses milhares de desabrigados viviam em locais que foram completamente destruídos ou severamente danificados, em que a reconstrução dos lares é desaconselhável ou até mesmo inviável no mesmo local.

Plantações foram perdidas e muitos animais morreram. A suinocultura gaúcha estima em 12,6 mil suínos mortos; a avicultura aponta 279 mil aves de corte e 150 mil aves poedeiras mortas; além de 4,5 mil cabeças de gado perdidas. Quanto ao setor empresarial, estima-se que 48,3 mil indústrias foram atingidas, o que representa 94,3% dessa atividade econômica, que emprega 818,3 mil pessoas no estado.

Diante da tragédia climática no Rio Grande Sul, apresentei o PL 2.038, de 2024, que trata da política nacional para deslocados internos. A matéria ainda não está em debate nas Comissões, porque entrou na prioridade e poderia ser debatida no próprio Senado ou, se necessário assim e o Colégio de Líderes entender, ir para uma ou duas Comissões.

O Relatório Global sobre Deslocamento Interno, elaborado pelo Centro de Monitoramento de Deslocados Internos, informa que o número de deslocados internos no mundo bateu o recorde em 2022 e chegou à marca de 75,9 milhões de pessoas.

Diante do exposto, vamos começar a debater esse tema tão importante para o Brasil e para o mundo.

Eu queria, se me permitirem os convidados, enquanto eles estão chegando... A Dra. Silvia, do Acnur já está conosco; a Dra. Paula Betancur já está *online*; e já está aqui conosco o Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado Federal.

Eu vou tomar a liberdade, se vocês permitirem, de dizer que, nesta quinta-feira, tivemos a grande festa da democracia, eu diria, um grande ato da democracia, que foi a atividade do *Congresso em Foco*. Lá os Parlamentares, pelo júri técnico da mais alta qualidade, foram avaliados pela sua atuação e outros tantos pelo número de votos pela internet.

Eu quero aqui cumprimentar o Sylvio e todos aqueles que organizam todo ano o Prêmio Congresso em Foco. Essa foi a 17ª vez do Prêmio Congresso em Foco, eu sempre estou lá e fico honrado de dizer que sempre recebi em torno de três a quatro prêmios, mas neste eu recebi um prêmio especial: foram quatro e um foi do próprio... A turma... A turma, que eu digo, é como se fosse o Judiciário, não é? A própria equipe que faz a análise técnica e jurídica dos Parlamentares nos honrou, eu diria...

E não honrou a mim, honrou as causas que eu defendo: a causa dos refugiados, por exemplo, as causas do clima, as causas do combate a todo tipo de racismo e preconceito, as causas do povo negro, das negras, dos quilombolas, dos indígenas, as causas dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, das crianças, dos adolescentes, combater o feminicídio, como fizemos inúmeras audiências aqui. Enfim, esse mundo todo das políticas humanitárias fez com que eles, este ano, pela primeira vez... Olha que eu já



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebi... Até agora eu tinha 34 prêmios, foi para 38 agora com esse. Mas foi a primeira vez que eu recebi o prêmio consagrado como, nesta vez, melhor Senador do Brasil. E, claro, eu recebi antes o prêmio como melhor Senador da Região Sul, mas é meio natural, esse eu recebo todos os anos. Agora, como melhor Senador do Brasil, foi a primeira vez.

Eu quero deixar muito claro a todos os meus amigos queridos Senadores e Senadoras que eles fizeram uma homenagem às causas, como essa que nós estamos debatendo aqui hoje. Foi uma homenagem que o *Congresso em Foco* faz às causas do povo brasileiro. Neste momento de tanto ataque à democracia, nós que somos, eu digo, apaixonados pela democracia, eles entenderam como um Senador negro que atua nesse mundo tão amplo que eu chamo das políticas humanitárias, e por isso estamos aqui nessa segunda-feira pela manhã.

Então eu agradeço muito a todos, todos os Senadores e Senadoras. Eu considero que este prêmio vai para todos aqueles que defendem causas. Eu sempre digo e até mesmo eu disse lá: às vezes a gente pega, a gente chora, a gente vai para casa triste, não dorme; no outro dia vem, às vezes tem uma vitória; enfim, faz parte da democracia. Mas, mesmo assim, ninguém inventou no mundo algo melhor que a democracia. Eu sou um fã da democracia e serei um eterno defensor da democracia, até digo que ela não pode ser... A gente sempre fala: longa vida à democracia, não é? Eu digo que a democracia seja eterna, que ela conviva sempre junto de nós.

Muito obrigado aos jurados; muito obrigado a todos que, pela internet, votaram em inúmeros Deputados e Senadores. Eu fiquei feliz de estar também entre os cinco ou quatro das mais variadas áreas. O importante é que foi um ato belíssimo – belíssimo –, no qual não tinha ninguém que foi fazer política de ódio, política de destruição; pelo contrário, todo colega que recebia um prêmio era aplaudido intensamente, em seguida ia tirar as fotos. Enfim, olha, que bom que nós temos, numa democracia, atos como esse, com a presença em torno de, calculo eu, umas 400 pessoas, – não é, Isabel? –, 350, 400 pessoas, organizado e feito por uma equipe muito competente do *Congresso em Foco*, que, com seriedade e responsabilidade, fez com que o ato fosse um grande sucesso para a alegria de nós todos.

Feito esse registro, vamos de imediato... (Pausa.)

A assessoria me pede, em nome da Dra. Paula Betancur, porque ela tem um compromisso em seguida, se nós poderíamos começar com ela.

Dra. Silvia, tudo bem?

Dr. Tarciso, tudo bem? (Pausa.)

Então, Dra. Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas.

Seja bem-vinda. O tempo é seu, por 15 minutos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PAULA GAVIRIA BETANCUR (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Bom dia.

A SRA. PAULA GAVIRIA BETANCUR (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Saudações muito especiais aos membros da Comissão Mista de Migrações e Refugiados. Ao Senador Paulo Paim, felicitações pelo reconhecimento recebido.

Durante 2023, houve 26,5 milhões de deslocamentos no mundo por causa de catástrofes, é o terceiro anual mais alto nos últimos dez anos. Isso levou a que 7,7 milhões de pessoas permanecessem deslocadas internamente, por causa de desastres nos seus países, desde 2023. Infelizmente, o deslocamento interno no contexto de desastres repentinos é uma evolução lenta e os efeitos adversos da mudança climática, como a situação sem precedente do Rio Grande do Sul, tende a aumentar e a ser cada vez mais prolongado nos próximos anos. A mudança climática aumenta a frequência e a intensidade dos desastres. De acordo com o Banco Mundial, para 2050, mais de 17 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe serão obrigadas a se deslocar para fugir das mudanças climáticas.

Durante 2023, o Brasil apresentou o número mais alto, dentre os países, desde que se iniciaram os registros, desde 2018, com 645 mil deslocamentos por desastres. Desde 2026, foram deslocados por violência, isso foi triplicado desde 2022, esse número pode ser, na verdade, um sub-registro dos deslocamentos que de verdade ocorreram.

Já dizia o Senador que o que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2024 produziu um número sem precedentes de pessoas deslocadas. Esse número supera 600 mil. Na verdade, quase a totalidade das municipalidades da região foram impactadas. Já dizia o Senador que o impacto sobre as moradias foi profundamente grave, uma destruição sem precedentes, segundo uma alternativa de reconstrução rápida com meios de alcançar e reabilitar a indústria e a economia, que também foram gravemente afetadas.

Hoje eu gostaria de expressar neste Congresso a minha solidariedade aos deslocados pelas inundações, às famílias das pessoas que faleceram, aos familiares dos desaparecidos e também ao povo do Brasil. Eu vejo com grande satisfação a abordagem do Governo para enfrentar esse problema e a intenção deste Congresso para liderar e produzir uma política para fazer frente a futuras crises de deslocamentos, que pode servir de boas práticas para outros estados e outras regiões, e também para o mundo inteiro.

Em virtude de normas internacionais, as pessoas deslocadas, nos deslocamentos internos, são pessoas forçadas a abandonar os seus lares, as suas casas, como resultado ou para evitar futuros efeitos de conflitos armados ou violências generalizadas, violações dos direitos humanos ou desastres sem cruzar as fronteiras internacionais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma política eficaz que queira responder aos deslocamentos, como medida de prevenção, deve abordar os deslocamentos e produzir políticas para evitar ou para resolver os deslocamentos, medidas que enfrentem os fatores subjacentes do deslocamento, medidas como a mitigação e a taxa de mitigação das mudanças climáticas e redução dos desastres; acomodação dos conflitos para fazer frente às desigualdades sociais e econômicas que podem também impulsionar ou criar conflitos; aumentar a coesão social; fortalecer mecanismos locais de resolução de conflitos; avaliar o impacto de projetos de desenvolvimento de extração para que não gerem deslocamentos; e sempre garantir a participação, a consulta, o consentimento das comunidades afetadas quando seja necessário realizar um deslocamento inevitável, quando a catástrofe se mostra inevitável.

De acordo com a abordagem dos deslocamentos, é preciso uma consciência para que sejam garantidos os direitos desses deslocados enquanto assim estão, nessa condição. Isso inclui a necessidade de produzir o direito à vida, o direito de viver livre de violência e a capacidade para escolher onde querem estabelecer a sua residência, permitir que as famílias permaneçam juntas e reunir as que foram separadas pelos deslocamentos, proporcionar às pessoas deslocadas um nível de vida adequado, o que inclui alimentos, água, alojamento, habitação, roupa, educação para as crianças, atenção médica e acesso à documentação civil para que possam exercer os seus direitos.

E, finalmente, resolver os deslocamentos, não somente oferecer soluções para assentamento, mas também garantir que não sofram qualquer tipo de discriminação quando exercerem os seus direitos. Por isso, se fala no conceito de soluções duradouras que façam com que as pessoas possam desfrutar de segurança e proteção no longo prazo para que possam viver sem discriminação, que possam ter acesso a meio de subsistência e emprego, que possam restabelecer o seu direito à habitação, à terra e à propriedade, que possam ter acesso à documentação, que possam ter a reunificação familiar e possam participar dos assuntos públicos, livres de discriminação e com acesso à Justiça.

Colocar em marcha uma política de soluções duradouras, baseada nos direitos, exige que os deslocados possam eleger voluntariamente e de forma informada o local onde gostariam de se estabelecer, que possam participar dessas soluções, que os levam a ter acesso ao apoio humanitário e a outras soluções, e possam fazer com que as pessoas deslocadas participem do planejamento desse desenvolvimento local.

O debate hoje se dá em torno, sobretudo, dos debates sobre as mudanças climáticas e as inundações no Rio Grande do Sul, mas é importante reconhecer que, em nível mundial, o deslocamento interno é cada vez mais complexo e está entrelaçado a fatores sociais e fatores políticos. Em muitos contextos de deslocamento, as pessoas afetadas já sofriam antes a marginalização social, política e econômica, o que as tornava mais vulneráveis e dificultava a reconstrução das suas vidas. Mas eu entendo que na tragédia do Rio Grande do Sul havia também pessoas refugiadas, e essas pessoas estavam muito vulneráveis àquela situação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observamos um aumento, no mundo, das interações entre os diferentes fatores que levam aos deslocamentos. As questões da mudança climática sempre se somam a situações de conflito e violência, as quais podem fazer com que as pessoas deslocadas várias vezes sejam várias vezes afetadas por esses mesmos fatores, pela interação desses fatores.

Os fatores de extração, muitas vezes, têm importante efeito direto sobre o deslocamento das pessoas e podem contribuir para a mudança climática e para a degradação ambiental, as quais, por sua vez, podem aumentar os deslocamentos das pessoas ainda a um nível mais alto. E o desafio ligado aos deslocamentos internos é poder garantir... Para garantir que as pessoas deslocadas possam receber o mesmo tipo de tratamento, é importante abordar uma política ou estabelecer uma política que trate de forma eficaz e equitativa, fazendo com que os deslocamentos possam ser superados, aqueles causados pelos fatores climáticos.

Quanto aos fatores contribuintes aos deslocamentos internos, é importante prescrever soluções de assistência, nesse contexto de deslocamento – entre outros, que nós dissemos –, em situações de conflito e violência generalizada e de catástrofe e de projetos de desenvolvimento organizado.

E, por fim, eu gostaria de agradecer ao Congresso por me permitir fazer parte deste importante debate.

Eu sei que o debate vai continuar, como dizia aqui o Senador. Eu li com atenção o projeto. Vocês estão seguindo por um bom caminho, e é preciso continuar trabalhando, porque, além de contar com o projeto, depois tem a fase da implementação.

Eu venho de um país como a Colômbia, onde nós tivemos legislações... a região tem legislações importantes também nesse tema, não tanto no tema específico de desastres e mudança climática. Vocês, ao abordarem de forma integral esse fenômeno, estão abrindo um caminho muito importante, e por isso é que eu ofereço apoio, como Relatora Especial aqui para a região, para o caminho que estão seguindo.

E também gostaria de pedir a oportunidade, no futuro, quando avançarem nesse processo, de poder visitar o país, numa missão, numa visita oficial, para que eu possa conhecer a situação dos deslocamentos internos e possa proporcionar uma recomendação construtiva, como também serão as que serão apuradas no dia de hoje, neste importante debate.

Novamente muito obrigada, e desejo muita sorte a vocês nas próximas fases.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Meus cumprimentos, Dra. Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, que trouxe uma série de contribuições para esse momento tão difícil por que passa o Rio Grande, mas que é uma realidade que reflete em outros estados, cada um do seu jeito, como a seca. Por outro lado também, quando a gente fala em refugiados



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

internos, podemos até lembrar a questão dos refugiados externos que estão internos e para os quais não temos uma solução ainda, não é? Vamos aprofundar esse debate.

Claro que eu sei que o Presidente Lula e todo o Governo brasileiro querem caminhos na linha humanitária, que realmente proteja a todos, e por isso que esta reunião, com a participação de vocês aqui.

Silvia Sander, Oficial... A Silvia Sander é Oficial de Proteção do Acnur no Brasil, que me falava rapidamente, quando chegou, da experiência que vocês fizeram no Rio Grande do Sul. Eu até a provoquei e vou provocá-la para que apresente esse trabalho aqui na Comissão, vinculando, como você falou, Tarciso, a esse projeto, também pela importância desse projeto.

O Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado – permita que eu diga isto –, foi, para bem dizer, o mentor, porque eu não sei como é que funciona no mundo. Se eu dissesse, eu estaria mentindo, não é? Tenho uma noção, mas ele, com a experiência dele, disse: "Olha, nós poderíamos fazer aqui, Paim, se tu concordares. Vamos pegar uma equipe...". A equipe toda trabalhou, não fui eu que trabalhei. Eu sou mais quem apresenta o projeto final, mas tem uma equipe por trás.

Por isso que eu comentei, no Prêmio Congresso em Foco, que me deu a honra de ser o Senador, digamos, indicado em nível nacional: é porque tem uma equipe que trabalha; o Senador é um instrumento. Só sou ferramenta. Se vocês perguntarem: "Quantos projetos tu apresentaste?". Eu digo: em torno de mil. "Quantos viraram lei?" Em torno de cem. "Mas tu fazes..." Não sou eu que faço; tem a Consultoria da Casa. Eu recebo a ideia da população, uma proposta, discuto com a população, e ali surge o projeto, como foi a própria política do salário mínimo. Digam o que digam, mas a autoria da política do salário mínimo foi da população, que mandou para cá uma ideia de inflação mais PIB. E aí nós viajamos o Brasil, apresentamos um relatório, fui Relator e, depois, ali na frente, o Governo Lula transformou, então, na política que está aí hoje. Só quis dar como exemplo.

Então, cumprimento o Tarciso.

Carolina Moris...

A SRA. CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Morishita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Pronto, me ajudou: Morishita! E me ajudou rápido, porque às vezes eu estou aqui com essas pronúncias... essas pronúncias simples, como nome dela. (*Risos.*) Aí eu falo, e a pessoa olha: "Não é bem assim". Fica encabulada de me atualizar. Mas é Morishita! Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça. Prazer recebê-la aqui. Está conosco já e vai falar na sequência.

Agora, então, vamos para a Dra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Acnur Brasil, que, pelo que sei até o momento, também – não só –, no Rio Grande do Sul, está fazendo um belo trabalho.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todas, todos e "todes".

Em nome da Agência da ONU para Refugiados, o Acnur, primeiro, é com profunda honra e um sentido de urgência e oportunidade que a gente participa de mais esta sessão, tão importante, desta vez de iniciativa da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados, Comissão aqui representada pelo seu Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu vou agradecer o convite mais uma vez e cumprimentar também as demais autoridades da mesa e presentes.

Em uma breve introdução à nossa contribuição, eu começo dizendo que, há poucos meses, o Acnur lançou o último relatório anual *Tendências Globais*, que revela que o número de pessoas deslocadas de maneira forçada, devido a conflitos, perseguições, grave e generalizada violação de direitos, alcançou níveis sem precedentes, ultrapassando já a marca das 120 milhões de pessoas ao redor do mundo. Isso significa dizer que, nos últimos dez anos, o número de pessoas forçadas a se deslocar dobrou. Entre essas, a gente pode mencionar mais de 43 milhões de pessoas refugiadas, 6,9 milhões de solicitantes de asilo e também 68,3 milhões de deslocados internos.

Até que haja uma cooperação real e esforços bem coordenados para abordar as causas desses deslocamentos – como mencionado, conflitos, cenários de graves violações de direitos e outras causas agravantes do deslocamento forçado, como é o caso também de desastres e eventos climáticos extremos –, a gente percebe que essas cifras globais e nacionais continuarão tristemente aumentando.

Essas situações, como eu disse, cada vez mais – e como também enfatizado pela Relatora –, são associadas ou agravadas por desastres, eventos climáticos extremos ou outros eventos associados às mudanças climáticas, que, a gente sabe, são um multiplicador de vulnerabilidades, por vezes gerando deslocamentos e necessidades de proteção em todo o mundo.

É interessante mencionar nesse ponto que, ao final de 2023, três quartos das pessoas deslocadas estavam vivendo justamente em países com alta ou extrema exposição a riscos relacionados ao clima, incluindo entre esses o Brasil. Sendo assim, 30% das pessoas refugiadas e 75% das pessoas deslocadas internas estão em países altamente vulneráveis às mudanças climáticas, o que demonstra essa correlação crescente entre os efeitos das mudanças climáticas e outros fatores de deslocamento. O impacto dessas mudanças climáticas tem agravado a situação de populações que já estavam deslocadas – como menciona, aqui, o Senador Paim – e de comunidades em risco agravado de deslocamento, além de causar também novos deslocamentos, sobretudo internos, ou seja, dentro das fronteiras dos próprios países em que essas pessoas estão.

Esses eventos relacionados ao clima – é importante notar também – têm sido o principal motor de novos deslocamentos internos aqui na nossa região, nas Américas. E aí eu repito, eu reitero um dado que diz que, entre 2012 e 2022, de um total estimado de 2,6 milhões de novos deslocamentos internos nas



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Américas, 2,1 milhões foram ocasionados por desastres, enquanto 0,5 milhão foram ocasionados por conflitos e violência. Salvo engano, a Relatora Paula também mencionou, mas, conforme dados do Banco Mundial, até 2050, estima-se que mais de 17 milhões de pessoas se deslocarão dentro dos seus próprios países na América Latina, devido a questões relacionadas às mudanças climáticas.

Nesse ponto, eu chego, então, ao tema do Rio Grande do Sul. Eu não poderia deixar de reafirmar, claro, mais uma vez a nossa solidariedade com toda a população que foi ali afetada pelas graves enchentes e deslizamentos ocorridos, sobretudo a partir de maio. Sabemos que esse não é o primeiro evento dessa espécie. Ele tem sido o de maior magnitude histórica no estado, mas a gente sabe que, desde o ano passado – e aí quando está aqui para setembro, novembro –, outros episódios têm acontecido de maneira reiterada, sequencial e com magnitude cada vez maior. De nossa parte, aproveitando a boa provocação que o Senador me fez, quero mencionar que o Acnur tem atuado na resposta humanitária ali no estado, em apoio aos esforços do Governo Federal, estadual e dos municípios, basicamente para apoiar todas as pessoas afetadas, incluindo não só populações brasileiras, mas também outras pessoas não brasileiras, refugiadas e migrantes que já estavam ali.

O que a gente percebe hoje é que o Rio Grande do Sul se apresenta como um retrato de elementos que aparecem aqui no contexto do PL que é objeto desta sessão. Como eu disse, a gente sabe que esse infelizmente é o maior desastre climático da história recente do estado, que atingiu mais de 96% do território do estado, ou seja, 478 municípios das 497 cidades. Estima-se que mais de 2,3 milhões de pessoas tenham sido afetadas, incluindo mais de 530 mil pessoas deslocadas de suas casas, das quais, até hoje, 422.753 seguem em situação de deslocamento, incluindo 2.685 pessoas que ainda vivem ou que ainda estão acolhidas em abrigos ou alojamentos coletivos, 806 pessoas feridas, 28 pessoas ainda desaparecidas e, tristemente, 183 mortes confirmadas.

De nossa parte, a gente segue em campo desde o começo da emergência, prestando apoio técnico, como eu disse, aos atores locais, governamentais e da sociedade civil, incluindo doações de itens de primeira necessidade, como redes mosquiteiras, cobertores, lâmpadas solares, kits de cozinha, unidades habitacionais de emergência, mas também realizando o mapeamento de necessidades, o atendimento a populações, principalmente refugiadas e migrantes afetadas, orientação, referenciação de casos de proteção e, a essa altura, trabalhando muito fortemente, sobretudo, na região do Vale do Taquari, em especial nas cidades de Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Muçum e Roca Sales, mas também na Região Metropolitana de Porto Alegre e região de Caxias.

Eu estou trazendo esse retrato só para lembrar aqui – e eu entendo que esse é o espírito dessa sessão de hoje – o fato de que se torna cada vez mais importante, imperativo, que a gente se comprometa não só a abordar as consequências humanitárias dessas crises interligadas, construir respostas em conjunto, mas também a atuar de uma maneira mais proativa na mitigação das mudanças climáticas e



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

adaptação a elas, com plena inclusão das pessoas deslocadas nesse contexto e com o tema do deslocamento no marco das ações de prevenção e resposta do Estado.

Finalmente, sobre o Projeto de Lei nº 2.038, de 2024, o que a gente nota é que esse cenário global e regional ilustrado, então, tristemente, pela calamidade do Rio Grande do Sul, deixa, mais uma vez, evidente a oportunidade da discussão trazida aqui pelo PL, que procura instituir uma política nacional para deslocados internos, em complementação às legislações vigentes que tratam das pessoas refugiadas, que é a Lei 9.474, e sobre população migrante, que é a Lei 13.445.

No nosso entender, o PL aborda três conceitos-chave para tratar do deslocamento interno, que são o de regresso, relocação e reintegração. Ele trata também de outras medidas relacionadas a desaparecidos e sobre respostas de médio e longo prazo e ele se inspira no principal marco internacional nessa matéria, qual seja, os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos, que foram aprovados no ano de 98, pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Conforme já mencionado – mas acho que é interessante repetir –, por definição, de acordo com esses princípios, pessoas deslocadas internas são aquelas pessoas ou grupos de pessoas compelidas a fugir de seus domicílios ou dos locais em que residiam habitualmente, particularmente em consequência de ou com vistas a evitar os efeitos de conflitos armados, tensões internas, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou provocados por ação humana e que não atravessaram uma fronteira internacional reconhecida internacionalmente. Vale dizer, então, que deslocados internos não abandonaram o seu país de origem e de cidadania, e, portanto, eles mantêm os mesmos direitos de que gozam todas as outras pessoas no seu país. Eles são parte da população civil e só se diferenciam dos outros cidadãos por estarem em uma situação de maior vulnerabilidade e possuírem necessidades específicas em razão do deslocamento forçado.

A responsabilidade primária e principal nas respostas aos desafios enfrentados pelos deslocados internos recai sobre o governo dos Estados – Estado com "e" maiúsculo – onde se encontram, e é do Estado então onde estão esses deslocados internos o encargo de suprir as suas diferentes necessidades e de garantir o respeito ao direito que essas pessoas possuem, é claro, com o apoio dos mais diversos atores sociais, incluindo Nações Unidas, sociedade civil, dentre outros.

Aqui na nossa região, países como Colômbia, Peru, Honduras e El Salvador têm avançado em matéria de marcos normativos e políticas especializadas nas respostas a deslocados internos e podem, portanto, inspirar também as reflexões aqui sobre essa iniciativa que está sendo proposta. O ideal é que as pessoas, assim que cesse o motivo do deslocamento, possam retornar às suas casas, mas a gente sabe que isso nem sempre é possível. No Rio Grande do Sul, por exemplo, milhares de pessoas viviam em locais que foram completamente destruídos ou severamente danificados, em que a reconstrução dos lares é desaconselhável ou até mesmo inviável. Eu falava com o Senador Paim que eu testemunhei bairros inteiros que foram destruídos ali, por exemplo, na região do Vale do Rio Taquari.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje a gente se reúne aqui não só para relembrar os desafios, mas sobretudo para alimentar o debate em busca de soluções coletivas, compartilhadas, que promovam um futuro mais justo, sustentável, com cidades e comunidades mais resilientes, sem discriminação e com igualdade de oportunidades a todas as pessoas deslocadas internas no Brasil.

É importante dizer que esse PL pode certamente reforçar medidas de prevenção, preparação, contingência e resposta ao tema dos deslocamentos internos, sempre com plena inclusão, participação e consulta às próprias pessoas deslocadas internas ao longo desse processo.

Em nome do Acnur, então, eu renovo o nosso comprometimento em cooperar tecnicamente com o desenvolvimento de ações multisectoriais nessa matéria, com o desenvolvimento das discussões aqui no marco desse PL. Eu aproveito a oportunidade para manifestar aqui ao Senador Paim o nosso interesse em apresentar um parecer técnico com sugestões ao PL, inspiradas nas melhores práticas internacionais, e finalmente que esse projeto de lei e outros projetos correlatos possam ser catalisadores de ações concretas e transformadoras.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito obrigado dizemos nós para a Dra. Silvia Sander, Oficial de Proteção da Acnur Brasil, que demonstra todo o seu conhecimento e o trabalho do Acnur, não só no Rio Grande do Sul, no Brasil e também em outros países por ela aqui, inclusive, citados.

Para nós é muito importante o apoio do Acnur a esse PL 2.038, de 2024, que eu apresentei a pedido do movimento social, articulado principalmente pelo Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor aqui do Senado, porque, quando deu conflito, começamos a pedir assessoria para ele. Ele, de pronto, se apresentou para trabalhar nessa consultoria, como Consultor da Casa, consequentemente, espontaneamente, não é remunerado: "Eu sou Consultor da Casa e vou ajudá-los", e ele ajudou muito na formulação desse projeto e é a ele que eu passo a palavra neste momento.

Com a palavra o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado Federal.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Para mim, é uma grande satisfação participar desta reunião, liderada pelo nosso Senador Paim.

Aproveito para parabenizá-lo – teria o meu voto, seguramente. Estou aqui na Casa há 21 anos, Senador Paim, como Consultor Legislativo, e sou testemunha dos seus esforços em várias áreas centrais para a busca da dignidade humana no Brasil, como o senhor citou algumas: a luta contra o racismo; o tema migratório, o senhor trabalhou muito no tema migratório, como na questão venezuelana; a segurança social, o senhor é um ícone da segurança social no Brasil; o tema do idoso também, que o senhor não mencionou. Eu ficaria aqui algum tempo enumerando as inúmeras iniciativas e exitosas iniciativas que culminaram realmente na alteração legislativa e no controle das boas práticas do Poder Executivo. Parabéns, Senador.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo a mesa. Fomos precedidos pela maior autoridade das Nações Unidas a respeito dos deslocados internos, a Relatora das Nações Unidas sobre os Deslocados Internos. Isto não é também usual: iniciar uma audiência com uma autoridade desse tamanho e apoiando a sua iniciativa, que foi também alçada a um bom nível pelo apoio do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), pelas palavras da Silvia.

Saúdo também a Carolina por antecipação, seguramente suas contribuições serão de grande valia.

O Projeto 2.038, como o próprio Senador mencionou, teve por inspiração a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul. Eu sou gaúcho também, então eu sei o antes e o depois, tenho a dimensão exata do que era antes e do que foi que ocorreu no nosso estado, das consequências humanitárias sem precedentes, com cheias, enchentes repetidas; não foi uma, foi uma sequência de enchentes, seguramente derivadas da alteração climática que sofre nosso planeta. E essa é a motivação social, digamos, desse projeto de pensar o deslocamento em razão de cheias ou de outras calamidades, enfim, e outros tipos de violência.

Todo projeto nessa área, e como é comum acontecer, os bons projetos surgem em relação a um caso concreto. A lei migratória brasileira foi derivada de dois grandes movimentos de mobilidades humanas, que foi a dos haitianos primeiro e depois a dos venezuelanos. Isso foi o que nos trouxe. O tema do refugiado, os exilados da ditadura militar, foi realmente o que... É só ver os Relatores, Deputados, quase todos tinham sido ex-Senadores exilados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Aproveito que você falou dos exilados da ditadura militar, fizemos uma bela – uma das mais bonitas – audiência pública, aqui nesta mesma sala, porque é também a de Direitos Humanos, quando lembramos os 45 anos da Anistia. E, no momento de encerramento, eu tomei a liberdade e pedi que tocassem principalmente aquela música Sólo le Pido a Dios (Só Peço a Deus), cantada pela Mercedes Sosa, o que emocionou todo mundo.

Você conheceu o Silvino Rech no Rio Grande do Sul ou não? Um grande militante. Ele ligou para mim e me mandou uma cartinha depois, dizendo: "Só tu, Paim, porque tu mandaste tocar a música mais linda que eu conheço no planeta", porque ele sofreu com a ditadura, não é? Então, eu me lembrei de que foi uma audiência aqui muito, muito concorrida. E às vezes eu digo que uma audiência boa não é pelo número de pessoas que estão aqui, mas é pela qualidade dos painelistas e pelo sistema de comunicação do Senado, porque o Brasil todo assiste a este debate que nós estamos fazendo aqui, como assistiram também naquele dia. Então, parabéns a todos nós que estamos aqui hoje em plena democracia falando disso tudo!

Continua aí, eu vou dar o teu tempo, porque eu tirei cinco minutos teus já. (*Risos.*)

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Não, pelo contrário, Senador.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a própria Silvia mencionou, o fato social é esse, mas, por uma responsabilidade diante de todos os fatores de deslocamentos internos possíveis já ocorridos ou que poderão ocorrer, o projeto é muito mais abrangente. Ele, de fato, segue os princípios orientadores das Nações Unidas e trabalha todas as hipóteses, sobretudo entre a ideia de calamidade e de violência – a calamidade aqui, seja a provocada de causas naturais, seja a provocada pelo ser humano. Existem muitas calamidades provocadas pelo ser humano: o senhor citou Brumadinho, podemos citar Braskem, e esses incêndios aí, não é? Um incêndio é derivado da mudança climática ou foi provocado, uma vez que existem seríssimos indicativos de que teriam sido provocados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Dia do Fogo...

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Exatamente.

Então, para não entrar neste debate de se é causa natural, se não é, o projeto abrange todas as situações de calamidade, humanas ou naturais – que, às vezes, são conjugadas: meio naturais, meio provocadas pelo ser humano –, e também as situações de violência. Não temos um conflito armado internacional no país, não temos um conflito armado interno, mas com a violência nós convivemos, não é? E o projeto não só cita a possibilidade dos conflitos armados, mas também da violência coletiva como possível causadora desse deslocamento interno. E, é claro, o senhor, como um ícone dos direitos humanos, sabe que há também a menção às possibilidades de graves violações aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, e se quisermos traduzir isso em termos penais: os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra que, eventualmente, possam causar deslocamentos internos. Então, é bastante abrangente o escopo dessa classificação, apesar de a inspiração ter sido no Rio Grande do Sul.

E aí ele trabalha com a ideia da reintegração. Essa reintegração – vamos pegar aqui a palavra "integridade" – busca dar a integridade às pessoas quando saem de seus lares, de maneira forçada ou, enfim, ocasionada por calamidade ou violência, e são deslocadas internamente – realocadas, se nunca forem forçadas, nunca houver um deslocamento forçado –, ou retornam a seus lares, se isso for possível, o que seria o ideal. Então, buscar a integridade na saída ou na eventual volta... Esses termos reintegração, realocação ou regresso sempre têm por detrás o esforço de dar dignidade humana a essas pessoas nesse movimento.

É claro, colocamos aqui que o projeto do Senador tem todo o arcabouço de proteção aos direitos humanos, como o tema da não discriminação, do acesso aos direitos sociais, enfim, da segurança alimentar... Alguns podem dizer que isso é redundante, Senador, mas me permita dizer. Apesar de termos, na nossa Constituição Federal e numa série de legislações, algumas garantias, é verdade, esse fenômeno é novo, ainda não estão mapeados, por exemplo, o grau e o tipo de discriminação que essas pessoas podem sofrer. Podemos pensar no passado, mas, enfim, a dimensão que ocorreu no Rio Grande do Sul ainda requer um estudo sobre os impactos em matéria de violação dos direitos humanos dessa população.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos que lembrar também, como envolve também a possibilidade do deslocamento de pessoas em situação de violência ou de eventual conflito, que não estamos isentos de, num governo futuro – espero que não –, algum estado de sítio e alguma decretação de emergência supressores de direitos atingirem essa população. Sabemos que a nossa Constituição permite isso e quase aconteceu esse tipo...

Então, enfim, reforçar direitos não me parece redundante. Na realidade, nunca é demais, e essa foi a ideia do projeto. Ele tem, claro, princípios que são típicos dele, como a solidariedade federativa, que foi inspirada na nossa política de migração. O senhor, inclusive, relatou a medida provisória que culminou na lei sobre a crise humanitária. E ali existe – essa legislação foi feita, evidentemente, pensando em Roraima e nos venezuelanos – a ideia de solidariedade federativa. Realmente, quando há uma massa de deslocamento de pessoas, de mobilidade de pessoas, o primeiro ponto de chegada dessas pessoas muitas vezes não tem condição de dar conta, digamos, de todo o *standard*, o padrão mínimo de dignidade que essas pessoas merecem, e aí é preciso ter a solidariedade federativa para enfrentar, como país, essa situação.

E também outro princípio bastante caro é a proibição de deslocamento arbitrário. Jamais essas pessoas devem ser arbitrariamente deslocadas, do Rio Grande do Sul, por exemplo, ou do município. É preciso sempre um diálogo e o assentimento dessas pessoas. Também espero que não ocorram – mas é possível – políticas segregacionistas do mundo ou expulsões coletivas, o mundo já passou por isso. Claro, sempre há os cuidados com a segurança, os cuidados com a saúde dessas pessoas, isso deve ser feito de maneira bastante cuidadosa.

No Brasil, o projeto também não ignora que tem algumas coletividades que são mais vinculadas a terra do que as outras, como os povos tradicionais e os indígenas, e eles são devidamente citados no projeto de lei.

Além dos princípios, o projeto de lei também se preocupa com as garantias. Aqui, diferentemente, digamos, da mobilidade externa – refúgio, migração –, os problemas a serem enfrentados estão no nosso território. Então, quando um afgão chega aqui, o Talibã não está aqui. Quando um deslocado se desloca aqui, o problema está aqui. Não basta só dar a acolhida, mas também tem que se enfrentar o problema que está aqui. Se é a vulnerabilidade, temos que enfrentar aqui; se é a violência, temos que enfrentar aqui; se é a má gestão ambiental, temos que enfrentar aqui. Então, esse é um desafio suplementar desse projeto, que é o enfrentamento do próprio fator do deslocamento.

E aí as garantias ganham um outro patamar, como a política de cuidado aos familiares desaparecidos; a busca pelos desaparecidos; a garantia de você reordenar o sistema de saúde num prazo razoável, emergencial – nós temos que fazer isso...

(Soa a campainha.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – ... permitir o acesso às organizações humanitárias; tem toda uma tentativa de recuperar o direito à habitação. Enfim, temos que enfrentar o problema aqui mesmo e isso torna a questão muito mais complexa.

E, como a própria relatora das Nações Unidas mencionou, temos que conviver com as medidas de assistência emergencial e as duradouras. Diante das enchentes, das cheias que ocorreram no Rio Grande do Sul, houve muito esforço emergencial, mas agora também temos que nos dedicar às duradoras. E aí mudamos a expressão da legislação sobre a crise humanitária dedicada aos venezuelanos, que só fala em emergencial, para acrescentar a palavra "duradoura": assistência emergencial e duradoura. "Duradoura" envolve questões educacionais para as crianças, envolve saneamento, segurança, enfim; e isso dentro, evidentemente, de um pacto federativo que deve financiar, pensar e financiar, todo esse movimento.

O projeto não é totalmente uma criação nossa. O Senador se inspirou na legislação dos Estados Unidos, mas também em legislação comparada: como aconteceu na Colômbia; Peru; Honduras; Grandes Lagos, na África; enfim. Essa foi uma das inspirações.

Eu acredito, Senador, se me permite, que temos aqui... O senhor é muito propositivo, não é? Conheço a sua... Temos aqui pelo menos duas medidas, se me permite sugerir, de encaminhamento, duas ofertas dadas aqui pelo sistema internacional: uma, pela Dra. Silvia, de oferecer um parecer técnico. E aí o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Isso nos ajuda, nos ajuda.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – É, então seria muito interessante.

E outra: a relatora Paula Gaviria se oferecer para uma visita oficial ao Brasil. E ela é a relatora das Nações Unidas para deslocados internos.

Então seria interessante solicitarmos ou indicarmos para que o Governo do Presidente Lula, por seus ministérios, fizesse um convite, porque ela não pode vir sem convite; que se faça um convite para recebemos a relatora Paula Gaviria no nosso país, para não só impulsionar esse projeto, mas também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu só solicito à equipe esses encaminhamentos para que eu possa, no final, apontar como decisão da reunião. Aí eu os encaminho oficialmente para o Presidente da República.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Muito bem. E aí pensarmos também concretamente em como ajudar a população do Rio Grande do Sul deslocada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns mais uma vez. Ficam aqui nossas palmas (*Palmas.*) para o Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado Federal, um



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande, eu diria, articulador – se me permite –, como Consultor do Senado, desse projeto. Logo que deu a crise, ele suscitou a mim, com a Comissão, o que eu achava de nós trabalharmos com um projeto como esse. Claro que, conhecendo a vontade de todos de ajudarem naquele momento, a proposta caiu com uma luva.

Por que o projeto está ainda parado? Eu respeito muito e quero muito bem, com muito carinho, ao Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, que tem sido um parceiro dos movimentos sociais e, eu diria, principalmente das políticas humanitárias e direitos humanos. Não tem uma causa dessas que não teve o apoio dele. Claro, ele não pode votar pelo Congresso, mas, dentro do possível, ele tem se manifestado muito, muito favoravelmente.

E, quanto a esse projeto, quando eu falei com ele, ele me disse: "Olha, Paim, o projeto é bom, é um projeto importante, interessante, mas merece uma discussão mais aprofundada, e não o votar na correria, pela importância do projeto". Eu acho – já passou um tempo, é o período agora adequado – que, com as contribuições desta reunião, que visa instruir o projeto, já dá para a gente conversar com ele, e quem sabe até com essa mesa convidada e mais a... essa que você...

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM (*Fora do microfone.*) – A relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – A relatora, não é? De repente fazemos uma conversa com ele, e eu tenho quase que certeza de que ele pauta a matéria. Claro que eu não decido por ele, mas tenho muito respeito pelas decisões que ele toma.

Teve um projeto polêmico recente, e ele me disse: "Olha, Paim, por mim, não o pauto, mas eu dependo do Colégio...". Ele falou claramente, falou para a imprensa também. E eu era contra aquele projeto, eu não vou entrar em detalhe aqui para não criar mais polêmica, mas se o Colégio de Líderes apresentar um requerimento assinado por todos os Líderes, eu sou obrigado a pautar, embora eu seja contra o projeto. E, mesmo quando eu fui lá fazer a defesa contra aquele projeto, eu falei isso, e ele... Foi exatamente isso. Aí ele deixou... Naturalmente tinha que pautar a matéria, não é? Uma matéria foi pautada. Não era bem na linha daquela de que nós estamos falando, mas tem a ver com poder e o povo mais discriminado, que são os mais pobres, as mulheres, os negros.

Enfim, eu quero dizer que eu tenho muito carinho e muito respeito por ele. Inclusive, diga-se de passagem, o Presidente Rodrigo Pacheco – eu chego a dizer que ele é um Presidente que faz a diferença aqui na Casa –, quando foi para aprovar agora, na semana passada, acho que foi quarta ou quinta, um projeto que era fundamental para o Rio Grande do Sul, ele abriu mão da Presidência e deu a Presidência para mim: "Paim, você vai presidir a sessão tal dia, a tal hora. Vai votar um PLN que vai atender aqueles que perderam tudo no Rio Grande do Sul em matéria de financiamento. Já está tudo articulado no Colégio de Líderes, mas eu pedi que você presidisse, e não eu". Ele poderia presidir, porque um homem da estatura dele... Ele tem uma estatura de liderança nacional, não é? E botou para que eu presidisse a



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião do Congresso Nacional para aprovar o projeto. O projeto foi costurado antes, naturalmente. Agradeço ao Colégio de Líderes – eu estava lá, participei de todo o debate.

Claro, sempre há os pró e os contra num momento como esse, há algumas provocações. Eu deixei de lado todas as provocações – "Eu quero é aprovar o projeto, não vou responder a nenhuma provação" – e fui na linha que eu entendi adequada a quem estava na Presidência. Deixei de lado algumas provocações. Às vezes, quando vem uma provação, eu penso dez vezes e digo – lembra-se daquela frase? –: "Perdoai, eles não sabem o que fazem". Mas só pensei, não falei. Não estou falando o nome de ninguém aqui, não é? "Perdoai, eles não sabem o que fazem!" E aprovamos por unanimidade. Mesmo aqueles que fizeram alguma provação acabaram votando também favoravelmente e pelo equilíbrio, que eu aprendi muito também com...

Eu estou na Casa... Estou falando um pouco demais hoje, não é? Olha que eu estou empolgado com o prêmio de honra de quinta! Eu estou na Casa há quase 40 anos: eu vi a experiência do Mário Covas, que já faleceu; eu vi a experiência do Ulysses Guimarães; eu vi a experiência do Jarbas Passarinho, que não era um homem de esquerda, mas vi a experiência dele também. Eu vi a experiência do Leonel Brizola, que, quando voltou, com a anistia, eu era Vice-Presidente do Senado, ele veio conversar comigo e ficou horas conversando ali, ele e o Collares, e eu na Vice-Presidência.

Então, essa experiência é que talvez nos garanta essa tranquilidade de fazer um debate sempre construtivo, positivo, e, como você falou, eu estou sempre na linha. Eu digo que o pessimista é derrotado por antecipação. Então, vamos manter o otimismo; quem sabe mais ali na frente a gente chega lá. Eu tenho muita esperança com esse projeto. Realmente é um projeto pelo qual eu tenho muito carinho. Eu tenho quase certeza de que nós vamos aprová-lo, é só fazermos a tramitação, o diálogo com os Líderes na Casa e com o próprio Presidente, que, eu tenho certeza, será favorável. Perfeito? Não a minha fala, perfeito o encaminhamento que vamos dar daqui para frente, viu?

Então, é com enorme satisfação agora que passamos a palavra à Dra. Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça.

A SRA. CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas. Agradeço imensamente. Cumprimento meus companheiros de mesa, Tarso, Silvia, mas especialmente o Senador, que eu já admiro há muito tempo. Senador, registro que muitas vezes era eu quem estava assistindo a essas audiências públicas sobre direitos humanos, sob a condução do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Hoje está aqui nos orientando. Muito bonito, muito bonito.

A SRA. CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA – E fico muito feliz de essa temática estar sendo tão bem tratada, tão bem cuidada. Acho que todos os acontecimentos no Rio Grande do Sul



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxeram um momento de entendimento da necessidade de também criar legislações, porque infelizmente – o próprio Tarciso trouxe aqui – foi uma sequência; não foi uma única enchente, foi uma sequência delas. E a gente infelizmente tem expectativa de que esses atos, essas catástrofes continuem acontecendo. Então, com muita solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, acho que demonstra a excelência das discussões desta Casa que isso tenha sido trazido de uma forma propositiva e que vise atender e proteger os interesses das pessoas nos territórios daqui em diante, tornando essas situações menos dolorosas, porque estaremos preparadas de alguma forma para garantir de forma mais tranquila direitos das pessoas nos deslocamentos internos.

E trago aqui a grande importância sempre de discutir uma política nacional. Recentemente esta Casa aprovou a Política Nacional das Populações Atingidas por Barragens. E eu trago esse exemplo primeiro porque não temos hoje uma legislação sobre direitos humanos em empresas. Então, esses outros referenciais legislativos que dialogam com essas situações trazem uma conquista de direitos para as pessoas, especialmente para as pessoas atingidas. E aqui digo pessoas atingidas por barragens, por eventos climáticos, pela situação da Braskem, por exemplo.

E tivemos grandes avanços normativos. Por exemplo, a Política Nacional das Populações Atingidas por Barragens é a primeira lei brasileira que fala do princípio da centralidade da vítima, que é um princípio que já estava consolidado na jurisprudência da Corte Interamericana, era utilizado muitas vezes nas construções judiciais, tanto nos pedidos quanto nas decisões judiciais, mas não estava expresso em nenhuma lei. Então, trazer uma política nacional permite que nós tenhamos uma qualificação da discussão do direito, inclusive por parte dos Poderes Executivos – e aí digo municipal, estadual e federal –, mas também um norteador quando há alguma violação de direitos humanos.

E trago aqui... Falamos muito sobre as questões climáticas, e é essencial elas serem acompanhadas, mas essas temáticas têm uma grande relação – e o PL 2.038 fala muito sobre isso – com violações de direitos humanos. E, nos últimos anos, cada vez mais vemos questões de grandes empreendimentos, seja na sua construção, no próprio planejamento dos grandes empreendimentos, que vão afetar uma série de pessoas, seja também em casos de negligência, imprudência de grandes empreendimentos já colocados e que causam diversos danos às populações nos seus arredores. Quando se fala dessa possibilidade de reconstrução, de reintegração, isso me traz muito à memória a situação de Bento Rodrigues e Gesteira, que ficam em Mariana e Barra Longa, na Bacia do Rio Doce, que até hoje, próximo dos nove anos do rompimento de Fundão, em Mariana, que vai completar nove anos no dia 5 de novembro deste ano, até hoje essas casas não foram entregues.

E acho importante destacar nesse cenário que nós temos aí – é outra preocupação dessa legislação – povos e comunidades tradicionais que permanecem deslocados. O deslocamento pode ser temporário ou pode ser permanente, mas, às vezes, essa temporalidade tão longa traz a necessidade de construções de proteção ainda mais fortes e com maior fiscalização. Nós temos pessoas de comunidades quilombolas ali



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

perto de Bento Rodrigues – que foi completamente destruído e tem uma nova reconstrução, Paracatu –, existe uma comunidade quilombola, a comunidade quilombola de Santa Efigênia, que não foi, até hoje, atendida pela Fundação Renova. Existem negativas de atendimento por parte da Fundação Renova e das empresas, como se não fossem atingidas simplesmente porque as suas residências não foram, sua comunidade não foi coberta pela lama, quando há uma grande mobilização até pelas necessidades de atuações para que haja reconstrução e reparação nos arredores. Então, uma normativa que diga expressamente sobre essa necessidade de preocupação é essencial.

E ainda temos que pensar, nesses grandes desastres, que, muitas vezes, quanto às pessoas que são deslocadas, acho que o mais automático é a gente pensar na perda da residência, mas existe uma perda dos vínculos afetivos e da rede de apoio. Acho que qualquer leitura que a gente faça das entrevistas das pessoas atingidas ali na Braskem fala sobre a transformação do seu modo de vida, muitas vezes que não tinha nada de tradicional ou de rural, mas simplesmente porque houve um aumento do custo de vida, um adoecimento, porque as famílias não foram realocadas conjuntamente. Elas foram espalhadas por diferentes bairros e, com isso, as mães que conseguiam atuar em geração de renda para aquela família, porque deixavam seus filhos com uma vizinha, uma familiar de confiança, a alguns passos da sua residência, hoje precisariam se deslocar por toda uma cidade para ter esse apoio. Isso afeta especialmente as mulheres, não é? Acho que esse recorte de gênero e de raça também é essencial sempre que a gente discutir sobre as pessoas mais vulnerabilizadas. As mulheres têm uma invisibilização da sua renda; muitas vezes, as atividades que elas fazem são informais, as redes de cuidados que elas compõem são colocadas de uma forma invisível, são comunitárias, e por isso, muitas vezes, nas medidas de reparação, isso é completamente desconsiderado.

Eu elogio, mais uma vez, o texto do projeto de lei, porque ele nos auxilia conceitualmente a fugir de uma ideia de que a reconstrução ou a reintegração seria apenas indenizatória. Existe esse falso discurso, em muitos espaços, de que bastaria uma indenização pecuniária, um valor a ser entregue para uma família para que houvesse reparação daquilo que foi atingido. E, conforme a nossa legislação avança, é importante que se coloque que, além da reparação individual e pecuniária, existem reparações comunitárias, coletivas, difusas. De certa forma, todos esses desastres atingem não aquelas pessoas que estão no território, mas a nossa própria construção comunitária de sociedade brasileira, inclusive pela grande solidariedade que temos uns com os outros.

Vejo que, em todos esses grandes casos, muitas vezes a resposta da solidariedade das pessoas foi um dos mais fortes indicadores de proteção que tivemos. Isso é verdade no Rio Grande do Sul, mas é verdade também sobre Mariana, sobre Brumadinho, sobre a Braskem, sobre os incêndios, sobre as questões também na Amazônia Legal que povos e comunidades tradicionais têm enfrentado. Então, acho que a normativa avança e avança muito quando se colocam esses conceitos.

Parabenizo pela discussão e também por este próprio espaço em que nós estamos. Cada vez mais – e acho que a história do senhor, Senador, traz isso de forma muito consolidada –, a escuta e a participação



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas que vivenciaram esses grandes problemas são essenciais para a solução. Às vezes, os estudos técnicos, os pareceres não conseguem dizer do que aquela comunidade, de fato, precisa. Não adianta a gente criar uma forma de atender sem trazer a satisfação das pessoas que tiveram seus direitos violados. Essa satisfação é parte integrante de qualquer medida de reconstrução.

E aí digo que, no caso especialmente de Brumadinho, Brumadinho faz parte do cinturão verde de Belo Horizonte. É um território de grande agricultura: Brumadinho, Mário Campos, que é a cidade que fica logo após... São os agricultores da agricultura familiar que abastecia Belo Horizonte. Nós temos ali na região do Rio Doce, especialmente nos territórios de Resplendor e Conselheiro Pena, pescadores artesanais e também agricultura familiar modelo, que alimentavam uma grande parte dos seus territórios. E as pessoas atingidas relatam muito que foram propor soluções para que eles pudessem cultivar flores, para que pudessem usar a piscicultura como uma substituição de renda... E eles colocam que isso não satisfaz a tradicionalidade, o modo de vida, a construção social e mesmo a identidade de pertencimento à comunidade e ao território que eles tinham.

Quando a gente tem este espaço tão múltiplo, tão acessível em que os movimentos sociais, as associações, as próprias lideranças conseguem alguma forma de diálogo para colocar o que é que está acontecendo, a gente tem legislações não só melhores, mas mais duradoras, porque, quando elas são aplicadas, elas são eficazes. E é essa eficácia que faz com que o povo continue apoiando essas iniciativas.

Faço uma nova referência à Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, porque ela traz mecanismos que pensam na participação. Por exemplo, há as assessorias técnicas independentes, custeadas por empresas como um mecanismo multissetorial, com múltiplos técnicos que estão ali escolhidos pelas pessoas dos próprios territórios, para auxiliar na construção de propostas e de medidas de reparação.

E coloco aqui também, já encaminhando para o final, que, enquanto Secretaria de Acesso à Justiça, nós também temos nos preocupado muito com essas temáticas. Temos um projeto hoje construído junto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e com o Movimento dos Atingidos por Barragens em São Sebastião, com as pessoas que foram atingidas há quase dois anos – em fevereiro, vão completar dois anos aqueles deslizamentos. Temos uma clínica de acesso à Justiça – porque a gente entende que a reparação é um elemento essencial do acesso à Justiça, não existe acesso à Justiça real sem essa completude do ciclo – em que lideranças, comunidades e técnicos também participam dessas construções no território para o melhor entendimento do que aconteceu, o que poderiam ser mecanismos de prevenção que eles poderiam ter acessado e podem acessar – porque assim como no Rio Grande do Sul, é muito possível que essa comunidade num novo evento climático seja atingida – e qual que é a segurança de permanecer e como poder escolher estar ou entender que realmente o deslocamento é inevitável para outra área da cidade ou para algum outro território.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa clínica já se iniciou, então ela tem aulas, mas ela também tem atividades realizadas com a comunidade. É um projeto pelo qual nós temos muito carinho. Temos realmente buscado estudar como podemos fortalecer essa pauta da prevenção das pessoas atingidas e da construção de políticas públicas perenes. A ideia não é só fazer a capacitação dessas pessoas, mas é ter compilação de dados que nos permita diagnósticos e construções de políticas públicas muito bem embasadas e fundamentadas.

Então agradeço, parabenizo de novo. Fico muito feliz de ter ouvido os colegas aqui de mesa, anotei várias coisas para pensar e estudar depois. É sempre muito valioso estar aqui neste espaço.

Parabéns, de novo, Senador, realmente, não só por hoje, mas por todo o trabalho que o senhor faz. É muito admirável e é muito bom a gente saber que esse espaço contínuo está aqui, nesta Casa tão importante.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça.

Para quem disse que ela assistia às audiências públicas, ela assistia e hoje ela vem aqui. Vocês três dão aulas para nós, mas você, que é uma assistente das audiências, falou com uma tranquilidade, com uma facilidade e com uma harmonia. Eu sempre digo que numa audiência pública quem perde é quem não assistiu, que é exatamente o que vocês aqui falam, que a audiência pública visa dar palco a quem não tem palco, dar voz a quem não tem voz, mas também ajuda a reeducar até aqueles que não tiveram a oportunidade de ter o conhecimento acumulado que aqui vocês representam. Então, meus cumprimentos.

Olha, vou contar para vocês um fato aqui em que não vou exagerar – eu estou aqui há muito tempo –: eu nunca vi tanta pergunta sobre um tema. Sério! Com a Casa lotada ou não, nunca vi. Olha aqui. Normalmente é feito em páginas esse anúncio como essa aqui. Está vendo o tamanho da letra? Olha essa aqui, letra bem pequenininha pela quantidade. Eu só vou contar aqui: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12. Vou contar as páginas e vocês me ajudam a calcular: uma página vezes 12 perguntas; outra página vezes 12... Alguém está fazendo o cálculo aí? A pergunta que eu faço é essa. Terceira página vezes 12, que é até embaixo, pode olhar, não estou inventando; quarta página vezes 12; quinta página vezes 12; sexta página vezes 12; sétima página vezes 12 – vou fazer devagar para você não se perder também –; oitava página vezes 12; nona página vezes 12; décima página vezes 12; décima primeira vezes 12; e essa eu não vou nem contar, mas vamos, porque tem três perguntas: 144 perguntas em praticamente uma hora e meia que nós estamos aqui. É inédito, bateu todos os recordes, viu? Olha, de forma acumulada, não só no ano, eu diria que ninguém realizou tantas audiências públicas como nós, em diferentes Comissões, que eu tive a alegria de presidir. Nunca vi algo igual. Mostra que o tema é de interesse público e é preocupante.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente, quando vem três, quatro folhas com letra desse tamanho, eu dou uma para cada convidado, e eles escolhem as perguntas. Agora eu quero ver o que vocês vão fazer com 144 perguntas para responder?

É a primeira vez que eu não sei o que fazer, sinceramente. (*Risos.*)

Nunca me aconteceu isso. Eu estou sendo sincero. Mostra que a população entende a importância desse tema.

O que nós podemos fazer? Qual é o conselho aqui da assessoria? É muita pergunta. (*Pausa.*)

Ele vai nos ajudar aqui. Um resuminho, de algumas pelo menos, que todas... (*Pausa.*)

Uma boa consultoria ajuda sempre, hein? A assessoria que já sabia que eu ia ficar embaralhado e, para me salvar, já fizeram um resuminho. Está aqui? Nessa aqui? (*Pausa.*)

Não, eu vou pedir o seguinte, se o senhor puder imprimir, que aqui dá para responder, vocês escolhem daí. São 12 ou 15 perguntas. Está um resumo aqui, 12 para cada um? (*Pausa.*)

Tem 12 aqui. Se você puder imprimir as que você resumir? Eu dou uma folha para cada um. Eles escolhem duas, três perguntas para responder. Pode ser? Então vamos lá.

Já estão imprimindo. Quando eu penso, eles já fizeram. Isso é bom. (*Pausa.*)

Não, mas não tem problema, 12, 13 perguntas. Eu acho que cada um pega quatro aí... (*Pausa.*)

Dos encaminhamentos, até o momento, Isabel, o pessoal tem algum encaminhamento já? Para a gente ir falando sobre os encaminhamentos?

Ah, já estão aqui. (*Pausa.*)

Então vamos fazer da seguinte forma: nesse momento serão as perguntas do e-Cidadania. Como são em torno de 142, a assessoria resumiu aqui para umas 12 perguntas. Eu vou ler as perguntas para o público tomar conhecimento do resumo e depois vocês – se puderem dar um conjuntinho desses para cada um dos três – escolherão algumas das perguntas para responder. (*Pausa.*)

A Dra. Paula tinha me dito que queria ser a primeira porque ela tinha que sair, mas ela está? (*Pausa.*)

Agradeço muito à Dra. Paula, que deu preferência para estar conosco e suspendeu o outro compromisso que ela tinha. (*Pausa.*)

Ah, tá! Ela esperou até agora. Desde já, agradecemos à Dra. Paula, que ficou aguardando aqui.

Eu vou ler as perguntas, enquanto vocês recebem uma cópia das 12.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco, do Ceará: "Gostaria de saber quais as novas propostas, novos projetos que o poder público está elaborando a respeito do assunto deslocamento em massa".

Lucas, de Roraima: "Como a nova política garantirá a participação das comunidades afetadas nas decisões, da prevenção ao reassentamento, após desastres?".

Willian, de Roraima também: "Quais as principais fontes de financiamento para as políticas de assistência aos deslocados internos? Como garantir a sustentabilidade fina?".

Iasmim, de Roraima também: "Quais principais obstáculos enfrentados para implementação da política?".

César, do Rio de Janeiro: "Quais são as lacunas na resposta a desastres naturais e deslocamentos em massa no Brasil?".

Leonice, de São Paulo: "Bom dia! Haverá um protocolo para o atendimento destes deslocados?".

Ainda: "Quais políticas públicas são necessárias para apoiar deslocados internos devido a desastres naturais, como [foi muito tratada aqui] a recente tragédia no RS?".

Dalisson, de Roraima: "Como a política atual pode ser melhorada para atender aos deslocados internos após desastres naturais, como o ocorrido no Rio Grande do Sul?".

Dalisson, de Roraima: "Quais são as principais lacunas nas atuais políticas públicas que têm dificultado a resposta eficaz às necessidades dos deslocados internos?".

Bruno, de Roraima: "De que modo a tragédia pode ser evitada se, porventura, se repetir no futuro?".

Eduardo, de Minas Gerais: "Problema ambiental, centros urbanos atual: a não manutenção das matas ciliares das nascentes e cursos d'água. Ref.: Rio Pó, Turim, Itália" – esse foi o Eduardo, de Minas Gerais.

Bruno, de Roraima: "Como a Política Nacional para Deslocados Internos pode ser ajustada para melhorar a resposta a desastres naturais no RS?".

Rosângela, Rio Grande do Sul: "Será colocada em pauta alguma forma de auxílio para as famílias referente aos traumas vividos nesse período de enchente?".

João, Mato Grosso: "Como o Governo pretende prevenir esse tipo de tragédia?".

Ana, São Paulo: "Caso de deslocamento de famílias, como garantir que os animais não sofram maus-tratos nos abrigos? Como teriam os mesmos direitos [...]?".



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Márcia, Rio Grande do Sul: "Como brasileira e gaúcha, sinto vergonha pelo que os gaúchos estão passando. Ainda há inúmeras pessoas que passam por necessidades básicas". Ela está exigindo mais investimento. E é preciso, todo mundo sabe, mas, dentro do possível, é aquilo que até o momento lá chegou. É claro que muito mais terá que ser investido.

Marcelo, Rio de Janeiro: "Por que regiões que sofrem reiteradas enchentes ou deslizamentos não são desapropriadas para que os moradores recebam moradia em outro local?".

Armando, DF: "Penso que um dispositivo legal, uma instrução deveria ser implementada em nossas políticas públicas 'obrigando' [entre aspas] o Estado a projetar correção".

Bruno, Rio Grande do Sul: "Foi desenvolvido um modelo para prevenção?".

Aí eu acho que eu li todas, não é?

Agora, eu vou passar para que, dentro do possível, vocês respondam algumas das perguntas. E, depois, além de estar aqui, eu me comprometo aqui com a Comissão de levá-las também para a Comissão Externa que presido, de que o Luis Carlos Heinze agora se tornou Vice – porque voltou, o seu suplente retornou – e de que o Mourão é o Relator. Levarei para lá as perguntas todas para entabularem por lá também.

Quem gostaria de falar primeiro, também sobre algumas perguntas? (Pausa.)

Eu pergunto à D. Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, se quer já responder alguma pergunta e também fazer as suas considerações finais, se estiver ainda conosco.

A SRA. PAULA GAVIRIA BETANCUR (Por videoconferência.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O.k., prazer enorme. Muito obrigado.

Dra. Paula, a palavra é sua.

A SRA. PAULA GAVIRIA BETANCUR (Para expor. Por videoconferência. Tradução simultânea.) – Muito obrigada.

E coincido com o Senador que quem não veio perdeu. Foi uma audiência muito ilustrativa, muito instrutiva. Tem muito conhecimento relacionado ao tema não somente aqui dos painelistas, mas também nas perguntas. As perguntas partem do interesse e do conhecimento da causa.

Eu responderia que o projeto, que está apresentado pelo senhor e que conta com assessoria do Tarciso, como ele mesmo disse, está construído sobre a base dos princípios diretores do deslocamento, baseado também em experiências comparadas. E eu creio que também é uma base muito importante, que



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreende a resposta a várias das perguntas. Simplesmente eu acho, eu acredito que muitas das perguntas têm a ver com o tema da prevenção.

A palavra prevenção eu ouvi de forma recorrente nas perguntas e eu acredito que parte da intenção da política é gerar ações para prevenir que siga ocorrendo esse tipo – ou pelo menos mitigar que siga ocorrendo... e penso que os princípios retores dessas políticas públicas e as fontes de direito comparado em que se baseia a política possibilitam ações – quando eu tomei a palavra –, as medidas de mitigação e de adaptação, todas as medidas de redução de riscos, os sistemas de alertas imediatos, e talvez essas medidas possam participar e fazer parte da política. São recomendações que eu vejo como importantes.

O meu último relatório de direitos humanos – eu também recomendo ao Tarciso e também ofereci uma colaboração a vocês, nós podemos conversar mais adiante – é sobre as situações em que sabemos que é inevitável a ocorrência de uma catástrofe e precisamos planejar as relocações, para que as pessoas possam ter... Digamos que elas possam mitigar que sejam violados os direitos. Que preservem as suas identidades, a cultura, quando é inevitável esse traslado. Diz respeito ao planejamento desse deslocamento, com respeito aos direitos humanos, para que seja previsto algum tipo de organização ou de planejamento organizado, como último recurso, porque entendo – e estou de acordo – que as pessoas do Rio Grande do Sul deveriam ter a opção de permanecer – principalmente aquelas que têm algum tipo de raiz ou conexão com essa terra e cuja cultura está conectada com a terra –, ter a opção de retornar ou de permanecer. Mas, quando é algo impossível, então temos que oferecer outras opções.

Eu diria isso e eu diria também: algumas perguntas mencionavam as fontes, mencionavam outras políticas.

É muito importante, Senador, e o restante da Comissão, Senadores e Senadoras, compreender que uma lei – vocês sabem muito mais do que eu, porque estão no Congresso –, uma única lei não soluciona todos os problemas. Não é verdade? Então, essa análise – não somente a análise da migração, que eu mencionava aqui – das outras normas e políticas que têm também que ser revisadas, para serem ajustadas, principalmente no futuro, para que estejam harmonizadas com a política pública, seja uma tarefa complementar, que tem a ver com algumas das perguntas que também foram apresentadas da audiência.

E por aqui eu encerro a minha participação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Nós é que agradecemos. Nossas palmas pela bela contribuição da Relatora Especial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, Dra. Paula Gaviria Betancur, que fez uma síntese ali de algumas perguntas, ao mesmo tempo em que comentou a importância desta audiência pública pela qualidade de todos que aqui falaram. (*Palmas.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero incluir V. Exa., Dra. Paula, porque elogiou os painelistas que estão aqui e também a qualidade das perguntas.

Olha, haver 140 perguntas numa audiência pública significa algo para mim inédito no período que eu estou aqui. Eu estou aqui... Com mais dois anos, eu completo 40 anos. Eu estou há 38 anos já no Congresso, e eu sempre digo só para não ficar dúvida: são 4 anos, de Deputado Federal; e 3 anos, de Senador. Se somarem vão dar 40 anos, viu?

Quem responde agora? Quem gostaria de usar a palavra neste momento? (Pausa.)

A Dra. Silvia, com a palavra, que é Oficial de Proteção do Acnur Brasil.

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Acho que quero dizer também que foi, de minha parte, muitíssimo rico e valioso escutar o Tarciso, escutar a Carolina, também a Relatora. Estou tomando nota aqui também. Acho que o espírito da audiência, como o Senador bem coloca, é justamente a gente se retroalimentar.

Eu vou pincelando, das perguntas – e fico feliz em ver que se bateu o recorde de perguntas feitas, acho que é um ótimo indicador –, dois temas, e eu vou puxar um, relacionado a quais seriam algumas das lacunas que a experiência recente tem ensinado em relação à nossa capacidade ou à capacidade de resposta a desastres, o que por sua vez se relaciona a quais são os aspectos que podem ser fortalecidos aqui na política nacional sobre deslocados internos que está sendo desenhada, a que tipo de ajuste ela eventualmente mereceria. Parece-me que tem dois elementos aí que surgiram nas falas dos colegas que eu destacaria.

Um deles é, de fato, planejamento e preparação. Então, o que a gente vai aprendendo é que é preciso ampliar a lógica da preparação e do planejamento de contingência antes dos desastres. É preciso entender que esses eventos climáticos extremos seguirão acontecendo, infelizmente, em escala de magnitude e repetição ampliadas. E só para pegar esse recorte de desastres e também outros eventos que podem gerar deslocamento humano massivo, o que a gente percebe é que talvez nos falte uma discussão mais aprofundada sobre que tipo de medida, não só preventiva, mas que tipo de resposta emergencial precisa ser adotada quando essas situações acontecem.

Por exemplo, quais são as estruturas que já têm que estar preparadas, como abrigamento emergencial, entre outras, para serem rapidamente ativadas de uma maneira adequada quando esses eventos ocorrem? Quais são os atores e mecanismos de coordenação especializada que têm que ser colocados em funcionamento para dizer quem vai fazer o quê, quando, onde e com qual orçamento? – evitando não só duplicação de esforços e um uso ineficaz de recursos, mas, claro, garantindo uma assertividade maior nas respostas, uma eficácia maior nas respostas mais ágeis que tenham, como a Dra.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carolina bem menciona, a centralidade da pessoa como ponto de partida para tudo que seja pensado e que consiga de fato reduzir ou mitigar danos, reparar direitos violados e, claro, prevenir novas violações.

Então, eu diria que, agora, eu acho que o que também o Rio Grande do Sul nos ensina é: a importância de, no país, na região e no mundo, a gente falar mais e mais sobre estratégias, planejamentos de contingência e preparação.

A gente tem visto países como o Japão... Eu estava vendo que agora foi novamente impactado por um tufão, salvo engano, com 5 milhões de pessoas evacuadas, e pensando: como é que se faz essa evacuação de 5 milhões de pessoas? Para onde elas vão? Que tipo de estrutura de informação é passada para a população? E aí o que a gente percebe é que esses exercícios de preparar os estados, as cidades, as comunidades para esse tipo de situação, isso leva tempo. Então, alguns começaram há dez anos, outros estão começando mais recentemente, mas o fato é que a gente tem que, agora, acelerar essa conversa.

Essa preparação, o planejamento de contingência, como eu falei, tem a ver com desenhar melhor e aproveitar as melhores práticas internacionais e internas, mecanismos de coordenação entre os diversos atores, que têm que ser não só multisectoriais, mas que têm que também incluir uma participação ativa das pessoas afetadas, atingidas, deslocadas; têm que incluir, claro, atores da sociedade civil, os diversos setores do poder público, colaboração das próprias Nações Unidas, entre outros.

E o que a gente percebe também é que, eu acho, isso se transpõe não só do ponto de vista da resposta operacional, no terreno, quando o desastre acontece, mas também do ponto de vista do desenho das políticas. Então, a gente sabe que hoje estamos aqui discutindo uma proposta de política nacional sobre os deslocados internos; ao mesmo tempo, a Dra. Carolina menciona essa recente Política Nacional das Populações Atingidas; a gente sabe que, neste ano, também tem sido elaborado um Plano Nacional de Defesa Civil para respostas a desastres; por outro lado, o Ministério do Meio Ambiente tem capitaneado a discussão sobre o Plano Clima; e uma pergunta, uma reflexão que tem que ser feita é: de que maneira esses diferentes planos e essas iniciativas dialogam, se retroalimentam e se fortalecem? Acho que nenhuma substitui a outra, mas elas têm uma série de interseções. Isso tem a ver com coordenação e isso tem a ver com um desenho mais eficaz da preparação para essas situações.

E eu acho que o segundo ponto eu já mencionei, mas de novo quero enfatizar: a participação das pessoas afetadas. Então, acho que, seja do ponto de vista do PL, seja do ponto de vista desses vários esforços que eu acabo de mencionar, que estão em discussão, devemos garantir estratégias mais específicas, que condicionem a tomada de decisão à garantia de participação livre e informada, sobretudo das pessoas que têm que estar ao centro desse processo – que, mais uma vez, como bem lembrou a Dra. Carolina, são as próprias pessoas que já foram deslocadas ou atingidas ou que tendem a ser deslocadas e atingidas.

Então, mencionaria esses dois pontos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aproveito, mais uma vez, Senador, para parabenizar e agradecer pelo espaço. Muito feliz de escutar e aprender aqui com os colegas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Dra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Acnur Brasil. Parabéns pela sua exposição. E já fez as considerações finais, pelo que eu entendi.

Vamos na mesma toada.

Então, seguindo a ordem aqui, com a palavra, o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor do Senado Federal.

Mas muito obrigado, Dra. Silvia, pela sua contribuição e pela intenção, inclusive, de apresentar um trabalho técnico, fortalecendo o projeto e essa caminhada aqui dos refugiados internos.

Dr. Tarciso.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM (Para expor.) – Bom, inicialmente, gostaria de novamente parabenizar o Senador Paim pela gestão deste tema tão caro à população brasileira.

As perguntas são impressionantes, realmente, não só pela quantidade, Senador, mas pela conexão com o tema, porque muitas vezes há uma série de perguntas, mas um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Fogem do tema.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – ... fogem um pouco do tema, porque revelam a preocupação da pessoa em outro sentido.

Neste caso, não, elas estão realmente muito conectadas com o assunto, o projeto, enfim. Cabe um elogio à população e aos ouvintes.

De fato, o tema prevenção, como a Dra. Paula Gaviria ressaltou, é recorrente nas perguntas e está anotado. Vamos estudar o relatório sobre os deslocamentos inevitáveis, digamos assim, e o planejamento das realocações, o que deveria ser, de fato, um tema já definido do ponto de vista da União, junto com as unidades administrativas – não só os estados, mas os municípios também. Estamos na época de eleições municipais, cabe ressaltar que nisso também caberia o envolvimento dos municípios.

E uma das perguntas usa uma palavra interessante, que é a do "protocolo". De fato, criar protocolos diante desses eventos que são inevitáveis... É uma boa palavra – parabenizo quem a utilizou, eu não me recordo. Mas, enfim, de fato não temos isso, do ponto de vista abrangente, tem um ou outro setor que cuida disso, mas, realmente, deveríamos ter protocolos de aviso, de o que fazer, de aonde ir, a quem chamar diante dos possíveis deslocamentos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema da participação das comunidades – já foi bastante ressaltado pela Silvia – é um assunto, digamos, contemporâneo para o tratamento de violações aos direitos humanos como um todo. Há alguns tratados internacionais que ressaltam isso muito bem, como a Convenção 169 da OIT, em termos de populações tradicionais e indígenas, enfim. Neste caso, ele é mais do que necessário, a ideia de cuidar dos deslocamentos de pessoas significa escutá-las: o que devem fazer, o que podem fazer, o que desejam. Então, na realidade, praticamente a participação da população atingida das comunidades faz parte da própria ideia, da engenharia do próprio projeto.

Escutei com atenção também o tema dos animais. Não fizemos previsão sobre isso, Senador, mas é interessante, no decorrer do projeto, porque um dos símbolos foi o cavalo Caramelo no telhado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Estava na Expointer sendo homenageado.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Ah, é? Olha, foi condecorado também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Foi, foi. Teve uma homenagem lá.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Então, de fato, não pensamos muito nisso. Na justificativa do projeto até ressaltamos bastante, mas acho que os animais, tanto os animais *pets* como os das culturas e até mesmo os animais selvagens, merecem todo o nosso carinho.

Obrigado pela menção, porque de fato foi o símbolo da... foi aquela cena do Caramelo em cima do telhado.

Então, agradeço, Senador, esta nova oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Se não me engano, inclusive, foi em torno de 15 mil cachorros que foram...

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – É, e houve toda uma articulação de buscas aos *pets* – e com razão, merecem todo o nosso carinho e cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao nosso querido amigo e consultor aqui da Casa, que convive aqui no dia a dia conosco, o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim. Nossas palmas à Consultoria do Senado, que aqui você representa com muita competência. (*Palmas.*)

Agora, com a palavra, Dra. Carolina Morishita Mota Ferreira – eu acho que eu estou acertando o nome aí já, não é sempre que eu acerto...

A SRA. CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA – Está acertando!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINA MORISHITA MOTA FERREIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Eu quero fazer um destaque: além de terem sido mais de 144 perguntas, foram de todas as regiões do Brasil, e isso mostra que é, de fato, uma preocupação nacional. Aqui, mesmo nas perguntas selecionadas, eu vejo todas as regiões do Brasil representadas. E isso mostra que a mobilização, embora tenha surgido muito em razão do Rio Grande do Sul, é uma preocupação cotidiana das pessoas, até pela profundidade das questões: há preocupação sobre financiamento, participação, prevenção, criação de protocolo. Confesso que também me surpreendi com essa dimensão. E acho que o próprio projeto de lei já traz um arcabouço muito forte de avanço na proteção da garantia de direitos.

Tem um ponto que eu esqueci de mencionar na fala anterior, que é a capacitação profissional como um direito, uma medida emergencial e duradoura, simultaneamente; porque, quando a gente pensa nos deslocados internos, talvez, naquele primeiro momento, venha roupas, alimento, alojamento, mas a verdade verdadeira é que, a partir daí, a geração de renda da família fica prejudicada. E uma coisa que é muito concreta, quando você trabalha com pessoas vulnerabilizadas, é que não existe uma mãe ou um pai de família que consiga ficar tranquilo sem conseguir alimentar a sua família. Esse é o ponto principal. E isso mexe muito com a saúde mental. O atendimento de saúde especializado está colocado na lei também, mas acho que, às vezes, a gente fica tão envolvido no que é urgente, que a gente esquece o que é duradouro e permanente. E poder sustentar a sua família acho que talvez seja uma das maiores preocupações do povo brasileiro.

Então acho que isso já traz um grande avanço nas nossas normativas, ao mesmo tempo que se preocupa com uma coisa muito sensível também e que enfrentamos em grandes desastres, seja pela perspectiva climática, seja no caso dos rompimentos, por exemplo, que é a localização das pessoas falecidas e como isso mobiliza as famílias. Eu acho que esse é o primeiro projeto de lei que eu vejo que tem expressamente colocado isso. E penso: em Brumadinho, das 272 famílias, ainda tem três pessoas, três famílias que não puderam fazer o enterro. Em Mariana, das 20 pessoas – falava-se 19, mas uma mulher sofreu um aborto, então as pessoas têm dito 20, porque essa vida também tem que ser reconhecida –, uma pessoa ainda não foi localizada até hoje e a gente está completando nove anos. Isso é verdade em vários casos de deslizamento. Então existe uma sensibilidade muito grande em trazer isso. Esses dois pontos principalmente pensam muito em lacunas que existem na legislação que já está vigente. Então é uma forma de avançar.

Mas trago aqui também, dentro dessas considerações, que, quanto aos pontos que tratam da assistência duradoura e emergencial, acho que houve um bom lembrete das pessoas de pensar em como inserir os animais nisso também, porque a questão da alimentação, da água, da permanência em segurança toca também essas vidas. E acho que isso demonstra a grande importância da participação. Embora aqui já estejamos falando de participação no projeto de lei, pelo espaço da própria Comissão,



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta audiência, acho que é sempre um elemento para a gente lembrar e fortalecer sempre que possível, porque é um elemento muito difícil de fazer. Eu acho que é trabalhoso sempre se envolver com a participação. Talvez sem esta audiência o senhor tivesse menos trabalho, mas esta audiência, essas 144 questões ainda vão mobilizar muito o senhor depois desse próprio espaço. É isso que torna essa legislação tão importante e, espero, em breve, muito eficaz na vida das pessoas.

Eu agradeço novamente o convite para participar deste espaço, agradeço aos colegas. Eu volto com muito mais conhecimento do que eu tinha hoje, várias coisas para estudar também. E parabenizo sempre este espaço tão múltiplo, diverso e constante. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade da Secretaria de Acesso à Justiça.

Olha, todas e todos também que usaram a palavra o fizeram com muita competência. O debate foi tão qualificado que provocou o telespectador a mandar, digamos, quase duas centenas de perguntas, que a Consultoria resumiu em 12. Eu queria cumprimentar os três, com muito carinho.

Ao mesmo tempo, nós vamos aqui aos encaminhamentos agora. Se vocês entenderem que, nos encaminhamentos, faltou algo a mais, é só falar, que será colocado um adendo aqui.

Vamos ver.

O Acnur apresentará um parecer técnico diante do PL 2.038, de 2024, sobre a política nacional dos deslocados internos. Esse parecer técnico, naturalmente, trará contribuições, porque é assim que eu aprendi no longo dos tempos que eu estou aqui: apresentar o projeto é o primeiro passo, agora até ele ser votado lá na última Comissão e no Plenário tem muito a andar. E a contribuição dos condecorados do tema é fundamental, porque quem apresentou o projeto original, por mais que conheça, assessorado naturalmente pela equipe do Senado, acaba sendo complementado. Então, é fundamental que isso aconteça com essa iniciativa da Acnur.

A Sra. Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre Direitos Humanos por Deslocados Internos das Nações Unidas, deseja vir ao Brasil acompanhar os desafios diante da tragédia do Rio Grande do Sul e outras. Contudo, a Relatora precisa de um convite do Estado brasileiro. Nós vamos providenciar esse pedido, porque eu não posso fazer. Eu faria o convite já, viu, Doutora? "Está convidada, pode vir". Eu conversarei naturalmente com o Presidente do Senado, do Congresso também, pode ser um convite dele, eu acho que poderia ser; e, se for necessário, um convite também do Executivo, para que ela venha falar sobre o tema aqui e ver a situação do nosso país.

Foi também levantado pensar na criação de uma legislação para tratar de direitos humanos em empresas, fortalecendo política para as mulheres em questão de raça. Foi você que falou mais nesse tema, não é? Então, uma colaboração aqui da Carolina Morishita Mota Ferreira.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o nosso querido Tarciso Dal Maso Jardim ajudou a construir o conjunto do projeto. Agora, ele tem que pegar todas as contribuições e nos ajudar na hora de relatar e avançar. Ele defendeu o projeto com muito amor, com muito carinho e com muita força, porque eu acho bacana quando a pessoa acredita no que está fazendo. Eu digo: se eu não acredito no que eu estou fazendo, como é que eu vou convencer o outro? E eu senti isso na sua fala, que foi o construtor da ideia original, que defendeu com muita competência junto, é claro, das nossas outras convidadas.

E percebi também que veio muito a palavra prevenção, prevenção para garantir direitos, não é? Ela é bem ampla. Eu comecei na fábrica, era metalúrgico lá na Abramo Eberle, em Caxias, e depois... Hoje eu sou funcionário do grupo Tramontina até hoje, viu? Já estou afastado da fábrica há mais de 40 anos, mas sou funcionário deles. Eu falo isso com orgulho pelo carinho que eles tinham por mim e têm até hoje, e eu tenho também pela... E não é propaganda da empresa aqui, não, só estou relatando um pouquinho da minha caminhada. Eu sou funcionário do grupo Tramontina, Forjasul, Canoas. Eles já estiveram aqui com todos os diretores, eu os recebi aqui na Presidência do Senado, com muito respeito de ambas as partes. E lá que eu obtive o curso técnico de prevenção ao acidente. Então, para mim, a palavra prevenção é uma marca, é um guia da caminhada de todos nós. Prevenção, pode ver que cabe para tudo: cabe para acidente de carro, cabe para acidente na fábrica, cabe para acidente aqui dentro, cabe no caso dessas tragédias climáticas. Que a palavra prevenção seja cada vez mais fortalecida.

Em resumo, foi isso. Eu agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram. E o prêmio de quinta que eu recebi foi inédito para mim. E hoje quebramos outro recorde de perguntas vindo... pelo menos nas que eu presidi. E eu presidi centenas e centenas de audiências públicas ao longo dessa minha caminhada aqui no Congresso.

Então, muito, muito obrigado a todos. Atingimos todos os objetivos.

Encerramos a nossa audiência pública de hoje.

Salva de palmas a todos vocês. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4921235685>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Sergio Moro, Leila Barros, Alan Rick, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Marcos Rogério, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Carol Dartora e Reginete Bispo, e ainda dos Parlamentares Fernando Farias, Izalci Lucas, Amanda Gentil, Esperidião Amin, Wilder Morais, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Mara Gabrilli, Dr. Hiran, Socorro Neri, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haraldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dezesseis horas e vinte minutos e reaberta às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes:

1ª Parte - Emendas da CMMIR ao PLOA 2025. **Finalidade:** Deliberar sobre as emendas da CMMIR ao PLOA 2025 (PL nº 26/2024-CN). Relatora das emendas: Sen. Mara Gabrilli. **Resultado:** Aprovado o relatório das emendas ao PLOA 2025, que conclui pela apresentação de quatro emendas de apropriação: **Emenda nº 1-CMMIR (PLOA 2025):** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta; AÇÃO: 2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça; SUBTÍTULO: Nacional; VALOR: R\$ 200.000.000; AUTORES: Senadora Leila Barros; Senadora Mara Gabrilli; Senador Paulo Paim; Deputado Túlio Gadêlha. **Emenda nº 2-CMMIR (PLOA 2025):** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta; AÇÃO: 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações; SUBTÍTULO: Nacional; VALOR: R\$ 200.000.000; AUTORES: Deputada Carol Dartora, Senadora Mara Gabrilli, Deputada Socorro Neri, Deputado Túlio Gadêlha. **Emenda nº 3-CMMIR (PLOA 2025):** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta; AÇÃO: 2015 - Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior; SUBTÍTULO: Exterior; VALOR: R\$ 10.000.000; AUTORA: Senadora Leila Barros. **Emenda nº 4-CMMIR (PLOA 2025):** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta; AÇÃO: 8495 - Realização de Eventos Internacionais Oficiais; SUBTÍTULO: Nacional; VALOR: R\$ 6.000.000; AUTORA: Senadora Mara Gabrilli.



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6045856732>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª Parte - Apresentação do Relatório de Atividades. Finalidade: Apresentação do relatório anual das atividades desenvolvidas pela Comissão, nos termos do art. 6º, parágrafo único, do Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1/2019.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03>



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6045856732>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7^ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 2^ª Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura.

A presente reunião terá duas partes: a primeira tem como objetivo deliberar sobre as emendas da CMMIR a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2025; e a segunda parte destina-se à apresentação de relatório anual das atividades desenvolvidas pela Comissão.

Vamos direto à segunda parte. É isso? (Pausa.)

Então, vamos fazer uma inversão de pauta para atender a Senadora Leila, que é a nossa Relatora. Vamos, de imediato, à segunda parte, que é a apresentação do relatório.

Daremos início à segunda parte da reunião, que se destina à apresentação do relatório anual das atividades desenvolvidas pela Comissão, com base no parágrafo único do art. 6º do Ato Conjunto nº 1, de 2019, do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório apresentado pela Relatora original Mara Gabrilli. É isso?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Como Relatora.) – Sim, é só para entendimento...

Primeiro, boa tarde, Senador Paulo Paim e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Boa tarde. Eu vim correndo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Estava com uma delegação do Rio Grande do Sul lá.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Meu Deus! Está uma loucura esta semana. Haja fôlego!

Bom, eu vou para a segunda parte, então, primeiro, para as considerações finais, certo?

Primeiro, quero agradecer a oportunidade aqui de estar como Relatora *ad hoc* desta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Eu vou para as considerações finais do trabalho da nossa Relatora, Senadora Mara Gabrilli, que, tão brilhantemente, esteve o tempo todo envolvida nos trabalhos desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Fora do microfone.*) – E ela não está aqui por motivo de doença, não é?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Teve um acidente e tal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Teve um acidente.

E, é claro, é sempre uma honra, um prazer substituir a Senadora Mara, pelo brilhante trabalho, e estendo a observação ao senhor, que, para nós aqui é uma referência. É sempre muito bom estar aqui com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu sou referência pela idade, viu, pessoal? (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Não, senhor, pelo trabalho aqui. Nossa, é incrível!

Bom, considerações finais da nossa Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A CMMIR, no ano de 2024, concentrou-se em três pontos-chave, Sr. Presidente: a situação dos imigrantes refugiados no aeroporto de Guarulhos; segundo, a reflexão sobre a nova política nacional de migração e refúgio, em desenvolvimento pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública; e, terceiro, reagindo à grave situação de vulnerabilidade do povo gaúcho devido à maior enchente de sua história sofrida pelo estado, o debate sobre a Política Nacional para Deslocados Internos.

Em relação a esses assuntos, foram promovidas algumas proposições.

Sobre o tema dos imigrantes refugiados no aeroporto de Guarulhos foram feitos os seguintes requerimentos:

- Requerimento nº 10, de 2024, de autoria do Deputado Túlio Gadêlha e da Senadora Mara Gabrilli, que requer informações ao Ministro de Portos e Aeroportos, o Sr. Silvio Serafim Costa Filho, acerca da atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em relação aos imigrantes inadmitidos e retidos no aeroporto de Guarulhos em condições insalubres e submetidos a violações de direitos humanos. O Senador Styvenson Valentim apresentou voto favorável ao requerimento do Deputado Túlio e da Senadora Mara Gabrilli e aguarda a decisão da Mesa. Desculpem, estou com a língua enrolada hoje. Deve ser cansaço. Recomenda-se que a Mesa Diretora decida em consonância com o voto do Senador Styvenson Valentim.

- Requerimento nº 12, de 2024, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Sr. Ricardo Lewandowski, em relação aos imigrantes inadmitidos e retidos no aeroporto de Guarulhos em condições insalubres e submetidos a possíveis





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

violações de direitos humanos. O Senador Styvenson Valentim também apresentou voto favorável ao requerimento e aguarda a decisão da Mesa. Recomenda-se que a Mesa Diretora, segundo nossa Relatora, decida em consonância com o voto do Senador Styvenson Valentim.

Sobre a Política Nacional para Deslocados Internos, foi apresentado o Projeto de Lei nº 2.038, de 2024, de autoria de V. Exa., Senador Paulo Paim, que ainda aguarda despacho para seguir seu trâmite desde 24 de maio de 2024. Recomendamos à Presidência do Senado que dê seguimento a esta proposição.

Durante audiência pública, realizada em 6 de agosto de 2024, pela Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, que debateu a criação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridia, prevista no art. 120 da Lei de Migração, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, a Coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e a representante da Rede Infâncias Protagonistas reforçaram a urgência da criação de políticas públicas para a inclusão e para a permanência de crianças e jovens imigrantes e refugiados nas escolas públicas brasileiras.

Diante do exposto, a Senadora Mara Gabrilli, Relatora desta Comissão, apresentou o Projeto de Lei nº 3.289, de 2024, que altera a redação do inciso XIV do art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), para incluir o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária de pessoas imigrantes, refugiadas e indígenas. A matéria foi despachada para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) onde se encontra sob a relatoria desta Senadora que vos fala, Senadora Leila Barros. Posteriormente a matéria segue para a Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Já reforço aqui, Senador, que nós vamos trabalhar ainda, até o final – nós temos, pelo menos, mais uma, duas semanas –, aqui na Casa, para ver se relatamos, se entregamos o relatório do projeto indicado, apresentado pela Senadora Mara Gabrilli.

Por fim, a Relatora, Senadora Mara Gabrilli, dando continuidade ao acompanhamento da situação dos nacionais afegãos, oficiou os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores acerca da Portaria Interministerial nº 42, de 2023, que condicionou o visto humanitário dessas pessoas ao patrocínio voluntário de Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Em 2 de setembro de 2024, o Edital de Chamamento Público nº 01, de 2024, que regulamentou esse dispositivo da portaria interministerial, foi finalmente publicado no *Diário Oficial da União*. Nele, as entidades são convidadas a participar do Programa de Reassentamento, Admissão e Acolhida Humanitária por Via Complementar e Patrocínio Comunitário. A execução do programa é fruto da ação coordenada entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; e o Ministério de Relações Exteriores. Também são





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceiros da iniciativa o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e a Organização Internacional para as Migrações.

As OSCs, que se candidataram a receber os nacionais afegãos, apresentaram suas propostas e os documentos solicitados. Neste momento, aguardamos a publicação das OSCs selecionadas por meio do edital de chamamento público para que os afegãos aptos possam ter seus nomes encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores para que se proceda à emissão do visto humanitário. As organizações selecionadas serão responsáveis por diversas etapas do acolhimento, como as orientações no local de origem (antes da partida), o apoio na chegada ao Brasil, o abrigo temporário de, no mínimo, um ano e a assistência para a inserção nos sistemas públicos de saúde, de educação e de assistência social. Além disso, as organizações deverão promover cursos de português e de capacitação profissional para garantir que os beneficiários tenham acesso aos direitos e aos serviços necessários para sua plena integração na sociedade brasileira.

Recomenda-se que, no próximo ano, esta Comissão continue acompanhando os desdobramentos da Portaria nº 42, de 2023, inclusive sobre a sua renovação, visto que vigorará apenas até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

Esse é o relatório, o qual submeto aos pares desta Comissão.

É isso, Sr. Presidente. Essas foram as considerações finais da nossa Relatora, Senadora Mara Gabrilli, sobre todo o trabalho desenvolvido, e os encaminhamentos feitos por esta Comissão. Já aproveito para parabenizar o belíssimo trabalho da Senadora e sua equipe.

Agora estamos aguardando para a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem! Parabéns à Senadora Mara Gabrilli, parabéns à Senadora Leila.

O relatório anual é uma apresentação que fica nos *Anais* da Casa. Ele é da melhor qualidade; não poderia ser diferente, com a nossa querida Mara Gabrilli e ainda com a revisão, eu diria, de V. Exa., que é uma Parlamentar que percebo, lá no Rio Grande, que não é só Parlamentar de Brasília; tem um carinho muito grande do povo do Rio Grande.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Vocês sabem que ela foi com a Comissão Especial...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Duas vezes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... daqui, do Congresso, por duas vezes, para acompanhar a chuva no Rio Grande do Sul. Todos nós somos muito bem abraçados, mas me parece que aquele dia era ela.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Não, espera...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Isso é um elogio. Naquele dia, pelo carinho que a população tem por você, o respeito...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Não, claro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... tirar fotografia, e você atendendo a todos. Isso é muito importante, viu? Eu sempre digo que o homem público que não tem humildade e não tem causas não entendeu por que está ali.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Com aquela humildade, que é do porte de uma campeã do mundo como você...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – É...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... realmente, para nós, foi muito, muito importante.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Digamos que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O Rio Grande do Sul lhe agradece, viu?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Imagina, eu que agradeço a oportunidade, não só pela iniciativa do senhor, mas dos demais Senadores do Rio Grande do Sul, o Senador Heinze, o Ireneu e o Mourão, a oportunidade de visitar e ver a realidade, porque uma coisa é você ver matérias, você ver vídeos, postagens; a outra coisa é você estar lá presencialmente, olhando nos olhos das pessoas e vendo o sofrimento.

Mas é um povo guerreiro, viu? Um povo que deu muita lição. Certamente é uma lição que fica para todos nós, a resiliência do povo gaúcho. Viu, Senador? Muito obrigada pela oportunidade. Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O povo gaúcho aprendeu muito também, porque tinha uma discussão: "Mas os gaúchos e tal...". Houve uma solidariedade total.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Foi sensacional.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Não teve um estado – e, naturalmente, o DF – que não mandou a sua contribuição, com cartas, com carinho. Aqui a própria rede do Senado, a Rede Vida, liderada pela Ilana...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Rede Vida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... mandou jamantas e jamantas: colchão, roupa, alimentos...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Brinquedos para as crianças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... brinquedos. Você olha a sensibilidade da mulher. O momento mais bonito para mim foi este...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... quando lá, no Sindicato dos Metalúrgicos, que é a minha base, tinha um acampamento da moçada lá, tinha umas 400 pessoas, e o pessoal escolheu – não fui eu que escolhi, o pessoal escolheu; é bem central, em Canoas –, e chovendo, batendo água, e nós entregando os brinquedos, porque o caminhão encostou na lateral, nós tínhamos que entrar no sindicato e estávamos nós, naquelas filas em que passam de mão em mão. E, quando vimos lá dentro, a maior alegria que as crianças tinham não era nem pela roupa, não era pelo colchão, não era pela cesta básica, era pelos brinquedos. Foi uma maravilha, foi emocionante...

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Foi muito, muito!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... emocionante!

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Foi um dos momentos mais marcantes, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Para mim também foi um dos mais marcantes.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – ... nesta minha caminhada aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Olha aqui, a assessoria funcionou. A Liga do Bem, não é? A Liga do Bem!

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – A Liga do Bem, verdade, muito obrigada. Parabéns aos nossos servidores!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, funcionou. Foi algo maravilhoso.

Bom, agora, o que nós podemos encaminhar? Falta ainda para o quórum um, não é? (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos à primeira parte. Apreciação das emendas da Comissão do Ploa 2025. Daremos início à primeira parte, destinada a deliberar sobre as emendas da CMMIR a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024, Projeto de Lei Orçamentária Anual, Ploa 2025.

A Presidência comunica que foram apresentadas dez sugestões de emenda ao projeto de 2025. As nossas Relatoras, Senadoras Mara Gabrilli e Leila, fizeram um belíssimo trabalho, mas infelizmente Mara não pôde comparecer, está aqui a justificativa. E também o Presidente, o Túlio, não pôde comparecer, porque está numa missão no exterior. E ele me convidou para estar aqui, já que eu sou o Vice, e, quando ele me convidou, eu disse: "Não, o senhor não tem o direito de me convidar". Ele disse: "Por quê, Paim, onde é que eu errei?". Sabem que ele é muito querido também, não é? Eu disse: "Você está me convocando, e para convocação não tem papo, tem que ir". Ele deu uma risada, ele é muito querido também. Ele só riu e disse: "Não, Paim, posso contar...?". "Claro que pode, Presidente", para que a gente estivesse aqui, neste momento.

Então, a partir de agora, eu passo a palavra à nossa querida Relatora, Senadora Leila Barros, para fazer a leitura agora do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Paim.

Parabenizo o Presidente da Comissão, que é o Deputado Túlio Gadêlha, e a Senadora Mara Gabrilli, como Relatora. E quero dizer que eu estou aqui apenas como instrumento. O trabalho todo foi da Senadora Mara Gabrilli e sua equipe, assim como a consultoria, mas é um prazer, como eu falei, estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Palmas ao Túlio, palmas a ela, mas palmas a você também, viu?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Eu tenho um lado muito de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – De solidariedade.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Quando um colega precisa, eu vou estar sempre aqui. O senhor sabe disso, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem. Estamos juntos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – É isso aí.

Vamos à leitura do relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição, nos arts. 4º e 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e na Resolução nº 1, de 2006-CN, está em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

26, de 2024-CN (PLN 26/2024), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025" – Projeto de Lei Orçamentária para 2025 (Ploa 2025).

Nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, e do art. 10 da Instrução Normativa nº 1, de 2024-CMO, as Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional podem apresentar até quatro emendas de apropriação e até quatro emendas de remanejamento ao Ploa.

Nesse contexto, esta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados recebeu, no prazo estabelecido, dez propostas de emendas a serem apresentadas ao Ploa 2025, conforme detalhado no Anexo I. Todas as propostas apresentadas referem-se a emendas de apropriação, ou seja, não houve emendas de remanejamento ou de texto.

É o relatório.

Agora, nós vamos para a análise.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados pode, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, e do art. 10 da Instrução Normativa nº 1, de 2024-CMO, apresentar até quatro emendas de apropriação e até quatro emendas de remanejamento ao projeto de lei orçamentária. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação.

As emendas de Comissão devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que deliberou pela sua aprovação. Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão. Ademais, segundo o art. 4º, §1º, da LC nº 210, de 2024, as emendas deverão identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar ações orçamentárias distintas.

Em relação às propostas de emendas, conclui-se que respeitam as disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, em observância ao disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, bem como no art. 4º da LC nº 210/2024.

Ademais, constata-se que as propostas de emendas de apropriação apresentadas estão concentradas em quatro ações orçamentárias. Isso permite, no que tange ao mérito, que todas sejam acolhidas, conforme discriminado na tabela a seguir. Com a finalidade de abranger todos os autores, foi adotado o maior valor proposto para cada ação.

Agora, eu vou fazer a leitura do quadro aqui.

Emendas de apropriação a serem apresentadas pela presente Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1. Unidade Orçamentária 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - para Administração Direta. Ação 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça. Valor: R\$200 milhões. Autores: Leila Barros, Mara Gabrilli, Paulo Paim e Túlio Gadelha. Nºs das Propostas: 001, 004, 006 e 008.

Emenda nº 2. Unidade Orçamentária 81111 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - também Administração Direta. Ação 21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações. Valor: R\$200 milhões. Autores: Carol Dartora, Mara Gabrilli, Socorro Neri e Túlio Gadêlha. Nºs das Propostas: 002, 005, 009 e 010.

Emenda nº 3. Unidade Orçamentária 35101 - Ministério das Relações Exteriores - também Administração Direta. Ação 20I5 - Serviços Consulares e Assistência a Brasileiros no Exterior. Valor: R\$10 milhões. Autor: Senadora Leila Barros. Proposta 007.

E a Emenda nº 4. Unidade Orçamentária 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta. Ação 8495 - Realização de Eventos Internacionais Oficiais. Valor: R\$6 milhões. Autora, Senadora Mara Gabrilli. Proposta 003.

Por fim, ressalta-se que, em cumprimento de decisão monocrática proferida no âmbito da ADPF nº 854, o Anexo I detalha as propostas de emendas e os respectivos autores.

O voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados delibere pela apresentação das 4 (quatro) emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse era o... Só um minuto, Senador.

Bom, era essa a nossa fala do relatório da Senadora Mara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, meus parabéns, Senadora Leila Barros, pela leitura do relatório, que tenho certeza será aprovado por unanimidade. Mas falta um para o quórum ainda, para colocarmos em votação.

Se V. Exa. permitir, eu farei a leitura, e a senhora está liberada se assim entender necessário.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Pela ordem.) – Então, eu gostaria de pedir desculpas, realmente eu vou ter que sair porque eu sou membro titular da CMO, e está tendo reunião de Líderes agora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – É fundamental.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Mas não poderia deixar de estar aqui com V. Exa., que, como falei, tanto admiro, e, enfim, e de representar a Senadora Mara Gabrilli, aqui, pelo excelente trabalho, assim como o Presidente desta Comissão, o Deputado Túlio Gadêlha.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Parabéns pelo seu relatório. Fique à vontade!

Eu vou dar alguns informes sobre emendas que apresentamos e foram acolhidas.

Tema do presente documento: Emenda Apresentada na CMMIR, data, documento, *paper* com a emenda apresentada na Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Eu estou com outro documento, que eu mandei que buscassem para mim, que me mandassem lá do gabinete – meu gabinete é lá no 22 –, que fala sobre os refugiados internos, um trabalho que tem tudo a ver com esta Comissão, que fizemos naquela Comissão Especial, com oito Senadores, que foi ao Rio Grande do Sul.

Mas vamos lá.

Apresentei junto à Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados uma emenda de Comissão no valor de 200 milhões para ações socioassistenciais a imigrantes refugiados. A emenda, sendo aprovada, será destinada para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão competente para a implantação da política pública.

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por um aumento do fluxo migratório de estrangeiros para o território nacional, trazendo um grande desafio para a oferta de políticas públicas adequadas e especificidades dos diversos grupos que sejam capazes de atender o repentina aumento da demanda.

Ciente da situação da vulnerabilidade em que se encontram muitos dos estrangeiros que migram para o Brasil, os operadores do Sistema Único de Assistência Social vêm ocupando os mais diversos campos de sua atuação para garantir os direitos dos migrantes.

O fenômeno da migração se manifesta de muitas formas no território nacional, apresentando especificidades.

O primeiro passo para se definir o direito socioassistencial de pessoas em situação migratória é reconhecer que migrantes são sujeitos de direito, com direitos e proteções asseguradas, tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional.

No caso específico dos migrantes que ingressam no país e solicitam refúgio, os dispositivos legais nacionais conferem o direito de permanência temporária em território nacional tanto aos indivíduos que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitam refúgio e aguardam a manifestação das autoridades brasileiras quanto àqueles que tiveram o pedido indeferido, mas não podem ser transferidos ao seu país de origem por questões humanitárias.

Também é importante salientar que eventual ingresso irregular no território nacional não impede a solicitação de refúgio e ainda estende proteção à família do solicitante.

As ações realizadas pela equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com relação à temática migratória advêm das atribuições do Governo Federal no tocante à Política Nacional de Assistência Social.

Entende-se, porém, que fenômenos complexos como o da mobilidade urbana exigem respostas transversais no âmbito das políticas públicas a envolver diversas pastas como única possibilidade de um resultado efetivo.

Dessa forma, as tarefas referentes à recepção e à integração da população estrangeira no território nacional ultrapassam as responsabilidades da rede de assistência social no Brasil, uma vez que envolve questão de direitos humanos – casualmente sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado –, questão de direitos humanos, jurídicas, trabalhistas, de segurança pública, educação, saúde e de seguridade social, entre outras.

Nesse sentido, a presente emenda – que apresentei e que foi aprovada pelo menos pela Relatora; depende agora de votação, quando der o quórum no painel – visa garantir recursos no Suas para que possam ser repassados aos municípios para auxiliar o atendimento dos refugiados, conforme descrito acima.

Eu faço um esclarecimento, neste momento, a todos e a todas sobre os valores que são apresentados. Muitos poderiam dizer: "Mas 200 milhões? Mais 200 milhões? Mais tantos milhões?".

A Comissão de Direitos Humanos, hoje pela manhã – onde fizemos também um relatório com o mesmo objetivo: as políticas humanitárias –, deve ter aprovado, nas quatro emendas, em torno de uns R\$900 milhões.

Sabemos que essas quantias são colocadas, mas não é o que realmente é liberado. É uma forma de você apresentar um valor bem acima daquilo que se pretende para que na negociação o risco não seja de ir a zero. Porque teve um ano em que, embora tivéssemos apresentado um volume razoável de emendas em parceria naturalmente com todos os Senadores daquela Comissão, recebemos R\$600 mil – R\$600 mil é uma emenda que eu dou para um município, um dos 497; eu, individualmente, mando. Por exemplo, para os quilombolas eu mandei 500 mil para cada cidade do Rio Grande do Sul, que são em torno de cem, que tem o povo quilombola. Aqui eu falo só como detalhe, é um povo que para muitos ainda é invisível. Tinha Prefeito que dizia que lá não tinha quilombola. E com os dados do Governo, da Fundação





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Palmares, provaram que tem quilombola, sim: tal lugar, está lá e está ocupado por quilombolas. E aí devagar nós conseguimos fazer com que a quantia chegassem lá, mas estou falando de emendas individuais.

O que eu comento sempre – e fortaleço aqui – é que, de fato, tem que ter um debate mais profundo do Orçamento da União. Não tem sentido a Comissão receber R\$1 bilhão, R\$900 milhões, e outras, como é o caso da Comissão de Direitos Humanos, receberem R\$600 mil, R\$500 mil, que não responde nem àquilo que eu faço de minha obra, como eu digo, de emendas individuais. O Rio Grande do Sul tem 497 municípios, eu mando para os 497. Claro que um ano sim, um ano não, devido aos recursos que estão ao alcance de qualquer Parlamentar, Senador ou Deputado, para mandar as emendas para o seu estado.

Emenda de Comissão é outra história, tem que ter muito cuidado, por isso que está... É correto o debate que está havendo sobre esse tema e também tem, naturalmente, as emendas de bancada, que já é um outro debate também. Mas eu tenho valorizado, gostaria de que as emendas de Comissões fossem valorizadas e que vêm para o lugar certo com a devida justificativa, com a devida explicação e, como diz o Ministro do Supremo Tribunal Federal, cada Parlamentar assume a responsabilidade da emenda que ele mandou.

Eu estou fazendo essas falas, naturalmente, algumas até fugindo do objetivo desta reunião, porque tem tudo a ver com o nosso quórum: eu não vou encerrar a reunião. Para vocês terem uma ideia, teve uma oportunidade em que eu precisava de um voto e muitos tinham ido ao enterro de um Senador que tinha morrido em Belo Horizonte. Eu disse: "Eu não vou sair daqui enquanto não chegar mais esse voto aqui". Nós tivemos que ficar até às 10h da noite, mas chegou o voto e nós aprovamos uma proposta que era fundamental para o interesse do povo brasileiro.

Então, eu queria aproveitar este momento e dar conhecimento sobre o trabalho da Comissão que eu presidi de oito Senadores sobre um tema que tem tudo a ver com este momento. É um projeto que eu apresentei lá, foi encaminhado ao Presidente do Senado e recebeu uma proposta de cada Senador. Eu tive o cuidado de encaminhar um relacionado a esta Comissão em que eu institui, então, a política nacional para refugiados internos.

No caso de enchentes, como foi o caso do Rio Grande do Sul, tem cidades que ficam na beira do rio e consequentemente não adianta você mandar recuperar. Se vier outra enchente, vai de novo cobrir aquela cidade que fica na beira dos rios, não é? Então, nós falamos nesse projeto da importância de termos uma assistência aos chamados refugiados internos.

Os fatos que provocam o deslocamento dentro do mesmo país são – aqui eu falo do tema dos refugiados internos –, de um lado, violações graves aos direitos humanos, como extermínios, conflitos armados internos, forçando muitas vezes o deslocamento de populações para outras regiões, crimes de guerra ou consequências vinculadas a hostilidades que atentam ao direito humanitário; isso aqui é um resumo. De outro lado, os deslocamentos internos são provocados por calamidades naturais ou provocadas, rompimento de barragens, tsunâmis, furacões, enchentes, como ocorreu, neste ano de 2024,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Estado do Rio Grande do Sul. Não resta dúvida de que estamos diante da maior catástrofe natural da história do país e que provocará, pela primeira vez, deslocamentos internos por efeitos climáticos.

Segundo dados, até a data de 26/06/2024, estima-se que as enchentes afetaram mais de 2,342 milhões de pessoas, no Rio Grande do Sul, causaram 169 mortes de pessoas e ainda em torno de 50 desaparecidos. Além disso, desabrigaram em torno de 65 mil e desalojaram mais de 581 mil pessoas. São 497 municípios no Rio Grande do Sul, e isso aconteceu em 469 municípios, afetados lá no meu estado, no nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Diante desse trágico fenômeno, propomos três conceitos-chaves para tratar a mobilidade humana dessas pessoas: regresso, que corresponde ao direito sagrado de a pessoa deslocada voltar ao seu lar com a devida infraestrutura; realocação, que é o processo para encontrar em outro ponto do país um lugar para que se reconstrua a vida em segurança e estabilidade socioeconômica – aqui nós mostramos que, como aconteceu no Rio Grande do Sul, infelizmente, por inúmeros outros motivos, pode acontecer algo semelhante em outros estados –; e reintegração, que é o processo que as autoridades estatais, em cooperação com a sociedade civil e internacional, levam a cabo para obter soluções emergenciais e duradouras para o problema que originou o deslocamento. Todo esse processo se dará com os cuidados de evitar qualquer forma de deslocamento arbitrário e violação de direitos e liberdades.

Nessa proposição em que tratamos de refugiados internos, outro tema tratado é o que diz respeito aos desaparecidos. Será garantido o acesso à informação sobre buscas, paradeiros, destinos dessas pessoas; e, em caso de morte, deve haver o tratamento digno.

Essa proposição realizada diante da emergência do Estado do Rio Grande do Sul tem a pretensão de que o Brasil tenha uma legislação séria e responsável sobre deslocados internos de modo permanente.

Sobre o tema aqui, eu tenho dois caminhos ainda. Eu tenho o projeto que apresentamos, que está tramitando na Casa, que institui a política de refugiados internos... Que eu possa aqui dar os seguintes passos... (Pausa.)

É importante que o Brasil saiba que esse projeto que eu apresentei teve o apoio de uma série de entidades internacionais. Elas me ajudaram, com base na experiência de outros países.

Eu vou fazer a leitura do projeto enquanto esperamos. E eu faço um apelo ao pessoal do meu gabinete também para que liguem para os Deputados, dentro do possível. Entendo que ali tem uma série de pessoas que poderiam vir aqui. Não sei se a Carol Dartora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Está na UnB, mas fez contato com ela?

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Está bom.

Faremos o seguinte... A sugestão aqui da assessoria... Eu tenho outro documento pequeno ainda que trata também da Política Nacional para Deslocados Internos. Eu vou ler esse documento, mas não há problema nenhum. Se estiver faltando ainda um, eu vou ler um outro que é maior, que é todo o projeto e toda a justificativa. É um projeto que foi discutido... Quais são as entidades que participaram – a Unicef, a ONU –, que deram contribuição?

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – A Acnur. Isso. Como a gente fala muito de direitos humanos, fala com representantes da ONU, da Unicef... E a Acnur foi quem colaborou muito com esse projeto.

Então, vamos lá.

Vou falar um pouco mais ainda sobre a importância da Política Nacional para Deslocados Internos.

Ao longo dos anos, os deslocamentos internos no Brasil foram motivados principalmente por fatores econômicos, porém, temos identificado que as calamidades humanas, como o rompimento de barragens, a exemplo – aqui eu não tinha falado, mas é importante ser dado o exemplo – de Brumadinho, ou outras calamidades naturais, como enchentes e secas, como foi o caso, inclusive, da Amazônia, têm assumido um protagonismo cruel nesse processo. A tragédia ocorrida naturalmente no Rio Grande do Sul, de que já fui discorrendo, é, sem dúvida, a maior catástrofe natural da história do país e provocará, pela primeira vez, deslocamentos internos em massa por efeitos climáticos. Na cidade mesmo onde eu moro, Canoas, muitos bairros ficaram alagados, como o de Mathias Velho, em que a água chegou a subir – em Harmonia, até 2m – dentro da propriedade daquele cidadão que ali morava. Eles se mudaram totalmente e não querem voltar para aquele espaço, para uma propriedade que era deles.

Conforme dados do boletim sobre os impactos das chuvas divulgado agora, mais recentemente, que vai além dos dados de que eu falava no outro documento, foram atingidos em torno de 480 municípios e 2 mil... Não, aqui é outro dado, não é sobre isso. Houve mais de 806 feridos, 29 desaparecidos – no outro, eram 50, mas já estão em 29 – e 182 óbitos. Muitos desses milhares de desabrigados viviam em locais que foram completamente destruídos ou severamente danificados, cuja construção de lares naquele mesmo local, digamos, próximo ao rio, é desaconselhável ou até mesmo inviável. Plantações foram perdidas, inúmeros animais morreram – a suinocultura gaúcha estima em 12,6 mil suínos mortos, a avicultura aponta 279 mil aves de corte e 150 mil aves poedeiras mortas, além de 4,5 mil cabeças de gado perdidas. Quanto ao setor empresarial, estima-se que 48,3 mil indústrias foram atingidas, o que representa 94,3% dessa atividade econômica, e 818,3 mil pessoas perderam o emprego.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da tragédia climática do Rio Grande do Sul, apresentamos o PL 2.038, de 2024, que trata do tema sobre o qual eu estou aqui discorrendo, que é a Política Nacional para Deslocados Internos, que espero agora que a Casa aprove.

O Relatório Global sobre Deslocamento Interno, elaborado pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno, informa que o número de deslocados internos no mundo bateu recorde em 2022, chegou à marca de 76 milhões de pessoas.

Diante do exposto, entendo que esse projeto deve ser aprovado, creio eu, o mais rápido possível – e creio que é real essa meta –, para que nós estejamos mais preparados para fatos como esse que aconteceu no Rio Grande do Sul, se voltarem a acontecer.

Então, agora, concordando aqui com a sugestão do Secretário-Geral da Mesa, o Sr. Ricardo, nós vamos suspender por dez minutos.

Eu mesmo vou dar alguns telefonemas, vou fazer contato com alguns dos Deputados Federais que não se encontram aqui. Senadores já estão todos, cumprindo o seu dever já. Senadores estão todos na tela, como exigem aqui, para poder votar o relatório final. (*Pausa.*)

Todos registraram presença, não é? Todos os blocos registraram presença.

De Deputado Federal, nós temos ainda Dorinaldo Malafaia ali – é isso, não é? (*Pausa.*)

Todos, eu posso ler todos que estão em branco do lado... (*Pausa.*) ... dos Deputados: Socorro Neri, Dagoberto Nogueira, Baleia Rossi, Zé Haroldo Cathedral.

Eu estou aqui lendo, mas não é com nenhuma intenção de fazer alguma reclamação, não, porque nós marcamos no horário, inclusive, que... os plenários estão funcionando, mas teve que ser nesse horário, e muitos Parlamentares não puderam vir. Eu estou fazendo um apelo a esses outros que estão aqui, se puderem chegar aqui, vindo um ou dois... (*Pausa.*)

Isso. Podem, no Salão Azul, registrar a presença.

Zé Haroldo Cathedral, Marcelo Crivella, Rosana Valle, General Pazuello, Carol Dartora – e o Túlio está viajando. Ainda há os suplentes que, se porventura puderem, sempre ajudam, porque, se o titular não está, vale o suplente. Então, eu lembro o Pedro Aihara, Gabriel Mota, Aliel Machado, Denise Pessôa – Denise Pessôa – e Guilherme Boulos.

Se a Denise registrar a presença, vale a presença dela ainda? (*Pausa.*)

Então, tá. Eu vou fazer uma ligação à Denise Pessôa, que é do Rio Grande do Sul, é da minha cidade natal, Caxias do Sul, e sempre tem me atendido, toda vez que eu necessito que ela dê presença. E temos uma parceria, claro, em nome do Rio Grande do Sul, aí, no caso, mais Caxias do Sul.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se alguém puder fazer a ligação aí para Denise. Isabel, tu pedes para o meu gabinete ligar para ela e passar para mim? Tenho certeza de que ela registrará a presença, e os outros colegas também. Eu fui Deputado por quatro mandatos; três, estou no Senado, e a todos eu tenho muito respeito. Podemos ter divergências ideológicas, partidárias, mas isso é natural.

Todos que estão nesta Comissão eu sei que têm compromisso com a Comissão, e a presença deles ajudará para que a gente possa concluir os trabalhos no dia de hoje, aprovando o relatório da Mara Gabrilli, que foi lido pela Leila Barros.

O Presidente da Comissão é o Túlio Gadêlha, que está no exterior, e eu estou hoje aqui representando o grande Túlio Gadêlha, um excelente Presidente desta Comissão.

Então, eu vou interromper só por dez minutos. Está suspensa por dez minutos, depois voltaremos aqui.

(Suspensa às 16 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Voltamos à nossa reunião, que havia sido suspensa por alguns minutos.

Agradeço à Carol Dartora, que estava numa atividade na UnB, mas conseguiu se deslocar e já registrou a presença.

Então, vamos agora discutir a matéria.

Em discussão o relatório apresentado pela Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão apresentadas perante a CMO.

Antes de encerrarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 6ª Reunião e também da presente reunião.

Os Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Congresso Nacional*.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado e até a próxima.

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5^a REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N^º 7.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Margareth Buzetti, Teresa Leitão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Weverton, Paulo Paim, Marcos do Val, Zenaide Maia, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Daniella Ribeiro, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Magno Malta, Tereza Cristina, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Ana Paula Leão, Flávia Moraes, Elcione Barbalho, Delegada Katarina, Silvia Waiápi, Maria Arraes, Jack Rocha e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2024 - CMCVM, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Debater sobre ferramentas de combate à violência política de gênero, considerando o papel de diferentes órgãos em um diálogo interinstitucional. **Participantes:** Edilene Lôbo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral; Andréa Pachá, Secretária-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral; Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal; Raquel Branquinho, Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União; Andreza Silva Xavier, Coordenadora-Geral de Participação Política das Mulheres em Espaço de Poder do Ministério das Mulheres; Rafaella Mikos Passos, Coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher da Defensoria Pública da União; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal; Ana Cláudia Oliveira, Coordenadora de Pesquisas do Observatório Nacional da Mulher na Política da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados; e Cristiane Damasceno, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB/DF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senadora Augusta Brito

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04>

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE. Fala da Presidência.) – A gente declara aberta esta 5^a Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura, que se realiza agora, no dia 4 de setembro.

Esta presente reunião se destina à realização da audiência pública com o objetivo de debater sobre ferramentas de combate à violência política de gênero, considerando o papel de diversos órgãos em diálogo interinstitucional, em atenção ao Requerimento nº 10, de nossa autoria.

Nesta audiência pública a gente vai compor duas mesas. A gente já vai começar agora com a primeira mesa. Já quero aqui registrar a presença da nossa querida Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, nossa querida Edilene, que tanto nos honra com a presença aqui. Obrigada por estar aqui, nossa Ministra.

Também aqui a nossa Secretária-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, Andréa Pachá. Muito obrigada também pela presença.

E a Andreza Silva Xavier, Coordenadora-Geral de Participação Política das Mulheres em Espaço de Poder do Ministério das Mulheres. Também muito obrigada pela presença.

Registro aí um abraço também muito forte para nossa Ministra, dizendo aqui e fazendo um registro de que em todas as audiências públicas, para todos os assuntos que a gente convocou aqui, o ministério sempre está bem representado.

E agora, antes de passar a palavra às nossas convidadas, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

E o relatório desta audiência pública – o relatório completo com todas as manifestações – também estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem aqui expostas.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas a gente sabe que, se precisar se estender também, a gente tem flexibilidade. E, no fim da exposição da palavra, será concedida às Sras. e aos Srs. Parlamentares também a oportunidade de fazer algum questionamento ou pergunta, como a gente sempre faz aqui nas audiências públicas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Antes de iniciar, passando aqui para a nossa convidada, a nossa Ministra Edilene Lôbo, eu queria só falar como surgiu o pedido para esta audiência, por que esta audiência pública e por que a gente fez essa autoria agora no período eleitoral. Todo mundo sabe que os Senadores e Senadoras, Deputados, os políticos, sobretudo, estão aí nas suas bases eleitorais fazendo seus trabalhos, mas exatamente por se falar e se tratar da violência política de gênero. E, como nós mulheres somos sempre mais afetadas, seja em qualquer tipo de violência e na polícia também, então a gente achou super necessário fazer esta audiência pública com as nossas convidadas aqui muito especiais, que têm já uma grande experiência e podem também contribuir com algumas ações.

Resumindo – eu disse que não ia falar muito agora –, eu queria só falar sobre um exemplo que a gente teve lá no Estado do Ceará, que foi uma Comissão Interinstitucional de Prevenção à Violência Política de Gênero. Essa Comissão, que tem à frente a Juíza Ouvidora da Mulher, a Dra. Anita Dias, lá no Ceará, tem vários parceiros. A ideia da audiência pública é que a gente possa discutir se esse modelo que a gente fez no TRE do Estado do Ceará junto com os parceiros – Secretaria de Mulheres, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados e Advogadas, Fórum Estadual de Instância de Mulheres de Partidos Políticos e Observatório de Violência Política contra a Mulher –, se a gente pode de certa forma tentar replicar esse modelo em nível nacional, aqui com o TSE também e outras sugestões, porque a gente quer saber de alguma forma que a gente possa prevenir a violência política de gênero. E, se ela acontecer, que a gente possa também dar o suporte para que a vítima possa saber que tem ou que seja um pacto feito pelo TRE, que é o caso do Estado Ceará, ou em nível nacional possa se levar para todos os estados esse modelo, se a gente achar que ele está funcionando, porque está funcionando bem.

E essa Comissão criou esse pacto e tem várias outras proposições, como curso para especialização dos profissionais que vão fazer atendimentos. Eu vou tentar resumir aqui. Então, a sugestão era essa para a gente começar a discussão.

E também quero falar que eu tive, na minha ansiedade, e a nossa Ministra muito atenciosa... A gente fez uma reunião virtual, e eu peguei um pouco a ideia dela... Peguei um pouco, assim, para ser... Eu peguei a ideia dela. Ela deu a ideia, na verdade, ela ficou feliz. Eu queria que ela tivesse ido no dia da assinatura do decreto para que a gente pudesse fazer, dentro do Estado do Ceará – eu falo do Ceará porque foi onde a gente fez – uma articulação com o Governo do estado e com a Polícia Civil. E já tem lá, através desse decreto do Governador, um atendimento virtual específico para violência de gênero dentro da Polícia Civil, 24 horas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A gente teve uma pressa para que servisse agora, sobretudo no período eleitoral, porque a gente sabe também que os ataques aumentam ainda mais em relação a nós mulheres. Eu já recebi vários relatos, inclusive de candidatas a Vereadoras, de que o partido de alguma forma retirou a sua candidatura, de uma forma violenta, sem nenhuma justificativa, por questões políticas locais e regionais, não só tirando a oportunidade de a Vereadora concorrer ao mandato, ainda, obviamente, como a gente sabe que é comum, acrescentando questão de denegrir a imagem...

Não, denegrir não. Opa, perdão. Opa! A gente vai se consertando, não é? Perdão. É até bom para poder dizer como a gente tem que se autodesconstruir no que foi construído, tanto no machismo como no racismo, enfim.

Então, voltando à questão, ela, além de tudo, foi afetada também na questão moral. Como? Porque, além de não dar a oportunidade de ser candidata, ainda disse que ela estava namorando outro Vereador, enfim, não só afetando a questão política em si, mas a questão pessoal, como sempre vêm os ataques a nós mulheres, sempre vêm atrelados a alguma questão moral relacionada aos ataques que são feitos a nós.

É só para a gente ver como é necessário, realmente, a gente falar e reforçar essas questões do combate à violência política de gênero. E ela é muito real e acontece muito, sobretudo nesse período de eleição agora, em que a gente sabe que, infelizmente, é acentuada.

Já tendo o prazer de ouvir nossa querida Ministra Edilene Lôbo, eu quero passar aqui a palavra a ela, porque ela tem muito a contribuir. E quero agradecer por esse decreto. Esse núcleo que foi criado no Estado do Ceará, se pudesse ter nome, teria o seu nome, porque foi exatamente da nossa conversa virtual, da sua disponibilidade, da sua vontade também de ampliar o serviço de atendimento ao combate à violência contra nós mulheres que aconteceu. Então, eu agradeço muito e já passo aqui a palavra para você.

A SRA. EDILENE LÔBO (Para expor.) – Muito obrigada. Eu estou sendo ouvida?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EDILENE LÔBO – Tudo bem? Olá. Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade de estarmos aqui. Aproveito para cumprimentar todo mundo na pessoa dela, e um cumprimento especial à Secretaria-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, a Desembargadora Andréa Pachá, para destacar, no cumprimento que faço, a atuação das mulheres no ambiente da Justiça Eleitoral. A Desembargadora é a demonstração de como as mulheres, principalmente magistradas, têm operado, têm atuado para fazer com que a realidade brasileira mude, em especial nesse tema que



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nos reúne aqui. Muito obrigada pela oportunidade de nós nos encontrarmos aqui. Eu tenho o privilégio de encontrá-la pelo menos uma vez por semana.

Meu outro privilégio é me encontrar com a Desembargadora, a nossa Secretária, de frente todas as terças e quintas-feiras para a Ministra Cármem Lúcia, uma mineira como eu, que honra a todas nós mulheres, em especial as mulheres que atuam nesses ambientes, nos ambientes de poder.

Então eu começo minha oração agradecendo às mulheres, às mulheres que oportunizam esses nossos encontros, Ministra Cármem, Senadora Augusta, Desembargadora Andréa e cada uma que aqui se encontra; naturalmente também aos homens, que, compreendendo bem que essa é uma luta em prol de uma sociedade melhor, não se trata da defesa de um espaço individual reservado para um gênero. Nós estamos falando, quando discutimos tão veementemente a necessidade de tratar a violência como essa disfuncionalidade que não permite à sociedade brasileira se tornar cada vez melhor, quando nós falamos disso, nós destacamos um projeto que é um projeto de vida boa para todo mundo. Então, essa não é uma luta de uma pessoa, de algumas pessoas ou de algumas mulheres. Esse papo não é um papo batom, essa é uma conversa de uma sociedade que quer se tornar próspera, de verdade.

Quando eu me assento nesta bancada, ao lado dessas mulheres e diante de tantas outras aqui, buscando tratar este assunto com a seriedade que merece, eu me pergunto: por que nós temos que falar disso? E imediatamente uso oferecer uma resposta para mim mesma: nós precisamos falar disso, porque nós temos que falar da salvação de uma vida coletiva boa, saudável, includente, que possibilite que não só as gerações que aqui estão... E, então, nós estamos falando de presente, olhando para trás para melhorar esse tempo que nós queremos que seja bom hoje e ainda melhor para as que virão. Então, por que nós temos que falar deste tema? É porque este tema é da mais alta importância.

E eu inicio estas breves palavras destacando este aspecto: essa é uma conversa que tem que perpassar por todas as pessoas, tem que estar em todos os espaços, tem que merecer nossa atuação diária, nossa consideração cotidiana. Falar do enfrentamento à violência contra as mulheres, então, é tratar de mudar a realidade brasileira e investir na modificação da realidade mundial. Nós já conhecemos os números, eu não vou repeti-los, mas sabemos que mais da metade da população brasileira se vê coagida e excluída de espaços como este aqui, quando nós falamos na extensão do poder. Essa exclusão das mulheres dos espaços decisórios em geral, marcadamente



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

o espaço da política, torna a política pior, torna a sociedade pior, torna a vida de todas as pessoas pior. Então, falar deste assunto é falar de vida boa para todo mundo. Eu começo assim.

Além de tratar deste tema com a veemência merecida, nós precisamos também fazer uma reflexão sobre a necessidade de tratar o enfrentamento à violência contra a mulher sob uma leitura também do recorte racial. Nós sabemos que toda violência contra a mulher é uma violência política, e eu escutei isso da querida Juíza Adriana Manta e achei de uma pertinência extrema, porque a exclusão das mulheres do ambiente público é uma violência que se renova toda hora. Quando nós falamos da exclusão das mulheres dos espaços decisórios do Parlamento, por exemplo, nós falamos de uma violência política agravada. Ela piora quando nós observamos a violência política contra as mulheres negras.

E, ao falar desse tema, eu me vejo aqui tocada para registrar que essa violência no Brasil – e me parece que também é um fenômeno mundial, um tema a que tenho me dedicado, que tenho pesquisado e estudado –, a violência contra as mulheres, marcadamente as mulheres negras, tem ganhado uma atração ainda maior no mundo digital, no mundo virtual. É para dizer que pesquisas muito sérias no Brasil têm apontado um crescendo da violência contra as mulheres e um recorte racial ainda mais agressivo quando nós tratamos desse tipo de disfuncionalidade de uma sociedade saudável.

E, ao falar desse tema – eu dizia do meu trabalho, da minha pesquisa –, eu escrevi um livro modesto com uma aluna querida; ela, sim, uma mulher muito potente, de Minas Gerais também. Desculpem-me – viu? – falar do melhor estado deste país. (Risos.) Nós escrevemos um livro, lançado ano passado, para tratar de inteligência artificial e direitos fundamentais. Naturalmente o foco estava, como está, na utilização da tecnologia para servir à sociedade, para servir aos direitos fundamentais e em especial para tratar desse assunto que nos reúne aqui e que nos estimulou a escrever esse livro.

Ali nós falamos de três vieses graves no mundo digital, marcadamente o racismo algorítmico associado ao machismo, ou seja, o desvio dessa construção humana, que é a inteligência artificial, o desvio propositado ou não, operando contra as mulheres, contra as mulheres negras. Por isso, então, fazendo a reflexão sobre a impactação do mundo da vida, mas em especial do mundo da política, pelas transformações tecnológicas, pela inteligência artificial, nós chegamos ao ponto de compreender que o enfrentamento dessa velha prática, com esses novos veículos, precisa lançar mão da própria tecnologia. Por isso que nesse ponto nós falamos da tecnologia servindo à sociedade.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E foi aí que me ocorreu a ideia de nós defendermos a criação das delegacias ou núcleos – como a Senadora, aqui coautora da prática da ideia, como ela renomeou –, talvez pensarmos em núcleos de enfrentamento, mas o que nos ocorreu ali, em um primeiro momento, foi a criação de delegacias virtuais para que nós pudéssemos tratar desse problema com a especialidade, a velocidade que o assunto tem. Então, a minha ideia inicial era, se nós tivermos as delegacias virtuais, nós poderemos inclusive economizar dinheiro com a instalação de prédios e de equipamentos físicos e utilizar esse recurso para melhorar a prestação desse serviço.

Ainda a outra ideia era evitar a revitimização. Nós sabemos o quanto custa para as mulheres violentadas, em todos os aspectos, ter que se dirigir a um estabelecimento físico estatal e repetir, reviver, relembrar, recontar todo o percurso de sofrimento passado. Mais que isso, há a dificuldade, principalmente para as mulheres mais pobres, de acessar esses equipamentos sociais e, no campo da inteligência artificial, a grande dificuldade de produzir a prova da violência no mundo digital. Então, nós pensamos nessa ideia, porque nós poderíamos condensar várias expertises num lugar só. A ideia era economizar recurso para que esse equipamento pudesse ser acessado de qualquer lugar; economizar tempo para possibilitar maior rapidez na oferta da denúncia – porque esse é um outro problema, quando nós falamos num processo eleitoral que se dá aqui na velocidade de três meses no máximo, cada minuto conta para tratar do tema –; e ainda evitar revitimização.

No ponto central de melhorar o sistema investigativo, que também é a nossa ideia, foi de possibilitar uma melhor cadeia de custódia da prova do ilícito no mundo digital, que é uma das grandes dificuldades. Quem já tentou produzir essa prova, para fazer uma denúncia, sabe exatamente do que eu estou contando. E, ainda, a ideia era de que, com pessoas especializadas, agentes de polícias especializadas, também a possibilidade de adotar medidas de urgência para o tratamento do problema – uma delas: acionar imediatamente as plataformas digitais para dar-lhes notícia de um ilícito naquele ambiente.

Então, essa é uma das ferramentas que pensamos e esperamos que, com essa iniciativa no Ceará, por intermédio da Senadora, a partir da aplicação dessa iniciativa, possamos observar melhor se a ideia pega, se a ideia realmente rende os frutos desejados. Mas quero dizer-lhes que, se não valer de nada – lembrando daquele lindo poema – se não valer de nada, se não valer as flores, se não valer a chuva, vale o esforço de jogar a semente na terra.

Essa era a ideia que nos movia e que nos move aqui. Por isso, quero agradecer de novo a oportunidade de trazer essas ideias. São ideias pequenas, simples, porque nós precisamos fazer um pacto de verdade, não só nos poucos meses de uma eleição.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Precisamos fazer um pacto de verdade para que a oitava economia do mundo que – aliás, li nos jornais, e penso que deve ser a notícia do dia – cresce economicamente de modo tão importante – e esse crescimento se deve certamente a mais da metade da população brasileira que trabalha, que luta, que constrói, que cria... Não é possível que essa oitava economia do mundo possa viver com os índices de feminicídio, de exclusão das mulheres do mundo da política e de apagamento das mulheres nos espaços corporativos. Enfim, nós precisamos falar dessa harmonia entre prosperidade do ponto de vista da riqueza econômica e prosperidade do ponto de vista da inclusão e da visibilidade dessa grande maioria que constrói esta nação.

Eram essas pequenas palavras. Perdoem-me se eu sou muito veemente ou emocionada, mas me parece que precisamos desse vigor para tratar desse tema, marcadamente falando da violência contra as mulheres com o recorte de raça.

Muito obrigada.

Muito obrigada mesmo.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Costumo dizer que eu sempre aprendo nas audiências públicas, e não só em audiência pública, mas em reunião, em conversa e em eventos. A gente se encontra, eu sento perto dela e já estou aprendendo. Quero agradecer muito a oportunidade de poder conviver com a sua sabedoria, as suas ideias, enfim, com o seu entusiasmo, realmente, em fazer as coisas acontecerem. Acho que assim dá certo, quando a gente acredita no que faz.

Eu já tenho este livro aqui. Não tinha esse, mas ganhei e estou aqui louca já para ler.

Quero dizer que, também, com muito prazer, a gente vai ouvir agora a autora desse livro, e quero dizer que só o título do livro: *A vida não é justa...* Acho que, como se fala muito de nós mulheres...

Quero registrar as duas Senadoras que aqui estão, Senadora Jussara e Senadora Teresa.

Tenho certeza de que são Senadoras também que vão levar as ideias desta audiência pública para os seus estados, é bom que a gente vá ampliando, no Piauí, em Pernambuco, a gente vai ampliando também essas boas ações. E aí, como eu estava dizendo, só para completar, antes de você começar a falar, eu quero dizer como estou curiosa para ver, porque a vida realmente não é justa, sobretudo para nós mulheres e ainda mais para as mulheres negras. Como sempre, nossa



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ministra não deixa, e eu faço questão sempre também de ressaltar que tem que ter o recorte porque não é igual, e só sabe realmente quando a gente pode estudar e fazer e desconstruir todo o machismo que foi naturalizado, todo o racismo que foi naturalizado por muitos anos e a gente tem que desconstruir. Primeiro, aceitando que ele existe; segundo, se reconhecendo também reproduzidor muitas vezes; e terceiro, dizendo que não é assim, não é assim, a gente não vai continuar fazendo o que hoje a gente já tem condição, discernimento de entender que não pode ser. Então a gente vai sempre estar buscando, com certeza, incluir, incluir a todos, o que não é fácil.

Eu digo que não vou falar, eu me empolgo, mas assim, a violência política – estou falando porque vejo duas Senadoras aqui – é tão forte porque é todo dia e toda hora e, quando muitas vezes ela não vem de forma muito, eu digo assim, explícita, com violência física, ela também é naturalizada. Então ela passa também por muitos que não querem ver que aquele problema está acontecendo. Inclusive, como a lei é recente, eu me boto também nesse lugar. Muitas vezes a gente, infelizmente, ainda se permite, para poder conviver ou sobreviver naquele espaço que está ali violentando toda hora. Aí, quando você sabe o que é violência política, sabe que está acontecendo com você, você tem que reagir. Quando era naturalizado, não, mas agora a gente vive todo dia e toda hora. Eu falo sem medo de errar, porque é o que eu sinto, tenho certeza de que nossas Senadoras aqui também.

Mas agora eu quero ter o prazer de ouvir nossa Desembargadora Andréa Pachá, autora do livro que depois eu vou ler e vou comentar, quero que todos possam ter a oportunidade também de fazer essa leitura. Pode falar.

A SRA. ANDRÉA PACHÁ (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Está ouvindo?

Antes de mais nada, quero agradecer muito pelo convite, que eu recebi como uma convocação. Voltar ao Senado para discutir o enfrentamento à violência política contra a mulher, para mim, é uma grande honra, embora não sem uma dor profunda de perceber que, no ano de 2024, nós continuamos obrigadas a discutir o óbvio, que é o direito à igualdade, que não só é consagrado na Constituição, como nos constitui em humanidade. Então é uma sensação, ao mesmo tempo, feliz de estar entre as pessoas que se ocupam dessa pauta e que estão verdadeiramente na luta e no enfrentamento à violência, mas com essa dor, que é uma dor crônica de perceber que é difícil vencer essa estrutura que nos aprisiona.

E muito feliz e agradecendo profundamente à Ministra Edilene pela carinhosa referência, dizer do meu orgulho de chegar ao TSE, a convite da Ministra Cármem Lúcia, para esse período, depois de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

30 anos de magistratura, e compartilhar com a Ministra dessa angústia permanente que nos mobiliza e que nos faz desejar viver num país melhor, que todos nós merecemos.

Agradeço também a presença das Senadoras Jussara e Teresa, que me honram com a presença, e de todas aqui, todos aqui presentes.

Antes de começar a falar exatamente sobre a questão da violência política, eu quero dizer para vocês de onde eu falo. Eu sou magistrada há 30 anos. Ontem, aliás, eu completei 30 anos de magistratura. (Palmas.)

Obrigada.

Durante 20 anos eu dediquei a carreira à vara de família e sucessões. Talvez esse seja o lugar onde mais de perto se percebe a necessidade da igualdade no Parlamento, na produção de normas que verdadeiramente protejam as mulheres numa sociedade igual, que é o que a Constituição deveria nos garantir.

Eu trabalhei durante dois anos como Conselheira no Conselho Nacional de Justiça, quando a Lei Maria da Penha havia sido promulgada. Foi com muita esperança que nós recebemos a Lei Maria da Penha, imaginando que aquela lei seria um marco, um marco civilizatório na redução da violência contra as mulheres. E a primeira vez que nós tivemos alguma pesquisa sobre a violência, logo no primeiro ano seguinte à promulgação da Lei Maria da Penha, ficou todo mundo muito assustado com os números que se revelavam ali muito vívidos.

O que se discutia, ou a desculpa que se encontrava na ocasião, era que aqueles números não eram reais, mas que havia uma demanda reprimida, que nós nunca havíamos falado da violência, que aqueles números estavam silenciados e, pela primeira vez, nós conseguíramos saber o número real da violência. Só que, de lá para cá, passados quase 20 anos, a violência só faz escalar e piorar. Então, se é um assombro que nós precisemos, em 2024, discutir o enfrentamento à violência política de gênero, é ainda mais assombroso que nós tenhamos que lidar com um cenário permanente de violência.

É uma indignidade que as mulheres precisem se submeter a esse lugar para poder fazer prevalecer um direito que é não só das mulheres, mas de toda a sociedade. O direito de participar de uma estrutura estatal que garanta a igualdade na origem. E por que eu falo isso? E aí eu vou trazer aqui alguns dados muito rapidinho.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em 1879, quase 400 anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, é que foi permitido o acesso das mulheres à universidade. Então, nós passamos quase 400 anos com a condução acadêmica, com a condução intelectual, com a condução política na mão exclusiva de homens. As mulheres brancas puderam ir à universidade, porque as mulheres negras ainda eram escravizadas.

Só em 1932, as mulheres conquistaram o direito de votar. Estou falando de ontem. Quando a gente faz um arco e pensa na perspectiva histórica, é muito recente.

Em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, é que a mulher deixou de se submeter ao marido, inclusive para poder trabalhar, para poder vender um imóvel, porque a mulher alcançava a maioridade, e aí ela tinha autonomia, independência e capacidade. Quando ela se casava, ela retornava à posição de relativamente capaz e precisava da outorga do marido. Só em 1977, a lei do divórcio foi promulgada.

E a igualdade formal apenas foi garantida na Constituição de 1988. Então, embora seja um assombro, no século XXI, nós discutirmos a igualdade, é recente a igualdade formal.

Lamentavelmente, tanto nós que trabalhamos com a elaboração das normas, quanto nós, magistrados, que trabalhamos com as decisões que nascem das normas, lamentavelmente temos hoje a convicção de que as normas não transformam a realidade. As normas têm uma importância simbólica fundamental para que a sociedade entenda que é impossível conviver com a violência e com a desigualdade.

Então, é nesse contexto que eu acho que mais relevante se torna o enfrentamento à violência política, porque nós estamos falando da interdição de mulheres participarem da elaboração de normas que vão se prestar a regular as relações sociais de toda a sociedade.

Olhem, gente, quem trabalhou com direito de família tem isso muito claro, porque, a mulher casada... Antes, quando o marido tinha um filho fora do casamento, ele não podia registrar esse filho; havia uma desigualdade no reconhecimento dos filhos, porque o que se garantia era o casamento formal, em detrimento dos direitos das crianças nascidas fora do casamento. Então, isso é só um exemplo muito rápido de compreensão do tamanho dessa desigualdade que nos estrutura.

Quando a gente fala da necessidade de participação das mulheres no processo político, nós estamos falando de um sistema que, desde 1963, reconhece esse direito. Na Convenção Sobre os Direitos Políticos da Mulher, estava estabelecido que as mulheres terão o direito de ocupar cargos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas nos termos da legislação nacional,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

em condição de igualdade com os homens e sem qualquer discriminação – em 1963. Então, não é por falta de lei que nós não temos igualdade.

O que tem faltado... Da observação desse fenômeno que se traduz num eleitorado majoritariamente feminino, mas em uma representação inferior a 20% de mulheres, o que se traduz é que nós temos convivido e temos aceitado conviver com uma sociedade que, estruturada na desigualdade, perpetua essa desigualdade política. E, para mudar essa realidade, nós não podemos apenas ficar aprisionados na pauta da violência, porque esse lugar é muito confortável. Se nós percebermos o tempo que nós temos dedicado ao combate à violência de gênero, é um tempo que nós temos nos deslegitimado no enfrentamento à construção de uma pauta que seja verdadeiramente igualitária.

Então, não dá para se resignar a esse lugar da violência e ficar todas as vezes que nós precisamos celebrar e falar do Dia da Mulher... O que nós temos feito? Temos trazido o número das mulheres que são mortas, das mulheres que são violentadas e das mulheres que são ameaçadas.

Então, não é possível enfrentar esse cenário sem, verdadeiramente, pensar em maneiras de dar efetividade à participação igualitária das mulheres no espaço político, no espaço do exercício de poder, porque só na política há saída para o cenário que nós enfrentamos. Não há possibilidade, não há essa fantasia de que a política acabou, que o espaço público é um espaço deteriorado; isso é uma fantasia de quem não tem compromisso com o coletivo, com o desejo da construção de um país mais consistente, mais igualitário.

É na política que essa igualdade acontece, é na elaboração das normas, é na promulgação simbólica de ferramentas que garantam uma boa escola para as crianças, que garantam a saúde, que garantam a mobilidade, que garantam a moradia, que são pautas que, se nós investigarmos e pesquisarmos, nós encontraremos, majoritariamente, na voz de mulheres que têm se dedicado a fortalecer a efetividade desses direitos fundamentais.

Então, para garantir o acesso e a participação das mulheres na política, é claro que nós precisamos vencer a violência. É na política que o espaço do enfrentamento à violência se encontra, e, paradoxalmente, é na política que o espaço da violência também tem escalado. As mulheres têm se afastado do espaço do poder não porque não tenham interesse em participar da vida pública, mas porque não precisam nascer heroínas para se dedicar à vida pública, porque não precisam conviver com o machismo, com a misoginia, com a ameaça não só às mulheres, mas também às famílias para se fortalecer no espaço da política.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, quando eu penso, agora, porque nesse momento que eu vim para o TSE, que é uma experiência nova, eu já fui juíza eleitoral como magistrada de primeiro grau, mas no TSE é muito visível a preocupação com o enfrentamento à desigualdade na representação. O tribunal tem sido muito firme na anulação de eleições que fraudam a cota de gênero, porque a cota de gênero foi um avanço, foi um direito significativo para as mulheres, na distribuição desproporcional dos recursos, na distribuição do tempo de propaganda...

Então, todas essas medidas são medidas que contribuem para reduzir a desigualdade e a violência, mas é no espaço coletivo e no espaço da ética e da convivência social que essa luta deverá ser travada, porque, embora nós devamos insistir nas normas, insistir na afirmação dos direitos formais e tão duramente conquistados, é na sociedade, é na educação, é no convívio com o outro que nós precisamos ao menos constranger aqueles que tratam como pauta de mulherzinha uma pauta que exige um país mais equânime para todas e todos.

Então, não nos resignarmos com esse espaço que nos foi dedicado, não nos encolhermos no espaço da violência e acharmos que apenas a luta contra a violência é suficiente é fundamental, e isso se faz em rede. Essa proposta do pacto é uma proposta muito relevante, essa proposta da comunicação das ouvidorias das mulheres contra a violência política é muito relevante. É necessário, sim, que se dê visibilidade à violência a que têm sido submetidas as mulheres, mas sem que esse espaço se renda à lógica da linguagem predatória das redes sociais, que transforma tudo e todos, inclusive as lutas mais relevantes, em produtos de confronto e que esvaziam o significado dessa luta. Nas redes sociais, é possível se manifestar binariamente, mas não é possível discutir a complexidade da nossa condição humana com tudo que ela nos reserva. É só no espaço da política que isto é possível.

E nesse espaço dessa linguagem violenta, nesse espaço de confronto, também é papel das mulheres atuarem na promulgação de normas de enfrentamento a esse descontrole a que nós estamos submetidas. Essa também é uma pauta que diz respeito à necessidade da igualdade no espaço da política.

Eu posso ficar aqui para conversar com vocês sobre algumas propostas, algumas ideias, mas vejo como fundamental que a gente não perca o que nós temos conseguido construir de melhor, que é a consolidação da linguagem do afeto e do coletivo, porque esse é um espaço que as mulheres entendem e que as mulheres sabem fazer. Então, esse espaço é impermeável ao totalitarismo, é impermeável às arbitrariedades e é um espaço de construção verdadeira de uma política mais consistente, de um país verdadeiramente mais igualitário.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós merecemos, nós exigimos e nós temos o direito de viver num país onde a igualdade nos espaços de poder se reflita no bem maior da sociedade, no bem-estar da sociedade, por meio de normas mais efetivas, porque, como bem sintetizou a Rosa Luxemburgo, que para mim é uma referência, o que nós desejamos é viver em um mundo onde nósせjamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres, porque a liberdade é a liberdade de pensar.

Eu espero que o trabalho aqui seja muito profícuo e que a gente possa continuar conversando, tecendo essa rede de preocupação, de afeto e de compromisso com a construção de uma sociedade menos conflituosa, onde se odeie menos, onde o machismo e a misoginia não encontrem espaço, não porque nós temos lei proibindo, mas porque nós adquirimos a compreensão de que vingança nunca será justiça.

Shakespeare dizia isso também, que o oposto da justiça não é a injustiça, mas é o amor, porque toda justiça que não se pratica por amor não é justiça, mas é vingança. Então eu espero que a gente consiga caminhar juntas e não vejo outro caminho senão romper com esse ciclo da violência, não aceitando a perpetuação no lugar de vítima, mas assumindo as rédeas pela redução da desigualdade.

Agradeço muito o convite e estou à disposição.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Nós que agradecemos muito à nossa Desembargadora Andréa Pachá, que tão bem fez aqui, eu não diria um resumo, porque não é, não porque não foi num tempo certo, mas pela grandeza de tudo que foi falado aqui, pela importância de cada detalhe. Inclusive, infelizmente, a gente tem uma Comissão específica, Comissão Mista de Combate à Violência contra nós mulheres. Queria não ter necessidade desse espaço para que a gente pudesse, como foi dito, em pleno século XXI, tratar de uma coisa que era para ser tão óbvia...

A SRA. ANDRÉA PACHÁ – Senadora, desculpa o aparte, mas eu também ocupo esse lugar, porque nós temos grupos de magistradas trabalhando no enfrentamento à violência e eu, lamentavelmente, venho de um estado onde Patrícia Acioli, uma magistrada, foi morta, onde Viviane foi morta a facadas pelo marido na frente das filhas. Então, não é uma realidade muito diferente, infelizmente, da realidade do resto do país.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Exatamente. Quando eu fui Deputada Estadual, lá na Assembleia, não tinha, não tem até hoje uma comissão específica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Vou só dar esse exemplo, já passo aqui.

Uma coisa que me marcou, assim que eu entrei como Deputada, é que já existia uma comissão específica para a qual a mulher iria: "Você vai participar ou presidir esta comissão aqui", que era Comissão de Infância e Adolescência. Aí eu fiquei pensando: por que só desta comissão? Aí eu disse assim: "Não, eu quero participar e quero ser Presidente da Comissão de Orçamento, da CCJ". Porque aquele espaço era como: "Já está muito bem, já está contemplada". Aí tem uma comissão do combate à violência contra nós, mulheres: "Está muito bem, você já está contemplada". Tem que ter. Eu defendi e fiz de tudo para que a gente pudesse instalar – eu e as Senadoras aqui. Obviamente, tem que ter, infelizmente, pela necessidade – e pelas violências, que a gente sabe – de estar aqui falando e reafirmando que já existem milhões de leis, só que, verdadeiramente, não são efetivadas. Senão, não precisaria a gente estar falando sobre isso. Não é questão só de criar lei, é questão de todo um comportamento de uma sociedade. Enfim, é muito mais profundo.

E eu disse assim: "Eu não vou pedir para criar uma comissão específica, porque senão vão achar que todos esses Deputados que estão contemplados vão só discutir o que é assunto de mulher". E o que é assunto de mulher, se não for tudo? Então, a gente, de certa forma, se exclui quando se permite ser posta naquela condição de ficar só naquele espaço. Não que aquele espaço também não seja ocupado logo, e tem que ser, por nós também, obviamente – mas não é só ele.

Eu sempre pensei dessa forma, só não sei falar igual à... (Risos.) Mas eu sempre achei que a gente tem essa necessidade de estar em outros espaços.

Agora quero ter o prazer de ouvir também a nossa Coordenadora-Geral de Participação Política das Mulheres em Espaço de Poder do Ministério das Mulheres, nossa querida Andreza Silva Xavier.

Pode falar.

A SRA. ANDREZA SILVA XAVIER (Para expor.) – Boa tarde a todas, todos.

Quero dizer que é uma honra estar aqui nesta mesa, representando a nossa Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e também a nossa Secretária de Articulação Institucional interina, Atiliana Brunetto.

É um momento de grande satisfação, Secretária, estar aqui, dividindo esta mesa com a senhora, e foi uma aula o que a gente acabou de ter aqui.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero cumprimentar a Senadora Augusta Brito, por esse convite ao Ministério das Mulheres, também a Ministra Edilene, que teve que se deslocar para uma outra agenda.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Só um minutinho. Ela pediu que eu pedisse desculpa mil vezes, e eu esqueci. É porque ela tem um voo e ela não podia deixar de ir, mas ela pediu muitas desculpas e disse que depois, com certeza, também, se tiver algum questionamento, algum encaminhamento, ela fica à disposição.

A SRA. ANDREZA SILVA XAVIER – A Ministra Edilene é uma grande parceira das ações estratégicas do Ministério das Mulheres, bem como a Desembargadora Andréa Pachá e o conjunto das Senadoras e Deputadas que são representantes desta Casa. Então, é uma satisfação imensa estar aqui com todas vocês. Quero cumprimentar também a Senadora Jussara, a Senadora Teresa Leitão, que muito nos representam aqui, na luta cotidiana em defesa do direito da vida das mulheres.

Eu trouxe uma apresentação rápida, em que eu vou fazer um apanhado geral sobre esse tema do enfrentamento à violência política de gênero e raça, da violência política contra as mulheres, que tem uma centralidade muito grande ali no ministério, de todas as mulheres, bem como algumas ações estratégicas de enfrentamento à violência política contra as mulheres que o ministério tem.

Eu vou só cronometrar meu tempo, para eu não me estender muito. Então, tem que passar para cá.

Bom, eu estou na Coordenação Geral de Participação Política das Mulheres em Espaço de Poder e Decisão da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política das Mulheres do Ministério das Mulheres.

Então, há algumas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres que o ministério tem feito com bastante ousadia, audácia, articulação, mobilização, e uma delas é a Articulação Nacional pelo Feminicídio Zero. Certamente, muitas e muitos aqui já receberam alguma notícia, tiveram algum contato com essa iniciativa que é o Feminicídio Zero, que a nossa Ministra Cida Gonçalves tem, de forma brilhante, conduzido, encabeçado, um conjunto de articulações com órgãos, com instituições do poder público, da sociedade civil, clubes de futebol, torcidas organizadas em defesa da vida das mulheres, uma vida com segurança, com dignidade, com liberdade, em busca do feminicídio zero, contra todas as formas de violência contra as mulheres.

Então, tem sido um trabalho muito central do nosso ministério, bem como a iniciativa Brasil sem Misoginia, que foi lançada em 2023, a Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, de que



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

todas aqui também têm informações, a Casa da Mulher Brasileira, o Centro de Referência da Mulher, as Unidades Móveis, também o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, ações que vêm sendo conduzidas pelo Ministério das Mulheres.

Bom, então, como muito já foi dito, a violência política é uma estratégia para restringir, para obstaculizar a presença das mulheres em toda a nossa diversidade e pluralidade nesses espaços de poder e decisão. Então, tem o objetivo de excluir a presença das mulheres do espaço público, dos espaços que são de tomada de decisão, que são de decisão inclusive sobre suas próprias vidas. E essas agressões, essas violências contra as mulheres que estão no exercício político podem ser físicas, psicológicas, econômicas, simbólicas, sexuais... Como econômica, por exemplo, a gente cita a questão do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, em que as mulheres candidatas enfrentam violências diversas quando o tema é a questão do financiamento especial do fundo eleitoral e também a vivência dentro de seus partidos. E o conceito que a própria Lei 14.192, de 2021, traz sobre o que é a violência política contra a mulher, que é toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

A gente também traz, no nosso trabalho cotidiano, a questão da interseccionalidade, porque a violência política atinge as mulheres de formas diferentes. Muitas vezes, ela é mais perversa com mulheres negras, com mulheres indígenas, com as mulheres que possuem corpos que não são vistos como corpos para ocuparem os espaços de poder e decisão quando, na verdade, esses espaços são nossos por direito também. Então é preciso olhar esse fenômeno da violência política em perspectiva interseccional.

A Profa. Marlise Matos, que é uma professora da UFMG, traz muito esse debate, essas reflexões, essas pesquisas sobre a perspectiva interseccional, sobre as interseccionalidades na questão da violência política de gênero e raça. Então, a gente trabalha com o que Kimberlé Crenshaw traz, que a interseccionalidade é um modo de pensar a identidade e sua relação com o poder.

Vou trazer também alguns dados – muitos já devem ser de conhecimento de vocês – de acordo com o TSE Mulheres. E aqui, especificamente, como estamos num ano de eleição municipal, eu trouxe alguns dados do âmbito das eleições municipais.

Em um universo de 58.084 eleitos em 2020, apenas 9.348 eram mulheres. Isso soma 16,1% da representação nos Parlamentos municipais. E, trazendo a importância do debate das mulheres negras, do debate racial, apenas 6,3% são mulheres negras.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ainda, segundo o TSE Mulheres, 933 municípios não elegeram nenhuma candidata, totalizando 17% dos quase 5,6 mil municípios do Brasil. É importante destacar também que quase 1,5 mil possuem apenas uma Vereadora, então nós temos quase metade dos municípios brasileiros que não têm nenhuma ou têm apenas uma Vereadora.

No que tange às prefeituras, em 2020, foram eleitos 4.833 Prefeitos – isso soma quase 88% dos majoritários – e apenas 663 Prefeitas, o que perfaz um número de 12,1%. Nove foram eleitas para administrar grandes cidades, além das Vice-Prefeitas, que somam 911 e representam 16,6% das municipalidades.

Ainda sobre um conjunto de dados: segundo a ONU Mulheres, 82% das mulheres em espaços políticos já sofreram violência psicológica, 45% já sofreram ameaças. E aí, a gente vê como é diversa essa violência que acontece contra as mulheres que estão no exercício político: são ameaças, violência psicológica, assédio sexual, violência física. Inclusive, no espaço Parlamentar, 40% das mulheres afirmaram que a violência atrapalhou sua agenda legislativa.

Quando as mulheres sofrem violência política, elas se desestimulam a se manter naquele espaço de poder ou mesmo a disputar uma nova eleição, tentar uma reeleição. E isso não atinge apenas as mulheres que já ocupam esses espaços, como também as mulheres que anseiam ocupar e acabam sendo desestimuladas, porque veem suas representantes sendo atacadas cotidianamente, e os seus agressores, muitas vezes, ficando impunes.

Outra reflexão importante que nós trazemos, e é preciso que o Congresso Nacional e o conjunto da sociedade tenham isso na centralidade do debate público, é que a violência política não atinge apenas as mulheres que são candidatas, que são mandatárias, que são detentoras de mandato, mas ela atinge as mulheres que são lideranças sociais nas suas comunidades, nos seus territórios, nos seus sindicatos, que são dirigentes partidárias, que estão em espaços de direção nas suas organizações da sociedade civil, enfim, que atuam de forma muito contundente nos seus territórios e que sofrem violências políticas diversas.

Então, a gente precisa avançar em instrumentos legais que contemplam essas mulheres, que muitas vezes são mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres indígenas, mulheres com deficiência. E aqui é importante a gente lembrar do caso de feminicídio político da Mãe Bernadete, que recentemente completou um ano lá na Bahia. Ou seja, nós somos constantemente atacadas, e, sim, esse extremo da violência, que é o feminicídio, chega às mulheres que fazem política. E a gente pode citar várias outras: Marielle Franco, Margarida Alves... Mas o que a gente quer é que mais nenhuma mulher tombe na nossa frente, que toda a sociedade se mobilize e se articule para que a



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

gente tenha cada vez mais mulheres ocupando esses espaços de poder e decisão, com dignidade, com segurança e com liberdade para elaborar políticas públicas, para elaborar normas legislativas.

Então, bom, tem alguns eixos que nós consideramos extremamente estratégico, quando a gente fala de enfrentamento à violência política de gênero e raça. O primeiro é a prevenção à violência política por meio de conscientização, de sensibilização de toda a sociedade, campanhas, cursos envolvendo o poder público, envolvendo a sociedade civil, um conjunto de atores, atrizes que se mobilizem de forma muito estratégica para essa sensibilização, e a criação de mecanismos de enfrentamento à misoginia também no ambiente virtual. Como a Desembargadora Andréa Pachá colocou, o ambiente virtual, a internet, é um espaço de absoluta manifestação de violência contra as mulheres. Então, essa violência também atinge as mulheres que estão no exercício político, que são lideranças e que muitas vezes se veem ali sem ter a quem recorrer de fato, porque o agressor se esconde atrás de perfis falsos. Então, as mulheres veem suas vidas sendo reviradas, elas são caluniadas, sofrem ataques com relação às suas vidas sexuais, porque a gente sabe que, quando a violência atinge uma mulher que está na política, a primeira coisa que falam é da vida sexual dela, é da aparência dela, é se ela é mãe, se ela tem família. Então, uma estratégia para combater *fake news* é, claro, também cobrar responsabilidade das plataformas digitais, é extremamente importante. Essas mulheres sofrem ameaças, mas não são apenas elas que sofrem ameaças: suas famílias são ameaçadas, filhos, filhas, mães, maridos, isso é extremamente grave e precisa ser enfrentado estrategicamente.

Outro eixo é assistência e atendimento. Um grande gargalo que a gente encontra, quando as mulheres vão registrar denúncia de violência política – não é, Secretaria? – é a questão da notificação e do fluxo desses registros mesmo dos casos de violência política. Então, muitas vezes, elas acabam deixando de denunciar ou denunciam e não veem sua denúncia ir para frente. Então, a gente precisa do fortalecimento da segurança do acesso aos serviços de justiça, responsabilização e reparação com promoção da dignidade às mulheres vítimas de violência política e, claro, outro ponto muito importante, acolhimento, cuidado e saúde mental das mulheres em situação de violência política.

Outro ponto que precisa ser abordado não pode ser deixado de lado. A gente precisa cuidar, acolher e ter ações efetivas, políticas públicas, ações efetivas para cuidar dessas mulheres, inclusive das mulheres que se candidatam e não são eleitas, que muitas vezes continuam sofrendo violência política, continuam sem saber, por exemplo, como fazer prestação de contas da sua campanha e acabam sem conseguir se candidatar em eleições futuras. Isso também é uma violência.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O enfrentamento com a questão da fiscalização, aplicação e monitoramento das normas eleitorais pela Justiça Eleitoral e o cumprimento das normas eleitorais pelos partidos políticos. É extremamente importante que o conjunto da sociedade também cobre a responsabilidade dos partidos políticos, para que eles cumpram as normas eleitorais, cumpram o que está estabelecido na legislação eleitoral na perspectiva das ações afirmativas, para ampliação e participação política das mulheres, para que eles criem ações, instâncias, instrumentos de enfrentamento à violência política contra as mulheres dentro das suas direções e que possam, enfim, promover um ambiente que seja acolhedor para as mulheres que estão no exercício político.

Outro eixo é a garantia dos direitos políticos, claro, com a ampliação das mulheres no espaço de poder e decisão. E aí a gente sempre costuma dizer que nós não somos uma cota, nós somos maioria da sociedade brasileira e nós não queremos que a cota de gênero de 30% seja vista como um teto, ela é um piso. Nós temos um mínimo de 30%, mas nós queremos mais. Nós queremos paridade, nós queremos reserva de cadeiras e que esses espaços sejam ocupados em toda a nossa diversidade e pluralidade. Nós queremos mais mulheres negras, mais mulheres com deficiência, mais mulheres indígenas ocupando esses espaços aqui porque são delas, não estão distantes delas, são delas por direito.

E produção de dados e informações, porque é assim que a gente constrói a política pública, com pesquisas e a realização de diagnóstico.

Então, bom, aqui a gente traz uma coisa sobre a Lei 14.192 – que eu não vou ler, porque meu tempo já está correndo bastante –; também sobre a Lei 14.197, que altera o Código Penal, e as ações do Ministério das Mulheres para além daquelas citadas inicialmente, essas mais específicas com relação à ampliação da participação política das mulheres. (Pausa.)

Oi, Doutora! (Risos.) Dra. Raquel Branquinho.

O Presidente Lula instituiu, em 2023, um decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, e esse grupo, ao longo de 2023, fez um amplo diagnóstico, um amplo mapeamento sobre essa realidade da violência política contra as mulheres no Brasil e também dialogando com os outros países da América Latina e Caribe, países que, inclusive, são mais avançados que o Brasil nessa perspectiva da paridade de gênero e na perspectiva da formulação e elaboração de ações estratégicas de enfrentamento à violência política de gênero e raça. E aí nós estamos falando de El Salvador, México, Argentina, Uruguai, Chile, enfim, de um conjunto de países cujas experiências, inclusive, podem ser trazidas aqui para o Legislativo. Tenho certeza de que isso já vem sendo dialogado e construído, não é, Senadora? Então, esse GTI,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que foi coordenado pelo Ministério das Mulheres, teve participação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas e da própria Presidência da República.

E agora nós lançamos recentemente, na semana passada, inclusive no mesmo dia em que foi assinada a portaria que cria o programa de prevenção à violência política da DPU (Defensoria Pública da União), nós apresentamos o relatório final desse GTI com esse conjunto de propostas e recomendações. Nesse GTI a gente ouviu dezenas de mulheres, entre elas, Parlamentares, ex-Parlamentares, lideranças sociais, gestoras, ex-gestoras, mulheres que ocupam esses espaços de poder, mulheres candidatas. E, a partir daí, a gente formulou, ouvindo essas mulheres de toda a sociedade, um conjunto de recomendações e propostas.

Então, tem acordos de cooperação técnica, termos de execução descentralizada, a própria portaria que eu já coloquei aqui, a campanha que nós lançamos em junho deste ano, que é a campanha Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia, porque, quanto mais mulheres ocuparem esses espaços, mais fortalecida será a nossa democracia, mais diversa será a nossa democracia. Um edital também para as organizações da sociedade civil de igualdade de decisão e poder para as mulheres. E aí, Senadora, um guia que nós elaboramos junto com o Senado Federal e com o Ministério da Igualdade Racial, que foi o Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras. Então, se vocês quiserem ter acesso, está no site do Ministério das Mulheres, do Ministério da Igualdade Racial e do Senado, é bem importante, é um guia bem completo. Também o GTI de enfrentamento à violência política contra as mulheres LBTs; um curso em parceria com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e com a Enap chamado Protagonismo das Mulheres: Passos para a Atuação Política das Mulheres em Espaços de Poder e Decisão, que é aberto para todas e todos que queiram fazê-lo. Nós já tivemos milhares de inscrições, milhares de certificados. Então, é muito importante que o sistema acesse esse conjunto de informações.

Que contem com o Ministério das Mulheres! Nós estamos à disposição, a Ministra Cida está à disposição, para que a gente possa manter o diálogo, a articulação, e seguir juntas, sim, pela vida das mulheres, porque, quando as mulheres ocupam a centralidade desses espaços de poder e decisão, a nossa sociedade muda, a nossa sociedade avança.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Andreza. Foi muito esclarecedor. E eu acredito que quem está assistindo e quem está presencialmente também vai pesquisar e vai procurar os cursos também que estão sendo ofertados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu já fiquei pensando que esse grupo do diagnóstico do relatório já pode pegar da audiência pública algum encaminhamento do próprio grupo. É um comitê?

A SRA. ANDREZA SILVA XAVIER (Fora do microfone.) – É um GT.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – É um GT. Pronto. Que o grupo de trabalho possa sugerir que seja compacto ou de algum outro formato, em relação específica com a violência, pegando as outras instituições e sendo comandado pelo Ministério das Mulheres, coordenado pelo Ministério das Mulheres. Agradeço demais. Mande um abraço para a nossa Ministra maravilhosa.

Como nesta audiência pública são duas mesas, eu quero pedir, por favor... (Pausa.)

Podem ficar? (Pausa.)

E vão caber aqui na mesa? (Pausa.)

Não, vou chamar. Calma. É porque eu ia desfazer para chamar. Ou, então, nem desfaz, não é? (Risos.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu quero ter o prazer de chamar a nossa querida Raquel Branquinho, nossa Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, já agradecendo a sua vinda até o Senado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – V. Sa. nos honra muito com a presença. Com certeza vai aqui também fazer parte da nossa mesa.

Nós ainda temos mais, de forma virtual, uma participação, e mais duas convidadas maravilhosas nossas aqui do Senado. Só que eu não estou vendo as duas cadeiras. Só tem uma cadeira, não é? Não dá para botar mais uma para chamar? (Pausa.)

Pois é, mas como eu não desfiz ainda, eu nem queria mais desfazer. É porque, se botasse uma cadeira, aí não precisaria, não é? (Pausa.)

Mas uma não é virtual? (Pausa.)

Presenciais. Ah, eu estava entendendo que era...

Então, não se sintam... Depois a gente troca.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, vamos agora pedir à nossa Coordenadora do Observatório sobre Violência contra as Mulheres, da Defensoria Pública da União, Rafaella Mikos Passos, que pode fazer de forma virtual a sua participação.

Depois a gente dá sequência com as nossas convidadas especiais que estão aqui também, de forma presencial.

A SRA. RAFAELLA MIKOS PASSOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Vocês me ouvem? (Pausa.)

Acredito que sim.

Boa tarde a todas e a todos!

Eu cumprimento a Senadora Augusta Brito e também os integrantes da mesa – a Secretária-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, a Desembargadora Andréa Pachá; a Representante do Ministério das Mulheres, Andreza Xavier; também cumprimento a Dra. Raquel Branquinho, do Ministério Público Eleitoral e também Diretora da Escola do Ministério Público; cumprimento também as pessoas que nos acompanham virtualmente e as pessoas que estão presentes nesta Comissão e também as Senadoras Jussara e Tereza, que estão presentes.

Eu agradeço a oportunidade e o convite. Para mim, é uma honra participar desta audiência pública, que tem por objetivo debater o combate à violência política de gênero, que é um tema tão relevante e sensível para nossa sociedade.

É um fenômeno global, um problema que é enfrentado em muitos países, mas aqui, especialmente no Brasil, ele é mais severo, dado os altíssimos índices de violência política contra as mulheres, também o que resulta nessa sub-representatividade das mulheres na política, e acaba refletindo em todos os espaços de poder e decisão. Como já falado aqui pelas outras participantes, esses índices de sub-representatividade pioram quando a gente faz o recorte de outros marcadores sociais e de vulnerabilidades, como de raça e classe.

Eu louvo, Senadora, a iniciativa desta Comissão em promover um debate interinstitucional, eu acho muito importante ressaltar isso, porque o problema tem que ser enfrentado por todas as instituições, e esse trabalho conjunto, coordenado, faz toda a diferença. O trabalho coletivo, como disse a Desembargadora Andréa Pachá, esse trabalho em conjunto, coletivo, é imprescindível para que as mulheres possam, enfim, ocupar, para que a gente tenha paridade nesses espaços, não só



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nos cargos eletivos, mas em todos os espaços de poder e de decisão e, principalmente aqui como a gente está debatendo, na política.

Eu me sinto honrada também nessa oportunidade de apresentar as ações e, primeiro de representar o Defensor Público-Geral Federal, o Dr. Leonardo Magalhães. Também o meu papel aqui nesta audiência... Já que o tema da audiência pública é debater e apresentar as ferramentas das instituições referentes ao combate à violência política de gênero, eu venho aqui apresentar as ações da Defensoria Pública da União nesse sentido.

Primeiro, vou só falar rapidamente que a Defensoria é uma instituição que faz parte do sistema de justiça. Ela foi criada pela Constituição de 1988, e cabe a ela promover direitos humanos e prestar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas e grupos sociais vulneráveis e hipossuficientes. A Defensoria Pública da União, que é a instituição que eu estou representando neste momento, é o ramo da Defensoria Pública que atua na esfera federal. Então, os defensores e defensoras públicas federais são responsáveis pela defesa e pelos direitos individuais e coletivos das pessoas economicamente hipossuficientes e também pelos grupos socialmente vulnerabilizados nas demandas cuja competência seja da Justiça Federal comum e da especializada. Na Justiça Federal especializada, a gente inclui a Justiça Eleitoral, então esse é o motivo de ressaltar essa questão da participação da Defensoria Pública da União neste debate. Então, em razão dessa atribuição específica, cabe à DPU também atuar nos casos que envolvem violência política de gênero.

Historicamente, a DPU vem trabalhando, vem atuando em prol dos direitos das mulheres tanto nos processos individuais como nas ações coletivas; existe o Grupo de Trabalho Mulheres também; mas, diante do grave aumento desses casos de violência no país, tornou-se um tema estratégico o enfrentamento à violência contra mulheres. Tornou-se um tema estratégico na instituição e, a partir de então, várias ações estão sendo tomadas em relação a isso, como a criação desse que a Senadora mencionou, o Observatório sobre Violência contra as Mulheres da DPU, e também em relação às eleições de 2024, a DPU, recentemente, lançou o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero nas eleições municipais. Então, eu estou aqui para representar a instituição e apresentar essa ferramenta, mais uma ferramenta no enfrentamento à violência política de gênero, e tem uma previsão constitucional para a DPU fazer isso também, e essa atribuição eleitoral que está expressamente prevista na lei complementar. E qual o objetivo desse programa? Aprimorar essa atuação. Não quer dizer que a DPU não atuava, mas a gente precisa criar ferramentas para melhorar isso, para que mais mulheres tenham acesso a essas ferramentas e à assistência da DPU.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Cumprimento o Dr. Leonardo Magalhães, que acabou de compor a mesa.

Então, a DPU tem o objetivo de prestar assistência jurídica integral e gratuita também às mulheres vítimas de violência e fomentar maior participação política das mulheres nesse processo eleitoral. E como faremos isso? A DPU criou um canal de denúncias, de pedidos de assistência, um canal *online*, que está disponível no site da DPU, para atuar nos casos recebidos em todo o território nacional e também vai receber nas unidades da DPU onde ela já está instalada. Esses formulários vão ser respondidos e essas... E onde não há Defensoria Pública da União instalada foi criado um grupo de ofícios especiais, e as defensoras que foram designadas para esses ofícios vão receber e vão atuar nesses casos. Então, a intenção é atuar em todos os casos de violência política de gênero que chegarem ao conhecimento da Defensoria Pública da União nessas eleições de 2024.

Outro objetivo desse programa é capacitar as defensoras e os defensores sobre essa temática de violência política de gênero e também ressaltando que esse conceito de violência política de gênero não deve ser utilizado só na esfera criminal, tem que ser difundido, e, como já falava aqui, a violência política de gênero não ocorre apenas contra candidatos e contra mandatários, mas contra todas as mulheres. Então, pensamos aqui em eleitoras e mulheres que ocupam outros cargos que não são eletivos em outras instituições. Então, difundir essa temática, e, como se trata de uma legislação nova, também é importante, é necessário capacitar o nosso público interno e também informar as pessoas, as nossas assistidas e os nossos assistidos da DPU sobre esse tema. Então, o foco é essa parte da capacitação. Então, como representante também da Escola Nacional da Defensoria Pública da União, eu falo aqui ressaltando as medidas que estão sendo implementadas para capacitar, para permitir que defensoras e defensores tenham alcance a conceitos, a materiais e estejam preparados para atuar nesses casos de violência política de gênero.

E, também, outro eixo, outro objetivo desse nosso programa recentemente lançado é a integração da DPU nessas redes, nas redes de assistência e proteção às mulheres, e fortalecer essas parcerias institucionais. Então, mais uma vez, ressaltamos a importância desta audiência pública, de ter várias instituições públicas e também a importância das instituições da sociedade civil para, juntos, caminharmos na solução dos problemas, para compartilharmos quais são as ferramentas de cada instituição para que aja, cada uma dentro das suas atribuições, nesse trabalho conjunto em prol do acesso aos direitos das mulheres, em prol da defesa dessas mulheres vítimas de violência.

Então, no caso da DPU, os pedidos de assistência poderão ser encaminhados por meio desse formulário *online* e também presencialmente, nas unidades da DPU, nos municípios onde existir DPU. Então, para além do fortalecimento desse trabalho, que já está sendo realizado pelas unidades



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

da DPU que normalmente já atuam na temática no país, com esses ofícios novos, com esse formulário, a gente pretende aprimorar a atuação da Defensoria no enfrentamento à violência política de gênero e prestar assistência jurídica integral e gratuita qualificada na proteção desses direitos humanos das mulheres. A nossa intenção é contribuir para que haja uma participação política livre e segura das mulheres nesse processo eleitoral de 2024.

A gente vai ver que é um projeto pioneiro, é algo novo, nunca tinha acontecido na instituição, é desafiador também, por causa do tamanho das eleições e do número de municípios, também pensando nessas alternativas que a gente teve que criar de verificar como a DPU vai estar onde não tem unidade já instalada fisicamente. Então, é desafiador nesse sentido, mas acreditamos que essa estrutura que foi criada será capaz de receber, de processar e de acompanhar todos os casos que forem trazidos. Como é um formulário disponibilizado *online*, esse acesso vai ser bem amplo para as mulheres em todo o Brasil.

Esse programa a gente apresenta nesta audiência pública como uma nova ferramenta. O tema são as ferramentas das instituições. Então, a gente está aqui presente para apresentar essa nossa nova ferramenta à disposição da sociedade para combater a violência política de gênero. A Defensoria Pública da União se dispõe, com o lançamento desse programa de enfrentamento à violência política de gênero, a somar os esforços. A gente verifica que várias instituições já falaram dos seus projetos, o importante trabalho de todas as instituições, que se pronunciaram aqui, que me antecederam. Então, a nossa intenção é nos somar aos esforços que já são dedicados por todas essas instituições aqui presentes e contribuir para que as mulheres encontrem na DPU e em todos os sistemas de justiça um espaço de acolhimento e de defesa dos seus direitos.

Como já se vem debatendo nesta audiência pública, que a gente não precise falar só de violência política contra as mulheres, mas que ações como essa, ferramentas como essa e audiências públicas como esta possibilitem que as mulheres exerçam todos os seus direitos políticos, mas também todos os outros direitos, para que tenham uma vida livre e segura, e que as instituições aqui presentes – e incluo a Defensoria Pública da União – sejam parceiras e aliadas nesse acesso à justiça, nesse exercício da liberdade e nesse respeito à liberdade e também à nossa própria democracia.

Muito obrigada.

Agradeço novamente o convite.

Uma boa tarde. (*Palmas.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada à Defensora Rafaella, que tão bem explicou.

Eu quero também registrar a presença aqui, já compondo a mesa, do Dr. Leonardo, que chegou e já está aqui, da nossa Deputada Federal Elisangela, que também chegou para participar da nossa audiência pública; e queria muito compor a mesa com as nossas convidadas que ainda não chegaram à mesa, e, para a gente poder compor a mesa, eu queria que botasse mais uma cadeira, porque só são duas. Então, dá certinho, se a gente botar uma cadeirinha aqui. (Pausa.)

Bote aqui, que dá certo, bote!

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO (Fora do microfone.) – Cabe todo mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Cabe! Eu não fico triste. A gente dá uma apertadinha aqui e bota duas cadeiras, e aí a gente convida as nossas outras convidadas para compor a mesa – agora, sim, eu fico mais feliz e satisfeita –, que são a Maria Teresa Firmino Prado Mauro, que é a Coordenadora do Observatório, do Senado, da Mulher contra a Violência... (Palmas.)

... e a Ana Cláudia Lustosa... (Pausa.)

... não, a Ana Cláudia Oliveira, Coordenadora de Pesquisas do Observatório Nacional da Mulher na Política, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados – também seja bem-vinda... (Palmas.)

... e a Cristiane Damasceno, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, do Conselho Federal. (Palmas.)

Agora, nem que seja apertadinho, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Pronto, eu acho que agora ficou mais aconchegante; estamos todas aqui e todos também.

Eu queria dar continuidade, já agradecendo a participação, e, como a nossa Defensora, a Dra. Rafaella, acabou de falar, eu queria passar também para o Dr. Leonardo, para fazer a sua manifestação breve, e em seguida a gente segue aqui para a Dra. Raquel Branquinho.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Inicialmente, boa tarde a todas e a todos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Para mim, é uma grande honra estar aqui, sendo o único homem compondo a mesa. Quero agradecer aqui o convite, Senadora Augusta Brito, querida Senadora Jussara, amiga de muito tempo de lutas, Deputadas e todas as autoridades que compõem a mesa.

Quando assumi o cargo de Defensor Público-Geral da União, um dos meus ideais seria imprimir uma nova forma de fazer funcionar o serviço da Defensoria Pública, e que a Defensoria Pública da União pudesse ser efetiva na ponta, que a gente pudesse incluir ao máximo as pessoas e que essas pessoas tivessem o acesso facilitado à Defensoria Pública da União.

Nessa perspectiva, a implementação de medidas de combate à violência de gênero – combate à violência contra a mulher – e também de promoção da igualdade, de combate à discriminação racial, foram dois pilares fundamentais que trouxemos para a gestão na Defensoria Pública da União. Em março, nós contamos com a participação, inclusive, aqui do Senado, do Ministério das Mulheres, e lançamos o Observatório da Defensoria Pública da União sobre Violência contra as Mulheres, que tem por objetivo exatamente promover iniciativas efetivas e concretas que mudem e transformem realidades das mulheres, porque nós estamos tratando aqui não só de violência, e neste momento violência política de gênero, mas também nós temos diversas violências que são vivenciadas e que, muitas vezes, são naturalizadas, invisibilizadas, inclusive pelas próprias instituições do Estado, daí a importância de fortalecermos esse programa nacional que a Dra. Rafaella, a nossa querida Defensora Pública Federal e hoje Coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher e Assessora de Combate à Violência contra a Mulher da DPU... Essa política nacional, que tivemos a oportunidade de lançar com a Ministra Cida Gonçalves, ainda durante a sessão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher... Foi para mim uma grande honra ter a possibilidade de lançar esse programa tão importante para ter mais um canal em que as mulheres possam recorrer à Defensoria Pública, seja por meio do nosso formulário *online*, seja por meio de atendimento presencial nas nossas unidades, que possam ter esse acesso.

Então, é mais um canal que nós estamos trazendo para a sociedade, é a Defensoria Pública sendo efetiva na ponta, entregando serviços efetivos e concretos para a população, porque muitas vezes nós pensamos em aprovar normas ou instituir políticas dentro da Defensoria, mas a minha preocupação e a preocupação de toda a gestão hoje, na Defensoria Pública da União, é que esses atos sejam de fato concretos, que a gente possa de fato tirá-los do papel.

E eu fico muito feliz porque nós tivemos agora seis defensoras públicas federais especializadas na temática eleitoral e especializadas nesse acolhimento dessas denúncias, dessas demandas, e na promoção de direitos humanos, educação de direitos humanos, porque muitas das



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

candidatas que nos procuram eventualmente não conhecem alguns dos mecanismos, algumas das questões jurídicas envolvidas e quais são os recursos, quais são os instrumentos legais.

Mais uma vez, quero agradecer o apoio que o Senado Federal tem trazido. A Comissão de Combate à Violência contra a Mulher tem feito um papel fundamental para visibilizar e cobrar dos atores públicos, e também dos privados, essa integração e essa participação.

E eu finalizo a minha fala dizendo que a Defensoria Pública da União também aderiu à campanha nacional do Ministério das Mulheres do Feminicídio Zero. Nós precisamos, todos nós, homens e mulheres, saber que essas medidas de violência... e, quando nós falamos violência política, falamos violência obstétrica, violência no mercado de trabalho, desigualdade salarial, todas essas violências associadas. Nós temos que, dentro das instituições de Estado, pensar em mecanismos efetivos de acolhimento dessas demandas.

Então, agradeço, Senadora. Fico muito feliz pela honra de poder ser o único homem compondo esta mesa aqui; para mim é uma honra imensa.

Podemos, pouco a pouco, avançar e, pouco a pouco, transformar as realidades, que são realidades opressoras na vida das mulheres do nosso país.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Dr. Leonardo, nós lhe agradecemos.

Eu sempre gosto de dizer que a violência contra nós mulheres não é uma pauta só da mulher, é uma pauta da sociedade como um todo e, sobretudo, dos homens, porque, em sua maioria, ela é cometida pelos homens. Então, a gente precisa, realmente, aumentar essa participação também nas discussões, como estamos fazendo nesta audiência pública. Já lhe agradecemos, também.

E, agora, já vou passando aqui para a nossa Dra. Raquel Branquinho, que nos deu o prazer, também, de estar aqui e que poderá fazer a sua fala. Em seguida, serão as nossas outras convidadas – já agradecendo a paciência também –, que estão compondo aqui a nossa mesa. Muito obrigada.

Eu passo aqui para a Dra. Raquel Branquinho.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Gostaria de agradecer à Senadora Augusta Brito, que está presidindo esta mesa, na pessoa de quem vou cumprimentar todas as pessoas, todos os colegas, inclusive o Dr. Leonardo, que aqui é minoria representativa, o que a gente nunca encontra pela sociedade, mas nesta mesa a gente tem



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

essa perspectiva. Gostaria de cumprimentar a minha querida amiga Diana, todas as pessoas que estão aqui, as Senadoras, as Deputadas e os servidores.

Nós estamos aqui hoje discutindo uma pauta que acho que teve um início muito relevante. A violência contra a mulher na nossa sociedade é uma realidade que perpassa os séculos. A gente vivencia isso diuturnamente. Havia legislações que foram sendo avançadas no Brasil a partir, principalmente, da Constituição Federal. Nós tivemos a Lei Maria da Penha, depois a qualificadora do feminicídio... E, na esfera político-eleitoral, o Brasil tem uma baixa representatividade feminina nos Parlamentos. Quando a gente fala em baixa representatividade, nós temos apenas 17,7% de mulheres na Câmara Federal... E isso foi depois de 30 anos de políticas afirmativas, que se iniciaram lá na década de 90, para garantir maior participação. Essas políticas foram efetivas, mas elas encontram grandes dificuldades nos próprios partidos políticos, que refletem a realidade do nosso país. O Senado também – aqui estamos diante de uma Senadora, com outra Senadora ali – ainda tem uma baixa representatividade, se considerarmos o quantitativo de 81 representantes dos estados aqui. Mulheres acho que são em torno de 14%, 15%...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE. *Fora do microfone.*) – São 15 Senadoras.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO – E é a maior bancada. Ainda bem.

Estamos nas eleições municipais em um país com mais de 5 mil municípios com 12% apenas dos municípios com Prefeitas, 16% com Vereadoras e quase mil municípios sem mulheres nas Câmaras Municipais.

Estamos tratando de uma temática que afeta a todos nós, que é o da nossa democracia, o da igualdade. E o que eu posso contribuir hoje neste debate do que as instituições estão fazendo?

Eu coordeno um grupo de trabalho do Ministério Público Eleitoral que é o GT de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero, que foi constituído na perspectiva da Lei 14.192, que foi aprovada pelo Parlamento brasileiro em 2021. Essa lei é um marco no enfrentamento, aqui no país, da violência política contra a mulher, porque, até então, toda essa situação que nós estamos vivendo a gente não sabia qualificar... O que é violência política contra a mulher? O que é uma violência política de gênero? Isso era tratado na esfera da polícia civil, Dr. Leonardo, como um crime de menor importância, uma ameaça, um crime contra a honra... A própria vítima tinha que contratar advogado ou advogada para defender os seus direitos. A partir dessa lei, passou-se a tratar de uma forma mais sistemática esse assunto, trazer um conceito, um tipo penal específico, mas nós não temos que



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

olhar apenas para o crime, porque ela pode trabalhar em todas as esferas: civil, eleitoral, administrativa e criminal também... E ela conceituou algo que acontecia, mas que ninguém sabia identificar o que era isso, como ocorria... A partir da lei, nós estamos trabalhando pelo GT para quê? Para melhor qualificar o sistema de Justiça do Brasil, que se compõe de advogados e advogadas, de promotores e promotoras de Justiça, do Poder Judiciário, da advocacia e do aparato policial, para podermos entender... É porque não basta ter uma lei, nós temos, realmente, que torná-la realidade na sua aplicação.

O GT é composto... E eu coloquei aqui o site, porque eu quero otimizar ao máximo a minha fala, mas não falar tanto também... Então, o site do GT está disponível, e ali nós dividimos por tópicos todos os assuntos que nós vamos trabalhando ao longo desses três anos de sua constituição. Ele é formado por representantes do Ministério Público Federal, por promotores e promotoras de Justiça; pela OAB, aqui na pessoa da Dra. Cristiane, que, desde o início, também o integrou; pela Secretaria da Mulher da Câmara Federal; pela Dra. Rafaella, que recentemente o integrou a partir do trabalho que vocês da Defensoria têm feito... Também convidou o Senado, se for possível, para indicar uma representante ou um representante para participar conosco deste debate. A Secretaria da Mulher da Câmara está ativa desde o início desses trabalhos. E aí nós vamos trabalhando conjuntamente essa informação, trazendo ações, medidas e informações nesta temática.

O que eu gostaria de falar um pouco? Por que a Lei 14.192... Eu quero tratar disso por quê? Estamos em momentos de reforma de Código Eleitoral. O Código Eleitoral vai ser, em princípio, o repositório de toda a legislação eleitoral do Brasil. Nós temos que ter bastante preocupação com o que está ali disposto na Lei 14.192 para que ela não fique dispersa no ambiente do código e para que não haja retrocesso, porque um dos maiores problemas de enfrentamento da violência política contra as mulheres no Brasil é o retrocesso, o retrocesso legislativo, o retrocesso das políticas afirmativas que já são pensadas desde a década de 90, mas, infelizmente, com as quais nós não conseguimos ainda ultrapassar a marca dos 20% de mulheres na Câmara Federal, e a média mundial... Inclusive, países que são considerados mais conservadores, como aqueles da religião muçulmana, por exemplo, na participação feminina na sociedade, têm uma representatividade maior do que a do Brasil. Nós temos que entender o motivo disso daí. Então, o GT trabalha muito no enfoque de tentar compreender e fazer o sistema trabalhar melhor com a Lei 14.192.

Nós temos, além de todos os tratados de direitos humanos do sistema universal e do sistema americano de que o Brasil é signatário... Todos, o tratado, a convenção da ONU Iá de 1979, a Convenção de Belém do Pará e todos os demais de que o Brasil é signatário... Portanto, eles têm, no mínimo, o patamar de lei infraconstitucional, acima da nossa lei ordinária e abaixo da Constituição



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Federal, ou seja, nós podemos aplicar os dispositivos que estão nesses tratados defendendo os direitos femininos. Nós temos toda uma legislação que trata deste assunto, a partir da Constituição Federal, da violência contra a mulher em várias esferas, e eu trouxe aqui dois destaques, que são a Lei 14.192 e a Lei 14.197, que é aquela lei que trata do Estado democrático de direito. Então, a partir dessas duas legislações, nós podemos falar, Senadora, que nós temos, aqui no Brasil, hoje, sim, um sistema para enfrentar a violência política, mas nós precisamos, primeiro, que a sociedade, os operadores do direito e o próprio Parlamento entendam o que é violência política de gênero.

Nós temos que ter um letramento para poder compreender.... O tipo penal, ou seja, o tipo que foi tratado, o crime, pela Lei 14.192, que é o art. 326-B do Código Eleitoral, fala em assediar, humilhar, perseguir, constranger, ameaçar candidata ou detentora de mandato eletivo para dificultar, impedir a candidatura ou o desempenho do mandato por qualquer meio. O tipo penal está muito bem construído para quem trabalha com a técnica criminal, mas nós precisamos compreender: o que é o assédio? Quando, em um ambiente de uma Câmara Municipal, a Vereadora não tem a oportunidade de se pronunciar, tem seu microfone desligado, é questionada pela sua roupa, pela sua família ou sofre uma ameaça específica... Quais são os atos da nossa vida, no dia a dia, que caracterizam violência, muitas vezes a violência subliminar, a violência que não é verbalizada, mas que é causa grave de afastamento das mulheres dos espaços de poder no Brasil e, principalmente, dos espaços políticos?

Nós trabalhamos pelo GT, para dentro, tentando capacitar o sistema e, para fora, interagindo com todas as instituições que fazem parte deste *pool* de ações que estão ocorrendo desde a promulgação da lei, para fortalecer justamente essa sistemática de enfrentamento.

Se me perguntarem, hoje, se nós temos um sistema eficiente, temos um sistema legislativo eficiente, sim. Podemos fazer melhorias na redação, por exemplo, do crime que tutela os direitos apenas de candidatas e detentoras? Sim. Nós mesmos, pelo GT, já mandamos sugestões aqui para o Congresso Nacional para melhorar essa redação, para que tenha uma amplitude maior para tutelar os direitos de todas as mulheres nos espaços políticos, eleitorais e partidários, não apenas das candidatas ou das detentoras, porque muitas mulheres que são ativistas, que são jornalistas, que trabalham nos partidos sofrem as mesmas violências. Podemos avançar? Sim, mas não podemos abrir mão do que conquistamos.

Nós estamos num momento muito importante de discutir esta temática. Foi aprovada uma PEC que implica em retrocessos para a garantia dos direitos tanto das pessoas negras como também das mulheres nos espaços de poder, porque relativiza todas as políticas afirmativas que



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

estão sendo geridas por legislações e por decisões dos tribunais superiores, passando para a própria sociedade uma mensagem, de certa forma, de que o Parlamento não está entendendo a gravidade e a importância desta temática. Não obstante a PEC 09, que foi aprovada, nós temos que ter um olhar bastante cuidadoso para o novo Código Eleitoral, para que essa legislação não se perca ou seja tratada de forma disfuncional ali dentro.

Hoje, seguindo os parâmetros da lei modelo da Corte Interamericana para combate à violência contra a mulher, o Brasil tem uma legislação importante que é a Lei 14.192, que pode ser tratada em todas as esferas não apenas na defesa dos direitos de candidatas ou detentoras, porque o art. 1º da lei tutela os direitos das mulheres nos espaços políticos e públicos. Então, a lei é um instrumento importante. Tal qual a Lei Maria da Penha foi importante para tratar a violência doméstica, a Lei 14.192, na mesma proporção, deve ser entendida como uma norma sistemática para proteção dos direitos femininos.

Ali atrás, eu falei um pouco da legislação federal de proteção de tutela dos direitos femininos a partir da Constituição Federal. Aqui, eu trato um pouco da legislação das políticas afirmativas na esfera eleitoral com destaque às últimas emendas. Há a Emenda Constitucional 111, que garante os direitos de repasse em dobro para votos em pessoas negras; a Lei 14.192; a Emenda Constitucional 117, que, não obstante tenha sido a terceira norma que garantiu anistia para a não aplicação das regras dos direitos femininos na esfera política, constitucionalizou dois direitos extremamente importantes, nos §§7º e 8º do art. 17 da Constituição Federal... São eles: pelo menos a obrigação de os partidos políticos aplicarem 5% dos recursos do fundo partidário para promoção interna nos partidos de políticas afirmativas de maior participação feminina intrapartidária e para trazer mais mulheres para esses espaços; e o piso do financiamento das candidaturas. Até então, não obstante nós termos cotas para candidaturas nas respectivas chapas, não havia nenhuma obrigação do financiamento, o que é algo intuitivo, porque não tem como se fazer uma campanha exitosa sem que haja o financiamento, mas, para campanha feminina, nunca houve. Então, a emenda constitucional é um marco muito importante, porque trouxe para a Constituição direitos que, antes, estavam apenas na esfera – não apenas, porque é muito importante, mas estavam apenas nesta esfera – jurisprudencial de entendimento do Tribunal Superior Eleitoral.

Aqui eu destaco que a gente pode ter uma definição de violência política de gênero. É muito importante nós olharmos para a definição para entender esse contexto na esfera política, como a gente trabalha nas esferas da vida civil, privada da mulher com a Lei Maria da Penha, e em outras esferas também. Então, a definição é algo que a gente tem que tratar para reconhecer as situações que ocorrem.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O art. 326-B, de que eu falei, que tipifica o crime de violência política de gênero, violência política contra a mulher, poderia ser melhorado para incluir a tutela de qualquer mulher que trabalhe na esfera política, eleitoral e partidária, porque isso é o escopo, uma esfera mais ampla dos direitos políticos, mas, a partir dele, nós temos, realmente, um marco.

E nós temos trabalhado, ativamente, no GT, com todas as instituições que estão conosco, fazendo as representações e acompanhando os casos criminais. Hoje, nós temos 235 casos de representações que são acompanhadas pelo grupo de trabalho, 23 denúncias, 4 condenações, 5 recursos, ou seja, para uma lei que tem três anos, com tanta dificuldade de compreensão da questão, houve um avanço, através de um trabalho de várias instituições, inclusive do Parlamento, a partir do olhar, muitas vezes, das Parlamentares, das mulheres que estão no Senado ou na Câmara.

É muito importante esse trabalho, Dr. Leonardo, da Defensoria, porque, muitas vezes, as próprias vítimas não têm o apoio ali na ponta do que acontece, até para procurar o Ministério Público, o Poder Judiciário. E temos tentado capacitar, cada vez mais, o Ministério Público, mas nós trabalhamos em um país que tem 27 estados, Ministérios Públicos estaduais, Ministério Público Federal, e, então, sistematizar e tratar isso de uma forma bem homogênea demora um pouco. Então, a Defensoria, sendo um mecanismo de impulsionamento disso, é muito importante, porque já vai fazer a representação corretamente, já vai tratar o crime pelo nome que ele tem, já vai tratar como uma ação penal pública incondicionada, com todas as demais questões que envolve.

As características do tipo penal eu trouxe aqui. O sujeito passivo é o gênero feminino, incluindo a mulher trans. Há várias outras formas de ocorrer o crime, desde que seja para discriminar, menosprezar o exercício do mandato, a candidatura... Isso acontece, no dia a dia, através do testemunho de Parlamentares de todas as esferas, aqui, neste país, seja federal, seja estadual, seja municipal. Muitas vezes, a fala, o testemunho do que ocorre, no seu dia a dia, é muito semelhante em relação à violência e, principalmente, à violência velada, subliminar, aquela que passa a mensagem de que o espaço político não é o espaço adequado para a participação feminina.

Eu vou deixar, depois, os eslaides.

Estou passando algumas características, mas o que é importante sabermos é que tem o crime, que nós temos que trabalhar com essa sistemática e considerar a Lei 1.492 na importância que ela tem.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O outro tipo penal que é mais grave está lá no Código Penal, no art. 359P. Nós também trabalhamos com ele quando há violência física, sexual ou psicológica contra a candidata ou contra a detentora de mandato. Então, nós trabalhamos com o crime mais grave.

Aqui também há as características, o que eu vou deixar.

As competências. O crime do 326-B, que é o que eu falei que foi tipificado pela Lei 14.192, é competência da Justiça Eleitoral, está no Código Eleitoral, portanto, a Polícia Federal, o Ministério Público Eleitoral... Se não tem a Polícia Federal, então, é a polícia civil, porque nem todos os municípios têm a Polícia Federal. Inclusive, nós estamos trabalhando um protocolo com todas as secretarias da polícia civil do país para que faça, quando procurada, o atendimento adequado, o acolhimento da vítima, a oitiva, o registro da declaração, colha os elementos de prova que estão ali disponíveis naquele primeiro momento e encaminhe depois para as autoridades competentes. Muitas vítimas chegam às delegacias de polícia, e ninguém sabe nem sequer que existe o crime ou para onde encaminhar, ou muitas vezes abrem uma investigação como crime de ameaça ou crime contra a honra, que, além de serem de menor potencial ofensivo, dependem de muita ação da própria vítima como representante e tudo mais.

Eu trouxe aqui umas estatísticas, como eu disse, que a gente acompanha pelo grupo de trabalho, que agora já estão em 235 casos, com denúncias, com condenações, com arquivamentos... E nós temos tentado acompanhar no sistema e monitorar o que está acontecendo para, cada vez mais, impulsionar esse trabalho.

Eu destaco também um protocolo que foi firmado pelo grupo de trabalho, pela Procuradoria-Geral Eleitoral, a partir de um trabalho do GT com o TSE Mulheres – estava aqui a Dra. Pachá antes –, em agosto de 2022, justamente para falar, do topo para a base, que o Tribunal Superior Eleitoral e a Procuradoria-Geral Eleitoral consideram prioridade que o sistema de Justiça Eleitoral trabalhe a temática de violência política de gênero, dando acolhimento e dando uma resposta rápida para as situações que ocorrem.

Destaco também o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ, que é uma ferramenta para todo o sistema, não apenas para o juiz, mas principalmente para os advogados, para os membros do Ministério Público, para conhecerem essa temática e entenderem as situações que a mulher vivencia na sua vida, para fazerem aquela equalização. Como o próprio protocolo diz, tratar com uma neutralidade o sistema de Justiça, sem olhar para as peculiaridades de cada caso, vai muitas vezes reforçar as injustiças que estão ali ocorrendo: muitas vezes, as mulheres não são



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ouvidas, as provas que elas trazem são desconsideradas, os ambientes em que ocorrem esses crimes muitas vezes não têm testemunhas, e elas são desqualificadas.

Tanto o CNJ quanto o protocolo em que nós trabalhamos pelo grupo de trabalho são justamente para isto: para dar um tratamento, uma resposta rápida, efetiva, ainda que se passe o processo e, chegando ao final, tenha uma absolvição. Isso faz parte do jogo, mas o importante é que o membro do Ministério Público saiba trabalhar, acolher a prova, fazer a denúncia, acompanhar o processo adequadamente e que a Justiça dê a sua resposta de uma forma também adequada.

A minha fala é mais para passar esse recado, porque, muitas vezes, nós somos procurados aqui na nossa página, onde tem também um *banner* para denunciar... Esta página está em todas as Procuradorias Regionais Eleitorais, na Procuradoria-Geral Eleitoral também. E, a partir dessa representação, nós encaminhamos para cada estado, para o local onde aconteceu o fato.

O importante, que eu gostaria de destacar, é que nós podemos aprimorar, Senadora, a legislação, sim. Há mecanismos, coisas muito simples que podem ser mudadas na redação, mas temos que lutar contra retrocessos, principalmente no ambiente do novo Código Eleitoral. Essa lei é um marco, ela tem que ser trabalhada de uma forma sistemática, não olhando apenas para o crime, mas para o ambiente eleitoral, administrativo, civil. Ela é uma referência muito importante para nós operadores de direitos. Sem esse tipo de instrumento, nós não temos como trabalhar, defender, tutelar as violências que acontecem diariamente no nosso país. E é isso que a gente quer destacar. Vamos avançar, mas conhecer a legislação e aplicá-la de uma melhor forma.

Esse é um papel do GT, com várias instituições que estão junto conosco. Espero que o Senado possa um dia também nos prestigiar.

Com essas palavras, eu agradeço muito a participação e parabenizo por este ambiente de diálogo tão importante. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Eu é que agradeço aqui à Dra. Raquel Branquinho pela participação muito importante.

Eu quero registrar a presença tanto do Senador Contarato como da Senadora Leila, que chegaram agora há pouco. Eu sei como é a correria aqui, tudo ao mesmo tempo, mas eu quero agradecer a presença, por estarem aqui, como a de todos e todas que aqui estão.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria só aqui pegar um... Já vou passar aqui para a próxima pessoa. A Senadora Jussara pediu... Você vai ficar até o final, não é? É porque ela pediu para falar um pouquinho antes, porque tinha que sair... Ou vai esperar até o final?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Fica, não é? Está bom, pronto.

Contarato também se inscreveu. Eu queria aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Rapidinho? Então, pronto. Eu vou abrir aqui só uma exceção, porque ele vai ter que sair. Aqui é uma correria! Entendendo que é importantíssima a participação do Senador Contarato, a gente abre uma exceçãozinha, está bom?

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Eu também quero me inscrever, Senadora Augusta.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Pronto.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Mas eu vou aguardar...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – A nossa Líder da bancada. *(Risos.)*

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Como nós somos aqui unidos, eu vou aguardar até o final, porque eu perdi a primeira mesa, mas eu entendo que o Contarato está correndo muito hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Ah, está bom. Obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para discursar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Para mim, é uma alegria. Eu estava no gabinete, nessa correria toda, e falei assim: "Eu tenho que dar uma passada nessa Comissão".

Quero aqui enaltecer o comprometimento de V. Exa., Senadora Augusta Brito, e o brilhantismo do seu mandato nesta Casa, que faz toda a diferença, ao passo que também aqui eu quero registrar a minha alegria de ver a minha querida amiga Senadora Jussara e a minha querida amiga Senadora Leila, que hoje presidiu uma audiência maravilhosa na Comissão de Meio Ambiente – e eu muito tenho orgulho dali.

Eu queria só fazer algumas colocações aqui, muito rapidamente, porque eu acho que a gente tem que refletir qual é efetivamente o papel do Senado. Você verifica que infelizmente a composição



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal está longe de reduzir essa desigualdade e de cumprir a determinação do art. 3º, inciso IV, da Constituição, que diz que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Então, como é que...? Eu não posso perder a capacidade de me indignar. Eu saí daqui, na pandemia, e estive em Mato Grosso do Sul, Senadora Leila, numa audiência pública na Assembleia Legislativa: tinha 24 Deputados, nenhuma mulher. Isso tem que me dizer alguma coisa, porque, se não me disser nada, tem algo errado é comigo. Isso tem que... Eu não posso deixar de refletir sobre isso. Dos três Poderes que nós temos, Legislativo, Executivo e Judiciário, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi justamente esta Casa de Leis, esta Casa que sistematicamente pratica violência política. Nós tivemos, na pandemia, um fato que me marcou na CPI da Covid, em que vários Senadores homens se exaltavam, e nenhum foi chamado de descontrolado, mas a Senadora Simone Tebet foi. Ora, por que é que ela é descontrolada?! Então, isso a gente tem que entender e isso é uma... Isso é uma vigilância constante. E nós homens aqui temos essa obrigação!

Eu não canso de dizer... Se você trouxer um recorte histórico, por exemplo, da licença-maternidade, quando foi colocada para 120 dias, que foi com a Constituição Federal de 1988, o que foi que as empresas começaram a fazer? A não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. Ora, exigir atestado de esterilidade ou negativo de estado gestacional era uma conduta moralmente reprovável, mas não era crime. Nós sabemos que não há crime sem lei anterior que o defina e que não há pena sem prévia cominação legal, pelos princípios da legalidade e da anterioridade. Nós tínhamos um fato moralmente reprovável, mas era um fato lícito. Apenas pela Lei 9.029, de 1995, é que veio uma lei federal falando: "Olhem, é crime". Então, constantemente nós temos que estar falando isso aqui, diuturnamente.

Perdoem-me quando eu estou fazendo essa colocação de forma mais incisiva, mas é porque esta Casa deveria, efetivamente, representar essa maioria... E eu não chamo de minoria, chamo de maioria minorizada, porque, quando você fala de mulheres, são 52% da população! É a mesma coisa quando você fala da população preta. Eu estive em Salvador em que 85% da população são compostos de pretos e pardos. Salvador nunca elegeu um Prefeito preto ou pardo. Ora, como pode isso?! Foge à razoabilidade você achar que isso é normal, mas eu vejo que, nesse comportamento, nós temos a nossa digital de responsabilidade aqui. Eu não me canso de falar – e, enquanto Deus me der vida e saúde, eu vou sempre falar – que esta não é uma Casa que representa a população brasileira, esta é uma Casa representada por castas. Passou da hora de nós políticos derrubarmos os muros do Parlamento para interagirmos com o principal destinatário que é a população,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

principalmente essa população subjugada, que é a população preta e parda, porque eu não acho razoável...

Eu fui Delegado por 27 anos, eu fui professor de Direito Penal e de Processo Penal, eu sei que o Estado criminaliza a pobreza, eu sei que o Estado criminaliza a cor da pele, pois 80% da população carcerária... Meu querido Defensor Público – e eu tenho uma admiração pela Defensoria Pública –, 80% da população carcerária são de preto e pardo. Ora, os crimes com maior prejuízo quem pratica? São os crimes praticados por políticos, porque, quando um político desvia verba da saúde, ele mata milhões de pessoas. E qual o percentual da população carcerária composta por crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, por sonegação fiscal, por corrupção ativa, por corrupção passiva, por peculato? Não tem. Não tem, porque o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele; não tem, porque o Estado ainda é sexista; não tem, porque o Estado ainda é misógino; não tem, porque o Estado é homofóbico.

E essa é uma função nossa... Por isso, eu falo para as minhas amigas que eu tenho um amor incondicional por elas. Elas sabem disso e sabem da minha defesa com relação à pauta feminina nesta Casa. Nós não podemos perder a capacidade de indignação e temos que cobrar uma participação muito mais ativa, muito mais eficiente dos Senadores homens desta Casa, porque, infelizmente... E eu não me canso de falar isso. Eu queria que entrasse por essa porta representante maior dos pobres, dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, mas, infelizmente, esta é uma Casa que, sistematicamente, fecha direitos para essa população que mais precisa, para uma população que.... Eu volto falar: quando falamos em mulheres, nós estamos falando de uma maioria que sempre está sendo minorizada.

Desculpem-me o desabafo, eu só não poderia deixar de passar aqui e falar que contem com o meu total e integral comprometimento com essa causa que, para mim, é uma causa humanitária, que passa pela dignidade da pessoa humana.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Primeiro, eu não vou desculpar, eu faço questão de que esteja aqui. É exatamente como a gente pensa e como você realmente sempre fala. E nunca perde a sua capacidade de se indignar. Eu sempre digo que Deus me dê força para que eu nunca naturalize o feminicídio, a violência em si, as crianças passando fome... Enfim, que eu não faça naturalizar essa desigualdade social que a gente vê, percebe e essa falta de representatividade. É a mesma coisa. Você falou muito bem; falou muito bem o que esta Comissão hoje está querendo passar não só aqui para os Senadores e Senadoras e para as Deputadas também, mas para as



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pessoas que estão assistindo. Sobretudo, para onde puder chegar esta audiência pública, que ela tenha uma validade.

Quanto aos encaminhamentos, eu já sei que tem um grupo de trabalho coordenado pela Dra. Raquel Branquinho, do qual eu já quero pedir vaga para a Comissão, para as Senadoras – está aqui a nossa Líder da Bancada Feminina – fazerem parte desse grupo de trabalho, porque a intenção desta audiência pública era exatamente que a gente pudesse integrar as ações que estão acontecendo em todas as instituições. O Ministério Público está fazendo, a Defensoria está fazendo, o ministério está fazendo, enfim, e cadê...? Vamos integrar essas ações de combate à violência política de gênero! E como fazer isso na forma de um grande pacto nacional do combate à violência política? Se transformássemos assim, podia ter uma força maior, um alcance maior do que cada um fazer, lógico, o seu dever de casa – que já estão fazendo –, mas é para além do dever de casa fazer esse grande compromisso nacional, que é uma sugestão da audiência pública... A gente vai, depois, nos encaminhamentos, direcionando, assim, se as instituições que estiverem aqui... E a gente se compromete a tanto fazer parte do grupo de trabalho através de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Isso! Ave Maria! A gente quer muito participar.

Muito obrigada, meu Senador querido, como sempre – esta pessoa aqui, realmente, tem empatia.

Vamos dar continuidade à audiência.

Agora, com a palavra, a Dra. Cristiane Damasceno, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB.

Teremos o maior prazer em ouvi-la.

A SRA. CRISTIANE DAMASCENO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora.

Aqui, eu tenho aqui que... Eu costumo dizer que a gente tem que honrar as pessoas em público, e a Senadora Augusta foi a nossa Relatora na CCJ do projeto de lei que alterou o Estatuto da Advocacia e incluiu o assédio moral e sexual e a discriminação como infração ético-disciplinar, mas tenho que dizer do desempenho dela como Parlamentar. Quando nós mulheres sentamos na cadeira política, nós não estamos aqui de brincadeira. Em 80 dias – não é, Senadora? – nós aprovamos uma lei. A Deputada Laura Carneiro, na Câmara, o fez em 25 dias. Chegando aqui ao



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senado, nós fomos para o *front*, aparecíamos aqui em bando. E, em 80 dias – o Presidente Lula, no dia 3 de julho, assinou a lei pessoalmente –, nós trabalhamos e conseguimos aprovar. Então, é preciso honrar o trabalho desta Senadora, que é aliada das mulheres.

Cumprimento também a Senadora Leila, que é a nossa Senadora daqui, do Distrito Federal, e nossa representante.

Eu vou partir aqui, gente, para poder falar. Não vou falar das ações, porque a Raquel é a pessoa mais organizada que eu conheço na minha vida e consegue transmitir o melhor recado em cinco segundos. Ela é essa mulher e é multifacetada, porque ela faz 300 coisas, literalmente, ao mesmo tempo – e tudo muito benfeito, o que é uma característica nossa também.

Partindo aqui de uma fala, quando a gente fala em violência política contra a mulher, ela é mais grave do que a gente está imaginando, porque ela nos extirpa do lugar em que as coisas podem mudar – começa por aí! As mulheres precisam ter consciência disso e parar de boicotar as outras mulheres. Vamos começar falando a verdade: se a gente não criar uma rede de irmandade – para quem não gosta de usar o termo "sororidade" –, a gente não vai parar em lugar nenhum. Os homens, na verdade, têm isso entre eles, porque há séculos eles já vivem irmanados, quando servem no Exército, e nós não, porque lá se aprende isso. Então, como é que nós vamos fazer para começar a aprender que nós temos que amar umas às outras?

E deixem-me falar um negócio: se a nossa colega do lado está um pouquinho na frente, dê... Você sabe quando a gente era criança, a gente ia subir numa árvore e a gente dava a mãozinha para o pé do outro subir? É assim que a gente tem que fazer com a outra mulher. Se é ela que está lá na frente, faça isso com a mão de quando a gente era criança. Se você não quer estar lá no fronte, fique com os filhos dela no final de semana para ela participar da reunião política. É assim que a gente faz política.

Deixe-me explicar uma coisa: acabou a história da abelha rainha. Você sabe por quê? Porque poder, gente, é uma coisa que todo mundo quer. Então, leia *As 48 Leis do Poder* e assista a *House of Cards*, se a gente quer ser mais prático, para poder entender como é a briga pelo poder. Se eu acho que vou ser uma abelha rainha, vou chegar lá e vou ficar lá, você está muito enganada. Você vai ser alvejada até cair, porque é assim que o poder funciona.

E nós estamos aqui, Senadora, para falar a verdade. Nós não estamos aqui para poder mascarar.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho que a Desembargadora Andréa Pachá falou uma coisa certíssima: nós temos que trazer aqui a solução, não só falar que a gente está num lugar de violência.

E, veja só, está sentada aqui uma mulher que hoje poderia ser – hoje, se votada – a Presidente da OAB/DF, porque lidera as pesquisas, e fui tirada do páreo por um homem branco. Eu poderia estar aqui chorando, é a vontade que dá, mas não. Você sabe o que eu faço? Arregaço as mangas e vou para o fronte. Pode ter me vencido um dia, mas a minha frase, que está escrita na tábua do meu coração, é a seguinte: "prosseguir sempre; desistir? Jamais". Mandou um Golias? Mande dez, porque daqui nós não vamos sair. Esse tem que ser o nosso lema.

Só que, para a gente resistir, você precisa estar do nosso lado. Ou você começa a se irmanar conosco e entender que esse é um movimento que a gente vence coletivamente... Não existe movimento de mudança individual. O jogo é coletivo.

Então, é por isso, e aqui nada de falar mal dos homens, porque eu até gosto deles – até, não; gosto, mas –, gente, que essa coisa de você estar homenageando os homens em detrimento das mulheres não dá, porque nós temos mulheres aqui de ponta. Estas daqui, que estão nesta mesa – a Andressa, conheço de outros momentos –, são uma potência. Aí, a gente chega na mesa e começa a discorrer sobre o currículo dele.

Deixe-me falar: eu tenho mulheres que têm dez vezes o currículo dele. E aqui eu dei o exemplo da Senadora Augusta, porque eu quero saber qual é o Senador que aprovou um negócio em 80 dias. Vamos começar a fazer esse desafio. Nós vencemos muita coisa. Aqui na CCJ, foi, de ponta a ponta, por unanimidade. Você está entendendo qual é a potência dessa mulher?

Aí, a pessoa faz 1% do que a gente faz e está todo mundo batendo palmas de pé. Não! Eu bato palmas para ela, porque, em 80 dias, ela conseguiu vencer o que muita gente não conseguiu. (*Palmas.*) E a gente precisa exaltar... Isso não é arrogância – pode parar com isso! –; isso é identidade. Aprenda isso. Quando a gente é mulher, começam a falar: "Ah, a arrogante aí chegando. Olha a pessoa soberba aí chegando". Por quê? Porque você está falando que você é boa? Não!

Eu já estou encaminhando para o meu final.

A minha reflexão, que eu faço, é com relação à raça. Quando vieram fazer, Senadora Leila... A minha *personal stylist* política virou para mim e falou: "Olha, vou mudar o seu estilo", porque eu gosto de usar rosa choque, verde limão – eu sou essa pessoa. Ela falou: "Não, você tem que usar rosa claro, porque você tem uma pele escura". Eu não sou uma mulher retinta, mas eu não me considero uma mulher negra, porque está aí o exemplo que eu estou te dando, do racismo. "E você é agressiva



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

demais, seu cabelo é preto, a sua pele é escura, e nós temos que suavizar, porque você tem um temperamento"... E citou o nome de uma mulher branca, loira, dos olhos verdes... "Ela parece um anjo, e você, não." Eu chorei três dias, não vou negar para você, mas também só foram três dias, porque, no outro dia, eu já apareci de rosa choque. Eu falei: eu sou essa daí.

Você está entendendo o que é racismo? É você entrar no Conselho Federal – onde estão dez Conselheiras sentadas, Senadora Augusta – usando Chanel e a pessoa perguntar para você: "Como é que você tem dinheiro para comprar esse sapato?". "Minha querida, eu tenho 30 deles! Eu tenho dinheiro porque eu tive seis empregos." Andei de ônibus de Sobradinho para cá, mas fui a única professora de Processo Penal aqui que sobreviveu 22 anos em cursinho, dando aula para toda e qualquer atividade profissional dentro do Direito. Essa é a Cristiane Damasceno, que veio de Sobradinho. E olha só: é a Petrópolis do Cerrado. Adoro sobradinho, não tenho vergonha nenhuma de falar de onde eu vim.

O racismo é isso aí. Com quatro anos, eu pegava o Bombril para passar na minha pele, porque as pessoas entravam na minha casa para ver a minha irmã, que era branca, que tinha o cabelo liso – eu não! É disso que nós estamos falando.

Enquanto a gente não chegar a esses espaços, eu digo uma coisa a você: nós não vamos conseguir mudar, e esse espaço é o espaço político.

Quando você agride uma mulher, você está deixando 52% da população sem ter um lugar. Por quê? A gente fica com medo? Claro!

E aqui eu louvo vocês, porque passar por uma campanha política só nós sabemos o que representa, quando a gente sai viva dela.

Quando tiraram esse meu lugar, muitas mulheres aqui desistiram de ir para as subseções concorrer porque ficaram com medo. E eu entendo essas mulheres completamente, porque eu ficaria. Sabem o que eu fiz? Uma revolução no Brasil. Vamos ver quem quer ser candidata e eu vou lá coordenar a campanha, porque nunca perdi uma campanha!

Eu quero fazer um desafio para você hoje – e realmente me encaminho para o final –: eu quero saber o que te move, eu quero saber de que lado da história você vai ficar. Você vai ficar do nosso lado e nós vamos mudar este país, porque vai ser levantada uma geração de mulheres que vai mudar a história desta nação, sabe por quê? Porque nós não queremos extirpar ninguém, Senadora. Nós estamos querendo vir para poder unir, para poder trazer igualdade, porque igualdade traz crescimento de 25% para uma nação, tira do subdesenvolvimento e leva para um lugar de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

desenvolvimento. É desse lado da história que você quer ficar? Então, feche com a gente, porque eu garanto que nós vamos chegar à Lua, nós vamos viver num país melhor.

Muito obrigada, viu, minha Senadora? (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Obrigada, nossa Dra. Cristiane, com quem já tivemos vários encontros, não é? Que bom! Positivo sempre.

Então, eu quero aqui já passar para nossas duas últimas convidadas da mesa; depois, para a Senadora Leila... Não! Para a Senadora Jussara e Senadora Leila. Se a Deputada também quiser fazer uso da palavra, a gente também abre. Aqui, a gente é bem... E para outra pessoa qualquer que quiser. Eu quebro os protocolos todos, Leila. (Risos.)

Mas eu quero aqui ter o prazer já de chamar para fazer uso da palavra a Maria Teresa, nossa Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal – violência contra nós mulheres.

A gente vai ouvi-la agora, com o maior prazer.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Uma boa tarde a todas e todos.

Quero agradecer à Senadora Augusta por esta audiência, porque é tão importante este espaço para a gente ouvir o que as outras instituições estão fazendo, esse compartilhamento de ideias no espaço tão frutífero, tão importante da Comissão. Quero agradecer, Senadora, pelo convite e pela realização desta audiência. E quero agradecer às duas Senadoras maravilhosas, parceiras do observatório, a Senadora Leila e a Senadora Jussara, que são tão importantes para o nosso trabalho.

E eu já vou começar com um *spoiler* do que eu vou apresentar aqui, porque eu estou trazendo... Nessa ideia que a gente tem aqui hoje de trazer o que cada um está fazendo – eu sou do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado, trabalho justamente com o DataSenado nas pesquisas –, vou trazer aqui alguns *highlights* da pesquisa sobre mulheres na política, que a gente fez em 2022, com candidatas. E um dos números que eu vou trazer aqui é que, quanto mais alto o cargo, maior é essa dificuldade.

Eu comecei falando de vocês, porque ser Senadora da República neste país, mulher, gente, é... (Palmas.)

(Manifestação da plateia.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – É porque, assim, a gente faz a pesquisa, a gente escuta as candidatas – a gente escutou a candidata a vereadora – e a gente vai vendo o escalar das dificuldades. Então, chegar ao Senado Federal foi muita coisa, a gente sabe.

Vou falar aqui um pouquinho da pesquisa. São poucos números os que eu vou trazer. A ideia é mais a gente apresentar um pouco desse trabalho para quem quiser aprofundar. E está tudo disponível no site do DataSenado e do Observatório.

Então, foram 2.850 candidatos entrevistados. Já indo para o primeiro número aqui, quando a gente pergunta, na pesquisa: "Você já sofreu algum tipo de violência dentro do ambiente político?", incrivelmente, a gente traz um número muito próximo de homens e mulheres. Mas isso diz o quê? Depois, na quantidade, quando a gente vai aprofundando, a gente vê a diferença. É que o ambiente político é, por natureza, violento. Então, quando essa pergunta é feita, os números estão muito próximos entre homens e mulheres, mas, quando eu pergunto se esse candidato já sofreu algum tipo de discriminação em razão do seu gênero, aí, um terço das mulheres responde que sim. São estes números aqui: 32% das mulheres dizem que sim e apenas 10% dos homens dizem que sim. Então, a diferença é claríssima aqui na questão do gênero dentro da política.

E aqui, na violência vivida e declarada, a gente vê outra diferença também: que essa mulher, muitas vezes, não identifica muita coisa que ela vivencia na política como uma violência. Isso porque, quando a gente vai para algumas perguntas e coloca situações de violência para essas candidatas, para aquelas candidatas que disseram que não, que elas não sofreram violência, quando você coloca situações de violência, aí, o sim aparece. Em especial, aqui eu destaco duas, que é se foi impedida ou interrompida na fala...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – ... e a questão da desqualificação em função do gênero. Então, você vê ali números gritantes de 27% contra 5% dos homens.

E aqui é o que eu falei em relação à discriminação de gênero em altos cargos. Quando a gente coloca no municipal e vai crescendo, você vai vendo um aumento substancial dessa questão da violência.

A gente vai fazer agora a pesquisa com as candidatas que estão aí. Então, a gente vai ver esses números.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Hoje a Andréa Pachá falou que apenas a luta contra a violência não é suficiente. É isto: é para a gente não ficar nesse lugar de só falar da violência. Mas o trabalho que a gente faz ali, de trazer esses números, é para que mais mulheres tenham a oportunidade de estar nesse espaço de poder. É que a pesquisa traga, sinalize o que pode ser feito, onde estão os gargalos para que essas mulheres cheguem em posições de poder, o que pode ser melhorado para a gente ampliar essa participação política das mulheres para que mais mulheres se encorajem a estar nesses espaços, o que é muito difícil sim.

Ontem eu tive a oportunidade de estar no evento em que a Raquel Branquinho também estava, da Casa Jota, e foram várias as falas de mulheres em posição de poder sobre essa dificuldade, sobre como é difícil estar nesse lugar, sobre o que elas tiveram que enfrentar. E uma fala que mexeu muito comigo ali foi a da Lilian Cintra, Diretora na área de Direitos Digitais, do Ministério da Justiça. Ela falou que, muitas vezes, chegava a reuniões em que estavam só homens, e ela, mulher, aí, ela pensava: "será que"... E o que dava força para ela era pensar assim: "eu estou representando muita gente aqui; por trás de mim, tem muita gente".

Eu queria deixar essa mensagem dela aqui hoje também, para que as mulheres que estão escutando a gente tenham essa coragem que essas Senadoras tiveram, porque a gente sabe o quanto foi enfrentado para elas estarem onde estão, fazer o que elas fazem e para a importância da participação política, porque só assim a gente vai conseguir mudar alguma coisa.

Era isso, gente. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada.

Eu agradeço sempre.

Ela já é uma parceira do Senado. E eu já me considero integrante do Observatório também.

Agora, para fazer uso da fala, a gente chama Ana Cláudia Oliveira, representando a Secretaria de Mulheres, da Câmara dos Deputados e Deputadas.

A SRA. ANA CLÁUDIA OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Agradeço o convite para estar aqui apresentando, na verdade, o Observatório Nacional da Mulher na Política, que integra a Secretaria da Mulher, da Câmara.

O Observatório é parte da Secretaria, e a gente foi convidado para estar aqui, neste debate hoje, para trazer também essa perspectiva de ferramentas que são utilizadas na prevenção e no



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

combate à violência política de gênero que não necessariamente envolvem somente, no caso, a repressão, no caso de um crime cometido, o que fazer com aquele agressor, como punir aquele agressor, mas também trabalhar de forma completa o que a gente pode fazer para que a violência política de gênero esteja devidamente sistematizada na nossa legislação, com uma legislação que preveja a sua prevenção, que preveja a conscientização das pessoas em relação a esse tipo de conduta.

Como a Desembargadora falou lá no começo do evento, o que falta para a gente agora é, como a gente já tem leis o suficiente, torná-las efetivas.

O Observatório surgiu num contexto de ser preciso fomentar mais pesquisas no nosso país, pesquisas acadêmicas, pesquisas científicas, para que, a partir dos resultados dessas pesquisas, a gente consiga construir políticas públicas, legislação e políticas públicas, de forma mais ampla, mais efetivas para aumentar a representação feminina na política.

Diferentemente do Observatório do Senado, que faz pesquisas brilhantes – e a gente acompanha e é parceiro –, o Observatório lá da Câmara não faz pesquisas próprias. O papel dele é fomentar pesquisas em outros ambientes, então, nas universidades, nos institutos de pesquisa, nos lugares que já existem, que já fazem pesquisa, mas muitas vezes não têm recursos para essas pesquisas, não conseguem dar continuidade a essas pesquisas. E também fomentar que lugares que ainda não fazem pesquisas desse tipo passem a fazer; então, algumas universidades que têm departamentos de ciência política, têm espaços desse tipo, mas ainda não estudam este tema especificamente.

Também trabalhamos com institutos de pesquisa, com pesquisadoras e pesquisadores independentes, buscando fomentar a realização de pesquisas por meio dessas pessoas. Às vezes, a gente faz isso por meio de recursos, levando recursos públicos, recursos de emendas parlamentares, recursos que já estão distribuídos para ministérios e são direcionados para essas universidades e para os institutos; às vezes, a gente faz isso sem recursos, porque tem tanta gente engajada nessa luta que, quando a gente não consegue recurso, ainda assim, a gente consegue agregar pessoas de diferentes espaços que estão dispostas a doar o seu tempo para fazer pesquisas acontecerem e projetos saírem do papel.

Ao fomentar essas pesquisas, o que a gente quer é pegar o resultado delas e levá-lo para quem está aqui na ponta, no Congresso Nacional – principalmente, lá na Câmara, para as nossas Deputadas, trazendo dados concretos que as ajudem a aprimorar a legislação já existente e a criar novas leis –, mas também para quem trabalha com políticas públicas relacionadas a isso como um



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

todo, como é o caso do próprio Poder Judiciário, que, por meio dos resultados das pesquisas, também tem a oportunidade de aprimorar os seus processos de constituição e de fiscalização, enfim, e a gente sabe do tanto que a gente precisa disso. Então, a partir das evidências científicas, é possível fazer isso.

O outro objetivo do Observatório é transformar todo esse material, esses resultados de pesquisa, que mostram por que as mulheres são minoria na política e o que pode ser feito para que esse cenário se modifique, para a população como um todo – então, transformar essa linguagem, que, muitas vezes, é acadêmica, é difícil, é jurídica, de uma maneira que isso chegue à população de forma a ser uma ferramenta de conscientização para que mais mulheres votem em mulheres e mais pessoas, no geral, votem em mulheres –, para que se entenda o que é a violência, por exemplo, e o que se pode fazer para modificar esse cenário, porque aqui muito se falou da dificuldade – não é, Dra. Raquel Branquinho? – de se fazer o letramento dos agentes do direito, dos operadores do direito. Se é difícil para os operadores do direito, imagina para a população como um todo, imagina para os próprios agressores, que, muitas vezes, cometem violências diariamente dentro das Casas Legislativas, dentro dos partidos e sequer têm a noção de que estão cometendo ali uma violência que pode ser decisiva para que uma mulher desista da política, não queira estar naquele ambiente! Então, é um trabalho muito difícil, e o Observatório também é mais uma força dentro disso para tentar traduzir tudo que a gente está vendo nas pesquisas e levar para a população de uma forma mais compreensiva.

Eu vou falar rapidamente de algumas pesquisas que estão em andamento agora no Observatório ou que foram concluídas recentemente. Uma delas é o Monitor da Violência Política de Gênero e Raça, feita pelo Instituto Alziras, que é um parceiro nosso. Trata-se de uma pesquisa que tentou fazer um mapa de ações judiciais sobre o crime de violência política no nosso Judiciário e ver como a lei estava sendo aplicada ali, na prática. Foi muito difícil fazer esse mapa completo por conta do acesso, que é difícil na nossa Justiça, a esse tipo de ação. Então, no final das contas, a pesquisa acabou se restringindo às ações que são acompanhadas pelo GT que a Dra. Raquel Branquinho criou e coordenou desde 2021 e se debruçou sobre olhar para essas ações e ver quais eram os gargalos, quais eram as dificuldades que eram enfrentadas dentro do sistema judiciário e o que se poderia fazer como recomendação para que se melhorassem esses sistemas.

Então, eu convido a todas e todos que entrem na página do Observatório, que entrem na página do Instituto Alziras. Tem resultados bastante interessantes lá e tem algumas recomendações que foram feitas, tanto para o próprio sistema de justiça quanto também para o Congresso, enquanto legislador, do que se pode melhorar na lei para que, depois, esses processos sejam feitos



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de uma forma mais efetiva, mas também para o poder público como um todo, sobre campanhas de conscientização. Enfim, tem resultados muito importantes.

Outra pesquisa que está em andamento ainda é uma pesquisa que vai monitorar como a violência política vai acontecer: número de casos, de denúncias, monitorando a imprensa, monitorando o que chega ao Ministério Público. É o projeto De Olho nas Urnas, que é um projeto da Universidade Federal de Goiás, que a gente conseguiu financiar por meio de emendas parlamentares e que vai acompanhar isso durante as eleições municipais deste ano. Então, vai tentar pegar dados dali e depois ver o que a gente... Comparando as eleições municipais de 2020 e de 2024 – 2020, antes da lei de violência política; 2024, agora, com a lei de violência política –: o que mudou, como as denúncias caminharam, o que essas mulheres sofreram durante o período eleitoral.

Por último, quero falar de um projeto que está em encaminhamento, em processo agora. É um desses projetos sem recursos, em que a gente conseguiu juntar um grupo de voluntárias muito engajadas na temática para oferecer uma proposta de acolhimento psicossocial a candidatas às eleições deste ano, para que aquelas que se sintam em risco de sofrer violência política de gênero ou que já sofreram durante o período pré-campanha e tal tenham a possibilidade de encontros em grupo virtuais – porque a gente está com mulheres do país inteiro –, para tratar das questões de saúde mental que envolvem sofrer essa violência, serem vítimas dessa violência.

Essa demanda veio para a gente porque, em todo evento que a gente fazia, do Observatório, todo contato que a gente tinha com mulheres mandatárias, candidatas, enfim, mulheres que estavam envolvidas na política de alguma forma, a gente via uma necessidade muito grande delas de falar, de trazer o relato das violências que elas viviam; e eram mulheres que estavam claramente muito abaladas com aquelas violências, dizendo: "Eu vou persistir, mas não sei talvez por quanto tempo, mas eu vou persistir, eu vou tentar". A gente sabia que aquilo era uma parcela mínima – imagine quantas milhares a gente tem pelo país, que não chegam até aqui, neste espaço, que é tão difícil de acesso para muitas delas, e que estão sofrendo com um adoecimento mental mesmo, que é o que, no final das contas, as faz desistir da política!

Então, a gente pensa – isso é algo que a nossa legislação ainda não contempla – que é preciso trabalhar a saúde mental dessas mulheres. Como a gente pode fazer isso? É o que esse projeto vai tentar ver. Então, além de ajudar aquelas mulheres pontualmente ali, aquele grupo de mulheres... Foram cerca de cem mulheres que se inscreveram, mas, nos encontros, a gente tem uma variação entre mulheres que participam, até porque elas estão em período de campanha e a gente entende



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que muitas não vão conseguir participar de fato, mas o nosso objetivo com isso é coletar dados de pesquisa para que depois a gente consiga criar uma política pública que abranja o maior número de mulheres possível, porque muitas mulheres sequer cogitam a ideia de entrar para a política por aquilo que a desembargadora falou um pouco mais cedo hoje, que é: mulheres não deveriam ser heroínas para entrar na política.

Então, a gente aplaude muito as mulheres que conseguiram chegar até aqui como Senadoras, as mulheres que estão ali no dia a dia, na campanha, nos seus mandatos, mas elas não deveriam ser tão guerreiras, elas não deveriam ser tão heroínas. Deveria ser algo que simplesmente fosse uma escolha: "Eu quero me dedicar à vida pública; eu quero servir ao meu país, à minha cidade, ao meu estado"; mas, não! Para além de tomar essa decisão, de fazer esse trabalho, esse serviço, elas têm que tomar uma decisão: "Eu vou acabar com a minha saúde mental e vou acabar com a saúde mental da minha família, eu vou ter que deixar os meus filhos", porque, enfim, não é um espaço feito para mulheres, não é um espaço feito para mães, não é um espaço feito, enfim, para a gente aqui.

Então, a gente precisa trabalhar a saúde mental dessas mulheres, senão não adianta fazer cotas. Não adianta tentar fazer um monte de leis para punir os agressores se a gente não fortalecer essas mulheres no sentido de elas entenderem que é algo estrutural, que não é algo só contra elas e, aí, por meio desse entendimento, elas se fortalecerem mentalmente e pensarem: "O.k., eu não sou obrigada a ser essa heroína; por enquanto, eu estou tendo que ser. E como eu faço para estar aqui e não me desintegrar, não desistir da política?". E, lógico, paralelamente a isso, a gente tentar tornar a política um ambiente menos hostil para as mulheres, mas, enquanto isso não acontece, como fazer para manter essas mulheres com a gente, sem adoecimento mental? Então, é o objetivo desse projeto, que é um projeto-piloto e a gente espera que traga resultados, bons frutos no futuro.

Basicamente, para encerrar a minha fala – porque acho que eu já ultrapassei aqui o meu tempo –, quero dizer que fortalecer as pesquisas nessa área é fundamental se a gente quer construir legislações mais efetivas, se a gente quer levar para a população a informação sobre por que é importante ter mulheres na política, sobre o que dificulta que as mulheres nela estejam, de maneira que a população entenda, compreenda e abrace essa luta. Porque, sem a participação da população, sinto muito dizer, a gente nunca vai aprovar lei de cotas com cadeiras efetivas para as mulheres ou uma legislação de violência política que seja do jeito que a gente idealizou, simplesmente pelas mulheres que estão aqui hoje, porque são minoria e muitos homens não vão abraçar essa causa. Isso só vai acontecer se houver uma pressão da população lá fora, para que esses homens se envergonhem de dizer "não" a uma lei de cotas, se envergonhem de dizer "não" a uma lei de violência política que seja mais rígida e mais efetiva.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, trazer essa informação para a população é fundamental, ou seja, conectar pesquisa, Parlamento, população é fundamental. Esse é o papel que o Observatório tem feito e espera continuar fazendo.

Mais uma vez, obrigada pelo convite.

Obrigada a todas e a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Obrigada a você também. Quero parabenizá-la pelo belíssimo trabalho que faz tanto no Observatório, junto à Secretaria da Câmara, como também em nosso Observatório aqui do Senado.

Eu quero aqui já passar para a Senadora...

Eu queria fazer várias considerações, mas não vou fazer.

Vou passar para a Senadora Jussara, que está aqui atenta desde o início e pediu para fazer uso da palavra.

Será um prazer, Senadora. Pode falar.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Para expor.) – Boa tarde! Cumprimento a Senadora Augusta Brito, Presidente desta Comissão, que tão bem está à frente, que tem um trabalho muito significativo no Estado do Ceará e que também traz para a gente subsídios de tudo aquilo que ela faz lá. A Senadora Augusta é uma grande mulher, é uma grande cidadã brasileira.

Eu me orgulho muito de ser sua amiga, de ser sua parceira aqui no Senado.

Quero cumprimentar a Dra. Raquel Branquinho, que tão bem falou, que entende tão bem e que ocupa um espaço de poder também importante; a Dra. Maria Teresa, que é aqui do Senado, que é a Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado, que muito nos ajuda, trazendo para a gente informações, subsídios, tudo aquilo, ou seja, as pesquisas do DataSenado. Quero cumprimentar todas aquelas que estão aqui trazendo para a gente toda a importância do que é ser mulher e também daquilo por que todas nós passamos. Quero cumprimentar aqui a Senadora Leila, essa mulher guerreira, Senadora que também está em todos os lugares, que corre bastante e dá conta muito bem, aqui, daquilo que ela ocupa.

Gostaria de cumprimentar a Deputada Rosângela, da Bahia, Deputada Federal. Prazer.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Gostaria de dizer que eu fico pensando, olha, eu sou do Piauí e eu sou a única mulher da bancada. Nós somos 13, mas eu sou a única mulher da bancada. Eu confesso para vocês que, todas as vezes que nós nos reunimos, eu rezo, eu oro e peço a Deus, assim: "Meu Deus, cuida de mim, meu Deus do céu, me ajuda". É dessa forma, porque são homens. E olha que eu tenho um esposo que é Deputado Federal – e isso me dá um certo alento –, que segura também na minha mão, mas não é fácil...

Ontem, mesmo, teve uma inauguração. Alguns ministros estavam, lá no meu estado, no Piauí, e eu tenho que pedir: "Deixa eu ficar também aí, eu quero também participar, tirar uma foto!". Porque tomam conta e não deixam espaço para mim... Eu fico, às vezes, lá atrás, e tenho que estar pedindo, brigando por isso! Mas eu não vou desistir, vou continuar desse jeito, furando a bolha, porque é furar a bolha mesmo, não é?

Gostaria de falar da importância desta audiência pública, trazendo mulheres que têm todo conhecimento a respeito de nós mulheres. Como eu sempre insisto, vamos trazer os homens para o debate. Os homens têm que participar, eles têm que estar aqui para nos ouvir, porque é algo que, como bem disse a Desembargadora, vem se arrastando, há séculos e séculos, a violência contra nós mulheres. Nós estamos em pleno século XXI, e nada foi resolvido, praticamente nada.

Em relação às vitórias e os alcances que nós tivemos aqui no Senado, apesar dos avanços na administração aqui do Senado, para combater a violência política contra nós mulheres, ainda há muito a ser feito. As mulheres, sabidamente, são a maioria do eleitorado, participam muito da vida política por meio de organizações comunitárias, de movimentos sociais, de sindicatos patronais e laborais e de organizações da sociedade civil. Contudo, nenhuma mulher, jamais, foi Presidenta da Câmara ou do Senado.

O Senado tem feito um grande esforço institucional para alterar esse quadro desfavorável às mulheres. Atualmente, é realizada a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. É um prêmio que tem o objetivo de reconhecer, publicamente, mulheres que atingiram posições de destaque na defesa dos direitos e das questões de gênero no Brasil.

Além disso, internamente, o Senado dispõe de uma página específica – como disse a Dra. Maria Teresa –, com os dados sobre a violência contra a mulher, inclusive sobre a violência política. Refiro-me ao Observatório da Mulher contra a Violência. Sugiro que o consultem, porque há muita informação e muitos dados atualizados sobre temas relativos a nós mulheres.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Senado também tem celebrado adesões ao Acordo de Cooperação Técnica nº 20210235, para compor uma rede de órgãos públicos em defesa de uma política igualitária de gênero e de raça. É a Rede Equidade, que tem o firme propósito de implementação de ações conjuntas nos temas de inclusão e diversidade, com foco especial em gênero e em raça. Já são mais de 20 órgãos públicos que participam desse acordo de cooperação técnica.

Quanto à sub-representação das mulheres, de nós mulheres, em espaços de poder, em espaços formais e informais de poder e de decisão, ainda é grande a sub-representação, mas homens conscientes e mulheres combativas estão, pouco a pouco, passo a passo, dia a dia, com persistência e com fé, alterando esse cenário perverso.

A violência política contra nós, mulheres, é um fenômeno global, mas, no Brasil, estamos em luta para alcançar uma sociedade mais paritária.

A relevância desta audiência, Senadora Augusta, é inquestionável, pois implicará a celebração de novas parcerias para aprofundamento das políticas administrativas dos órgãos aqui representados hoje e implicará também o aprofundamento do debate sobre essa espécie de violência que, infelizmente, ainda muito se vê em nossa cena política.

Por último, gostaria de expressar a minha gratidão e parabenizar a iniciativa da minha amiga, a Senadora Augusta Brito, desta Comissão, pela realização desta audiência tão oportuna.

Então, é o que eu digo: juntas, de mãos dadas, sororidade entre nós, mulheres, porque só assim a gente vai alcançar os nossos objetivos.

E, sempre que tiver – eu vou fazer um apelo aqui à Senadora Augusta – audiência pública, vamos convidar os homens a participarem; vamos trazer – como veio para cá o Senador Contarato – os homens para o debate, para que eles compreendam melhor tudo isso, porque não dá mais para a gente continuar dessa forma – não é isso, Senadora Leila? É impossível. No século XXI, a gente ainda está lutando por conta de violência de gênero, violência doméstica, feminicídio... Meu Deus do céu, não dá mais para aceitar isso, Dra. Raquel.

Vamos juntas. Se for necessário ir para as ruas, vamos para as ruas.

Então, aqui o meu abraço a todos vocês, e contem comigo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada – eu vou falar igual –, minha querida Senadora Jussara. (*Risos.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agora eu quero já passar a palavra também para a minha querida Senadora Leila, que está nos dando o prazer de também estar presente aqui na nossa Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Obrigada, Senadora Augusta.

Queria cumprimentar a senhora, a Deputada Rosângela...

A SRA. ELISANGELA ARAUJO (PT - BA) *Fora do microfone.* – Elisangela.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Elisangela?

A SRA. ELISANGELA ARAUJO (PT - BA) *Fora do microfone.* – É.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Perdão, Elisangela. A outra falou Rosângela, eu fui no embalo. *(Risos.)* A Jussara – desculpa, Deputada –, o Fabiano Contarato e todos os convidados e convidadas que tiveram uso da palavra aí.

Bom, eu estou há seis anos no Senado, estou aqui desde 2019, e, nos meus 52 anos de vida, eu já vivi muito essa questão de violência.

Sou a primeira neta e a primeira filha de uma família de nordestinos. Fui a primeira a encarar o esporte quando meu pai dizia que aquilo não era para menina.

Sou da primeira geração medalhista do Brasil na minha modalidade.

Fui a primeira secretária de esportes mulher, a primeira secretária do Distrito Federal.

Fui eleita a primeira Senadora mulher nascida na cidade, a primeira mulher que comanda a Comissão de Meio Ambiente.

Fui procuradora, fui...

Enfim, vivi muito aqui, muita coisa, de uma forma muito intensa, e vi inúmeras transformações, mudanças melhores na Lei Maria da Penha, com que eu ajudei a contribuir, também com outras Senadoras que hoje não estão aqui – Rose de Freitas, Simone Tebet, Maria do Carmo, a nossa saudosa Maria do Carmo, que nós perdemos semana passada, enfim... –, a lei de violência, de combate à violência, a lei contra a violência política de gênero, a Lei do Stalking, que é minha... Eu sou autora da Lei 14.132. Quem é, qual é a mulher que não foi perseguida, seja *online*, seja presencialmente, intimidada por seus algozes? Enfim, é diário isso – é diário.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu estive no dia do lançamento, Augusta, da campanha Feminicídio Zero, que teve a presença da Ministra Cida, e ali eu me emocionei, porque eu contei a história do último feminicídio – do penúltimo, não é? – que nós tivemos em Brasília. Eu esqueci o nome dela. Era Fabiane? Juliana. No Gama. Quadra 3. Ela foi atropelada no dia do seu aniversário de 34 anos.

Elá foi para uma festa com outros aniversariantes, e o ex-companheiro dela, o assassino, foi lá tomar satisfação: "Por que é que eu não fui convidado?". Elá saiu chateada daquela situação, estava num lado do canteiro, e ele estava num corola, ele deu a volta e passou por cima da calçada.

A filhinha dela de 5 anos conseguiu passar para o outro lado do canteiro. Elá e a mãe no chão, ele voltou e, quando os outros populares iam ajudá-la, ele passou de novo, em cheio, por cima dela.

Então, eu, como legisladora – não é nem mais como mulher, como mãe, como cidadã –, por tudo que eu já vivi, por toda a minha trajetória, por tudo que eu já vivi de violência também, de discriminação, fico me perguntando assim: para onde caminha a nossa sociedade? Porque não falta legislação, eu sou Relatora da lei que...

"Ah, nós temos uma rede de proteção, nós temos legislação, mas falta recurso". Aí, fizemos todo um trabalho, o Senado e a Câmara. Eu fui a Relatora, aqui na Casa, dos 5% do fundo de segurança pública para ações de combate à violência contra a mulher... Enfim, foram tantos aprimoramentos, apreensão de arma de fogo, medidas protetivas. De tudo – tudo que você imaginar! – eu participei nesta Casa nos últimos anos; tenho muito orgulho disso. Demais. Mas o que falta? Se toda vez nós estamos aqui...

Isso me angustia. Angustia-me quando a gente vê um homem, um covarde daquele, matar uma mulher daquele jeito, e aí a gente vê legislação para pagar pensão para órfãos do feminicídio?

Pelo amor de Deus, gente! Parece que a gente está sempre tampando... Aparece uma ferida, eu vou lá e... (*Falha no áudio.*)

... digamos, o curativo, cicatriza e vem de novo.

E o que nós podemos fazer, enquanto mulheres, se a gente não conseguir mobilizar a sociedade de modo geral?

Não adianta nós ficamos aqui, e as instituições, o Judiciário, o Legislativo, todo mundo falar das nossas dificuldades, da nossa necessidade de termos mais mulheres participando...



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É claro, é o que mais sonhamos, porque nós não seremos eternas, e qual é o nosso maior desafio aqui? É que os homens não querem largar o poder, eles não querem dividir o poder – para! – , não querem! E o que podemos fazer? Educação, conscientização? Eu sou mãe de um menino – sou mãe de um menino – e, desde que ele nasceu, eu converso com ele, eu dialogo.

Eu tive uma conversa com o Ministro Padilha muito interessante, porque eu faço parte de um podcast junto com o Senador Jorge Kajuru, e foi muito interessante o depoimento do Ministro Alexandre Padilha. Ele falou assim: "Senadora Leila, eu fui criado por uma mulher, porque os meus pais foram separados na ditadura militar".

O pai teve que sair do país, a mãe ficou grávida dele aqui e o teve aqui, e, durante oito anos, o Padilha só escutava a voz do pai por fita cassete e só foi dar o primeiro abraço no pai dele quando... Ele foi criado por uma mulher, ele tem esposa e ele tem filho. Sabe o que ele falou para mim? "Leila, eu fui criado por uma mulher, o meu universo é feminino, e todos os dias eu me pego tentando, desconstruindo o machismo. Desconstruindo o machismo".

Então, assim, nós vamos... Talvez a gente nem esteja mais aqui, quando a gente conseguir, de alguma forma, de fato, tocar a sociedade, no sentido de que estamos banalizando a participação da mulher e a vida das mulheres na sociedade, de um modo geral.

Então, hoje, o que é que me mantém na política?

A política não é minha vida, eu quero dizer bem claro para vocês, mas eu a encaro, mais do que nunca, quando eu vivo isso diariamente, como uma missão. E o que é que me mantém viva? É a minha indignação. O que me mantém viva aqui todos os dias, quando eu fui lá com a Ministra Marina agora, porque ela veio hoje para falar sobre queimadas e tudo, é a minha indignação, porque eu não posso desistir do meu país, eu não posso desistir do que somos, enquanto mulheres, e do tanto que lutamos para chegar aqui. E porque, antes de nós, vieram outras, que passaram por situações piores ainda do que nós já vivemos hoje aqui.

Então, minhas amigas, o que é que eu posso dizer disso? É que é um processo diário. Da mesma forma que a desconstrução do machismo é a nossa construção, são os alicerces que nós estamos hoje plantando para o futuro – não para nós, acreditam. Eu tenho absoluta consciência disso.

E, sinceramente, é a mesma coisa para mim quando eu olho o esporte.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quando nós conseguimos ser campeãs olímpicas, a minha geração foi a primeira a ganhar a medalha. É assim que eu enxergo hoje a nossa participação neste momento.

Nós estamos plantando para, no futuro, as nossas filhas, as nossas netas e as futuras gerações, as futuras mulheres, possam ter um respiro de respeito e dignidade da sociedade, de um modo geral.

Então, precisamos disso, Augusta.

Em todos os momentos, estamos aqui nesta Casa. E vou falar para você, Jussara: você pode convidar quantos você quiser, porque eu já convidei todos os 80, ou 70, eu já convidei. Aparece um ou outro. E não tenho problema de dizer, olhando para a câmera, que é verdade. "Vai lá e me representa, vai lá e me faz, vai lá...". Não aparecem. Não aparecem.

Enquanto isso não mudar, não houver participação de Deputados e Senadores, os homens, nós estaremos o tempo todo aqui fazendo essas conversas.

De vez em quando, aparece um bendito fruto aí, mas a gente sabe da nossa realidade. E não podemos desistir.

O meu discurso não é para nós ficarmos desanimadas não. É só para a gente entender, porque a gente, às vezes, quer...

A gente faz um discurso para nós, para tentarmos aceitar a situação. Não. Nós temos que ter coragem de encarar o que está acontecendo e, com a nossa indignação e com o nosso trabalho diário aqui dentro, seja no Judiciário, seja no Legislativo, seja no Executivo, seja na sociedade civil, de um modo geral, acordar todos os dias e mostrar que nós somos, sim, capazes.

Não vai ser hoje, não vai ser agora, mas, certamente, a semente será plantada por todas nós.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Muito bem, é exatamente isso. O convite para uma audiência pública, o convite, a gente manda, faz para todos e todas, obviamente, mas, como a Leila já desabafou, eu vou dizer, esse assunto só interessa... (Risos.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Até parece...

E olha: não sou desequilibrada...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – De forma alguma.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Olha, eu não perdi, graças a Deus... Falei até hoje: não perdi minha capacidade de me emocionar. Choro quando eu quero chorar e não sou desequilibrada. Muito pelo contrário: sou aguerrida. Sabe por quê? Porque a gente sabe o que é...

A Maria Teresa falou certo: nós sabemos o que é o nosso dia a dia aqui. Não é? Então, assim, os nossos choros... O meu choro é quando eu volto para minha casa, com o meu marido e o meu filho. Mas, assim, é por eles que eu ainda tenho confiança e esperança na sociedade, porque são dois homens que me encorajam.

Tem dia em que eu estou arrasada, e meu marido fala: "Levanta, porque você entende sua missão". E eu vou. Impressionante!

Então, eu sei que existem homens que abraçam essa causa, como o Contarato, que veio aqui. Existem homens que podem, sim, que estão conosco nessa luta, mas nós precisamos pensar, refletir sobre como, de fato, podemos provocar a sociedade de um modo geral.

É isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Exatamente isso! (Palmas.)

Eu só, aqui... Já passando para a nossa Deputada Federal, antes disso, vou fazer só uma...

É exatamente esse o desabafo, e é o que a gente passa.

Meu primeiro pronunciamento, aqui na tribuna do Senado, foi porque eu vi a Senadora Leila fazendo um pronunciamento, emocionada, e isso me motivou a fazer, porque nenhum julgamento sobre uma fala de um homem – se ele fala alto ou baixo, se ele chora ou não – é feito; mas, se for uma mulher... Se ela falar alto, ela é desequilibrada; se ela chorar, ela é fraca. E isso eu repito sempre, porque isso é para sempre. Se ela veste a roupa tal, ela é não sei o quê; se ela está num lugar que só tem homem... Porque, no nosso espaço político, a maioria – e em vários outros, não só no nosso, da política – é constituída por homens... Então, se a gente está nesse espaço, não é por merecimento; é porque namora com todos.

Então, tudo é feito para desconstruir a nossa participação efetiva como ela é e como tem que ser.

Muitas vezes, a gente vai para casa chorando por dentro, mas basta uma noite – basta uma noite. No outro dia é assim: "Não posso deixar de estar naquele espaço, para que outras se



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

percebiam pertencentes àquele espaço", porque aquele espaço, que dói agora na gente, doeu mais em quem estava lá atrás e vai doer menos em quem virá para a frente.

Nunca a motivação de uma mulher na política é por causa individual, nem pelos seus filhos, simplesmente; é pelos outros filhos, pelas outras mulheres, que não têm a mesma oportunidade que nós estamos tendo. É doendo, mas a gente está aqui para que outras se percebam e para que a gente possa fazer projeto, ou alguma programação, alguma ação que vá fazer diferença na vida das que não têm a mesma oportunidade que a gente.

Isso nos motiva. É isso que faz as mulheres na política, cada vez mais, enfrentarem os obstáculos e continuarem com a cabeça erguida.

Passo agora para nossa última oradora, nossa Deputada, e agradeço também a participação.

Elisangela, nossa Deputada Elisangela.

A SRA. ELISANGELA ARAUJO (PT - BA. Para expor.) – Boa tarde para todas as pessoas.

Vou ser breve, mas eu não poderia deixar de vir aqui hoje.

Senadora Augusta, parabéns pela sua atuação belíssima aqui no Senado, que nos inspira na participação política. Quero também saudar aqui a nossa Senadora Jussara, a nossa Senadora Leila, que fez um depoimento fantástico. E é essa a nossa realidade.

Eu sou uma mulher do campo, da agricultura familiar, sou uma agricultora familiar do Semiárido baiano, lá do fim do mundo, como todo mundo diz.

Imaginem as mulheres, nós mulheres, em cada espaço, em cada lugar de fala, a invisibilidade que temos.

Como é vista uma mulher da roça, uma mulher trabalhadora rural, uma mulher da agricultura familiar? É uma mulher analfabeta, é uma mulher que não é bonita, é uma mulher que não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELISANGELA ARAUJO (PT - BA) – se arruma...

Quantas pessoas olhavam para mim assim: "Olha, está...", mostrando que eu não estava ali naquele perfil de...

Então, não é fácil.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu disputei duas eleições e fiquei na suplência. Cheguei agora ao Congresso.

Fui Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do estado, neste mandato agora – fiquei um ano e seis meses –, e, toda hora em que eu vejo algum lugar que tenha a pauta... Eu disse: não, eu vou lá ao Senado. Estou aqui em Brasília. Eu vou participar deste debate.

Disse isso porque há importância de, neste momento, a gente fazer essa reflexão, porque a gente está num processo eleitoral. Todo final de semana, toda semana, a gente está lá, nas bases políticas, incentivando.

Com quantas mulheres, nesse momento, eu já dialoguei, já ouvi o choro: "Não vou mais, não vou para a reeleição, não tem sentido fazer isso. Eu não quero ficar nessa Câmara, eu sou...". Assim, não é fácil. Então, o que é que a gente... Todas essas intervenções...

E aqui... A Maria Teresa falou um pouco da pesquisa: não tem, porque não tem conhecimento.

Eu vim entender algumas violências políticas que eu sofri, como sindicalista, como mulher, no processo da política, depois que eu estava na secretaria, que eu comecei a ir para espaços em que... Aí eu falei... Via lá: "Não, eu sofri isso".

Teve uma reunião da Comissão de Mulheres, lá na Assembleia Legislativa da Bahia, em que eu chorei. Eu fiz um depoimento de uns 20 minutos, falando da minha trajetória e dizendo: "Gente, eu sofri todas as violências políticas que existem nesse processo, desde o momento em que eu entrei no sindicato até hoje, quando estou numa secretaria de estado" – quando eu estava lá secretária. E aí, eu acho que, realmente, não dá para a gente continuar só falando para nós mesmas. A gente tem que furar essa bolha, a gente tem que dialogar com a sociedade e tem que ter mecanismos.

O que fazer? Claro, há a importância da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Ministério das Mulheres, de uma infinidade... Ou a gente tem políticas públicas de educação, para formar uma outra perspectiva na geração sobre todas as violências, sobre as violências todas que as mulheres estão sofrendo na sociedade, as violências de gênero na sociedade...

Imaginem uma violência política. Quantas estão sofrendo, mas não sabem o que estão sofrendo e nem têm espaço para falar? Vai falar num município pequenininho, numa Câmara de Vereadores, que está sofrendo violência? Ela fica caladinho, porque, senão, daqui a pouco não pode mais nem participar de uma sessão, não pode falar.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, gente, eu acho que o nosso desafio, enquanto Parlamentar, aqui nesta Casa, no Congresso, e aqui no Senado, é, de fato, a gente dialogar na perspectiva do Executivo, a gente propor políticas que vão fazer essa transformação na geração, desde o ensino infantil.

Todo dia eu dizia: não adianta investir na segurança pública milhões, se a gente não mudar a concepção das relações de gênero dentro da sociedade brasileira, porque a mulher, há a mulher empoderada na questão da vida financeira de uma família e tudo e a mulher vítima de um feminicídio. Uma delegada de polícia, há poucos dias, lá na Bahia... Ela foi assassinada!

Então, gente, não é uma questão... Claro que as mulheres, numa situação – para concluir – de vulnerabilidade, uma mulher lá no campo, uma mulher sem informação, sofre mais violência, mas estão sofrendo violência todas as mulheres. Então, ou a gente muda essa perspectiva... E essas pesquisas têm que servir para a gente debater qual é a política pública.

Eu vejo, na educação... Elaboramos um programa, o Oxe, me respeite!, nas escolas. Nós estamos fazendo esse debate, construindo essa perspectiva, porque senão não dá.

Muito obrigada pelo espaço. Adorei – parabéns! – essa riqueza do debate aqui, mas a gente tem um caminho a trilhar muito grande, minhas queridas Senadoras, para que tenhamos políticas públicas realmente para enfrentar todos esses desafios da violência e da misoginia que a gente está vivendo no nosso país. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Muito obrigada, Deputada Federal Elisangela, pela sua contribuição também.

A Senadora Jussara quer fazer um informativo bem rápido.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco/PSD - PI) – É rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Já estamos terminando – está bem, pessoal?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco/PSD - PI. Para expor.) – Eu quero aqui, através do Senado Federal, ser a voz da Maria Clara Brito, lá da cidade de Buíque, Pernambuco.

Ela me mandou o seguinte: "Bom dia, Senadora. Eu sei que a senhora é do Piauí, mas gostaria de saber se a senhora poderia fazer um pequeno vídeo, como mulher, e se solidarizar a mim. Estou sofrendo violência política de gênero, e solicitaram a impugnação da minha candidatura. Não temos o menor respaldo de segurança mediante a polícia".



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Maria Clara Brito, nós estamos aqui no Senado sendo a sua voz. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Obrigada à Jussara, a nossa Senadora.

A Maria Teresa quer também só um minutinho?

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Não, é só para fazer uma fala aqui, porque, na fala da Senadora Leila, ela falou sobre o que pode ser feito, mas eu acho que a resposta estava na própria fala dela, e, depois, complementando com o que a Deputada Elisangela falou: a questão da educação dos nossos meninos.

Eu falo em muitos eventos, e as pessoas acham que violência contra a mulher está distante, que a violência política está distante... Está distante de mim, mas a mudança disso está na casa de cada um, na educação dos seus meninos.

É isso! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Muito bem.

Lá vai eu de novo. (*Risos.*)

Lá no Ceará, quando eu fui Deputada Estadual, a gente aprovou uma lei para, obrigatoriamente, nas escolas estaduais, ser dado o nosso anjo da lei, Maria da Penha. Foi um sacrifício para aprovar, mas conseguimos, e está acontecendo lá no estado. Só que eu sei que é pequeno e pouco, mas começa daí a desconstrução do machismo e da misoginia: através da lei. Então, é uma ferramenta que a gente está usando lá no estado.

Agora já passo para os encaminhamentos realmente finais.

Eu tinha aqui algumas sugestões de encaminhamento. O primeiro é que a gente fez um requerimento, que eu até mostrei para a Senadora Leila, para a criação desse pacto através do Senado. E eu, como não dei a entrada ainda, porque eu queria que fosse da Bancada Feminina a proposição...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Mas aí eu já estava até querendo passar a nossa ideia, tirar até nosso protagonismo do Senado, e passar para a nossa querida Raquel Branquinho, para que ela pudesse fazer esse pacto; o Ministério puxando, e a gente participando, se for o caso.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ou então a gente dá a entrada nesse, e ela, de qualquer forma... Porque já tem um GT de trabalho que praticamente faz essa integração.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu acho que essa integração entre as instituições, formando esse grande pacto nacional de combate à violência, pelo menos pelas instituições, vai trazer coisas sistemáticas em todos os estados, vai trazer uma visibilidade maior e, de certa forma...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – É... Vai junto para os TREs estaduais. E, lá no Ceará, já foi feito – eu até dei um modelo aqui do Estado do Ceará –, para a gente ver se realmente consegue não só falar, não só pautar – e tem várias ferramentas que a gente vê na Defensoria, no Ministério Público, de todos –, mas integrar isso e realmente fazer chegar à sociedade, sobretudo às mulheres que estiverem precisando utilizar essa ferramenta.

Da mesma forma, uma candidata – eu falei isso – também teve impedido o registro da sua candidatura lá no Estado do Ceará, e assim são muitas, infelizmente. E não sabem onde procurar nem como fazer.

Se a gente pudesse dar ou uma visibilidade, ou uma força maior...

Porque uma coisa é o Senado – lógico que já é forte – levar essa campanha, conseguir levar, e eu tenho certeza que, se conseguir, levará bem; outra coisa é o Senado, com o TSE, com o Ministério Público Federal, enfim, com as instituições, com os partidos – porque tem que ter os partidos; têm que estar aqui também –, a OAB, enfim, com um grande envolvimento, realmente, das instituições.

Só outra sugestão...

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO (Fora do microfone.) – Senadora, só com relação a isso, eu acho que a gente pode...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Pode falar, eu fico feliz. Eu não tenho horário não. (Risos.)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO (Para expor.) – A gente pode participar em rede, mas eu acho que o protagonismo do Senado é muito importante neste momento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Se vocês puxarem, nós conseguimos trazer o TSE, a Procuradoria-Geral Eleitoral... Eu, Raquel Branquinho, sou de um GT, a gente não tem essa... Agora, a gente pode trabalhar na redação, trazer instrumentos melhores; quer dizer, a gente trabalha conjuntamente a partir do chamado de vocês, que eu acho que tem uma força...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Pois então, nossa Líder da Bancada Feminina, Senadora Leila, e nossa Senadora Jussara: vamos abraçar. Se não for pela bancada, a gente apresenta, as três; a gente pode assinar o requerimento para também ter mais força e a gente fazer o encaminhamento.

Agora, outra sugestão, que eu comecei aqui, quando a Ministra Edilene Lôbo estava aqui, foi a criação do Núcleo Especializado de Atendimento e Enfrentamento à Violência Política de Gênero Virtual. O Estado do Ceará o criou – foi o primeiro do país – através de um decreto do Governador, junto com a Vice-Governadora, dentro da Polícia Civil, onde já existe o atendimento virtual de uma delegacia que atende a todo tipo de chamada, vai ter agora um núcleo especializado em atender a todas as chamadas virtuais sobre violência política de gênero.

Atender para quê? Ou para fazer encaminhamento, ou para acompanhar se realmente vai ter os encaminhamentos corretos, as punições, enfim, e acolher realmente essa denúncia.

Já foi feito lá, a gente já iniciou, e vou até dizer assim: vamos ver se realmente funciona bem, para a gente poder depois replicar.

Em outro ponto, eu queria só agora, terminando mesmo, dizer que lá no Estado do Ceará – lá vai de novo... (Risos.) ... – foi onde teve a primeira condenação pelo crime de violência política de gênero do país, com um Vereador de Russas que agrediu as Deputadas do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras, e ele foi o primeiro, essa foi a primeira condenação utilizando essa lei da violência política de gênero.

No mais...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – É. Exatamente.

No mais, eu quero agradecer...

(Intervenção fora do microfone.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – É, já tem outros casos; em São Paulo já tem, mas o primeiro foi lá no Ceará; no Rio de Janeiro, já tem várias outras condenações.

Eu quero agradecer muito a participação de todos e todas, da nossa querida Dra. Raquel, da nossa Maria Teresa, da Andrezza, que veio aqui representando o Ministério muito bem, fico muito feliz...

Agora, eu acho que, de encaminhamento, é: a gente vai dar entrada no requerimento para a gente conseguir juntar as informações e integrar verdadeiramente as instituições, começando por essa pauta específica do combate à violência política de gênero.

Já tem muita coisa feita. É preciso a gente tirar do papel, fazer uma sistemática – aqui tem até o plano de trabalho, já sugerido e que pode mudar também, conforme as reuniões do GT, que já existe –, pegar também as sugestões que já foram feitas, do GT, para a gente fazer a mudança naquela lei, que vai beneficiar ainda mais, como a doutora sugeriu aqui, e, junto com o Ministério... Eu queria muito que o Ministério também entrasse no pacto pela visibilidade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – ... – pronto –, pela visibilidade que também pode dar o Ministério das Mulheres, fazendo parte e, quem sabe, coordenando junto com o Senado, para que a gente possa... Porque dá amplitude; a gente está procurando não só autoria, mas a gente quer dar peso e fazer com que verdadeiramente funcione.

Eu acho que são esses os encaminhamentos da audiência pública... E a gente vai ter contato aqui. A gente pega e bota um prazo... Eu gosto de datas, porque senão a gente fica perdido e nunca mais se encontra. Então, vamos marcar, estabelecer algum prazo para a gente.

O nosso requerimento a gente vai entregar hoje ou amanhã, não é? A gente vai apresentar, aliás.

E a gente vai se falando, para poder fortalecer o grupo e dar encaminhamento ao que foi decidido na audiência pública. Pode ser?

Então agora, verdadeiramente, muito obrigada à Comissão, a todos os assessores.

E vamos para o Plenário – não é, Leila? –, porque está tendo votação e a gente tem que ir participar agora.

Obrigada a todos e todas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 34 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6212411032>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6^a REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N^o 15.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Parlamentares Augusta Brito e Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Mecias de Jesus, Ana Paula Leão, Dayany Bittencourt e Amanda Gentil, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Plínio Valério, Daniella Ribeiro, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Magno Malta, Tereza Cristina, Fernanda Pessoa, Silvy Alves, Flávia Moraes, Delegada Katarina, Silvia Waiãpi, Maria Arraes, Jack Rocha e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1^a Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 12/2024 - CMCVM, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº 4842/2023, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para "instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher". **Participantes:** Lucimara Rosana Cardozo, Coordenadora-geral de Cultura do Ministério das Mulheres (representante de: Ministério das Mulheres); Athirson Mazolli e Oliveira, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte (representante de: Ministério do Esporte); Ricardo Leão, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol - CBF (representante de: Confederação Brasileira de Futebol - CBF); Isabella Silva Matosinhos, Pesquisadora no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (representante de: Fórum Brasileiro de Segurança Pública); Daniela Grelin, Diretora-executiva do Instituto Avon; Karen Bonfim, Gerente de Comunicação da Arena BRB; e Mariléia dos Santos (Michael Jackson), Diretora de Políticas de Futebol e de Promoção do Futebol Feminino do Ministério do Esporte. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2^a Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 13, de 2024** que: "Requer audiência pública para debater sobre as ações dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. As Atas serão assinadas pela Senhora Presidente e publicadas no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13>

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde! Boa tarde a todas e a todos que aqui se encontram, à nossa Vice-Presidente aqui da Comissão, Deputada Elcione, aos nossos convidados que aqui estão, à imprensa, à comunicação, aos assessores e às assessoras que acompanham a nossa Comissão do Combate à Violência Contra a Mulher – nós mulheres. E aqui vamos dar início a mais uma audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – nós mulheres – da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 13 de novembro de 2024.

Eu gostaria aqui de agradecer antecipadamente aos convidados, mas já, de imediato, passo aqui a Presidência para a nossa Deputada e Vice-Presidente aqui desta Comissão, que vai nos dar o prazer de comandar esta audiência pública, porque a gente tem pautas ali no Plenário que estão sendo votadas e a gente vai ter que ir até lá acompanhar, mas, assim que terminar, eu volto para assistir, para participar dessa audiência pública, que é muito relevante.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E já antecipo que a gente tem um requerimento, se der para aprovar, para que a gente, terça-feira, um dia antes dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, possa ter aqui uma apresentação do ministério, do CNJ, de algumas entidades, do que vai acontecer nesse período, para que o Senado, através da Comissão, através da Procuradoria – e a Câmara também –, possa se integrar com essas ações e também fortalecer esses 21 dias.

Então, que seja uma ótima audiência pública e muito obrigada a todos e todas.

Agora, a nossa Deputada vai comandar aqui esta audiência. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/MDB - PA) – Com muita satisfação, recebi esse convite feito questão de uns 15 minutos atrás. Mas, na condição de Vice-Presidente desta Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, a gente fica honrada de poder participar junto com vocês, de aprender, de receber informações. Enfim, acho que é o tipo do assunto e da luta de que todos nós temos obrigação de participar, de nos dar as mãos.

Esta parte da reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4.842/2023, que altera a Lei 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões de eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, em atenção ao Requerimento 12/2024, da Comissão, cuja autoria é da Senadora Augusta Brito.

Eu quero convidar para participar da mesa a Lucimara Rosana Cardozo, Coordenadora-Geral de Cultura do Ministério das Mulheres – seja bem-vinda –; o Athirson Mazolli e Oliveira, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte – seja bem-vindo –; e a Karen Bonfim, que até agora não chegou.

Informo que participarão desta audiência pública de forma remota: Ricardo Leão, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Isabella Silva Matosinhos, Pesquisadora no Fórum Brasileiro de Segurança Pública; e Daniela Grelin, Diretora-Executiva do Instituto Avon.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Na exposição inicial, cada convidado fará uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Exposições iniciais.

Eu passo a palavra à Lucimara Rosana Cardozo, Coordenadora-Geral de Cultura do Ministério das Mulheres.

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO (Para expor.) – Boa tarde, Deputada. Boa tarde ao Secretário Athirson também e a todas as pessoas presentes nesta audiência.

Eu quero agradecer o convite, Deputada, e também deixar um abraço, em nome da Ministra Cida, que, neste momento, está no Rio de Janeiro...

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Minha amiga.

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – ... participando do G20 e não pôde se fazer presente. Acabou de mandar uma mensagem aqui, também desejando uma boa audiência para nós.

Esta audiência, Deputada, acontece num momento muito oportuno para o Ministério das Mulheres. É o momento em que o Ministério está discutindo e ampliando este debate nesse assunto que tem custado muito caro para as mulheres do nosso país: a questão da violência. Essa é a violência que nos coloca como o quinto país que mais mata mulheres. Hoje, Deputada, a cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio. Então, é um dado muito dolorido, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Impressionante.

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – É um dado muito forte.

Então, tratar da violência e do feminicídio nos espaços esportivos, principalmente nos estádios de futebol, é extremamente fundamental e necessário. Nesse sentido, o Projeto de Lei de nº 4.842, da Senadora Augusta, contempla também o que já estamos realizando no Ministério das Mulheres. E também a gente fica grato por isso, por esta Casa entender a importância desse assunto e discutir esse assunto.

Então, no mês de agosto, a Ministra Cida, junto com o Governo do Presidente Lula, lançou a mobilização nacional pelo Feminicídio Zero. Essa mobilização tem o objetivo, a proposta de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

envolver diversos setores da sociedade. E, nesses setores, o objetivo é que a gente chame a atenção para esse assunto, que chame a atenção para a violência contra a mulher e que a gente consiga estabelecer debates em todas as áreas, em que, muitas vezes, não acontecem.

Então, essas ações estão presentes em inúmeros setores da sociedade, como no Poder Executivo, Legislativo, no setor Judiciário também. O debate está acontecendo com empresas públicas e privadas, os meios de comunicação, instituições esportivas, culturais, religiosas também, sociedade civil, movimentos sociais, e também a gente conta com o apoio de parceiros, artistas, cantores, apresentadores que também estão envolvidos nessa causa. Então, a Ministra Cida sempre fala que é uma mobilização permanente, é uma mobilização que busca chamar a atenção.

Como o nosso assunto aqui é futebol, vamos levar para esse espaço. Um dos pontos que o Feminicídio Zero está alcançando são os estádios de futebol, são os clubes de futebol, que, até então, eram espaços a que a gente não tinha muito acesso, eram espaços com que a gente também não conversava. Então, um dos objetivos, a partir do momento em que a Ministra lançou o Feminicídio Zero, foi ir para esses estádios.

Então, a gente sabe que o esporte é uma paixão nacional e que envolve e impacta diariamente milhares de pessoas. Essa prática tão importante tem uma influência social e cultural imensa no nosso país, e esse espaço é tradicionalmente masculino, mas com forte presença das mulheres nas arquibancadas, e também, Deputada, para nossa surpresa, um espaço que tem ganhado muito a presença das mulheres são os cargos de gestão e também de direção.

Nos clubes que a gente visitou, que a Ministra tem acompanhado, a gente tem presenciado muitas mulheres nesses cargos, e isso deixa a gente feliz, porque a gente sabe que esse assunto também vai entrar em pauta, vai ser discutido, vai ter um outro olhar.

Os estádios, campos, quadras e clubes são ambientes ainda considerados opressores, que desafiam a inclusão e a atuação das mulheres. Então, é nesses espaços que precisamos estar. Eu coloquei, inclusive, no telão aqui – obrigada também, equipe –, alguns locais, alguns jogos de futebol em que a gente fez, nesse período, uma ação de *marketing*. Essa ação de *marketing* foi a entrada dos jogadores com faixas do Feminicídio Zero. A gente o fez em mais de dez jogos do Campeonato Brasileiro, Série A e Série B, e na Copa das Seleções também, no Maranhão, agora. Então, hoje, nós temos dez times que já assinaram a carta-compromisso pelo Feminicídio Zero, entre eles o Flamengo, o Vasco, o Botafogo, o Corinthians, o Cruzeiro, o Remo, o Paissandu, o



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bahia. Mas, para além desses que já assinaram a carta, a gente também tem conversado com os outros times. O Secretário sabe que não é fácil chegar a todos eles, mas a gente tem conseguido.

Tem um dado, Deputada, do Anuário Brasileiro de Segurança e do Instituto Avon, de 2022, de que, em dias de jogo, aumenta 23,7% o número de registro de ameaças contra as mulheres. Então, são números que a gente vê o quanto aumenta nesses dias. A gente sabe que tem uma série de situações, mas a gente sabe também que tem uma questão de que muitas mulheres acabam não denunciando essa violência que estão sofrendo ou esse assédio. E, quando a gente quer que no espaço, aos estádios de futebol, a gente possa ir, eu possa ir, a senhora possa ir levar os seus filhos, seus netos...

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Eu vou muito, eu gosto.

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – Então, a gente quer que os times, ao aderirem à carta também, ao se comprometerem... Eles assinaram junto que a gente vai trabalhar a partir de agora. Então, a gente também está iniciando um processo de um trabalho junto com os clubes, para que, a partir do ano que vem, a gente faça um plano de trabalho para que a gente consiga envolver as categorias de base, a gente consiga envolver os times de base masculino, feminino e também as próprias equipes que trabalham dentro dos clubes, para que a gente consiga conscientizar de que essa situação não pode acontecer, essas violências não podem acontecer. Esses dados que eu passei para a senhora são muito preocupantes, por isso é tão necessário envolver os clubes.

Eu acho que o Secretário também pode complementar, que a gente pode complementar esses dados de quanto os clubes têm recebido essa campanha. Eles têm mobilizado também, é uma ação de *marketing* que está acontecendo. E essa iniciativa, esse envolvimento dos clubes também é muito positivo para nós, enquanto Ministério, enquanto Governo, discutir e debater esse tema, como eu falei no começo. A Ministra Cida bate muito na tecla de que essas ações fazem parte de um processo de mudança da cultura e do comportamento da população brasileira para enfrentar a violência contra as mulheres.

E nós precisamos, Deputada, dizer a todos os torcedores, a todos os homens, a todas as mulheres, a toda a população brasileira que a gente não tolera mais nenhuma violência contra a mulher, principalmente nesses espaços futebolísticos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O projeto de lei traz pontos importantes, e um deles, que inclusive está no §4º, a gente já tem feito nessa ação que a gente está fazendo nos estádios, que é a de passar um vídeo chamando a atenção para a campanha também. Nos países...

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Interessante, muito interessante!

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – Eu até posso depois passar esse vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Sim.

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – No painel de LED também, a gente fica passando o nosso canal, que é o Disque 180, porque a gente precisa, Deputada, falar para as mulheres que elas estão nos estádios, que elas estão nas arquibancadas, e elas precisam entender que elas também têm a segurança de que, nesses espaços, também tem uma delegacia ou tem uma sala de atendimento, acolhimento.

Infelizmente, nem todos os clubes, nem todos os estádios têm esse espaço, mas, hoje, a grande maioria já tem essa preocupação de ter uma delegacia ou uma sala de atendimento. A essa sala de atendimento, de acolhimento, se acontecer qualquer coisa, ela vai, pode chegar e falar.

A gente gostaria também que os homens entendessem isto, a gente está falando para os homens: a gente quer que os homens, a partir do momento em que vejam qualquer sinal de violência ou de assédio ou de qualquer questão que envolva a mulher que está do seu lado, mesmo que você não a conheça, que você chame a atenção.

(Soa a campainha.)

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – Só para finalizar, voltando à questão de que a gente fala muito, é um comportamento. A gente precisa mudar o comportamento da sociedade e fazê-la entender que, principalmente nos espaços futebolísticos, as mulheres também podem estar.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Que vivem num país democrático, não é?

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOZO – Exatamente.

Obrigada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Obrigada, Lucimara, pelas suas colocações.

Eu quero lhe dizer o seguinte: há muitos anos, eu trabalho tentando sensibilizar mulheres e, dentro do possível, trazendo os homens também. Hoje, presidindo esta sessão, eu lhe digo, com sinceridade, que estou me sentindo assim... Eu não sei nem o que estou sentindo, mas é uma emoção muito grande porque eu me sentia muito sozinha. Sabe quando você fala e parece que está falando para o vento, porque as coisas não ficam, não acontecem?

Muito obrigada, viu? Diga à Cida que ela não está sozinha. Nós somos companheiras, estamos no mesmo segmento.

Eu lhe agradeço pelas palavras. Parabéns! (Pausa.)

Ah, sim! Eu achei ótimo quando ela falou no vídeo, falei aqui para ela.

A SRA. LUCIMARA ROSANA CARDOSO – Este é um dos vídeos da campanha do Feminicídio Zero, que mostra justamente que você pode denunciar, que você deve denunciar. A partir do momento em que você vê qualquer atitude de violência contra uma mulher, você pode e deve denunciar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora ao Athirson Mazolli e Oliveira, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte.

Fique à vontade.

O SR. ATHIRSON MAZOLLI E OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Deputada. Boa tarde, Lucimara.

Antes de iniciar, eu gostaria de saber o seu time. Você falou que gosta de futebol, mas eu gostaria de saber o seu time. Qual o seu time? Você torce para qual?

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Remo! E ela falou que o Remo já assinou.

O SR. ATHIRSON MAZOLLI E OLIVEIRA – Então, está certo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É uma satisfação imensa. Para mim é uma satisfação imensa estar aqui, hoje, falando sobre esta audiência pública. Eu sou filho de militar. Meu pai sempre me educou, meus pais, no caso, sempre me educaram de uma forma com muita elegância, com muito respeito, com meus princípios e meus valores de respeitar a mulher. Desde criança, eu tenho esses princípios dentro de casa. E, para mim, quando eu venho aqui falar sobre isso, é muito importante. Eu sou um ex-atleta de alto rendimento. Eu acho que todos os atletas deveriam fazer e ajudar nessa campanha, porque a gente tem que acabar, tem que ter um basta nisso, a gente não pode tolerar isso.

Eu tenho duas meninas em casa, com quem eu aprendo o tempo todo. Eu eduquei, ensinei, e hoje elas estão praticamente já no caminho delas formado. Então, para mim é uma satisfação imensa falar sobre esse assunto.

Quero dizer, Deputada, que para mim é uma satisfação imensa estar aqui presente com a Secretaria Nacional do Futebol, hoje diante da Diretoria do Futebol Feminino, e contar com a Michael Jackson, que é ex-atleta profissional, pioneira. Elas ficaram 40 anos sem poder atuar no futebol, proibidas, e ela foi essa guerreira que trouxe e brigou para hoje o futebol feminino estar cada vez mais forte no nosso país.

Dentro da nossa pasta, a gente tem essa estratégia do futebol, que foi criada pela determinação direta do Excelentíssimo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que fez o Decreto 11.458/23, que trouxe essa estratégia do futebol feminino, para a gente fomentar e melhorar esse aspecto do futebol feminino, oportunizar e colocá-las em igualdade.

Então, quando a Michael Jackson briga lá atrás, eu fico muito honrado, ela foi a maior artilheira do futebol brasileiro, com 1.574 gols. Ela não gosta que tire um golzinho dela, não, porque ela fala que foi muito difícil. Eu concordo com ela, porque fazer gol... Eu já não era muito de fazer gol, mas, quando fazia, eu também não gostaria que tirassem.

Então, eu queria primeiro dar os parabéns para a Michael, porque ela me ajuda muito nessa construção. A gente na secretaria quer agradecer também ao Ministro André Fufuca, nosso Ministro do Esporte, porque, quando ele apresentou essa pasta para a gente vir a esta audiência pública, eu fiz questão de estar aqui como homem, como educador e hoje como uma referência no futebol como Secretário Nacional de Futebol. Então, para a gente é uma satisfação imensa.

Quero dizer que a gente tem várias ações aqui dentro da secretaria, que nós temos essa preocupação de capacitação. Temos mais de dez cursos hoje no IFCE, que é o Instituto Federal do Ceará, para capacitar as meninas, dois exclusivamente para as mulheres. Atendemos mais de 14



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

mil pessoas hoje dentro da nossa secretaria, com essa parceria, e para a gente é uma satisfação imensa.

Quero dizer que a gente também tem atingido – só buscar aqui a quantidade de crianças – mais de 10 mil meninas no futebol feminino. A gente tem ampliado cada vez mais, a gente tem uma parceria no Sesi em São Paulo, em que são 2,5 mil crianças. Vamos levar para o Sesc do Rio de Janeiro para atender mil crianças, aumentando, ampliando. A gente vai abrir agora, mês que vem, mais de dez núcleos do futebol feminino.

E entra tudo isso que nós estamos falando aqui, voltando para a situação hoje real. A minha preocupação é como essas meninas aqui vão ser atendidas, porque eu, como ex-atleta, sei da dificuldade, eu sei dos problemas que tem. A gente tem que combater. A gente só consegue combater e aumentar quando a gente consegue trazer política pública na educação, na conscientização, para fazer cada vez mais as pessoas entenderem que o feminicídio, como a gente tem a parceria – obrigado à Lucimara e à Ministra Cida por essa parceria, a gente fica muito honrado em poder fazer parte desse movimento... A gente tem o feminicídio, a gente tem a misoginia junto com a gente, a gente tem a cadeira vazia, a gente tem feito bastante ação, mas a gente não pode mais aguentar as pessoas batendo nas mulheres, em qualquer tipo de violência, não é só violência física, não. Tem todos os tipos de violência.

E por isso que a gente está aqui hoje falando diante da Secretaria Nacional do Futebol, não o ex-atleta assim em si, o Athirson, dessa responsabilidade que a gente tem diante do Ministério das Mulheres, porque a gente fortalece... Eu fico muito honrado quando a Lucimara me liga: "Athirson, vai ter uma campanha, você pode vir?". Eu faço o maior esforço, porque eu sei que essa ação para mim é tão importante quanto qualquer outra, e ela é muito mais porque a gente sabe da fragilidade que tem a mulher – a fragilidade no sentido físico, para combater uma violência física.

Então, quando você tiver alguém por perto e você souber de alguma ação, que a pessoa está sofrendo algum tipo de ação, ligue. Tem até aqui – não é, Lucimara? – o 180. Não é da minha secretaria, não, é da secretaria do Ministério da Mulher.

Eu fui fazer ontem o acompanhamento do painel de monitoramento, para mim é sempre uma satisfação. Eu estava doido para falar ontem sobre tudo isso, mas, como ontem tinha todas as mulheres, eu falei: "Não vou falar, não, deixa eu quietinho, porque a voz é da mulher". E cada vez mais a gente tem que dar voz.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A mulher tem que estar onde ela quiser. Eu falo para minhas filhas: "Filhas, vocês podem fazer o que quiserem, vocês podem vestir o que vocês quiserem. A vida é de vocês". A gente tem que valorizar a vida da mulher. É por isso que eu tenho muito orgulho de vir aqui.

Normalmente, quando a gente vem para audiência pública a gente fica nervoso, porque a gente tem que retribuir ou contribuir, e ainda mais numa fala tão importante como essa, mas eu estou muito tranquilo, porque eu tenho meninas em casa. Quando a gente tem meninas em casa, a gente tem a nossa preocupação de educar e também a preocupação futura delas.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA. *Fora do microfone.*) – É um modelo, não é?

O SR. ATHIRSON MAZOLLI E OLIVEIRA – É um modelo. Então, para mim, é uma honra, é uma satisfação. A Secretaria Nacional, o Ministério do Esporte, o Ministro André Fufuca tem essa preocupação de combater cada vez mais qualquer tipo de violência, qualquer tipo de problema. Ele está sempre cobrando a gente. Todos os secretários, todas as secretarias do Ministério do Esporte são cobrados para que a gente possa realmente contribuir com a nossa sociedade.

Então, mais uma vez, meu muito obrigado, Deputada. Para mim, é uma satisfação.

Não sei se a Michael Jackson quer fazer um complemento, porque ela é a nossa pioneira. Eu gosto de citá-la, porque ela é uma guerreira do nosso país. O futebol feminino hoje está num grande momento; trouxemos a Copa do Mundo, que é mais uma preocupação que a gente tem, porque vai encher os estádios, e a gente tem que combater. Temos aí praticamente mais dois anos e pouquinho para a Copa, mas, através dessas audiências públicas, através dessas ações, a gente tem que combater, a gente tem que diminuir e acabar de vez com essa situação.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

Michael, não sei se você quer fazer um complemento.

A SRA. MARILÉIA DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Esta audiência é muito importante para nós mulheres, porque, em todos os lugares, nós encontramos violências, e no futebol é um absurdo. O país do futebol não merece que nós, mulheres, não possamos estar onde quisermos, porque o futebol é nosso, é do povo brasileiro. Nós gostamos de assistir a uma bela partida de futebol, nós gostamos de jogar uma boa partida. Então, a violência contra a mulher passou da hora. É igual a quando proibiram o futebol feminino



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de 1941 a 1979, e só em 1983 fomos liberadas. Como pode, no país do futebol, ser proibido o futebol para as mulheres? Então isso não cabe mais. Nós, mulheres, merecemos respeito, todo tipo de respeito, e nós não podemos mais admitir nenhum tipo de violência. Vamos gritar, vamos nos ajudar, vamos estar aí.

Estou nova ainda, chegando à secretaria, porém quero muito, muito trabalhar para que nós, mulheres, sejamos livres em todos os aspectos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Eu convido para tomar assento à mesa a Sra. Karen Bonfim, Gerente de Comunicação da Arena BRB. (*Pausa.*)

Olha, nós temos aqui o Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 13, de 2024.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER N° 13, DE 2024

- Não terminativo -

Requer audiência pública para debater sobre as ações dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

É da Senadora Augusta Brito, que teve que se ausentar.

A votação será simbólica.

E eu já coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu passo agora a palavra à Karen.

Muito obrigada, Karen, pela sua participação. É muito importante para todas nós.

A Karen é Gerente de Comunicação da Arena BRB.

Com a palavra, a Karen.

A SRA. KAREN BONFIM (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde, Deputada Elcione; boa tarde, Lucimara. Boa tarde a todos os presentes.

Em nome da Arena BRB, que é o estádio aqui de Brasília – Arena BRB é o Mané Garrincha, que é como muitos de vocês devem conhecer –, eu vim representar aqui a diretoria do nosso estádio e falar um pouco sobre o que nós, enquanto estádio, já estamos fazendo no âmbito desse enfrentamento à violência contra a mulher e, potencialmente, durante os grandes eventos, como essa possibilidade de violência aumenta. A gente tem...

A Natalie, inclusive, está aqui, uma das nossas parceiras nesse tema, com o Instituto Nós por Elas, que traz algumas estatísticas mostrando o aumento da violência em dias de jogos de futebol. E a gente também percebe que, durante os grandes eventos, que envolvem muitas vezes, no caso, bebida alcoólica, em *shows*, festas, algum tipo de violência, agressão ou assédio pode acontecer.

Nós fomos procurados, em maio deste ano, pela Secretaria de Justiça e Cidadania do DF – a Secretaria Marcela Passamani nos procurou –, falando sobre uma legislação distrital, Deputada, que previa, para estabelecimentos e para eventos também, espaços de proteção e acolhimento às vítimas de assédio ou de agressão. Então, prontamente, quando nós fomos procurados, a gente percebeu que as produções poderiam ficar responsabilizadas por isto, ou seja, quem leva o *show* fazer esse espaço, as federações de futebol, quem faz o jogo de futebol, mas nós entendemos que, dado o tamanho do estádio e a quantidade de público que a gente sempre recebe, faria muito mais sentido que nós criássemos a nossa estrutura.

Então, hoje nós contamos com duas salas de acolhimento a vítimas de agressão ou assédio dentro da Arena BRB: nós temos uma que fica na altura da pista onde tem os *shows* – as pessoas vão àquele gramado que a gente chama de pista – e no primeiro piso, para o caso dos jogos de futebol, onde o torcedor não acessa o gramado. Então, a nossa ideia é justamente pegar todos os tipos de eventos de grande público dentro da Arena.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Essa construção colaborativa, junto com a Assejus, deu muito certo. Já temos aí quase seis meses de sala. E fizemos em todos os grandes shows. A gente começou com o Natiruts, com 60 mil pessoas, dentro do estádio. Agora, recentemente, tivemos os dois shows da turnê internacional do Bruno Mars também com o estádio cheio. No último sábado, Caetano e Maria Bethânia, com 55 mil pessoas.

No final da minha fala, eu mostro o vídeo de como essa colaboração de toda a indústria tem sido passada antes de todos esses shows. Então, no final do ano, a gente tem esse número – posso até disponibilizar para a Comissão, Deputada –, mas estamos atingindo realmente aos milhares. E torço para ter, muito em breve, milhões de pessoas, com as informações sobre o combate à violência contra a mulher, dentro da nossa Arena. O nosso mote é "Na nossa Arena, você não está sozinha".

Então, como funciona o protocolo? Isso me permite dividir um pouco a prática disso, que eu acho que é o que o PL busca implementar. A gente percebeu que precisava, então, de um espaço físico; tem que ser um espaço separado, não pode ser o posto médico, não pode ser uma sala improvisada no meio do público, porque está se tratando de uma pessoa que, muitas vezes, está vulnerabilizada.

Então, a gente dedicou uma sala específica e prontamente preparou toda essa sala com móveis confortáveis, com alguns itens de higiene, com alguns itens inclusive de prender o cabelo, com remédios, para que a pessoa de fato, caso passe por alguma situação, tenha um espaço de acolhimento. A gente já passou por isso, já fez alguns atendimentos.

Quem fica dentro dessa sala? Nós trabalhamos com psicólogas todas formadas, capacitadas e com registro, com CRP ativo, contratadas para atuar durante os grandes eventos. Então, nós montamos equipes – estou aqui com a Ana Clara Soares, que é a nossa coordenadora, que coordena a escala dessas salas –, e essas psicólogas são capacitadas dentro do protocolo do GDF para fazer esse acolhimento primário e secundário.

Então, o papel da Arena começa recepcionando essa vítima, atuando, trazendo esse espaço seguro para ela dentro da Arena, deixando-a confortável para tomar uma decisão sobre uma eventual denúncia, ou, se ela decidir ir embora do evento e precisar aguardar alguém ir buscá-la... E isso é muito alinhado sempre com a equipe de segurança do estádio, porque o que a gente também percebeu é que se você está num espaço muito grande, ao ter um acolhimento ali imediato e depois estar sozinha para ir embora, você continua em risco durante todo o trajeto.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, parte do protocolo também é esse contato com a equipe de segurança. E, se a vítima assim quiser, ela será acompanhada até o seu carro ou Uber ou a pessoa que veio buscá-la, para que ela realmente não esteja sozinha.

Uma última ação agora um pouco mais recente que a gente fez – e quero também usar parte dessa fala para tentar sensibilizar cada vez mais para que a gente consiga isso – são os aplicativos de motoristas mulheres, porque a gente também percebeu que muitas vezes, principalmente no caso dos grandes eventos e também do futebol, há alcoolemia, as pessoas consomem bebida alcoólica, e, no fato de você sair do evento, pegar um veículo, um transporte por aplicativo ou um táxi, e estar nessa situação até chegar a sua casa, muitas mulheres se sentem mais confortáveis que seja uma motorista mulher. Então, a gente já fez parceria com um aplicativo que já existe aqui em Brasília e está em busca também de evoluir nessa matéria para realmente ela não estar sozinha até o final.

Então, fico muito feliz, a gente tem recebido um grande apoio das produtoras, de todas as federações. Nós passamos o vídeo agora nas eliminatórias da Copa, Brasil e Peru, seleção brasileira. O vídeo foi passado também no estádio, no telão do estádio. Agora, há uma curiosidade que é importante compartilhar: no futebol, as pessoas prestam menos atenção, porque elas estão tão animadas com tudo o que está acontecendo – às vezes, eu falo: "Gente, eu passei no telão". "Não vi." – e se empolgam. (*Risos.*)

De fato, a parte de passar uma mensagem no telão é muito relevante? Sim, mas a gente está falando de uma cultura, a gente está falando realmente de uma cultura de acolhimento, de um espaço em que a mulher saiba que ela vai ter onde procurar, que ela não está simplesmente lidando com uma segurança tradicional, até porque não se trata de um caso tradicional. Lembremos que muitas ocorrências de agressão são de relacionamentos, são de pessoas que foram para o estádio juntas, inclusive. Então, é realmente importante para o nosso negócio que a vítima tenha um espaço sozinha.

A gente faz comunicações direcionadas para essas mulheres muitas vezes em banheiros femininos, que às vezes são o único espaço em que a mulher consegue estar sozinha, e ela precisa ter esse escape e entender que tem ali... Tem um QR code direcionando para onde fica a sala, caso ela precise procurar.

Então, é o início de um caminho, Deputada. A gente está bem... Estamos muito felizes com a aceitação que recebemos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não sei se podemos passar agora no final o vídeo, que é o vídeo que vem sendo exibido em todos esses eventos. Fico muito feliz de compartilhar essa experiência com vocês e estou à disposição em caso de dúvidas.

Obrigada.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/MDB - PA) – Nós vamos agora entrar via Zoom com o Ricardo Leão, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Boa tarde, seja bem-vindo.

O SR. RICARDO LEÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Deputada Elcione; boa tarde a todos e a todas. Nossos cumprimentos também à Senadora Augusta Brito, que abriu a sessão; à Sra. Rosana; ao Secretário Athirson. Especialmente, também um abraço especial a Michael Jackson, que também nos acompanha da sala; à Isabella, à Daniela, à Karen, enfim, a todos os membros da Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, e a todos e a todas que nos assistem pela internet, pelos canais digitais.

Primeiramente, em nome do Presidente Ednaldo Rodrigues, os nossos agradecimentos pela oportunidade de participar desta sessão, de apresentar tudo aquilo que a CBF tem feito nesta área e também daquilo que pretendemos fazer ao longo dos próximos anos e, claro, contribuir para este debate, para essa discussão tão importante de uma mazela social persistente que precisa ser enfrentada e superada de uma forma definitiva pela nossa sociedade.

E aqui eu gostaria de aproveitar para reforçar, portanto, o compromisso e a total disposição da CBF em colaborar com o enfrentamento da violência contra a mulher em suas diferentes formas. A CBF, há praticamente três anos, tomou uma atitude, ela teve uma mudança de atitude em relação à sua postura histórica, começando principalmente com as ações direcionadas ao combate ao racismo, mas que não se esgotam na discriminação racial. Ao longo dos últimos anos, nós temos sido protagonistas, lideranças mundiais reconhecidas, inclusive, pela FIFA, no combate à discriminação. E isso inclui a discriminação de gênero e as violências motivadas pela discriminação de gênero, que, infelizmente, assim como outras questões, por serem questões complexas, enraizadas da nossa sociedade, continuam a macular a imagem do futebol e das entidades que compõem o sistema do futebol brasileiro.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, aliás, eu quero também aproveitar, falando especificamente sobre o tema das mulheres, da participação das mulheres no futebol, do próprio desenvolvimento do futebol feminino, para reforçar que este é, na verdade, não só um tema prioritário, mas uma verdadeira bandeira, um pilar da atual administração, que tem feito investimentos e tem demonstrado, por uma série de ações concretas, o seu compromisso.

Atualmente, a gente tem uma série de programas em curso. Entre eles, eu gostaria de destacar os torneios femininos nas categorias de base, que passaram a acontecer este ano com o apoio da CBF. A gente já teve praticamente 40 novas competições organizadas pelas federações filiadas neste ano em razão disso. É importante destacar também investimentos sem precedentes nas competições femininas organizadas pela CBF e também nas seleções femininas.

Todo esse investimento, todo esse compromisso resultou recentemente na escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo Feminina em 2027, uma Copa que, como o nosso Presidente Ednaldo já declarou inúmeras vezes, a gente pretende fazer que seja a Copa da cidadania, a Copa da igualdade de gênero, a Copa do combate ao assédio nos estádios, a Copa do combate ao feminicídio, a Copa do combate à violência doméstica, ou seja, a Copa da proteção e da promoção dos direitos da mulher no futebol.

Nesse sentido, a gente tem, ao longo desses últimos dois anos, três anos, já colocado em prática uma série de ações, a começar por políticas e procedimentos internos. Então, em 2022, a CBF firmou um acordo, um contrato com o grupo Travessia para estabelecer, no âmbito dos seus recursos humanos, uma política e procedimentos direcionados ao combate ao assédio e ao abuso, enfim, no ambiente de trabalho. Então, hoje, a entidade dispõe de cartilhas de enfrentamento, de programas de conscientização para seus colaboradores e, além disso, canais de denúncia também foram estabelecidos internamente na CBF.

E, falando agora de ações voltadas para a sociedade, para o público externo, algumas delas inclusive foram apresentadas há pouco pela Rosana. Então, principalmente desde agosto, a CBF vem cooperando com o Ministério das Mulheres e com o Governo Federal para a execução dessa campanha Feminicídio Zero em grandes jogos da Série A e da Série B do Campeonato Brasileiro, com as equipes, com os atletas entrando em campo com faixas de apoio à campanha, promovendo também o Disque 180.

E aqui aproveito para reforçar esse compromisso, não só com essa campanha, mas com o protocolo "Não é Não". E aí a gente gostaria de aproveitar esta oportunidade para informar a



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

todos que nos acompanham que, na próxima terça-feira, no dia 19 de novembro, teremos o jogo Brasil e Uruguai, em Salvador, e esse jogo, essa ocasião será marcada pela assinatura do acordo de cooperação técnica entre a CBF e o Ministério das Mulheres com vistas à implementação, claro, gradativa, do protocolo "Não é Não" nos estádios brasileiros, na rede que compõe a nossa rede de filiados, federações e clubes filiados. Então, a CBF e o Ministério das Mulheres, o Presidente Ednaldo e a Ministra Cida Gonçalves, dão esse passo importante na próxima terça-feira, assinando também a carta-compromisso Feminicídio Zero. Então, aqui a gente já apresenta uma ação concreta que a CBF tem implementado já, ao longo dos últimos meses, e vai resultar agora na assinatura desse acordo na próxima terça-feira.

Além desse acordo de cooperação com o Ministério das Mulheres, a gente também tem discutido com a Coordigualdade, do Ministério Público do Trabalho, a adesão ao Pacto Ninguém Se Cala. Essa assinatura, a celebração desse acordo ainda não aconteceu por uma mera incompatibilidade de agenda, mas a gente aproveita aqui para reforçar o compromisso. E, assim que for possível, essa assinatura também vai acontecer e a CBF vai aderir também ao Pacto Ninguém Se Cala, que, na verdade, ratifica, reforça todos esses compromissos que já estão sendo firmados e que serão anunciados e comunicados devidamente na próxima terça-feira, lá em Salvador.

Além disso, muito recentemente – para ser preciso, na semana passada –, a CBF promoveu uma assembleia geral extraordinária com o objetivo de reformar o seu estatuto. E, nessa nova versão do estatuto da CBF, está prevista a criação de uma comissão de combate à discriminação de qualquer natureza e ao assédio, com, inclusive, adição desse dispositivo e de outros procedimentos no Regulamento Geral de Competições a partir do próximo ano, com vistas à implementação gradativa do protocolo "Não é Não", como eu disse há pouco; ou seja, a CBF estatutariamente agora passa a ter um órgão permanente de cooperação, diálogo com diferentes atores da sociedade, voltado para o planejamento dessas ações, para a sua execução e para o seu monitoramento.

Além disso, complementando esse conjunto de ações que a gente apresentou de uma maneira muito sintética, a gente tem dado um passo importante também para o estabelecimento de um programa de salvaguarda no âmbito do futebol brasileiro. A FIFA já dispõe de um programa, que não está disponível na língua portuguesa neste momento, que é o FIFA Guardians – ou os guardiões da FIFA –, que estabelece uma série de políticas e procedimentos relacionados principalmente à proteção de pessoas vulneráveis, mas, claro, com foco em crianças, adolescentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

e mulheres no futebol, e a gente já, há alguns meses, vem dialogando e cooperando com a FIFA, primeiramente, para a tradução desse material. A partir de 2026, esse material estará traduzido e disponível para todos os atores, profissionais do futebol, que atuam no futebol. E, a partir dali, a CBF também poderá usufruir desse conteúdo, subindo as suas exigências, os seus regulamentos, no seu Certificado de Clube Formador, no seu programa de licenciamento de clubes, passando a exigir que diferentes profissionais, em diferentes funções no futebol, sejam certificados por meio desse programa, além de estabelecer internamente também outras políticas, outros procedimentos voltados à salvaguarda de vulneráveis.

Bom, é isso. Fica aqui a nossa contribuição, e num segundo momento a gente retorna aí para participar desse debate.

Muito obrigado a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Muito obrigada, Ricardo, pela sua colaboração, pelas informações. E a gente fica muito agradecido, porque sente que todos estão integrados, todos os segmentos estão começando a interagir e nós teremos, com certeza, um resultado muito mais próximo do que a gente pode imaginar.

Um grande abraço, muito obrigada. A gente fica sensibilizado pela sua participação.

Uma boa tarde!

O SR. RICARDO LEÃO (Por videoconferência.) – Nós que agradecemos, Deputada. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Agora vamos passar para a Isabella Silva Matosinhos. Ela é Pesquisadora no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e, via Zoom, vai nos ofertar essas informações, vai nos repassar essas informações que, com certeza, vão ser de boa e grande importância para todos nós.

Com a palavra, Isabella.

A SRA. ISABELLA SILVA MATOSINHOS (Para expor. Por videoconferência.) – Boa tarde a todos e a todas. Obrigada pelo convite. Em primeiro lugar em meu nome, em nome do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, eu agradeço esta oportunidade de participar desta audiência.

Cumprimento a Senadora Augusta Brito, a Deputada Elcione Barbalho, os demais membros da Comissão e os demais participantes. Eu acho que essa união de esforços que a gente vê hoje



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

aqui nesta audiência é fundamental para que a gente consiga avançar no enfrentamento da violência de gênero.

Apresentando-me, eu sou Isabella Matosinhos, sou Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que é a instituição que eu estou aqui representando.

O fórum é uma organização não governamental, apartidária, sem fins lucrativos; foi fundado em 2006 e tem como objetivo construir um ambiente que seja referência na área de segurança pública. Assim, fazem parte do fórum hoje policiais, gestores públicos, pesquisadores, ativistas, operadores do sistema de Justiça. Então significa que o fórum é hoje uma rede ampla e diversa de atores que debatem, estudam e que fazem a segurança pública.

Na prática, esse trabalho do fórum se traduz na produção, na divulgação de dados sobre violência e sobre segurança e também na construção de pontes de diálogo entre os diferentes setores que lidam com o tema. É assim que a atuação do fórum vem permitindo que os dados sejam convertidos em insumo para a ação política, que é basicamente o que a gente está fazendo aqui hoje. Então por isso que eu destaco a relevância de projetos que incentivem o enfrentamento da violência de gênero, especialmente por meio da educação e dessa tomada de consciência, ou seja, por uma via preventiva e não somente repressiva.

E agora, entrando um pouco mais no nosso tema, já foram falados aqui vários números da violência contra a mulher no dia de hoje. E, de fato, o Brasil é um país com altos níveis de violência contra a mulher. Os dados mais recentes, de 2023, mostraram que foram 1.467 mulheres vítimas de feminicídio em 2023. Esse é, inclusive, o maior número já registrado desde que a lei do feminicídio foi criada, em 2015. E, em 2023, os registros de agressão em contexto de violência doméstica somaram quase 260 mil vítimas mulheres. E, quando a gente pensa nas ameaças, esse número chega a quase 780 mil vítimas. Isso é só para dar um contexto, gente. Em 2023, outros registros de outros crimes contra a mulher também aumentaram. Então, em comparação com 2022, a gente teve um aumento da tentativa de homicídio, tentativa de feminicídio, violência psicológica, *stalking*, estupro. Esses dados foram publicados no 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que foi lançado em julho e que está disponível *online*, caso alguém queira se aprofundar no tema.

E aí, neste mesmo país, que é tão violento com as mulheres, no qual os homens são responsáveis por 90% dos crimes letais contra as mulheres, o futebol, como já foi falado aqui também, é um esporte e é uma paixão nacional. Mas, mais do que isso, o futebol também é um fenômeno bem complexo; ele representa... ele é um fenômeno de comunicação de massa, de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pertencimento, e também é um fenômeno que reafirma valores do patriarcado. E aí, nesse meio, o futebol fortalece a construção social de uma identidade masculina que ainda é marcada por competitividade, por demonstrações de virilidade. E, como os colegas já falaram anteriormente aqui, esse contexto ainda é agravado pelo consumo de bebidas alcoólicas, que é algo comum nesse contexto e que é um dos fatores de risco para a violência, como vários estudos já têm mostrado. Por isso não é tão surpreendente que o futebol muitas vezes seja associado à violência.

Levando em conta esse cenário, em 2022 foi publicada a pesquisa "Futebol e violência contra a mulher", que é uma parceria entre o fórum e o Instituto Avon. Os dados que foram usados nessa pesquisa são dados de 2015 a 2018. A pesquisa analisou essa relação entre os jogos do Campeonato Brasileiro da Série A e violência contra a mulher em cinco cidades do Brasil: Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre. Então, assim, em outras palavras, a pesquisa tentou descobrir se os jogos de futebol aumentavam a violência contra as mulheres. E, infelizmente, o resultado mostrou que sim, existe essa forte relação entre jogos de futebol e violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica. Como já foi falado aqui também, as estimativas indicam que, nos dias de jogo, o número de ameaça contra as mulheres aumenta 23,7%, e os números de lesão corporal dolosa aumentam 20,8%. No caso da lesão corporal dolosa, quando a gente está falando de um jogo que é de um time da cidade e o jogo acontece nessa cidade, o aumento é ainda maior, ele chega a 25,9%.

A pesquisa mostrou que o aumento desses dois tipos de violência contra a mulher acontece tanto quando o jogo é durante a semana como em final de semana, ou seja, não existe um dia que seja mais seguro para a mulher. E, também, esses casos de violência estão ligados a casos quando o autor é um companheiro ou um ex-companheiro da vítima, ou seja, a pesquisa mostra que parece não ter uma relação, não existir essa relação de aumento entre violência em dia de jogo quando o autor e a vítima não se conhecem. Isso significa que a gente está falando de um tipo específico de violência contra a mulher aqui, que é a violência doméstica. Os resultados mostram também que 80% dos casos de ameaça e 78% dos casos de lesão corporal foram cometidos por algum conhecido da vítima, o que reforça esse argumento de que, nesse caso específico, a gente está falando especialmente de violência doméstica.

E aí, assim, como que a gente explica esses números? Eu acho que é importante ter em mente aqui que, ainda que a pesquisa tenha mostrado a existência dessa correlação entre o jogo de futebol e o aumento de casos de agressão e ameaça contra mulheres, isso não significa automaticamente que a causa da violência seja o jogo de futebol. Não é isso que a pesquisa fala,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

isso não faz sentido de ser afirmado. A gente está falando de um fenômeno que é muito complexo e, portanto, a causa também é mais complexa; não é essa relação tão simétrica entre futebol e violência. A gente está falando que as causas disso se relacionam com valores do patriarcado, dominação masculina, enfim, a desigualdade de poder entre os gêneros que existe hoje em nossa sociedade. Então, o que acontece na prática é que o futebol pode funcionar como uma espécie de catalisador, ou seja, ele torna mais vivos certos valores de masculinidade que estão relacionados ao uso da violência e à forma como alguns homens se veem dentro dessa estrutura de poder de gênero, se veem tendo mais poder do que a mulher e fazendo uso desse poder para ser violento.

De novo, eu afirmo aqui que o futebol não é a causa da violência, mas são os valores que ainda regem a nossa sociedade, as relações de poder e que também estão associados a essa subcultura do futebol. E, infelizmente, isso repercute nas relações afetivas entre homens e mulheres.

Quando a gente pensa na violência contra a mulher também, é importante a gente pensar que, sim, a violência de gênero atinge mulheres – ponto –, mas ela não atinge todas as mulheres da mesma forma. Então, este debate sobre violência de gênero envolve necessariamente um debate sobre interseccionalidade, ou seja, a gente precisa pensar nessa sobreposição de opressões e de discriminações, debatendo como mulheres, por exemplo, de raças diferentes, de classes sociais diferentes, de contextos diferentes também são afetadas de forma diferente pela estrutura violenta da nossa sociedade.

E aí vou trazer mais alguns exemplos estatísticos aqui para ilustrar esse ponto. Quando a gente pensa em crimes letais contra as mulheres, por exemplo, a gente tem um perfil da vítima que é muito estável ao longo dos anos. E, para ilustrar com dados mais recentes, em 2023, 66,9% das vítimas de crimes violentos contra mulheres eram negras – a gente está falando de 66,9% do total de vítimas mulheres negras –; 69,1% das vítimas tinham entre 18 e 44 anos de idade; muitas dessas mulheres também eram mulheres pobres. Esse perfil que eu trago aqui é o perfil de 2023, da violência letal. Esse perfil é só um exemplo, mas ele reflete o perfil das demais formas de violência contra a mulher no Brasil, de modo geral. Então, assim, ainda que mulheres brancas, que mulheres ricas também sofreram violência, as vítimas prioritárias ainda são as mulheres negras.

E por que eu acho que é importante falar isso daqui? Porque a gente sabe que esse é o perfil da violência e esse conhecimento precisa repercutir nas estratégias de enfrentamento também. Então, as mulheres que sofrem violência acessam recursos diferentes para lidar com



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

violência. Será que são mesmo todas as mulheres que sofrem violência que conseguem de fato denunciar o crime? Todas têm acesso a um bom advogado? São todas financeiramente independentes dos seus companheiros, por exemplo? Todas as mulheres conseguem acessar uma rede de apoio paga ou não paga, com quem podem compartilhar, por exemplo, as responsabilidades da criação de um filho? A gente sabe que as respostas para essas perguntas e tantas outras é óbvia. Não, não são todas as mulheres que têm os mesmos acessos e os mesmos recursos, e por isso as estratégias de enfrentamento à violência de gênero devem levar em conta as particularidades de cada contexto.

E aí, gente, um pouquinho sobre a metodologia da pesquisa, como ela foi feita, eu não vou entrar nesse ponto, mas eu acho que é importante vocês saberem que todos esses dados que eu estou mencionando estão no estudo completo, e aí, caso alguém queira entender melhor a parte metodológica da pesquisa, tudo isso está disponível e pode ser consultado *online* no *site* do fórum. O endereço para quem quiser acessar é www.forumseguranca.org.br. E é isso, quem tiver interesse é só ir a nosso *site*.

E, antes de fechar, eu queria voltar para esses resultados e falar que eles apontam para esse aumento da violência contra a mulher em dia de jogo e esse resultado reforça algumas teorias que já existem na área. Então, isso é interessante, porque valida ainda mais os resultados da pesquisa e mostram que eles não estão dissociados de outras pesquisas que estão sendo feitas.

Uma dessas teorias, que explica um pouco esse aumento da violência em dia de jogo, entende que uma frustração – como, por exemplo, o seu time perdendo o jogo – pode gerar um sentimento de raiva, e esse sentimento de raiva, por sua vez, pode desencadear um comportamento agressivo, no caso a violência contra a mulher. Aí acho que o desafio é entender que, tudo bem, as pessoas seguirão se frustrando por diversos motivos, mas como fazer com que esse sentimento de raiva não desencadeie uma violência contra a mulher, uma agressão?

A gente acredita fortemente que uma parte da estratégia para lidar com isso é pela educação. Dito isso, consideramos também que a segurança pública...

(Soa a campainha.)

A SRA. ISABELLA SILVA MATOSINHOS – ... da forma como a gente aqui do fórum entende, extrapola essa repressão de crimes e passa também pela prevenção e pela garantia de direitos fundamentais. Por isso, a gente entende como válidas e como necessárias iniciativas, de modo geral, que proponham essa conscientização sobre a violência de gênero e que usem ferramentas



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

educativas como uma ferramenta que permita a transformação da cultura vigente hoje. Então, acho que, se futebol e a ida a eventos desportivos fazem parte da cultura brasileira, esses eventos funcionam também como um território especialmente fértil para iniciativas que busquem promover o respeito ao próximo, especialmente o respeito à dignidade da mulher.

Obrigada, gente. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Muito obrigada, Isabella, muito obrigada pela sua contribuição.

Alguém gostaria de fazer alguma pergunta? (Pausa.)

Vamos passar agora a palavra para Daniela Grelin, Diretora-Executiva do Instituto Avon, que também será via Zoom, porque a gente vai aproveitar essa exposição.

Muito obrigada e seja bem-vinda.

A SRA. DANIELA GRELIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Deputada Elcione Barbalho.

Eu quero agradecer também à Senadora Augusta Brito pela realização desta audiência pública.

Na verdade, quando o Instituto Avon encomendou ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública esse estudo sobre a correlação entre a violência de gênero e o aumento dessa violência nos dias de jogos de futebol, o nosso grande desejo era que isso viesse a pautar debates qualificados em busca de propostas de solução para esse fenômeno.

Vocês me ouvem bem? (Pausa.)

Espero que sim.

De fato, quando a gente encomendou essa pesquisa, a gente pretendia pautar debates como esse. Estamos extremamente contentes porque esse dia chegou, pois a gente sabe que o futebol, além de ser uma paixão nacional, um elemento de identidade e de pertencimento, que dialoga diretamente com 81% dos brasileiros que, segundo uma pesquisa do Ibope, se dizem muito interessados no futebol, especialmente com um subgrupo de algo em torno de 40% que se dizem superfãs do futebol...



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então é importante pensar no futebol como essa grande plataforma de relacionamento, uma grande plataforma de comunicação e – por que não? – de educação cidadã, não é?

Eu queria compartilhar rapidamente a minha tela para só destacar alguns dados dessa pesquisa – que a minha colega Isabella, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, bem descreveu, mas eu trago aqui uma ajuda, digamos assim, visual, para nos ajudar a fixar alguns números, tá?

Um minuto só, por favor.

Esses são os principais dados da pesquisa. Ela examinou a correlação entre denúncias, boletins de ocorrência, tanto de ameaça como de lesão corporal, em cinco capitais, nos dias de jogos e nos dias sem jogos – jogos da Série A entre 2015 e 2018 do Campeonato Brasileiro. E verificou-se uma correlação muito clara entre o aumento do número de registros de boletins de ocorrência de ameaça contra as mulheres nos dias dos jogos, que aumentava 23,7%; o número de registros de boletins de ocorrência por lesão corporal, que aumentava 20%; e, em dias em que o time da própria cidade jogava na cidade, o aumento é ainda maior, 25,9%.

Ora, esse não é um fenômeno que acontece só no Brasil. Essa pesquisa também fez o que a gente chama de *desk research* para olhar se esse fenômeno acontecia também em outros países no mundo. E, de fato, verificou-se uma correlação muito direta entre o aumento da violência de gênero e grandes eventos esportivos na Inglaterra – já existe um estudo voltado para isso – e nos Estados Unidos também. Inclusive, no dia do Super Bowl, que é um dia até de feriado nos Estados Unidos e talvez o principal evento esportivo coletivo do país, esse aumento é de até 40%.

Outro ponto que eu gostaria de destacar – e a minha colega Isabella também destacou – é que essa violência de gênero acontece predominantemente por homens que são companheiros ou ex-companheiros da mulher. E ele nem sempre, portanto, acontece na forma de assédio no próprio estádio; ele muitas vezes acontece em casa, associado ao consumo de álcool também.

E aqui eu gostaria de trazer já um conceito importante, que eu gostaria de introduzir neste debate, que é o conceito de externalidade. É verdade, sim, o futebol é uma paixão nacional e não é responsável pela violência de gênero, mas podemos afirmar que o aumento da violência de gênero é uma externalidade dos grandes eventos de futebol e de grandes shows; e não só da violência na forma de assédio ali no estádio, mas na violência doméstica e familiar também, como mostram os números.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É importante a gente pensar nesse conceito da externalidade, que é uma consequência não intencional que impacta as pessoas, que não estão diretamente representadas na tomada de decisão sobre determinada atividade, mas que arcam com as consequências de determinada atividade. E aí esse conceito aplica-se, sim, aos grandes eventos, entre eles os jogos de futebol e – por que não dizer? – ao consumo de bebidas alcoólicas também.

E a gente vê que em outros setores, como o da economia, esse conceito de externalidade é levado muito a sério. Por exemplo, se eu sou uma indústria química ou uma indústria da mineração e uma das minhas externalidades são impactos ambientais, é muito importante que essa indústria conquiste a sua licença social para operar, tendo mitigado ou reparado essas diversas externalidades que são diretamente ligadas, embora não intencionalmente, à sua atividade.

Então eu acho importantíssima essa discussão e destaco ainda outro ponto. Como a gente ouviu do Ricardo Leão e dos outros testemunhos, tanto da Secretaria do Ministério das Mulheres quanto da Arena Mané Garrincha, o que a gente vê é que o mundo do futebol abraçou essa causa, o que é muito bom, porque ele é essa grande plataforma de relacionamento, de comunicação e de cidadania.

E, na verdade, o Instituto Avon vem trabalhando com esse setor desde 2022. Começamos com o São Paulo Futebol Clube, por meio de uma campanha que a gente chamou de "De dentro para fora", ou seja, um programa de conscientização e preparação do próprio São Paulo Futebol Clube para os seus colaboradores e seus associados, e que chegou ao campo com ações como faixas, vídeos. E, para nós do Instituto Avon, isso teve um impacto direto na busca de assistência de um dos nossos projetos, que é a Ângela, a assistente que propõe assistência psicológica e social para as mulheres em situação de violência. No dia que o São Paulo Futebol Clube entrou com essa faixa no campo, a gente viu um aumento de 3,4 mil chamadas na Ângela, o que atesta o grande poder de mobilização e impacto do futebol.

Então, eu gostaria justamente de destacar que essa mobilização do futebol em seu potencial regenerador das relações sociais e de promoção da cidadania é de fato extremamente poderosa, e eu não encontrei na experiência do Instituto Avon resistência, nem por parte dos clubes que nos procuraram ativamente para ajudá-los nessa caminhada nem pela CBF. Acho que tanto os clubes como a própria CBF reconhecem a importância da vida de todas as mulheres, a importância das suas torcedoras também e o papel determinante que eles têm na formação da cultura dos brasileiros.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Obrigada a (*Fora do microfone.*) você, pela sua participação, pelas informações; você, que é Diretora Executiva de uma grande empresa. Isto nos deixa muito feliz: saber que nós temos uma mulher forte e determinada à frente. Parabéns, tá? Obrigada pela sua ajuda.

A SRA. DANIELA GRELIN (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Nós vamos agora passar a palavra para a Natalie Alves, que é Presidente do Instituto Nós Por Elas.

Com a palavra, pode falar.

A SRA. NATALIE ALVES (*Para expor.*) – Obrigada, Deputada.

Escuta-me bem? Escutam-me bem? (*Pausa.*)

Maravilha.

É uma satisfação estar aqui hoje, representando o Instituto Nós Por Elas, que na realidade tem uma história muito ampla com este Parlamento, contribuindo direta e indiretamente. Nós pudemos participar ativamente da elaboração e da criação da lei que instituiu a campanha nacional do Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Esse é um desdobramento absolutamente necessário agora, também avançando na pauta do futebol.

O Instituto Nós Por Elas, Deputada, há muito tempo vem se debruçando sobre a necessidade de atuar na esfera do futebol. E por quê? O Instituto Avon já declarou aqui, já constatou, há mais de dois anos, esse cenário lamentável. Eu queria fazer um destaque: cresce em mais de 20% o número de ocorrências de combate à violência contra a mulher em dias de jogos. Em mais de 20%! Isso é absolutamente alarmante e sintomático, mas o que tem sido feito – e aí nós fazemos o registro de elogio não só ao Governo Federal, mas também a todas as instituições, ao BRB, que tem se comprometido de forma muito ferrenha – é criar mecanismos de contingenciamento desse cenário. Não é que o futebol é, de fato, o responsável. O que a gente tem observado, Deputada, falando com mulheres que sofreram violência em decorrência desse contexto, é que o estado de frustração do torcedor, sim, desencadeia essa violência, como foi posto aqui. E esse estado de frustração aliado com o consumo de álcool pode também potencializar essa ocorrência dentro de casa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nesse ensejo, o que nós fizemos, Deputada, foi criar uma campanha, que, obviamente, eu reputo belíssima, mas também muito forte, muito impactante, que leva ao mote: "Enquanto eles torcem para o time ganhar, elas imploram para o time [...] não perder". Isso, na realidade, revela esse estado dramático de coisas que as mulheres muitas vezes sofrem dentro de suas próprias casas. Nós lançamos essa campanha também em agosto, no Museu do Futebol; contamos com a presença do ministério, contamos com representantes do Poder Judiciário, na figura do Ministro Dias Toffoli – na verdade, reunimos representantes dos três Poderes –, para tratar desse assunto e principalmente avançar nessa pauta.

A gente viu aqui que o Reino Unido também se defronta com dados alarmantes, lamentáveis. Não é só o Brasil que passa por isso. Os Estados Unidos estão com um dado que, na verdade, me despertou ainda mais tristeza ao saber: que aumenta em mais de 40% no dia de Super Bowl a violência contra a mulher. O Brasil tem a oportunidade não só de ser destaque no futebol como historicamente é, mas também precursor, vanguardista na criação de soluções a esse cenário. E é isso que tanto a sociedade civil quanto o Governo Federal têm feito.

Então, eu queria fazer o registro também de agradecimento ao BRB por toda a parceria, mas também à Federação Paulista de Futebol, Deputada, que abraçou a nossa campanha e abraçou a nossa mascote. Qual é a mascote da nossa campanha? É a bola de futebol com o "x" vermelho estampado nela. Esse "x" vermelho que, na realidade, diz tudo. É um basta, é um não, é um sinal claro de que as mulheres não serão mais violentadas em nenhum espaço.

Então, o Instituto Nós Por Elas, mais uma vez, agradece a esta Comissão por pautar um tema tão sensível, tão necessário, certo de que a mudança começa em todos os espaços, mas este daqui, em especial, o Parlamento, é um grande trampolim para a mudança social efetiva. Então, esse projeto de lei, Deputada e também Senadora Augusta, é uma iniciativa brilhante que conta com o apoio irremediável do Instituto Nós Por Elas.

Agradecemos muito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. MDB - PA) – Obrigada, Natalie.

Espero que você, como Presidente do instituto, consiga fazer muito mais e mais.

Parabéns. Muito obrigada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Antes de nós encerrarmos os trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas desta reunião e da reunião anterior também.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Congresso Nacional*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada e uma boa tarde. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4360744675>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências das Senadoras Augusta Brito e Damares Alves, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Mecias de Jesus, Fernanda Pessoa, Rosangela Moro, Delegada Katarina e Iza Arruda, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Daniella Ribeiro, Jussara Lima, Magno Malta, Tereza Cristina, Silvy Alves, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Elcione Barbalho, Silvia Waiãpi, Maria Arraes, Jack Rocha e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 14, de 2024** que: "Requer audiência pública para debater a situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, em atendimento ao REQ 13/2024 - CMCVM, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Debater sobre as ações da campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. **Participantes:** Vera Lúcia Santana Araújo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (representante de: Tribunal Superior Eleitoral); Daniela Corrêa Jacques Brauner, Defensora Pública Federal (representante de: Defensoria Pública da União); e Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (representante de: Ministério das Mulheres). **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata, após assinada pela Senhora Presidente, será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos.

Senadora Augusta Brito

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/19>

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher –nós mulheres – da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 19 de novembro.

Nós temos aqui só um item para deliberar. Eu queria pedir aqui às convidadas que rapidamente a gente pudesse fazer essa deliberação, que é um requerimento de audiência pública para debater a situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior. É de nossa autoria.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER N° 14, DE 2024

- Não terminativo -

Requerimento de Audiência Pública para debater a situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Eu queria botar esse requerimento em votação simbólica, já acreditando que foi aprovado pelas manifestações que aqui eu vejo. (Pausa.)

A gente declara o requerimento aprovado para que possa realizar esta audiência pública. Já tem a data marcada para a próxima semana, na terça-feira, aqui também, à tarde, a partir de 14h30. Então, todos já se sintam convidados também para participar dessa audiência pública.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, agora, o objetivo realmente desta nossa reunião é a audiência pública, com o objetivo de debater as ações da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Esse requerimento foi apresentado por nós – é de nossa autoria – na semana passada. Agradeço já a todas as Senadoras e Deputadas que o aprovaram para que a gente pudesse fazer este momento muito significativo, hoje, de debates e, além de tudo, de divulgação da importância... Porque a gente sabe que nós temos de divulgar os 21 Dias de Ativismo dentro do nosso país, por várias instituições, como o Ministério das Mulheres, que aqui está, e pelas nossas convidadas, que eu quero ter o prazer de convidar para compor a mesa, para que a gente possa ouvir um rico debate e a divulgação de todas as ações.

Convido aqui para tomar assento à nossa mesa a nossa querida convidada, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, Vera Lúcia Santana Araújo, que muito nos orgulha pela sua história de vida, de luta, como não poderia ser diferente, uma mulher negra. Eu digo isso com muito orgulho de recebê-la para que ela possa aqui hoje compor a nossa mesa com o seu brilhante trabalho e desempenho que vem tendo aí.

E agradeço muito à nossa Ministra Cármem Lúcia por ter indicado o nome da senhora para vir aqui fazer essa fala e essa representatividade tão significativa. (*Palmas.*) Quero chamar também a Denise Motta aqui, que é a nossa Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, que representa aqui o Ministério das Mulheres também, uma grande mulher lutadora que vem aí à frente do Ministério, junto com a nossa Ministra Cida, fazendo diferença em várias ações no combate à violência contra nós mulheres.

E a nossa querida Defensora Pública Federal Daniela, que também virá aqui compor essa mesa – com muito prazer, Daniela! –, pela grande importância da Defensoria Pública em várias ações de garantia de direitos, sobretudo os nossos direitos, os direitos das mulheres.

E, antes de passar a palavra a nossas convidadas, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos integrantes por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas expositoras.

Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos e, ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Registro aqui a presença da nossa Deputada Federal Elisangela, que sempre está presente e atuante, com um mandato muito importante para nós aqui na Câmara dos Deputados e Deputadas.

E agora, dando início, já quero ter o prazer, mais uma vez, de agradecer a presença de todas e todos que aqui estão – assessoria, convidados, imprensa, nossos Vereadores lá do Ceará que aqui também estão presenciando essa nossa audiência, da cidade de Madalena – e de passar a palavra para a nossa Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, Vera Lúcia, que poderá fazer uso do tempo que achar necessário.

A SRA. VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Cumprimento a Mesa na pessoa da nossa Senadora anfitriã, a Senadora Augusta, e as companheiras que integram aqui esta mesa.

Eu estou adotando já o ceremonial mais conciso do CNJ, do nosso Presidente do Supremo e do CNJ, o Ministro Barroso.

Então, assim, me reservo a uma nominata mais resumida, de modo a potencializarmos o nosso tempo.

Mas não posso também, em nome dessa economia, me furtar a cumprimentar todas as pessoas representantes de movimentos sociais, que nos acompanham inclusive virtualmente, e aqui o faço na pessoa da Joseanes, que é uma companheira da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal, uma articulação que nasceu da Marcha das Mulheres Negras, realizada em novembro de 2015, e que, naturalmente, permanece e tem voz muitíssimo ativa, inclusive junto à Coalizão Negra por Direitos, que é uma grande articulação que reúne mais de 250 entidades, movimentos e articulações por este Brasil inteiro e que, naturalmente, tem um papel muito forte no encaminhamento de todas as proposições que aludam à campanha que, para nós, é a dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Sobre a campanha... Aliás, preciso antes agradecer à Ministra Presidente do nosso Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Cármel Lúcia, que, muito generosamente, me designou para fazer essa representação do tribunal, muito motivada pelo 20 de novembro, que, amanhã, pela primeira vez em nosso país, será um feriado nacional. Então, eu só posso agradecer a generosa indicação que a Presidente do Tribunal Superior Eleitoral fez, designando-me para, aqui, representar o nosso Tribunal da Democracia, tribunal este que vem se mostrando cada vez mais ativo no sentido do pleno exercício de suas obrigações constitucionais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Tivemos recentemente as eleições municipais, sob a condução já da Ministra Cármem Lúcia na Presidência daquele tribunal – a segunda vez, Senadora, que a Ministra Cármem preside o TSE na ocorrência de eleições municipais. E é um orgulho nacional a gente ver a tranquilidade, a segurança, a pacifidade com que o nosso processo de votação eleitoral, num país que soma mais de 5 mil municípios, se realiza, mesmo no primeiro turno, quando se tinha todos os candidatos a Prefeitos das grandes cidades, das capitais, com dois turnos, enfim, já apontando ou não para o segundo turno, bem como todos os candidatos a Vereadores e todas as candidatas a Vereadoras, sendo que por volta de 21h30 do mesmo dia já tínhamos esse resultado proclamado.

Ao mesmo tempo, em que pese o orgulho com que, indiscutivelmente, o nosso processo jurídico-político de votação eleitoral engrandece a República Federativa do Brasil, os nossos números de representação política, notadamente a representação política de gênero, a representação política de raça, não se fazem acompanhar. E, quando a gente pensa nesses 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, nós não podemos nos furtar a pensar que as resultantes das violências múltiplas, diversas, que sofremos se expressam também na baixa representatividade política que temos em todas as Casas, desde o menor dos municípios brasileiros, ao maior dos municípios, neste Senado Federal, na Câmara dos Deputados e das Deputadas, na nossa Câmara Legislativa do Distrito Federal – e digo nossa exatamente porque, embora baiana, eu sou cidadã do Distrito Federal, no sentido de o meu título e do meu domicílio eleitoral... Aqui, eu dei o meu primeiro voto em 1986, para a Assembleia Nacional Constituinte, e os números da nossa representação são ainda vexatórios até. Nós mulheres somos a maioria da população brasileira e não logramos nenhuma correspondência, nenhuma representatividade compatível, coerente com esses nossos números quando vemos o que temos no âmbito da representação parlamentar.

Hoje, como integrante do Poder Judiciário, no assento de Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral, naturalmente, eu não posso, igualmente, deixar de apontar que, também na esfera do Poder Judiciário, não ostentamos números muito mais cômodos, confortáveis e que nos orgulhem a nós, mulheres, especialmente hoje, por exemplo, como é a condição da Ministra Cármem Lúcia presidindo o Tribunal Superior Eleitoral, mas ela é a única mulher no Supremo Tribunal Federal. E ela busca, com toda a sua legitimidade, fazer eco às denúncias no sentido dessa cobrança institucional da igualdade que a nossa Constituição apregoa, mas que a gente não exerce.

Então, essa é uma realidade sobre a qual a gente precisa se debruçar. E eu, como advogada... No domingo, por exemplo, tivemos a eleição da seccional do Distrito Federal, mas, enfim, até o final



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

deste mês de novembro, todas as seccionais do sistema da Ordem dos Advogados do Brasil realizam suas eleições.

E por que é importante destacar as eleições da OAB? A Ordem dos Advogados do Brasil tem assento em praticamente todos os tribunais. A Ordem, por meio de disposição constitucional, no chamado quinto constitucional da advocacia – como tem o quinto constitucional do Ministério Público –, tem a prerrogativa constitucional, repito, de fazer a indicação de um terço da composição de todos os tribunais estaduais, dos tribunais da Justiça Federal, e mesmo os tribunais que têm uma representação de juristas que não passa por uma lista da Ordem dos Advogados do Brasil têm a representatividade da advocacia – é o meu caso, por exemplo, hoje, no TSE, ao lado da Ministra Edilene Lôbo, também uma jurista negra.

Então, pensar no papel da Ordem nesta dimensão e perspectiva de que o combate à violência de gênero não acaba, começa e termina... Até porque é uma prioridade absoluta, e, naturalmente, a gente vai aqui destacar, mas é relativa à violência mais bestial, que tem a sua forma tão cruel e definitiva que é o feminicídio.

A gente vem – eu não chamaria nem de avançando, confesso – crescendo nas mudanças legislativas de caráter punitivo, mas isso não significa exatamente um crescimento das políticas públicas, porque estas, sim, devem pôr fim, devem pôr cabo à violência que nos vitima até a morte.

O Distrito Federal tem ostentado números alarmantes, temerários em todas as regiões administrativas. É raro a gente ter uma semana, aqui, sem uma notícia de mais um caso de feminicídio ou de uma tentativa de feminicídio. Isso, naturalmente, não pode ser enfrentado somente pela forma punitiva de um processo com penas de privação de liberdade ainda maiores; esse mecanismo já vem se mostrando pouco efetivo, o que significa que mulheres e homens de bem e para o bem, compromissados com o nosso Estado democrático de direito, também precisam ombrear e somar conosco na busca de ações propositivas muito mais eficazes, envolvendo todos, toda a sociedade, todo o Estado brasileiro. E o Estado brasileiro é formado exatamente pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Poder Judiciário, indiscutivelmente, por meio do Conselho Nacional de Justiça – que é o *locus* próprio para fazê-lo –, vem emprestando uma contribuição inegavelmente forte, extremamente significativa neste campo.

É importante a gente ter em mente, Senadora, que, desde a edição, a vigência da Lei Maria da Penha, o Poder Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça, faz realizar, por exemplo, a sua Jornada Maria da Penha, a criação dos fóruns... Ele foi composto, regional e nacionalmente,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

espaços muito fecundos de discussão, de formulação e de elaboração de ações que sejam próprias da competência constitucional do Poder Judiciário, mas a gente ainda precisa se somar e alargar essas alianças de maneira a termos os resultados por que ansiamos, a termos a segurança de saber que toda e qualquer mulher pode sair da sua casa e voltar para a sua casa, pode iniciar um relacionamento e terminar um relacionamento sem a permanente ameaça de que poderá ser alcançada pelo "ex" que não se conforma com o rompimento da relação – invariavelmente, a gente ouve essa cantilena, que nada responde e que não dá conta de fazer o enfrentamento do que é a orfandade que se deixa dos filhos e filhas e do que é a orfandade materna, porque pais que perdem suas filhas para a violência masculina, para a violência do machismo também ficam numa forma de orfandade, e isso é muito doído. Os depoimentos que a gente vai colacionando dessas mães, desses pais, desses irmãos, irmãs, parentes, amigos, enfim, com a perda de cada uma das mulheres, nos desafiam, e nos desafiam diuturnamente, porque todas as medidas já implementadas ainda não se mostram suficientes.

Eu penso, Senadora, Secretária, Defensora... É uma alegria conversar nesta mesa com uma Defensora Pública da União. Eu sou completamente apaixonada pela instituição Defensoria Pública. Na minha formação, eu fiz estágio na Defensoria Pública aqui do Distrito Federal, sei, inclusive, o papel que a Defensoria Pública desempenha hoje no Brasil. A plena constitucionalização da Defensoria Pública é indiscutivelmente um aporte à cidadania, à construção da cidadania e, por óbvio, da cidadania de nós mulheres, e à busca de garantia da vida de nós mulheres.

Sobre a data, eu quero só rapidamente pincelar um pouco que esta mobilização internacional dos chamados 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres teve início em 1991 e remonta a um episódio de 1960, quando três irmãs, Patria, Minerva e Maria Teresa, foram assassinadas pela ditadura da República Dominicana.

Os movimentos sociais, os movimentos feministas foram, com muita propriedade, resgatando essa história e fazendo disso uma bandeira internacional, porque, dramaticamente, essa realidade da violência de gênero não é uma exclusividade de nós brasileiras; ela perpassa, infelizmente, o conjunto das relações, mesmo nos países mais ditos civilizados, não é? E aí eu digo ditos civilizados, porque qualquer povo, qualquer país que ainda coexista com alguma forma de violência, violência contra a mulher não pode ter o título de um país civilizado, de um povo civilizado.

Então, aqui no Brasil, os movimentos feministas tiveram a vanguarda de trazer para si essa plataforma, essa incidência que hoje é acolhida e encampada por todas as instituições, e esta sessão, esta audiência pública é prova inconteste do compromisso não somente desta Comissão, mas do Senado Federal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É interessante a gente também se debruçar sobre aparentes paradoxos. Por quê? A gente tem, em algumas pontas, uma robustez na articulação, na mobilização de mulheres, mas que ainda convive, de novo, repito, com a bestialidade do feminicídio em números alarmantes. Os números continuam alarmantes, o que significa que muita coisa ainda está errada no enfrentamento que fazemos como sociedade, como sistema de Justiça.

Já me encaminhando para o final e naturalmente trazendo um pouco das reflexões do que tem sido a atuação do Tribunal Superior Eleitoral, inclusive como um contributo importante neste debate, de vez que busca avançar no cumprimento do seu papel constitucional, naturalmente, mas que não permite, que não se omita diante das flagrantes fraudes às políticas legislativas trazidas pelo Congresso Nacional brasileiro, sancionadas essas políticas pelo Poder Executivo brasileiro, incumbindo ao Tribunal Superior Eleitoral a plena garantia da eficácia, da vigência dessas normas.

Então, a gente tem, de há muito, pela nossa lei, a chamada Lei das Eleições, a Lei 9.504, de 1997, uma disposição que remete, que obriga os nossos partidos políticos, que constitucionalmente são os detentores do monopólio da soberania popular, ou seja, da representação popular – e é muito bom que a nossa Constituição assim o consagre –, a gente tem, exclusivamente por um partido político, a possibilidade de qualquer pessoa, de qualquer gênero, de qualquer raça, de qualquer orientação sexual, de qualquer condição, portador ou não de alguma deficiência... Você só pode ser candidato ou candidata por um partido político.

Então, é de felicitar que este Congresso Nacional, volta e meia, elabore normas que venham ao encontro das nossas demandas de inclusão e de legitimação das condições para que nós mulheres tenhamos a representatividade compatível e coerente com o que somamos na sociedade quantitativamente, com o que somamos na sociedade com a produção econômica, com a produção das riquezas deste país.

No entanto, essas leis não são cumpridas nem mesmo pelos partidos que aqui as elaboram, o que causa uma estranheza, para dizer o mínimo. Se os partidos que compõem o Congresso elaboram essas normas, como eles, partidos, não cumprem as normas que eles elaboram? Fica muito incongruente, escapa a qualquer razoabilidade.

Então, diante do recrudescimento, da reiteração dessas práticas todas de absolutamente fraude, não há outro termo – e aqui é o termo jurídico com que a Justiça Eleitoral opera –, a essa política, neste ano, antes das eleições municipais, agora, de 2024, o TSE sumulou o seguinte:



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, §3º, da Lei 9.504/1997, configura-se com a presença de um ou alguns [ou seja, não se exaure nisso] dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir:

- votação zerada ou inexpressiva;
- prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante;
- ausência de atos efetivos de campanha, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros.

O reconhecimento do ilícito acarretará [...]:

- cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados [...];
- inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram [...], nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije);
- nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário [...] [e com todas as implicações daí decorrentes].

Então, é importante a gente trazer isso quando a gente debate, pensa e projeta esses 21 dias do nosso ativismo no combate à violência contra a mulher, porque 2024 já está acabando, e, daqui a pouco, a gente já tem as eleições parlamentares de 2026, e é preciso que a gente conheça sobre essa súmula, que as mulheres que estão nos partidos conheçam dessa súmula e que elas não se sintam intimidadas por quaisquer ameaças e práticas.

Senadora, logo ao término das eleições, entre o primeiro e o segundo turnos, o Ministério Público Eleitoral, junto ao TSE, emitiu uma recomendação aos ministérios públicos eleitorais de todo o país exatamente no sentido de que o MP estadual venha a promover essas investigações, que inclusive fazem uma busca ativa, a partir de indícios que você tenha naquelas zonas eleitorais de que houve essa fraude. Então, esse é um mecanismo muito, muito, muito importante porque, na medida em que a gente alarga a participação política institucional, naturalmente, a gente vai inibindo também a violência que resulta até no feminicídio.

A presença das mulheres nos espaços políticos do Poder Legislativo, notadamente, porque é o maior Poder na composição dos Poderes da República, seguramente vai impactar na garantia das nossas vidas de uma maneira muito significativa. Então, termos o incremento da representação política das mulheres é um passo muito grande e muito largo para que também estejamos vivas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E aí, em conclusão, homenageando, portanto, a nossa Presidente Ministra Cármem Lúcia, no prefácio de um livro que foi lançado na semana passada, escrito somente por mulheres, sobre a participação feminina e violência política de gênero, a prefaciante Ministra Cármem escreve:

Em tempos adoevidos como esses que experimentamos, esta obra coletiva habilita-se a demonstrar haver movimentos promissores, nos quais mulheres trilham novos passos, sempre comprometidos com os princípios democráticos, para que não prevaleçam iniquidades promovidas por desinformações, mentiras, perversidades e formas insidiosas de manter-se o silêncio das mulheres e a inação de maiorias vulnerabilizadas como, na história, se registra quanto ao gênero feminino.

Ou seja, o lançamento de obras dessa natureza, com a realização de uma audiência pública desse porte, com essa representação, com essa representatividade, nos alenta. Estamos no caminho certo. Precisamos consolidar as nossas alianças e parcerias e teremos, sim, futuro e vida para todas as mulheres e para além dos 21 dias do nosso ativismo.

Muito obrigada, Senadora. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada. Eu que agradeço aqui à nossa Ministra Vera Lúcia.

Registro aqui a presença também da Senadora Damares, que chega à nossa audiência pública. Seja bem-vinda também.

Quero fazer um comentário sobre toda a fala. Ela pode ser alvo até de outras audiências públicas, em vários pontos que foram aqui levantados pela Ministra, mas, sobretudo, nessa questão da súmula, que é muito importante para essa garantia real do direito, se eu posso dizer assim, não adianta, sempre vou dizer aqui, a gente ter a melhor lei, ter várias leis, se elas verdadeiramente não forem executadas da forma como tem que ser, não forem efetivadas no seu contexto completo, como a própria Lei Maria da Penha e essa lei que garante a nossa participação dentro da política. De que adianta ter uma lei que garante essa participação se a gente não, verdadeiramente, estiver garantindo a participação real? E essa súmula vem para garantir isso.

Quando essa súmula foi feita, as ações do TSE começaram realmente a fazer a diferença para se entender que a lei que for criada, como foi dito pelo próprio Congresso, tem que ser respeitada por todos – inclusive, criaram essa lei quando a gente via ainda muito mais a questão das candidaturas laranjas – e não burlada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Uma súmula dessa vem, com vários casos de perda de mandato, enfim, de punições, para mostrar que o assunto é sério e que a lei tem que ser cumprida da forma real do seu significado: aumentar a participação no caso das mulheres dentro da política, verdadeiramente, garantindo a elas a condição de poder competir, não só para fazer de conta ou para cumprir uma cota que foi criada para ser burlada.

Eu fico muito feliz com essas ações do TSE especificamente para combater, porque é isto: quando a gente puder garantir a participação maior de mulheres dentro da política, a gente estará garantindo vidas.

Quando eu escutei isso da ministra, eu disse: "É exatamente disto que se trata, a gente está garantindo vidas; não é só uma participação; não é só uma cadeira; não é só uma figura decorativa". Para além disso, e muito disso!

Que as pessoas saibam que garantir essa participação da mulher na política, sobretudo, também da mulher negra, diz muito mais do significado da nossa existência como um todo, de existir, de resistir e de sempre querer não estar só, vamos dizer assim, para ser uma coadjuvante, mas para ser realmente protagonista da nossa vida, das nossas falas, dos nossos mandatos, enfim, da essência que é ser mulher.

Então, é muito importante ter uma súmula dessa para que a gente possa fortalecer essas candidaturas, que já poderão vir a mais. Essas que já vieram já vêm de uma forma diferente, eu tenho certeza disso.

E é importante o combate à violência contra nós mulheres nestes 21 dias, para, além de dar visibilidade, trazer vários assuntos.

Esta própria audiência pública vem para a gente, infelizmente, saber que as leis estão aí e que a gente está aqui, eu, a Senadora Damares, nas Comissões ou no Plenário, aprovando desde uma punição mais rígida, que eu também não acredito que vá acabar com a violência contra nós mulheres... Eu acredito muito mais numa questão de prevenção e de tantas outras ações que já podem ser feitas, porque já existe lei para isso, garantindo que sejam feitas, mas, infelizmente, não são feitas, não são realmente botadas em prática como deveriam ser.

Mas a fala não é nem minha. Estou com minhas convidadas aqui e acabo que fiz um comentário para além do que seria a minha fala. (Palmas.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É porque é um assunto que é muito real para nós, e quando se fala de violência política também, porque a violência política pelo menos com que a gente vive e convive aqui é diária. Se eu pudesse dizer, a cada minuto, ela acontece, de uma forma ou de outra.

A gente que está dentro da política, com 15 Senadores entre 81, sente realmente todo dia, toda hora.

Então, para que a gente consiga algum destaque, a gente tem que estar, a toda hora, se afirmindo, se autoafirmando, e provando que pode ocupar esse espaço e que esse espaço também pode ser ocupado por tantas outras mulheres que tenham essa determinação, essa vontade e, sobretudo, também, a oportunidade, que não é dada, mas que a gente vai atrás e vai lutar para conseguir.

Agora já vou passar aqui a fala para a nossa Secretária Denise, que sempre vem e atende aos nossos convites aqui da Comissão.

Fico muito feliz sempre em recebê-la.

Seja bem-vinda.

A SRA. DENISE MOTA DAU (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Augusta, por mais este convite da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. É bem importante para nós do Ministério das Mulheres esse diálogo com o Parlamento e com a sociedade.

Quero saudar a Ministra Vera Lúcia, a Defensora Pública Daniela Corrêa, a Senadora Damares e a Alice Bianchini, recentemente reeleita Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do nosso conselho nacional. É muito importante o acompanhamento, por parte das entidades e dos movimentos sociais como um todo, das políticas que o Ministério das Mulheres está desenvolvendo.

Reitero as palavras da Ministra Vera Lúcia sobre a importância desta data, porque é uma data pautada na luta das mulheres por democracia, por liberdade de expressão, por participação política e por direitos. É uma luta mundial. Então, é um marco da luta das irmãs Mirabal, lá na República Dominicana, contra a ditadura do Rafael Trujillo.

E, no mundo, são 16 dias de ativismo, de enfrentamento à violência contra as mulheres, que se inicia no dia 25, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher; porém, no Brasil, a gente já começa amanhã, no Dia da Consciência Negra. Então, são 21 dias de ativismo pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, porque sabemos que a maioria de quem sofre as diversas violências, as violências políticas e a violência doméstica, são as mulheres negras. Os



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

indicadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública nos mostram, no anuário deste ano, infelizmente, o dado de que, em média, 60% de quem sofre violência doméstica são as mulheres negras.

Então, aqui no Brasil, amanhã, a gente já começa, já está deflagrada essa luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Um mês de muito ativismo, de muitas agendas, de muitas atividades.

Queria iniciar, sempre, atualizando as nossas ações em relação ao enfrentamento à violência contra as mulheres – o sempre é para as Casas da Mulher Brasileira. Então, atualizo um pouco os informes sobre a implementação das Casas da Mulher Brasileira e trago uma novidade lançada pela nossa Ministra Cida Gonçalves, neste mês, que é o Painel da Casa da Mulher Brasileira. Então, foi lançado um painel...

Eu posso, depois, para não falar o endereço, todos os .gov do endereço, deixar aqui com a Senadora ou posso falar agora, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

A SRA. DENISE MOTA DAU – Vamos lá: gov.br/mulheres/casadamulherbrasileira.

Neste painel, vocês vão encontrar todas as informações sobre as casas. Quais casas já estão em funcionamento? Quais casas estão em construção?

(Soa a campainha.)

A SRA. DENISE MOTA DAU – Quais casas ainda estão na fase do projeto executivo? Qual investimento foi feito para a construção das casas e dos centros de referência da mulher brasileira? Então, é um painel atualizado, alimentado semanalmente com todos esses dados e fotografias que os estados vão nos enviando, monitorando e acompanhando as obras. As secretárias municipais e estaduais de políticas para as mulheres vão acompanhando as obras. Então, isso é uma ferramenta importante de transparência, de controle social, inclusive para os órgãos que são controladores da execução do orçamento, e está já no ar, funcionando plenamente.

Lembro que nós temos dez Casas da Mulher Brasileira funcionando atualmente. Quais são? Todas elas estão no painel. Acho que é melhor não citar literalmente uma por uma, mas só fazer, assim, uma sistematização geral. Então, são dez Casas da Mulher Brasileira funcionando, seis atualmente em obras, uma em projeto de licitação, quatro em fase de projeto executivo até a



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

aprovação pela Caixa e dezessete já com o TED assinado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

As Casas da Mulher Brasileira vêm sendo implementadas com parte menor do orçamento próprio do Ministério das Mulheres e uma parte grande do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, controlado e gestado pelo Ministério da Justiça.

Até o momento, o Governo Federal investiu R\$296 milhões em Casas da Mulher Brasileira, desde 2023. Então, essa parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública é muito importante. Investimos R\$10 milhões em editais: editais de equipagem e de centros de referência e atendimento às mulheres, edital para o uso das tornozeleiras eletrônicas, com que nove secretarias de segurança pública foram contempladas, e edital para organizações da sociedade civil que quiserem fazer formação no enfrentamento à violência porque, como nós sabemos, o enfrentamento à violência, além desses serviços de acolhimento e atendimento às mulheres, precisa também muito de prevenção e de mudança da mentalidade do conjunto da sociedade.

Lembro que nós estruturamos o Ligue 180 e que lançamos por WhatsApp o acesso ao Ligue 180 no número (61) 96100180, inclusive ligações do exterior e de todo o Brasil gratuitamente podem ser feitas via WhatsApp ou via mensagem sem ligação.

E lembro que a nossa Ministra inclusive não está aqui hoje, porque está em Salvador para mais uma atividade, dessa vez, muito importante, porque haverá assinatura de um acordo de cooperação técnica com a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) pelo Feminicídio Zero. Então, a Ministra não está aqui, porque é ela que lidera a Mobilização Nacional pelo Feminicídio Zero e hoje, no jogo entre Brasil e Uruguai, estará lá em Salvador, fazendo mais essa ação em parceria com a CBF. E a ação em parceria com a CBF prevê várias ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no futebol, ao assédio sexual, diversas parcerias, inclusive prevendo a formação de várias instituições esportivas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Um foco importante da Mobilização Nacional pelo Feminicídio Zero foram os clubes de futebol, que são um espaço majoritariamente masculino. Como a gente está falando em mudança de mentalidade – e essa mudança também tem que conscientizar e sensibilizar os homens, é muito importante que isso aconteça –, foram várias parcerias com times de futebol, que estão não só divulgando a campanha, passando nossos vídeos no telão dos jogos, como se comprometendo a fazer atividades de formação, em parceria conosco e com as secretarias estaduais e municipais de políticas para as mulheres, de conscientização e de busca de tentativa da mudança da mentalidade, rompendo com esse padrão machista, misógino, uma visão que subjuga e subordina a mulher.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, é fundamental essa mudança de mentalidade nesses espaços majoritariamente masculinos, e a nossa Ministra está lá hoje, em Salvador, para mais uma ação da Mobilização Nacional pelo Feminicídio Zero.

E queria falar um pouco também das novas ações ou da atualização de algumas ações anteriores. Em audiências públicas anteriores, nós falamos muito aqui do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que envolve, na sua primeira etapa, os ministérios. São nove ministérios envolvidos em ações, se comprometendo com metas, com ações, com orçamento de enfrentamento ao feminicídio.

E nós falávamos que o pacto teria uma segunda etapa, que seria a etapa de parceria com os estados. E agora, no dia 26 de novembro, nós teremos o Encontro Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, pelas Secretarias de Políticas para as Mulheres, e elas farão a adesão, estado a estado, ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. E as Secretarias de Segurança Pública farão a adesão ao Ligue 180, facilitando a sistematização dos dados relacionados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, dos dados relacionados às denúncias, às queixas, às situações de violência que o Ligue 180 recebe. Isso vai otimizar ainda mais o funcionamento do Ligue 180.

Então, no dia 26, nós teremos a adesão dos estados ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, e todos os estados, então, irão adequar os seus planos estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres, como diz a lei aprovada nesta Casa, com a inserção do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Também, nós estamos na fase final – mas eu não tenho essa data para divulgar – de regulamentação do Protocolo Não é Não, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que deve ser também divulgada neste mês. Nós fizemos um diálogo com os diversos movimentos sociais sobre a melhor forma de regulamentar o protocolo – também aprovado nesta Casa – e estamos, então, propondo a regulamentação que deve sair até 10 de dezembro, dentro ainda dos 21 dias de ativismo.

Nós lançaremos, no dia 9 de dezembro, o sistema digital de sistematização dos dados de atendimento nas Casas da Mulher Brasileira, porque o painel de monitoramento fala das obras. Ele tem alguns dados de atendimento, mas ele fala mais das obras: em que fase está a obra, se já está concluída, qual foi o investimento e qual a situação, com fotografias. O sistema digital é um sistema de integração dos dados de atendimento: quantas mulheres foram atendidas nas casas? Quantas dessas mulheres são negras? Quantas dessas mulheres estão desempregadas? Quantas dessas



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

mulheres sofreram violência sexual ou violência doméstica ou violência política ou de gênero? Qual tipo de violência elas sofreram? Tudo isso bem delimitado para as Casas da Mulher Brasileira.

Nós estávamos devendo esse sistema para o conjunto da sociedade, não havia ainda um sistema, e quem preparou a parte de tecnologia da informação foi a Dataprev. Então, é uma parceria com a Dataprev para o lançamento desse sistema digital de integração dos dados.

Também no dia 9, lançaremos o concurso para a apresentação de projetos para a implementação das Casas da Mulher Indígena. É um TED, uma parceria com a UnB, que vai organizar o concurso para a apresentação de projetos para as Casas da Mulher Indígena, e nós pretendemos iniciar com uma em cada bioma. E ela não é a Casa da Mulher Brasileira. Ela está sendo dialogada com as mulheres indígenas: quais os serviços que terão, de acordo com a realidade de cada bioma, com as demandas. Então, estamos em diálogo e em construção da proposta de projeto.

No dia 18, nós teremos – 18 de dezembro – a entrega, a conclusão da obra da Casa da Mulher Brasileira de Palmas, em Tocantins. Não é a inauguração, é a conclusão da obra que será entregue. A inauguração deve acontecer por volta de janeiro ou fevereiro. Então, é mais uma casa, em uma capital, que nós entregaremos, mais uma Casa da Mulher Brasileira.

Para concluir, a gente gosta muito... A gente que é do Governo tem essa necessidade de falar das diversas ações, porque esses momentos nas audiências públicas são prestações de contas. Então, é importante...

Para não falar somente da área de enfrentamento à violência contra as mulheres, eu queria citar mais três ações importantes do Ministério das Mulheres e das demais secretarias. Foi aprovada a Política Nacional de Cuidados nesta Casa, e a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica do Ministério das Mulheres vinha já com uma proposta de implementação de lavanderias coletivas, que é um importante serviço estatal para as mulheres, porque, além de possibilitar o uso do espaço como lavanderia coletiva, também proporcionará a convivência, o acolhimento de mulheres e a orientação a elas em relação aos diversos direitos. E a primeira lavanderia que a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica, coordenada pela Secretária Rosane da Silva, fará de entrega será em Caruaru, nos dias 10 e 11 de dezembro, em Pernambuco. Então, entregaremos a primeira lavanderia coletiva, fruto do edital do Ministério das Mulheres sobre o tema.

Eu quero lembrar, também, que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher se reuniu e definiu – não é, Dra. Alice? – a data da próxima Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: 19 e 20 de setembro de 2025. Então, além de haver a nova eleição das representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, terá a conferência nacional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É muito importante a participação política das mulheres em todo o país. A Ministra Cida quer uma dinâmica muito participativa, que proporcione que as mulheres de todo o Brasil, desde as pequenas cidades, organizações, movimentos sociais, possam fazer sugestões, possam participar, mesmo que não presencialmente. Então, a Senatp, que é a Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, coordenada pela Secretária Fátima Cleide, está elaborando, junto com o conselho, uma proposta de estratégia para possibilitar essa forte participação.

Por último, queria informar, contar aqui a vocês, a quem não acompanhou o GT de mulheres do G20, que, na declaração final, assinada consensualmente por todos os estadistas, por todos os líderes do G20 que estão participando do evento no Rio de Janeiro, todo aquele item 32, que fala dos direitos da mulher, foi elaborado no GT de mulheres, coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi. Ela que foi a *chairman*, a coordenadora, a presidente do GT de mulheres. Foram dias de... Bom, foram reuniões durante todo este ano, mas foram também dias de negociação, de pactuação por vírgulas, frases, palavras, detalhes. E a declaração final do GT de mulheres subsidiou, foi fundamental para que, nessa declaração geral final, aquele item 32, que consta na declaração dos líderes, que fala de igualdade de gênero, que fala de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, de superar os obstáculos para participação política das mulheres... Foi também um acúmulo e um trabalho do Ministério das Mulheres, porque atualmente, ainda nesse finzinho de gestão, o G20 está sob a presidência do Brasil, sob a coordenação do Presidente Lula.

Foi a primeira vez que teve o GT de mulheres, esse GT não existia. Ele foi criado formalmente agora, dentro do G20. Foi também uma iniciativa do Brasil criar o GT de mulheres do G20. Então, foi muito importante que esse acúmulo do grupo de trabalho temático fosse tão fundamental para a declaração final do G20 no quesito que fala da igualdade entre homens e mulheres, que fala da participação política das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres. Então, também, para nós, é um orgulho.

No ano que vem, o G20 será coordenado pela África do Sul, em 2025; e, em 2026, pelos Estados Unidos. Todos esses países se comprometeram, no evento, a levar adiante essas ações propostas. Então, também estamos satisfeitas de que o resultado do grupo de trabalho específico tenha subsidiado a declaração final. Acho que, contando um pouco das nossas ações para esses 21 dias de ativismo, é o que nós temos a informar.

Quero dizer que a Ministra Cida está muito empenhada nesse debate de sensibilização da sociedade. A Ministra tem falado o tempo todo que é muito importante, estamos implementando os



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

diversos serviços de acolhimento, de atendimento às mulheres, mas essa mudança da mentalidade, de sensibilizar as pessoas para que tomem uma atitude quando estiverem ao lado de uma colega que está passando por violência, que não a isolem, que a acolham, que a orientem, que os homens também se conscientizem e fiquem indignados. É como a Ministra diz: "Ainda bem que não são todos os homens que são agressores, ainda bem". Então, os homens que não são agressores podem ajudar muito, multiplicando essa mudança de mentalidade, não permitindo que assédio sexual e que violências sejam praticadas, muitas vezes, no ambiente de trabalho ou na vida em comum, sem se posicionarem, sem combaterem esse tipo de prática.

A campanha pelo Feminicídio Zero articula a implementação das políticas públicas. Parte delas eu narrei aqui, porque não dá para narrar todas, mas também é uma campanha muito de sensibilização, de conscientização, de mudança de atitude, para que esse nosso ideal de derrotar a violência contra as mulheres, de fazer cair os indicadores altíssimos de feminicídio e de violências contra as mulheres, que nós temos, que seja alcançado.

Muito obrigada, Senadora. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Eu que agradeço a nossa Secretária Denise. Quero aqui já dizer e parabenizar o Governo Federal e a nossa Ministra por várias ações que estão sendo feitas.

Nós entendemos que não existe política pública sem orçamento, sem condição de fazê-las realmente acontecer. É isso o que a gente está vendo, esperando que, com certeza, para o próximo ano, a gente possa ter um orçamento maior. Como a gente aqui tão bem defendeu também, na Comissão de Orçamento, que o Ministério das Mulheres pudesse ter um orçamento próprio, para que a gente possa verdadeiramente executar as ações que estão sendo planejadas dentro do ministério.

Essa parceria com os estados, eu acho muito importante. Eu queria só fazer uma pergunta, bem rápida. Quantos estados nós temos que já têm a Secretaria de Mulheres?

A SRA. DENISE MOTTA DAU (Fora do microfone.) – Em cerca de 300.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Não, estados.

A SRA. DENISE MOTTA DAU (Fora do microfone.) – Ah, tá. Em todos, praticamente.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Em todos os estados?

A SRA. DENISE MOTTA DAU (Fora do microfone.) – Nos 27 estados, praticamente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Ah, que bom! Eu pensei que eram bem menos. Que bom!

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Muitas vezes, Senadora, são Secretarias da Assistência Social e Mulheres, de Direitos Humanos e Mulheres...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Mas só de mulheres? Porque o meu Estado, o Ceará, é um exemplo. Tem uma secretaria só de mulheres.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Josiane, me ajude!

Acho que uns 70% delas é só de mulheres, mas nós ainda temos uns 30% em que o tema vem junto com direitos humanos, assistência social...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Fazendo propaganda aqui do Governo do Estado do Ceará, a gente tem uma secretaria específica de igualdade racial. Nós temos uma secretaria...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Isso aí é uma.

Tem uma secretaria específica das mulheres e uma de direitos humanos. Então, a gente não juntou, são três secretarias diferentes, com orçamentos diferentes, com secretários diferentes, com ações diferentes. É lógico que tudo se entrega... Integra! (Risos.)

Integra e entrega! (Risos.)

Faz-se as duas coisas! Não só com essas, com todas as secretarias também do estado.

A SRA. DENISE MOTTA DAU (Fora do microfone.) – Por todo o Brasil, cerca de 300, juntando municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Com os municípios, não é?

Só para gente pensar que a gente precisa muito ter esse termo de cooperação para a gente incentivar, porque eu digo que, quando eu fui Deputada Estadual, havia a Procuradoria Especial dentro da Assembleia Legislativa. São 184 municípios. A gente fez um termo de cooperação e as Câmaras de Vereadoras e Vereadores implantaram a Procuradoria Especial. A gente só tinha quatro municípios, dentre os 184; quando eu saí, já estávamos com 117; agora, já conseguimos ampliar.

Então, seria também essa parceria com o Governo Federal para incentivar os estados que não têm ainda a secretaria e também com os municípios, para que a gente possa ter esse termo de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

cooperação entre estados, Governo Federal e municípios. Parabéns ao Ministério, que pensa dessa forma!

Agora, já passo aqui a palavra para a nossa Defensora Pública, Daniela, que também poderá usar os 15 minutos, se ela achar necessário.

A SRA. DANIELA CORRÊA JACQUES BRAUNER (Para expor.) – Boa tarde a todas as mulheres aqui presentes. Boa tarde a todos os homens aqui presentes. Um agradecimento especial à Senadora Augusta por presidir esta sessão da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra as Mulheres.

Gostaria de dizer que é uma grande honra para a Defensoria Pública da União participar deste evento tão significativo em relação à conscientização da violência que assola o nosso país em relação a gênero.

Gostaria de cumprimentar especialmente a Ministra Vera Lúcia e dizer que é com grande alegria e representatividade que a senhora ocupa essa cadeira no Tribunal e dizer que, por meio da senhora, muitas outras mulheres se sentem ali também como representantes do Poder Judiciário.

Gostaria de cumprimentar a Secretária Denise Motta e também as ações que estão sendo empreendidas em relação à defesa das mulheres no Brasil.

Eu começo também fazendo uma menção à data aqui colocada pelas antecessoras que se inicia no dia de amanhã e vai até o dia 10 de dezembro, que é o dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Então, são 21 dias de ativismo, de luta contra a violência em relação à mulher. É muito importante nós nos engajarmos nessas datas porque são datas significativas: dia 20, amanhã, Dia da Consciência Negra; dia 25, Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher; e dia 10 de dezembro, Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eu começo fazendo essa linha do tempo e também uma linha geográfica para demonstrar que a preocupação em relação à proteção da mulher é uma preocupação universal, mundial. Então, nós temos aqui as especificidades em relação ao Brasil, como foi colocado aqui em relação ao número de mulheres vítimas de violência, mas é algo que assola, infelizmente, um contexto além do território nacional, um contexto mundial.

E a Defensoria Pública da União está engajada na promoção e proteção aos direitos humanos e tem como uma função de Estado, uma função institucional, a defesa em todos os graus de jurisdição e a defesa em todas as searas, inclusive internacional, em relação à proteção das pessoas, especialmente das mulheres, aqui no contexto hoje colocado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nesse sentido, a Constituição da República coloca a Defensoria Pública, juntamente com outras instituições, como uma função essencial da Justiça, e a Lei Complementar 80, de 1990, que é a lei que organiza a Defensoria Pública da União, estipula, de forma muito clara, que a Defensoria é órgão de defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, nesse sentido, sendo admissíveis todas as formas de ações capazes de propiciar a adequada e efetiva tutela, bem como a defesa dos interesses individuais e coletivos da mulher vítima de violência doméstica e familiar e outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado.

Então, vejam que a nossa lei da Defensoria Pública, de número 80, de 1990, já faz expressa menção ao dever da instituição de zelar em relação à proteção da mulher. E isso se insere especialmente em relação à defesa dos direitos humanos. Como foi colocado aqui, em 10 de dezembro de 1948, nasce a Declaração dos Direitos Humanos, mas não há menção aos direitos das mulheres especificamente, com as suas especificidades próprias, com as suas vulnerabilidades próprias. É a partir de 1979, então, que entra na seara mundial a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, um olhar dos direitos humanos especialmente para as vulnerabilidades próprias do gênero feminino.

É importante a gente fazer esta menção aqui, e isso vai acontecer em relação a vários outros tipos de vulnerabilidade, como, por exemplo, a convenção em relação aos direitos da criança, a convenção para as pessoas com deficiência, a convenção em relação ao combate ao racismo, tudo isso demonstrando que a percepção ou a defesa do direito humano não é efetiva se não levar em conta essas especificidades, e levando em conta as especificidades inclusive em relação ao gênero.

Em 1979 – vejam que curioso –, o Brasil aderiu a essa convenção ao mesmo tempo em que, internamente, essa igualdade não era reconhecida da mesma forma. Então, ali convivia-se com um Código Civil que, expressamente, denotava uma incapacidade da mulher casada.

Então, vejam que esses movimentos internacionais são importantes para que a gente possa refletir também no plano interno as mudanças de que nós necessitamos fazer para alcançar essa igualdade de gênero. E, no âmbito internacional, especificamente no âmbito interamericano, em 1994, foi publicada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Então, nós temos aqui um arcabouço de normas, de tratados internacionais, de compromissos dos Estados, que demonstram que a preocupação em relação à proteção da mulher não é algo que se restringe ao território nacional.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas, ainda assim, ainda que nós tenhamos leis, como foi colocado aqui, em relação à proteção das mulheres, é preciso que essa proteção se dê na seara da efetividade, que isso se concretize em relação à diminuição dos feminicídios, em relação à diminuição da violência doméstica, em relação à participação maior das mulheres no espaço de poder, tudo isso vem ao encontro dos tratados de proteção de direitos humanos. E não é por outra razão que a nossa lei de violência doméstica, a Lei 11.340, de 2006, é oriunda também de uma condenação, não a condenação pela Corte Interamericana, mas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em que se visibilizou a questão da violência doméstica, tratada como um direito humano, que até então era algo restrito ao ambiente da casa, algo de que não se deveria falar muito. Inclusive, uma das questões que foram sempre levantadas era: para que uma lei de violência doméstica se a gente já tem uma lesão corporal? Não precisaria de uma lei específica para as mulheres. Ou o que as mulheres teriam de especial em relação à forma de violência que não estariam abrangidas no Código Penal?

E aí, desde então, a gente vê que uma série de outras legislações foram publicadas com esse olhar feminino e sempre aqui com um movimento de luta, porque nunca vieram de forma gratuita, foi preciso que vários acontecimentos viessem a público, denotando a discriminação, denotando a misoginia, o machismo que assola a nossa sociedade e a sociedade de forma geral. E não é por outra razão que as Nações Unidas, então, que traz esse ativismo, essa conscientização, também estabelece, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como um ODS em relação à igualdade de gênero, o nº 5. Então, nós precisamos entender que esse compromisso é um compromisso internacional ao qual o Brasil aderiu e a Defensoria Pública está atenta em relação às formas de discriminação.

Na semana passada, a Senadora Damares estava conosco, nós participamos de uma audiência pública sobre a subtração internacional de crianças e a violência doméstica, inclusive fazendo referência aqui ao início da nossa sessão hoje, que fez menção à violência contra mulheres no exterior. E esse tema está relacionado à subtração internacional de crianças e à questão de gênero e como essas mulheres encontram dificuldades em ambientes em que elas são migrantes, muitas vezes com xenofobia, com misoginia e machismo, o que denota que essa é uma construção muito para além dos limites do Brasil, e elas acabam tendo muito mais vulnerabilidade quando se expõem em situações no exterior.

Então, essa é uma preocupação que vem sendo acompanhada pela Defensoria Pública em relação à subtração e em relação a outros temas de que a Defensoria Pública participa na seara internacional. Por exemplo: o acompanhamento do caso da Márcia Barbosa de Souza, que é um



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

caso de feminicídio em que o Estado brasileiro foi condenado; e o acompanhamento também do caso, na Bahia, da fábrica de fogos. Esses dois casos, como foi colocado aqui pela Ministra, demonstram que a violência contra a mulher assola de forma muito mais agravada as mulheres afrodescendentes, as mulheres negras no Brasil. E esses são dois casos em que houve violações de direitos humanos abarcando esse tema e abarcando essas características próprias.

E como a Defensoria Pública tem acompanhado esse tema na seara interna e internacional?

Eu faço menção aqui a diversos casos em que a Defensoria Pública atua, por meio das suas unidades, no acompanhamento e defesa das mulheres. Inclusive, recentemente está em elaboração um manual de defesa sob perspectiva de gênero na Defensoria Pública, trazendo as questões relativas ao gênero para a defesa de causas que são do interesse da Defensoria Pública. Por exemplo: a questão relativa à prisão, a questão relativa ao cometimento de determinados crimes e à forma de cumprimento de pena dessas mulheres, a questão relativa a benefícios previdenciários que são próprios dessas mulheres, questões da Caixa Econômica Federal; tudo isso demonstrando que a questão relativa à defesa em várias searas da Justiça também comporta uma perspectiva de gênero. Nesse sentido também, inclusive, referindo aqui a questão da violência política, que foi uma das atuações emblemáticas da Defensoria Pública neste ano de 2024, por meio do Observatório da Violência Contra as Mulheres, que foi instituído na Defensoria Pública da União por meio da Portaria nº 292, de 27 de fevereiro de 2024.

Algumas outras iniciativas no campo interno institucional também são importantes de se mencionar, porque não adianta nós pensarmos uma atuação externa, para fora da Defensoria Pública, se a gente também não pensar que a própria instituição pode eventualmente ser aqui um palco de violações de direitos das mulheres. Portanto, em razão disso, a instituição lançou, por meio do Grupo de Trabalho Mulheres, um guia de linguagem não sexista para ser utilizado no âmbito da Defensoria Pública da União. Por exemplo: na referência expressa, quando a gente vai fazer uma menção em relação aos defensores públicos, fazer a menção a "defensores e defensoras públicas" ou fazer a menção à instituição de forma geral. Por meio da linguagem é que a gente se expressa, e a linguagem é um espaço de poder, então é importante a gente entender a importância da linguagem nessa visibilidade de defesa das mulheres.

Eu falei aqui também do manual de defesa sob perspectiva de gênero, que é um documento com peças processuais em relação à utilização nos processos em que as mulheres são acusadas ou em que elas são autoras. Também foi instituída dentro da Defensoria Pública uma comissão de enfrentamento ao assédio, ou seja, que haja aqui uma escuta de forma humanizada das mulheres acusadas que, eventualmente, estejam numa situação de assédio.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, especialmente, em relação aos 21 dias de ativismo de combate à violência contra as mulheres, nós temos feito, desde 2018, uma campanha nos veículos de comunicação da Defensoria Pública em relação à conscientização da sociedade, porque também a Defensoria Pública atua com a promoção de direitos humanos, e a promoção de direitos humanos leva em conta o conhecimento de direitos, e a gente só vai conhecer esses direitos se a gente tiver educação em direito. Então, a educação é muito importante.

E, muitas vezes, inclusive na última campanha, a questão foi relativa às sutilezas em relação à forma de linguagem, em relação a piadas; tudo isso denota um machismo e uma misoginia na nossa sociedade que precisa ser, de alguma forma, combatida e as pessoas conscientizadas a respeito desse tema.

Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez o convite feito à Defensoria Pública para ocupar este espaço, que é um espaço de diálogo na sociedade, em que a gente tem a oportunidade de discutir o tema da violência contra a mulher, e, quanto mais a gente discutir e trazer à baila a existência dessa violência e falarmos sobre isso, a gente pode, com medidas de prevenção, combatê-la e, de fato, buscar índices cada vez menores de violência contra as mulheres de forma geral.

Então, muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Daniela, obrigada.

Quero agradecer às três que vieram hoje, que estão aqui conosco, a importância das três expositoras neste nosso primeiro debate, neste ciclo que nós vamos fazer de debates durante os 21 dias de ativismo.

Eu só quero registrar a presença da Deputada Iza Arruda, a Iza, que tem feito um trabalho incrível lá na Câmara, essa jovem Deputada que veio com vontade de fazer grandes mudanças.

Nós já estamos no encerramento de nossa audiência, mas eu posso franquear a palavra? Pode ser? (Pausa.)

Então, nós vamos para o encerramento, mas antes eu vou fazer algumas considerações. Primeiro, Ministra, é uma alegria recebê-la, o Brasil inteiro vibra com a senhora lá naquele tribunal, e a senhora sabe disso. E a senhora trouxe muito a questão da violência política.

Eu gostaria muito, Denise... junto com a Defensoria Pública, eu estou pedindo uma reunião com a PGR, mas eu vou trazer isso para o âmbito desta Comissão. Eu acho que a gente precisava ter



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

uma reunião com todas as secretárias de partidos, de movimentos de mulheres de partidos, para a gente ter uma roda de conversa sobre os nossos desafios nessa eleição de 2024.

Eu estou secretária nacional do meu partido, e as senhoras não queiram saber o que eu enfrentei. Não queiram saber. Como Ministra, eu sabia que era muito difícil, mas eu nunca estive em um cargo eletivo, passei pela violência política em 2022, mas, neste momento, as nossas candidatas lá na ponta, Denise, as nossas Vereadoras, mulheres corajosas, que ousaram, Ministra, trazer o nome para a eleição, sofreram muito. Então, eu acho que a gente poderia... Quando Ministra, eu consegui um feito, e a gente pode tentar esse feito de novo, Denise, de a gente reunir todas as secretárias, de todos os partidos, independentemente da ideologia. Sentar todas elas, PSDB, MDB, PL, eu, PSOL, PT, e a gente fazer uma roda de conversa. Quais foram os nossos desafios lá na ponta? Porque ouvir essas secretárias... Por exemplo, uma violência, Ministra: eu não tenho acesso ao meu dinheiro que é do fundo de mulher. Para a gente gastar, eu tenho que pedir ao tesoureiro do partido, para que ele me autorize a gastar. Eu sei a necessidade do movimento de mulheres dentro do partido. Será que não está na hora de a gente rever que o fundo partidário destinado à mulher tem que ser, de fato, administrado pela mulher?

Quer ver uma outra dificuldade que a gente encontrou na eleição? Nós treinamos mulheres, qualificamos mulheres para o pleito, mulheres com potencial de voto. Na hora da legenda, na hora de dar legenda, o Presidente municipal do partido dizia: "Não, essa mulher tem muito potencial. Eu não a quero, ela pode tirar o meu homem do pleito". Vocês acreditam? Sendo que a Secretária municipal lutou, treinou. Você sabe disso, Iza? Treinou, qualificou a mulher. É uma violência contra a mulher que o Presidente municipal ou estadual tome as decisões, porque nós ameaçamos.

Então, nós vamos trazer este debate para o nível desta Comissão. E queria muito que a secretaria participasse, o ministério participasse dessa roda de conversa, sendo que é uma das metas do ministério mais mulheres na política. Então, fica aqui esse desabafo. E a senhora pode vir conversar com a gente também, Ministra, para a gente encontrar aí... Vai ter que ser uma modificação na legislação? Estamos discutindo agora, gente, o novo Código Eleitoral. Vai ter que ser lá? Vai ter que ser uma lei nacional? O que é que a gente vai ter que fazer? Mas a participação política da mulher, a violência política contra a mulher é uma realidade que nos engessa o tempo todo, mas a gente vai ter que fazer a adequação da legislação. Mulheres que passaram pelo horror. Dra. Daniela, o que eu vi de imagens manipuladas dessas meninas. Foi muito ruim. Foi muito ruim! E agora, com a inteligência artificial, elas estão sofrendo ataques dos mais terríveis na honra, na moral. Então, a gente fazer essa roda de conversa, fazer esse desafio ao ministério, para nos ajudar a trazer todos os partidos, e a gente, quem sabe, deliberar a partir da roda de conversa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Uma outra... É o que eu falaria na bancada, tá, gente? Fico aproveitando este minutinho em que eu estou aqui. Uma outra observação, e aqui vai mais direcionada ao ministério: na lei que nós aprovamos recentemente, Secretaria, a lei da elaboração de metas para a Rede Estadual de Enfrentamento, no art. 2º da lei, a gente estabelece ali os órgãos que vão participar da elaboração das metas e do acompanhamento e monitoramento. E a gente colocou lá o Ministério da Justiça, segurança, saúde, mas nós nos esquecemos de trazer para a lei, eu já entrei com o projeto de lei para nós aperfeiçoarmos, porque, quando o projeto chegou aqui, nós não queríamos mudar, para não precisar voltar para a Câmara e demorar aquela eternidade.

A SRA. DENISE MOTA DAU (Fora do microfone.) – Na nossa nota técnica, nós sugerimos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Pois é.

E também, a gente vai aperfeiçoar aqui agora, e também a Funai. E também o Ministério da Igualdade Racial. Nós temos cidades em que 80% da população são mulheres indígenas. E a gente deixar para o Ministério da Saúde decidir sobre a violência contra a mulher indígena eu acho que foi realmente uma brechazinha que nós deixamos na legislação. Mas qual seria a recomendação, Secretaria? Lá na implementação já se vai chamando a Funai para essa discussão. A orientação aos estados é que os órgãos responsáveis no estado pela política indígena e pela igualdade racial já começem a participar da elaboração do plano de metas. Isso até a gente aprovar a lei, para a gente ir ganhando tempo até aprovar a lei.

Dessa forma, eu preciso só registrar, por último: a nossa Bancada Feminina aqui no Senado tem trabalhado muito. Nós saímos de uma recente audiência pública sobre as mães e suas crianças, as mães com esses problemas com os estrangeiros, mulheres sendo presas como bandidas no Brasil. Eu sei que a secretaria, o ministério é muito demandado com esse tema, e já saímos dali com a construção de um grupo de trabalho. A Bancada Feminina do Senado tem atuado o tempo todo – e aqui, gente, é independentemente de ideologia, independentemente, Ministra, das nossas posições políticas. Esse tema nos une, une todo mundo e une a gente ao Governo também. A Ministra Cida sabe que pode contar muito com todas nós, mesmo as Senadoras de oposição. A forma como a Ministra Cida tem lidado com o Parlamento é extraordinária. Gente, vocês precisam ver a interação do Ministério com o Parlamento.

Mas eu estou preocupada, e aqui eu vou alertar: a nossa LDO não foi aprovada ainda. Nós estamos, gente, na metade de novembro, e nós não temos, Deputada, a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, tão cedo teremos a Lei Orçamentária. E esse acompanhamento de todos vocês à LDO... Nós não podemos ter nenhum retrocesso na LDO, e eu estou com muito medo



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de que, na pressa, o orçamento do ministério, o orçamento da Defensoria, o orçamento das instituições que estão cuidando de mulher, o orçamento da segurança pública sejam prejudicados. Então, um alerta, inclusive às instituições que trabalham no monitoramento de política pública, no acompanhamento: nos ajudem, para a gente não cometer nenhum dano na votação da LDO tampouco na votação do Orçamento.

No geral, era tudo isso que eu tinha para falar. Quero agradecer. Obrigada por estarem conosco. Teremos inúmeras atividades aqui, com a Bancada Feminina e na Comissão Mista.

E antes do encerramento...

A SRA. DENISE MOTA DAU (Fora do microfone.) – Senadora, eu poderia fazer uma atualização?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim, sim. Pode, sim.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – É só para atualizar aqui o número do que nós chamamos de organismos de políticas para as mulheres. Envolvendo secretarias de políticas para as mulheres, diretorias, coordenações e superintendências, são 947 pelo Brasil todo, municipais estaduais. Então, nem todas são secretarias, mas, do que nós chamamos organismos de políticas para as mulheres, são 947 organismos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretária. Obrigada!

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Registro que a Senadora Augusta teve que sair correndo. Ela teve que ir para outra Comissão, a Comissão de Constituição e Justiça. Hoje nós estamos num dia muito complicado. É um dia atípico, véspera de feriado. Está todo mundo se dividindo em diversas agendas, e ela pediu que registrasse desculpas por essa saída corrida aqui da Comissão.

Registro um agradecimento a todos que estiveram no plenário conosco, foi uma alegria.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5012637689>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 8^a REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Augusta Brito e Jussara Lima, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Leila Barros, Daniella Ribeiro, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Ana Paula Leão, Flávia Morais, Dayany Bittencourt e Delegada Katarina, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Fernando Farias, Carlos Viana, Eduardo Gomes, Cleitinho, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Plínio Valério, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Magno Malta, Damares Alves, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Elcione Barbalho, Silvia Waiápi, Maria Arraes, Jack Rocha e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2024 - CMCVM, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Debater a situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior. **Participantes:** Jussara Lima, Senadora da República; Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal; Mara Gabrilli, Senadora da República; Zenaide Maia, Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal; Embaixadora Vanessa Dolce de Faria, Alta Representante para Temas de Gênero do Ministério das Relações Exteriores; Márcia Loureiro, Secretária de Comunidades Brasileiras no Exterior e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; Luiza Brunet, Ativista Global; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; Daniela Grelin, Diretora-executiva do Instituto Natura; Judith Moura de Oliveira, Cônsul Honorária do Brasil em Trieste, Itália; Aline Guida, Assistente Jurídica da Revibra (representante de: Márcia Baratto - Gerente-geral e Coordenadora de Pesquisa Revibra); e Kaline Ferreira, Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Mulheres. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senadora Augusta Brito

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26>

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Permanente Mista do Combate à Violência contra a Mulher – nós mulheres – da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 26 de novembro de 2024.

Antes de compor a mesa, eu queria aqui dizer que é uma imensa satisfação recebê-las, todas que aqui estão, especialmente as que foram convidadas para virem fazer parte da mesa.

A gente vai ter dois momentos, porque a mesa ficou grande. Então vem primeiro uma parte; depois, a gente desfaz e convida as outras para também fazerem parte da mesa e usarem da palavra aqui.

Eu já queria aqui chamar a Senadora Jussara Lima, lá do Piauí, para vir compor a mesa. Com muita satisfação, venha para cá, minha querida amiga e grande Senadora do Piauí. (*Palmas.*)

Convido também a Embaixadora Márcia Loureiro, Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

E agora também a Embaixadora Vanessa Dolce de Faria, que também virá compor a nossa mesa. Mais uma vez agradeço. (*Palmas.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E também Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal. (Palmas.)

E quero informar que a Senadora Mara Gabrilli vai participar de forma remota. Muita satisfação também a ela.

E aqui, antes de passar a palavra para as nossas convidadas, eu gostaria aqui de, brevemente, ressaltar a importância desta audiência pública de hoje.

Quero também registrar a presença... Vou dizer às outras convidadas que a gente vai desfazer a mesa e convidá-las – certo? – para a gente poder ter aqui todas participando desta mesa principal.

Mas é com muita felicidade e com muita preocupação e também com determinação que a gente convocou esta audiência pública. Esta audiência pública, que faz parte desta Comissão Permanente Mista do Combate à Violência contra a Mulher – nós mulheres –, tem um objetivo...

Nosso Senador Flávio Arns, já quero convidá-lo aqui para a mesa.

Nós temos a cota de homem também, Senador. Dê-nos o prazer de sentar-se aqui. (Palmas.)

E agradeço também a disponibilidade de poder estar com a nossa Comissão hoje nesta audiência pública tão importante.

O nosso objetivo hoje é lançar a luz sobre uma questão que, embora pouco debatida, afeta profundamente a vida das mulheres brasileiras: a violência doméstica enfrentada no exterior. Segundo dados recentes, nós temos 4,9 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem no exterior. E o número de brasileiras que buscam apoio consular em casos de violência doméstica fora do país está crescendo, segundo o Ministério das Relações Exteriores. Isso revela um cenário de vulnerabilidade, agravado pela distância, pela barreira linguística e, muitas vezes, pela falta de redes de apoio.

Essas mulheres enfrentam situações extremamente desafiadoras; estão longe de suas famílias, em contextos culturais e jurídicos diferentes e frequentemente dependentes de seus agressores para questões básicas, como moradia e sustento. Muitas desconhecem os direitos que



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

possuem no país onde vivem e têm receio de procurar ajuda por temerem alguma represália ou deportação.

O tema que discutimos hoje não é apenas uma questão de violência, mas de direitos humanos e dignidade. É um problema que ultrapassa as fronteiras e exige uma articulação entre governos, organismos internacionais e a sociedade civil. O debate que realizamos aqui é fundamental para que possamos fortalecer a atuação do Brasil na proteção destas mulheres. Precisamos ampliar algumas ações que são feitas e as que ainda não foram realizadas. A violência contra nós mulheres é uma violação inaceitável, dentro ou fora do país. Esta reunião é um passo importante para reafirmarmos nosso compromisso com essas mulheres e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço a presença de todas e de todos os que estão aqui, especialistas, representantes de instituições e autoridades que hoje trarão contribuições valiosas a este debate. É somente por meio de diálogo e da união de esforços que poderemos avançar na busca de soluções efetivas.

Assim, verdadeiramente, eu declaro aberta esta nossa audiência pública, querendo aqui, mais uma vez, dizer e ressaltar a grande importância que é este debate hoje para que nós possamos fazer encaminhamentos, encaminhamentos verdadeiramente saindo da audiência pública, dessa escuta que faz parte também da nossa Comissão aqui do Senado, para que a gente possa levar proposições, seja para o Governo Federal, seja para o próprio Senado, seja com proposição de alguma lei específica. Isso tudo vai ser construído através desta audiência pública com tudo que a gente vai ouvir e coletar aqui das pessoas que vão fazer as apresentações.

E, como eu sempre quebro os protocolos, eu sempre vou deixar, sempre vou abrir a fala para alguém que possa contribuir que não tenha conseguido botar aqui o nome entre os convidados, acreditando que, numa audiência pública, a gente tem que ouvir o público. Então, eu estou aqui muito mais como mediadora e eu quero ouvir para a gente poder acertar, fazer uma ação de uma forma mais assertiva.

Antes de passar a palavra para as nossas convidadas e convidados, comunico que esta reunião também será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O relatório desta audiência pública, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até cinco minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem também perguntas ou comentários.

Dando início à nossa audiência pública, eu quero começar passando a palavra para nossa Senadora Jussara Lima, que também poderá usar os seus cinco minutos. Se achar necessário, pode usar até mais.

Senadora, pode começar.

A SRA. JUSSARA LIMA (PSD - PI. Para discursar.) – Boa tarde, cumprimentar a todos e a todas.

Prezadas Senadoras, prezados Senadores, estimados convidados e telespectadores, é lamentável que a violência contra nós mulheres seja um problema de tão largo alcance. De fato, a cultura arraigada da desigualdade de gênero ultrapassa as nossas fronteiras e demanda que as instituições brasileiras se equipem para proteger as brasileiras residentes no exterior.

Brasileiras têm sido vítimas nos Estados Unidos e na Europa. Saem do Brasil com o sonho de uma vida melhor e acabam por se defrontar com o pesadelo da violência doméstica. É uma situação ainda mais aflitiva, porque, não raro, estão longe de casa, longe de seus familiares, longe de seus compatriotas e privadas de qualquer apoio familiar e institucional.

Não há dúvida de que a situação pode ser ainda mais difícil. Por vezes, essas mulheres não dominam a língua do país para onde migraram, não têm conhecimento das leis desses países e frequentemente dependem financeiramente de seus agressores. Nessa situação, é preciso que se fortaleçam os instrumentos de parceria diplomática, a fim de criar uma ativa rede de proteção. As brasileiras devem ser contactadas periodicamente pelas delegações diplomáticas brasileiras, a fim de evitar ou de coibir situações de violência doméstica e patrimonial. O mais importante é acabar com a invisibilidade das brasileiras que migram, especialmente as mais vulneráveis economicamente. O esforço institucional do Governo brasileiro deve ser por estabelecer um



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

sistema de acompanhamento de forma respeitosa que impeça ou minimize os abusos de quem têm sido vítimas inúmeras compatriotas.

Os vários relatos de violência contra brasileiras no exterior devem nos estimular a buscar soluções pela progressiva conscientização e pela criação de sistemas de acompanhamento e de proteção nas embaixadas e nos consulados, em parceria com os Governos estrangeiros. É fundamental criar campanhas que combatam a violência contra nossas cidadãs vítimas de violência no exterior, e, ao mesmo tempo, estabelecer uma diretriz específica de cada política externa capaz de lhes garantir proteção, apoio e justiça onde quer que estejam.

Vamos trabalhar para que as brasileiras, tanto aqui em nosso país como em qualquer lugar do planeta, possam levar uma vida liberta de qualquer tipo de violência. Juntas somos mais fortes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Senadora Jussara, que nem usou os seus cinco minutos completos, não é? Foi bem compreensiva.

Dando continuidade, eu já quero passar a palavra para o Senador Flávio Arns, que aqui está, e já também registrar a importância de a gente ter nesses espaços e nesta Comissão – do combate à violência contra nós mulheres – também homens, porque a violência contra nós mulheres não é assunto só de mulher, é assunto da sociedade como um todo. Então, a gente fica feliz aqui em ter um Senador participando desta audiência pública.

Agora a palavra está com V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSB - PR. Para discursar.) – Agradeço, Senadora Augusta Brito.

Quero cumprimentar a Senadora Jussara Lima também, as pessoas que compõem a mesa – e essa mesa ampliada, como já foi dito também –, a todas e todos e também as pessoas que nos acompanham pelo Brasil.

E quero dizer que, de fato, a questão da dignidade, da cidadania, a luta contra a violência têm que ser um desafio e um trabalho de toda a sociedade: das mulheres, dos homens, das entidades, dos governos, para que o respeito, principalmente, impere em todas as relações humanas, particularmente na violência contra a mulher. É uma chaga que tem que ser enfrentada



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

por toda a sociedade. Promovermos a mulher, promovermos os mecanismos, os caminhos para que a mulher, como já foi dito, dependente econômica, enfraquecida, no exterior, sem apoio, mas no Brasil também... As mulheres procuram no Brasil o apoio importante e necessário e, em muitas ocasiões, eu diria que em boa parte delas, não encontram esse apoio necessário dentro de um clima, de um contexto adequado para, assim, colocar as dificuldades pelas quais a mulher vem passando. E as cenas que a gente observa pelos meios de comunicação em relação à violência são absolutamente absurdas. Então, a sociedade, todos nós temos que pensar juntos no que fazer.

No outro dia, tivemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a participação, até de forma emocionante, das mães que tiveram seus filhos ou filhas subtraídos da sua guarda e levados para o exterior, inclusive com, eu diria, a convivência das autoridades brasileiras – autoridades brasileiras –, particularmente – e o órgão não esteve presente na reunião – da Advocacia da União, advogando a favor dos estrangeiros – advogando a favor dos estrangeiros. E a mulher chegando na França, por exemplo, como foi dito, e passando ao longo do Rio Sena, tão lembrado em função das Olimpíadas, num camburão – num camburão –, sendo presa, inclusive.

E, a partir desses depoimentos e desses casos, vamos constituir um grupo, também na Comissão de Direitos Humanos, com Senadoras e Senadores, todos que desejem abordar esse assunto – a Senadora Damares Alves, a Senadora Mara Gabrilli, mas a Augusta Brito e a Jussara fazem parte também da Comissão de Direitos Humanos, que tem a Presidência do Senador Paulo Paim –, para que a gente possa abordar e questionar, porque o Ministério das Relações Exteriores, inclusive o Embaixador presente, disse: "Houve grave violação de direitos humanos no Brasil, extraditando brasileiros sem a devida análise mais adequada de toda a circunstância". Então, vamos dizer, isso é um problema que envolve as autoridades federais, estaduais, municipais, e, partindo do pressuposto...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PSB - PR) – ... do que o Embaixador falou, "grave violação", nós vamos levantar essa situação dessa violação de direitos humanos no passado, ver o presente e apontar os caminhos necessários para o futuro.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Só quero dizer que, até o final deste ano, eu presido a Comissão de Educação e Cultura, mas sempre faço parte desta Comissão, e seria muito importante termos a contribuição para os problemas atuais e apontar, pela educação, pela cultura, caminhos também que possam ser percorridos pela sociedade mais jovem, para que haja uma nova cultura, um novo pensamento de respeito, de dignidade, de diálogo, para o ser humano, de uma maneira geral, e, particularmente, na nossa discussão aqui, para a mulher.

Então, estamos à disposição, contem com a gente e vamos em frente.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Obrigada ao Senador Flávio Arns.

E agora, antes de passar para a nossa Embaixadora, temos também a palavra da nossa Senadora Mara Gabrilli, que está aqui de forma remota, já está podendo... Logo após a nossa Senadora Mara Gabrilli, que está de forma remota, aí a gente já chama aqui a nossa Embaixadora.

Senadora Mara Gabrilli, pode fazer o uso da sua palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas e a todos.

Quero muito cumprimentar a Senadora Augusta por essa iniciativa; cumprimentar a Senadora Jussara pelo envolvimento; o nosso Senador Arns, que hoje está fazendo parte da cota, com muita honra, companheiro de trabalho; cumprimentar a Embaixadora e a todos e a todas que estão participando desta audiência tão importante para a gente.

Quero agradecer também a presença dos convidados e convidadas que aí se encontram de forma remota também.

Queria dizer para vocês que, desde 2014, quando eu ainda era Deputada Federal, eu venho me dedicando a esse tema, sobretudo com o viés da aplicação da Convenção da Haia, porque às mulheres, por serem vítimas de agressão e abusos, o que acontece? Elas acabam por fugir com seus filhos da violência doméstica, para o exterior, geralmente, que é sobre o que a gente está falando. E aí a gente sabe da importância da Convenção da Haia sobre o sequestro internacional de criança.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas eu quero aqui colocar luz sobre os casos em que as mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em desespero, fugindo, se protegendo e protegendo seus próprios filhos da violência doméstica. E isso exige de nós, tanto do Parlamento brasileiro quanto dos demais Poderes, Executivo e Judiciário, uma urgência para que a gente consiga adequar o cumprimento da Convenção da Haia, no sentido de defender o elo mais vulnerável, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes brasileiros. Eles acabam sendo vítimas do quanto as mães são vítimas.

Já faz uma década que os casos dessas mães que fogem de um cotidiano de agressão e abusos cometidos por ex-maridos, ex-companheiros estrangeiros têm mobilizado todo o meu gabinete. A gente tem buscado oferecer para essas mães, para essas mulheres, que só querem se sentir protegidas, voltando ao seu país de origem e perto das suas crianças... E elas já sofrem com uma grande discriminação no país estrangeiro quando elas buscam por um auxílio das autoridades locais. E, no momento de denunciar a violência que elas sofrem, sem acolhimento, tampouco medidas protetivas nos outros países, depois de muitos sofrimentos, elas optam por fugir. Esse é o caminho. Em vez de elas encontrarem amparo ao voltarem ao Brasil, elas passam a ser consideradas criminosas, enfrentando processos judiciais extremamente violentos, nos quais são revitimizadas, e ainda sofrem com a busca, a apreensão e a repatriação de seus filhos.

Isso tem acontecido, e a gente recebe casos, Senadora Augusta, nos quais, por decisão da Justiça brasileira, as crianças, algumas bebês, algumas com deficiência, são retiradas de seus lares aqui no Brasil por policiais armados para serem devolvidas a ex-companheiro abusador. Isso tem sido recorrente.

E a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, que a gente chama de Convenção da Haia, foi criada em 1980, está em vigência internacional desde 1º de dezembro de 1983. E, no Brasil, ela está em vigor desde 1º de janeiro de 2000 – quando o nosso país aderiu ao tratado, com a aprovação do Congresso Nacional – e tem a premissa de impedir que as crianças e adolescentes sejam retirados de seus países, da resistência habitual, sem autorização de ambos os pais, de ambos os genitores ou de seu guardião legal. No entanto, aquilo a que a gente tem assistido é a proliferação de casos em que tal instrumento jurídico é utilizado por pais estrangeiros, a maioria com um longo histórico de violência e abuso, para continuarem a perseguir suas ex-companheiras, e até mesmo como arma de vingança contra inúmeras mães brasileiras.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, segundo dados da Conferência de Haia, para cada dez casos de sequestro internacional de crianças, pelo menos sete são contra mães migrantes que eram as principais cuidadoras de seus filhos. Isso significa milhares de mulheres acusadas de sequestrar seus próprios filhos, mas que, na realidade, são vítimas de homens violentos e abusadores.

Eu faço questão de citar os nomes de algumas brasileiras que foram vítimas de violência e que agora sofrem duplamente a continuidade dessa violência na luta pela guarda de seus filhos e no direito de protegê-los desses ex-companheiros abusadores.

E agradeço mais uma vez, Senadora Augusta, Senadora Jussara e Senador Arns, por aquela audiência, por esta e pelo envolvimento; e às outras Senadoras fica aqui meu agradecimento.

Olha, a Tunísia Viana de Carvalho, que é uma figura muito emblemática nessa luta, passou a ajudar muitas outras mulheres. Eu parabenizo a Tunisia, que foi o primeiro caso que chegou ao meu gabinete.

A Raquel Cantarelli: eu gostaria de pedir a vocês 15 segundos de pensamento pela Raquel. A Raquel está agora, exatamente neste momento, na audiência, para ver se ela consegue trazer as suas duas filhas de volta, que estão na Irlanda. E ela já faz muito tempo que está aqui sem as filhas, por conta de um marido abusador, inclusive de uma das filhas. E a Polícia Federal chegou à casa dela com uma arma, retirando as meninas. E agora está acontecendo essa audiência no STJ.

Então, eu peço a vocês um pensamento positivo para a Raquel Cantarelli, porque, depois da audiência, ela vai ao Senado contar para vocês – graças a Deus, se der tempo de ela pegar vocês ainda na audiência – o que aconteceu.

E há a Maria Clara, que obteve decisão para manter os três filhos no Brasil, e queriam levar inclusive o filho que tem deficiência, uma paralisia cerebral severa, evolutiva, que nem medicamento, nem centro de reabilitação na Colômbia teria para tratar esse garoto. O pai queria levá-los a qualquer custo, mesmo que o menino com deficiência ficasse desassistido.

Quero falar também da Teresa Nunes, que conheci na Suíça e foi presa, entendeu? E está lá, até hoje, lutando para conseguir ver a filha.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agora, eu queria falar da Damaris, que é uma notícia importante para a gente: ela acabou de chegar de Seul, com a filha dela, a Louise. Foi vítima de agressão tanto lá quanto aqui. Maltratada a filha pelo pai, estava sem ir à escola, e com dor de garganta, doente. E ela ficou três anos longe da filha.

Senadora Augusta, desculpa me estender, se eu estiver muito longa.

Só queria agradecer também – e parabenizar – às organizações como a Nós por Elas, o Gambe, a Revibra, que tanto tentam orientar essas mães pela atuação e apoio dessas mulheres, não é? E os serviços de acolhimento e conscientização que prestam são fundamentais. Muito obrigada.

E outra observação importante – eu vou terminar. O que está acontecendo é que, na Convenção de Haia, no Brasil, a gente ficou com a expressão errônea de sequestro internacional de crianças. E eu digo errônea, porque não se trata de sequestro como a gente conhece em nosso direito penal, que é ligado à subtração de pessoas com o objetivo de obter dinheiro ou vantagem financeira. E nesse caso a gente trata de um deslocamento ilegal da criança de seus pais ou da sua residência habitual. É diferente de sequestro. E o próprio Supremo Tribunal Federal reconhece que um ajuste na tradução do texto original da convenção para o português seria bem recebido e a gente poderia resolver essa questão. Nos países de língua portuguesa, às vezes, utiliza-se o termo abdução, que significa o traslado ilícito de uma criança do país; e, em outros termos, em outros países, o rapto. Mas a gente tem que mudar isso aqui no Brasil.

E, para terminar, só quero dizer que a gente tem algumas leis brasileiras, como a Maria da Penha, a Lei Brasileira de Inclusão e o ECA, que nos apoiam nessa questão, e eles são maiores que a Convenção da Haia. Então, é importante a gente tê-los no radar, na legislação, para que haja exceção ao retorno imediato da criança, quando evidenciada a prática de violência doméstica contra a mãe ou contra a criança.

E é exatamente isso que o PL 565, de 2022, de autoria da Deputada Celina Leão, traz, e do qual sou Relatora na CRE. Ele já foi aprovado na CDH, com o relatório da Senadora Ana Paula Lobato. Inclusive, aproveito para pedir o apoio de todos os Senadores para que possamos aprovar o quanto antes esse projeto nas Comissões ou no Plenário. E hoje não há como debater a Convenção da Haia sem trazer essa perspectiva das mães brasileiras migrantes que são vítimas



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de violência doméstica no exterior. E a comunidade jurídica tem sido lenta em reconhecer os danos causados às crianças pela exposição à violência doméstica.

E, para terminar, por fim, antes de encerrar o meu pronunciamento, eu queria dizer que muito nos preocupa a falta de reserva para assistência jurídica gratuita a essas mães agredidas e fugitivas, porque os genitores têm apoio da AGU, e as mães ficam ao deus-dará. Essas mães, sem recursos financeiros, não conseguem nem lutar pelos seus filhos. E a gente tem que conceder a essas mães suporte para que elas possam se defender em condições de igualdade com os genitores abusadores.

Então é isso. Só quero reafirmar meu compromisso com as medidas necessárias para que a gente consiga construir juntas e juntos um novo cenário de proteção para essas mães e para os seus filhos.

Ai, desculpe, Senadora, por me estender.

Muito obrigada e um beijo no coração de todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Que é isso, Senadora? É um prazer ouvi-la, até porque fala com tanta propriedade pelo que já vem defendendo aqui há algum tempo na Câmara de Deputados e agora aqui no Senado. E chega a nos emocionar, porque eu sou mãe de três filhos e, acredito, uma grande maioria aqui também deve ser mãe e sabemos, imaginamos o que é um sofrimento dessas mães – e ela aqui citou aqui a Raquel, que sabe que sua filha está sendo agredida e não tem o poder de pegar a posse da sua filha, de não ter a sua filha num local seguro, sabendo que onde ela está é totalmente inseguro e insalubre. Deve ser desesperador. Como uma mãe, eu vejo assim que realmente a gente tem que fazer mais, a gente está deixando muito a desejar em muitos pontos para que a gente possa restabelecer a segurança não só da mãe, da mulher, mas também dos filhos que estão envolvidos nessa situação.

Esta audiência pública é feita, de forma conjunta, com a Procuradoria Especial da Mulher, e aqui acaba de chegar também nossa Senadora Zenaide, que é a Procuradora Especial da Mulher aqui do Senado e vem fazendo um ótimo trabalho. Eu já queria aqui passar a fala para ela, que chega.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A gente resolveu, nós resolvemos nos unir, a Comissão e a Procuradoria, para fazer esta audiência aqui de uma forma, eu diria, muito determinada, mas, além disso, que a gente possa verdadeiramente fazer os encaminhamentos que saiam desta audiência pública.

Então agora Senadora Zenaide poderá fazer uso da palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Para discursar.) – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Primeiro eu quero aqui parabenizar a nossa Senadora Augusta. De repente, a gente vem numa luta tão grande combatendo a violência contra as mulheres brasileiras, e chamar atenção para mulheres brasileiras no exterior que sofrem violência é bem mais grave, porque é num país em que, na maioria das vezes, nem é a mesma língua e não se conhece ninguém.

Eu me preparei aqui, mas vou falar rapidamente e dizer o seguinte: quero aqui cumprimentar Jussara Lima, que é nossa Senadora, e Flávio Arns.

A gente tem que dizer que tem que ser eles por elas mesmo, isso não é um *apartheid*. E a gente sabe que não vai diminuir essa violência nem no nível nacional, nem no exterior, sem o apoio dos homens também, até porque os homens têm filhas, têm mãe, têm avó. Então isso tem que ser algo, nessa campanha Feminicídio Zero, com o apoio de todos.

Quero aqui cumprimentar a nossa querida Mara Gabrilli, que vem lutando por isso há algum tempo, e a Embaixadora Márcia Loureiro, Secretária de Comunidades Brasileiras no Exterior e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. Eu queria dizer, Embaixadora Márcia, que a senhora deve receber uma demanda daquelas que conseguem se comunicar, porque, no meu estado, teve um caso em que ela jogou um bilhetinho. Muitas vezes as mulheres vão achando que vão formar uma família num país, como a gente vê aqui, considerado de primeiro mundo, "civilizado", entre aspas, e a violência chega lá e é o contrário, é violência e exclusão – e a grande maioria sem direito nem a sair de casa, porque é para não ter a oportunidade de denunciar.

Cumprimento a Embaixadora Vanessa Dolce de Faria, Alta Representante para Temas de Gênero do Ministério das Relações Exteriores; Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, que é uma instituição, um equipamento que transcende tudo, porque a gente sabe que tudo é informação, dá visibilidade.

Veja que a gente aqui tinha conhecimento de que existia essa violência pelos casos isolados dos nossos estados. Aí vem uma audiência pública para falar sobre isso. O Brasil todo está vendo e isso serve até para prevenir outras mulheres que, quando vão se aventurar em outros países, têm que ter o mínimo de conhecimento disso aí, embora a gente saiba que a grande maioria vai apaixonada, querendo formar uma linda família, porque esse é um sonho que a gente não vai poder nunca tirar de ninguém. Mas, se o Brasil como um todo puder ter esse olhar e dizer que a violência não é só no Brasil, que os países considerados civilizados praticam violência contra mulheres, inclusive do Brasil...

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN) – Quero cumprimentar aqui Daniela Grelin, Diretora-Executiva do Instituto Natura, que tem nos apoiado em tudo; Luiza Brunet, ativista global; Judith Moura de Oliveira – eu não posso deixar de cumprimentar, viu, Augusta? –, Cônsul Honorária do Brasil em Trieste; Aline Guida, assistente jurídica.

Mas eu queria dizer aqui o seguinte, como Procuradora Especial da Mulher: a gente vem nessa luta contínua aqui no Brasil. Agora a gente achou que tinha um ganho quando a gente usou a estatística da saúde, o DataSenado com o observatório, mas a estatística do jurídico e mais a estatística da segurança, porque eu sempre disse que tem esse viés... Eu, médica, trabalhei anos em serviço de urgência e digo às senhoras: nunca trabalhei num plantão de final de semana em que não chegaram mulheres agredidas, e, normalmente, os seus filhos também, porque os filhos querem tomar as dores das mães. Então aquelas mulheres tinham uma estatística na saúde, já que a grande maioria se recusava a prestar queixa na polícia porque dependia economicamente do seu agressor. É aquela história: dormindo com o inimigo, o seu inimigo.

E quero dizer o seguinte: o que a gente observou? A gente juntou essas três estatísticas e graças... A gente achou que tinha sido um avanço; de repente, essa violência contra mulheres em países no exterior acordou a gente que tem outra estatística para a qual a gente vai ter que nos unir. Mas eu queria dizer o seguinte: por que é que eu batalho muito na Procuradoria da Mulher? Sei que a gente tem que combater a violência, mas a gente sabe do diagnóstico e sabe o que a



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

gente pode fazer para pelo menos diminuir, não chegar a zero, isso se chama o empoderamento das mulheres, queria dizer aqui a todos que estão me assistindo. A grande maioria não prestava queixa porque depende economicamente do seu inimigo ou do seu algoz.

Então eu queria dizer o seguinte: a luta de nós todas aqui, Augusta, é incluir a luta contra a violência doméstica no orçamento, porque, se a gente não incluir, nós não vamos nunca chegar lá. (Palmas.)

E digo mais: essa história de dizer que não tem recursos... Tem sim, gente. Renúncias fiscais deste país são mais de R\$500 bilhões. Por isso é que, quando se fala, meu amigo Flávio Arns, de fazer ajuste fiscal, que a grande mídia também adora, porque a gente sabe que ninguém aqui é contra você ter responsabilidade fiscal, por que vamos cortar dos gastos primários: saúde, educação, assistência social e segurança pública? É uma pergunta que não quer calar. E digo mais: nós Congressistas temos que ter responsabilidade fiscal. Não tem uma semana, meninas que são minhas colegas Senadoras, em que não tenha projetos de renúncias fiscais bilionárias. Tirado de onde, gente? Alguém tem que pagar imposto. Os trabalhadores, seja do serviço público ou privado, já pagam seus impostos normalmente.

Soube um dado aqui, porque meu amigo Flávio Arns esteve no Rio de Janeiro, na conferência lá, e foi mostrado o seguinte – eu vou para a educação, porque na verdade tudo parte da educação –: que o Brasil gasta em educação 4% do PIB, mas as renúncias fiscais já são 7% do PIB deste país. Então nós mulheres temos que dar visibilidade a isso. Não podemos deixar, mulheres e homens, que só o Poder Executivo fique com essa responsabilidade. Vamos impedir.

Eu vou já pedir aqui o apoio, Augusta, Jussara e Flávio Arns.

Nós estamos com o Projeto de Lei 596, de 2023, que faz uma renúncia fiscal de 15 anos de grandes empresas que deixaram de pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Eu não estou falando aqui de empresas que devem e que a gente tem que fazer aqueles Refis para não ter perda de emprego. Essas empresas tiveram lucro líquido e preferiram judicializar, deixar – como o imposto é federal, mas é para a saúde e para a educação – no Tesouro Nacional, sendo remuneradas com a taxa Selic, a pagar um imposto, mesmo sabendo que esse imposto vai salvar milhares de mulheres, homens e crianças deste país de mortes evitáveis.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então nós temos essa luta. Sem colocarmos a defesa da violência contra a mulher, ou a defesa da saúde da mulher, ou dos direitos das mulheres no orçamento...

Vamos criar leis maravilhosas e estamos fazendo o nosso papel. Eu quero parabenizar uma audiência pública dessas, gente. Milhares, milhões de brasileiros estão nos assistindo, e isso é dar visibilidade. Ninguém empodera mais mulheres neste país do que uma informação correta. (Palmas.)

Então a luta desta Comissão e da Procuradoria da Mulher, porque eu disse que vou para isso aí, mas vou também para o empoderamento... Vamos colocar nossas mulheres, vamos convencer nossas mulheres de que, se elas não estiverem aqui, vai ser muito mais difícil.

Olhando aqui para vocês todas, vamos nos candidatar, sim. E a gente tem que ter esse poder de convencimento. Todas nós ouvimos, e algumas dizem assim: "Dra. Zenaide, eu não tenho nada a ver com política". Aí eu digo: "Que maravilha! Você não tem nada a ver com quem define o seu salário, que é o Congresso Nacional, quantas horas você vai trabalhar, com que idade você vai se aposentar?". Vocês acham que, se a gente tivesse aqui 30% do Congresso Nacional, teriam aumentado mais sete anos de trabalho para nós mulheres, mesmo o mundo e o Brasil sabendo que, independentemente do que nós somos ou o que exercemos, nós temos nossa família, nosso esposo, nossos filhos e nossos netos? Claro que não! E, se isso não convencer, vamos lembrar que é o Congresso Nacional que define o orçamento da educação pública, o orçamento da saúde pública e da segurança pública. Então passa pela política, passa pelo Poder Judiciário.

Lembro aqui que responsabilidade fiscal... Não vão dizer que a Senadora Zenaide é irresponsável fiscalmente, mas eu acho que a gente tem que ter uma luta árdua porque a gente vê uma tendência à quase escravidão das pessoas que trabalham neste país, mesmo a gente sabendo que quem gera riqueza é o trabalhador. E vemos também agressões grandes à vida, com as pessoas considerando que alguém, quando morre, é como se fosse normal. Mataram uma mulher? É uma mais.

Eu queria dizer aos senhores o que eu sempre digo: trabalhei como plantonista no Onofre Lopes com pessoas em fase terminal, e a gente ficava ali, eu e a equipe de enfermagem, segurando muitas vezes, para eles se despedirem dos seus familiares.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, a vida é importante. E para a gente defender a vida, nós temos que colocar nossas mulheres, nossos homens, nossas crianças no orçamento desse país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Obrigada, nossa Senadora e Procuradora Especial da Mulher, Senadora Zenaide, que tão bem falou o que a gente vem fazendo aqui.

E quero só dizer que esta Comissão também faz proposições para o Orçamento. No ano passado, a gente teve uma luta muito grande para aumentar a questão do orçamento realmente no combate à violência contra as mulheres. Eu pedi aqui a relação, porque várias Senadoras apresentaram emendas, Deputadas também.

E quero registrar a presença da Deputada que está aqui – seja bem-vinda –, nossa Deputada que faz parte também desta Comissão Mista, a Deputada Katarina, Delegada Katarina e também da Vereadora Kath Anne, de Fortim, no Ceará, que aqui está. Seja bem-vinda. Mulheres de luta, mulheres na política.

Como eu estava dizendo, a gente já vem com uma luta muito grande para conseguir aumentar o orçamento. Nós ficamos, na Comissão de Orçamento, de que eu participava no ano passado, defendendo que a gente conseguisse aumentar o orçamento que a gente conseguiu aprovar para esta Comissão. Infelizmente, a gente não conseguiu muita coisa, mas conseguimos alguma coisa. Algumas emendas que foram propostas aqui, e volto a dizer: para a Casa da Mulher Brasileira, nós apresentamos aí cerca de 1,3 milhão para que a gente pudesse ajudar nas construções de estados que ainda não têm essa casa; nós conseguimos também políticas de prevenção e acesso à justiça com 700 mil; igualdade de direitos e autonomia econômica, que é o que a gente vem falando que realmente dá esse empoderamento...

Nós temos um dado no Estado do Ceará de que 65% das mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar voltam a morar com seu agressor pela dependência financeira, então é um dado muito alto, e a gente sabe que, se é para morrer de fome ou ver um filho morrendo de fome, ela prefere se submeter a qualquer tipo de violência. Isso é muito doloroso. E conseguimos aqui...



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero dizer que não chegou, pelo que eu vejo, a mais de 5 milhões. E a gente vê várias Comissões aqui do Senado – nosso Presidente da Comissão de Educação sabe –, com orçamentos, vamos dizer assim, bilionários. A gente queria tirar, a proposta era tirar um pouquinho de uma, tirar um pouquinho de outra e botar aqui, mas infelizmente o que nós conseguimos foi só isso, que nós sabemos que é muito pouco, é inferior realmente à nossa grande necessidade, por isso que a gente fica aqui sempre falando e brigando: a gente tem que ter orçamento.

Não adianta ter a melhor lei, reconhecida mundialmente, uma das terceiras melhores leis em relação ao combate à violência doméstica e familiar, a Lei Maria da Penha, se a gente efetivamente não puder botar em prática todos os seus artigos, e para isso também precisa de orçamento. Não se faz política pública sem orçamento, é exatamente isso que a gente pensa, e briga e luta para conseguir ampliar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Eu queria quebrar o protocolo quando você terminar.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Com certeza.

Por isso que eu estou dizendo que é importante esta Comissão funcionar, porque através dela a gente também junta forças e vai brigar por questões que vão fazer diferença na vida de tantas outras mulheres que não as nossas – também as nossas, mas de tantas outras mulheres que não têm a mesma oportunidade.

E agora...

Você quer quebrar o protocolo? Vou quebrar, mas já começa... (*Risos.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Eu quero pedir aqui o apoio de todos os Senadores. Nós estamos com o Projeto de Lei 5.393 na Comissão de Constituição... 3.595 – é porque é tanta lei, gente; eu sou médica, para remédios eu já tenho os diagnósticos todos, agora são as leis; PL 3.595, viu, Augusta e todas que estão nos assistindo? –, que institui que, no mínimo, 5% daqueles empregos terceirizados contratados pela administração pública federal, seja da administração direta, seja da autarquia, sejam destinados para mulheres vítimas de violência. E não pense que está fácil, viu, Flávio? É dele, o projeto de lei é dele! Eu estou lá, e já foi tirado de pauta duas vezes, só para mostrarem a dificuldade. Isso não onera ninguém. Se você sente... Dos seus trabalhadores, se você entrou naquela concorrência terceirizada do Governo Federal, que no mínimo 5% sejam



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

mulheres vítimas de violência conforme a formação delas. A gente não está aqui pedindo que uma pessoa que seja técnica de enfermagem vá ficar contratada como médica, porque a gente sabe que, depois da terceirização plena, nós temos pessoas terceirizadas. E do Governo Federal... PL 3.595. E quero aproveitar, meninas: toda vida que tiverem um microfone, peçam o apoio para a gente aprovar!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Com certeza, até porque eu fui autora também, no Estado do Ceará, de uma mesma lei. Eu já votei, já estudei a lei do Senador. E lá já conseguimos aprovar, sancionada pelo Governador. Mesmo assim, para que ela seja efetivada de fato, a gente tem que estar monitorando diariamente para ver se a gente garante essa cota, que já foi aprovada lá no Estado do Ceará. Mas é assim, sempre com muita luta.

E agora, sem quebrar protocolo, eu vou ter que passar aqui para a nossa Embaixadora Vanessa, que vai iniciar, e, logo depois, para a Embaixadora Márcia. Fizeram aqui para uma complementar a outra. Terão o tempo aí que acharem necessário. Obrigada pela compreensão.

A SRA. VANESSA DOLCE DE FARIA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos!

Começo cumprimentando Senadora Augusta Brito, Presidente da Comissão, que nos fez o convite; Senadora Jussara Lima; Senadora Mara Gabrilli, que nos acompanha; Senadora Zenaide Maia, que teve que se retirar; Senador Flávio Arns; Deputada, Vereadora, também aqui presentes; Embaixadora Márcia Loureiro, que é a nossa Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty; Sra. Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; Sra. Maria Teresa Prado; todas as colaboradoras e todos os colaboradores que contribuem para o Observatório da Mulher contra a Violência aqui do Senado e para o Mapa Nacional da Violência de Gênero; especialistas representantes da sociedade civil, com quem vamos compartilhar essa tarde de debates; Sra. Daniela Grelin; Sra. Luiza Brunet; Sra. Judith Moura de Oliveira; Sra. Aline Guida, da Revibra; senhoras e senhores, público que nos acompanha *online*, agradeço o convite.

Para nós do Itamaraty é sempre uma honra ter a possibilidade de vir aqui nesta Casa conversar com os representantes eleitos pelo povo brasileiro – também com representantes da sociedade –, e dar conhecimento do nosso trabalho, que é afinal um trabalho público.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Gostaria de começar os meus poucos minutos enfatizando que o tema que nos une hoje, que é a situação da violência vivida pelas brasileiras no exterior, é um tema com o qual trabalhamos não apenas os diplomatas brasileiros no exterior, mas também as outras carreiras que integram o Serviço Exterior Brasileiro e que estão na linha de frente ao lidar com as vítimas de violência. Os oficiais, as oficiais de chancelaria, e os assistentes, as assistentes de chancelaria são os vice-cônsules nos Consulados que lidam diariamente com essa situação que hoje nos traz aqui. A Embaixadora Márcia tem uma longa experiência em consulado. O último posto dela foi chefiando o Consulado do Brasil em Los Angeles. O meu último posto também foi no Consulado, como Cônsul-Geral Adjunta do Consulado em Barcelona. Então, estamos aqui duas diplomatas que fomos atravessadas diretamente por essa questão. Por isso, muito nos honra podermos estar aqui hoje representando o Itamaraty para essa conversa com vocês.

Na minha exposição, vou falar brevemente dos principais instrumentos internacionais – muito brevemente, é impossível exaurir em poucos minutos –, mas vou trazer aqui ao conhecimento e ao debate, porque eles amparam essa discussão específica sobre a qual a minha colega, Embaixadora Márcia, que é a especialista nossa no Itamaraty, vai se aprofundar mais.

Gostaria de começar recordando a simbologia de fazermos, Senadora, esta audiência hoje, no dia 26 de novembro, porque ontem, dia 25, foi uma data importante no cenário internacional. Há 25 anos, a ONU instituiu o dia 25 de novembro como um dia que dá início a uma mobilização no mundo todo contra a violência às mulheres. Este ano a campanha das Nações Unidas tem um lema específico, que é "Rumo a Pequim+30: Una-se pelo fim da violência contra as mulheres", com foco especial no feminicídio.

Em 2025, no ano que vem, vamos comemorar justamente 30 anos da Conferência Mundial sobre a Mulher, que foi uma das grandes conferências da ONU, na década de 90, realizada em Pequim, na China.

Nessa conferência, foi adotada uma declaração e uma plataforma de ação.

(Soa a campainha.)

A SRA. VANESSA DOLCE DE FARIA – Em ambos os documentos, a questão da violência de gênero e da violência doméstica é muito importante e muito ressaltada. Há também a questão,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que eu queria trazer à tona, da transversalidade do tema de gênero em todas as políticas públicas e também em toda a agenda internacional.

Nesse sentido, quero saudar... É um tema de que certamente a minha colega, Embaixadora Márcia, vai falar mais, que é a questão da nossa integração com dados, pela primeira vez, do Itamaraty, ao Mapa Nacional da Violência de Gênero. Essas estatísticas vão ser essenciais para uma análise aprofundada, também por parte do Itamaraty, dos problemas desagregados e do desenvolvimento de todas as nossas políticas públicas.

Eu tenho quantos minutos? Quando toca esse sinal aqui já acabou?

Só para eu saber se...

Não, eu obedeço...

Não vou demorar muito, mas acho que é importante entrar em alguns instrumentos internacionais.

No Brasil, podemos e devemos nos orgulhar disso, somos signatários dos principais compromissos internacionais e regionais sobre os direitos das mulheres, onde o tema da violência, que é o que nos une hoje, está presente em diversas dimensões e eu vou ressaltar alguns.

Em primeiro lugar, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), que é de 1979 e tem um protocolo adicional, de 1999, mencionando que o Brasil passou este ano por um processo de revisão junto ao Comitê de Peritos da CEDAW. Fazia muitos anos – acho que 12 anos – que a gente não passava por esse processo. Há a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que é a Convenção de Belém, de 1994, que está cumprindo 30 anos. Conforme eu já mencionei, há a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim; a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui o objetivo específico de Igualdade de Gênero (ODS 5) e também a perspectiva transversal do tema de gênero; e as Declarações das Conferências Regionais sobre Mulheres na América Latina e no Caribe, da Cepal, que há 45 anos constitui o principal fórum intergovernamental da ONU, na nossa região, para tratar dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Há duas comissões que eu acho muito importante ressaltar. Há a já mencionada Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher. Essa comissão se reúne uma vez por ano, geralmente em março, e é o segundo maior evento das Nações Unidas, depois da Assembleia Geral, que se reúne normalmente em setembro. E há a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos, que orienta os padrões gerais nas Américas.

Nos últimos 20 anos pelo menos, os temas de gênero têm ganhado proeminência nas políticas externas de todos os países, eu diria. Deixou de constituir um tema específico de política exterior e se tornou um eixo transversal que atravessa todas as discussões de relações internacionais, como, por exemplo, o clima – nós temos, diante de nós, o desafio da COP 30 e nós vamos fazer essa discussão sobre gênero e clima –; cooperação internacional; enfoques diferenciados para mulheres e meninas nos conflitos internacionais; crises humanitárias; desastres naturais; e assistência consular também.

Essa perspectiva transversal, a consciência da importância dela, levou também à criação do cargo de Alta Representante para Temas de Gênero – que eu, ora, ocupo –, com o objetivo de dar transversalidade de gênero, de possibilitar a transversalidade, de dar impulso a todas as áreas da política externa. E nós conseguimos refletir esse objetivo específico de política exterior no Plano Plurianual 2024-2027.

Nessa visão, que é, portanto, sempre transversal, nós defendemos que a busca por igualdade de gênero está diretamente relacionada à defesa da igualdade racial. Nós sabemos que as mulheres negras são, entre nós, as maiores vítimas de todas as violências e discriminações. As mulheres indígenas e mulheres com deficiências, entre todas as outras interseccionalidades, sofrem os impactos das violências de maneira específica. E nós, Brasil, buscamos refletir as chamadas interseccionalidades, que são essas especificidades, no plano externo. Nós dizemos, inclusive, que a busca pelo ODS 5, hoje, não pode se separar do ODS 18, que é o ODS que nós adotamos voluntariamente de promoção da igualdade racial.

E, agora, já encerrando, eu gostaria de muito brevemente comentar com vocês algo que eu acho que é importante, tem a ver muito com a fala da Senadora que me antecedeu, que é a junção da agenda de violência com o empoderamento das mulheres, especialmente o empoderamento



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

econômico, trazendo aqui um pouquinho da minha experiência ao acompanhar o Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres do G20.

Esse grupo foi criado pela Presidência da Índia no ano passado. Quando a Presidência foi passada para o Brasil, nós assumimos o desafio de organizar, pela primeira vez, essas discussões. Essas discussões foram capitaneadas pelo Ministério das Mulheres, com a ajuda do Itamaraty, e foram feitas em torno de três eixos. Um deles foi a violência de gênero, mas também gênero e ação climática, e a questão da igualdade.

O grupo de trabalho conseguiu, no final de um ano de negociações muito difíceis, elevar para declaração ministerial um parágrafo específico, ou seja, houve consenso entre as 20 maiores economias do mundo de que deveria haver uma menção específica sobre a importância da igualdade de gênero e a questão do empoderamento econômico das mulheres. Foi um esforço muito grande do Brasil também buscar que esses temas fossem trabalhados nesse grupo específico, mas também de maneira transversal. Essas discussões perpassaram muitos outros grupos, mas não vou poder me alongar muito sobre isso.

Eu gostaria de passar a palavra, então, para a Embaixadora Márcia, que vai poder entrar mais nos temas que nos unem hoje, mais detidamente, sobre a violência que sofrem as mulheres no exterior.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Embaixadora Márcia, agora nos dê o prazer de ouvi-la.

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Augusta Brito, Presidente desta Comissão e que abre espaço aqui na Comissão para debater as políticas voltadas para as brasileiras no exterior que atravessam, ou já atravessaram e superaram, situações de violência.

Exmos. Srs. Senador Flávio Arns; Senadora Jussara Lima; Senadora Mara Gabrilli, que nos acompanha remotamente – e tomei boa nota das suas observações, Senadora, sobre a Convenção da Haia e os avanços que precisamos promover no âmbito da Comissão.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero registrar aqui o importante trabalho da minha colega, a Embaixadora Vanessa Dolce de Faria, a primeira diplomata designada para ocupar o cargo de Alta Representante para Temas de Gênero, uma designação do Ministro Mauro Vieira, e portanto, como ela disse, transversalizar essa perspectiva na política externa brasileira.

Gostaria de fazer um agradecimento às Sras. Elga Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, e Maria Teresa Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência, desta Casa.

O Mapa Nacional da Violência de Gênero tem sido realmente um instrumento essencial para melhor compreendermos esse problema, e é motivo de orgulho para nós, pelo reconhecimento internacional que ele tem recebido. A partir deste ano, pela primeira vez, o Itamaraty está compartilhando com o Observatório da Mulher contra a Violência os dados estatísticos sobre os casos no exterior, colhidos pela nossa rede de 186 postos consulares, e o mapa então passa a incluir também as brasileiras – quase 3 milhões – que residem fora do país.

Eu gostaria, Presidente, de aproveitar para compartilhar algumas informações sobre a política consular e as nossas comunidades no exterior, e com isso eu espero já responder a algumas das perguntas que eu pude ver no Portal e-Cidadania, do Senado.

Atualmente nós estimamos em quase 5 milhões o número de brasileiros fora do país, incluindo desde imigrantes recentes até descendentes de segunda, terceira geração. Eles têm um perfil socioeconômico muito diversificado e, portanto, necessidades, demandas também muito variadas.

Em geral, os cidadãos brasileiros são vistos como trabalhadores dinâmicos, bem integrados aos países de destino. E eu considero necessário fazer aqui esse registro sobre a contribuição dos imigrantes, não só os brasileiros, às sociedades que os acolhem, em contraponto a manifestações negativas que infelizmente nós temos presenciado em diferentes partes do mundo.

No ano passado, a nossa rede consular atendeu cerca de 79 mil pessoas, realizou 223 repatriações individuais. No momento, nós estamos fazendo uma operação de repatriação coletiva a partir do Líbano, como fizemos em 2023 também a partir de Gaza e de Israel. Com o voo que decolou hoje de Beirute, já são quase 3 mil pessoas, Presidente, resgatadas do Líbano.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bem, a rede consular dá uma atenção especial àqueles que são mais suscetíveis a violações de direitos: às mulheres, objeto da nossa audiência hoje aqui, aos menores, a pessoas com deficiência, a pessoas LGBTQIA+, e àqueles que sofrem discriminação racial. E alguns fatores, como já foi comentado aqui, acentuam as situações de vulnerabilidade: falta de domínio do idioma, distância da família, diferenças culturais, não é?

E aproveito, já respondendo uma das perguntas que eu vi no portal sobre o perfil das mulheres que enfrentam violência doméstica, não há um perfil. Qualquer mulher pode se ver numa situação de violência.

Bem, parte do nosso esforço é capacitar devidamente os agentes consulares, e isso é feito através de cursos de formação, de treinamento. Em resposta a uma outra pergunta, nós adotamos, sim, protocolos padrão de atendimento em casos de violência de gênero e de tráfico de pessoas. São protocolos em linha com as mais modernas práticas internacionais. Os funcionários são devidamente treinados para realizar entrevistas de caráter humanizado, não intrusivo, evitando a revitimização, e aí eles procuram avaliar as necessidades de assistência e sempre, muito importante, preservando os dados pessoais, porque esse é um cuidado que temos que ter, inclusive em função da legislação brasileira. Então, encaminham as mulheres para as autoridades policiais, para as instituições locais de apoio, ou iniciam um processo de repatriação em muitos casos.

Boa parte da rede consular oferece atendimento psicológico e jurídico. São contratos firmados com profissionais locais para atendimento em português, e os advogados – esse é um esclarecimento importante –, embora não possam representar as pessoas nos tribunais, eles podem sempre prestar orientações preliminares, apontar um caminho, um encaminhamento que aquela pessoa deve tomar.

Respondendo à outra pergunta, os consulados trabalham também em parceria com autoridades locais, com associações da comunidade, com organizações não governamentais sérias, que fazem um trabalho reconhecido – a Revibra é uma delas. Com a Revibra, nós trabalhamos muito essa questão do apoio às mães no contexto da Convenção da Haia. E outro exemplo disso é o projeto Quebrando o Silêncio, uma iniciativa não do consulado, mas do Conselho de Cidadãos na cidade de Hamamatsu, no Japão, com o apoio, sim, do nosso consulado



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

lá, que é muito ativo, e também da polícia provincial. Aliás, eu estou informada de que integrantes do Conselho de Cidadãos em Hamamatsu nos acompanham hoje remotamente também.

Nesse nosso trabalho, a prevenção é uma parte essencial. Então, nós lançamos, no início deste ano, a cartilha de "Prevenção de Violências contra Mulheres Brasileiras no Exterior", que foi elaborada em conjunto com o Ministério das Mulheres; e, em junho último, publicamos a cartilha "Subtração Internacional de Crianças", e isso foi feito com a colaboração do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Revibra Europa. E alguns consulados lançam publicações próprias. Hamamatsu dá mais um exemplo, com uma cartilha específica sobre violência contra a mulher a partir da realidade local no Japão.

Das perguntas que eu vi no portal, talvez a pergunta de maior importância prática é sobre como as mulheres em situação de violência ou os seus familiares aqui no Brasil podem acionar os consulados, se existe uma linha direta. E a resposta é sim. O Disque 180 está disponível no Brasil e também é acessível no exterior; os consulados todos têm telefones de plantão; e, no Brasil, um parente ou um amigo podem telefonar ou mandar mensagem para a Divisão de Assistência Consular do Itamaraty – e eu aproveito para deixar o telefone: o código de área 61, Brasília, 20308003. Então, tanto as vítimas – eu não gosto da palavra "vítima" –, as pessoas que estão em uma situação de violência doméstica ou seus parentes ou amigos no Brasil que queiram ajudar têm essas três formas de chegar até nós e transmitir as suas preocupações.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO – O telefone?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO – O telefone de plantão da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty é 20308003.

Pois bem, em 2017, o Itamaraty identificou a necessidade de criar, nos postos, um espaço especificamente voltado para acolher a mulher, e assim surgiu o primeiro Espaço da Mulher Brasileira no exterior, no Consulado-Geral do Brasil em Boston, sob a chefia da Embaixadora Glivânia Oliveira, nossa atual Embaixadora em Caracas. Quem idealizou o projeto dos Espaços da



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mulher Brasileira, os EMUBs, como nós chamamos, foi a Embaixadora Luiza Lopes, que estava então à frente do Departamento Consular do ministério.

E aqui eu abro um parêntese para dizer que essa inovação, a criação dos Espaços da Mulher Brasileira, ilustra muito bem, a meu ver, a importância de termos mulheres em espaços de liderança, trazendo novos olhares, novas vozes na formulação das políticas de Governo.

Hoje, com sete EMUBs já existentes, que são Bruxelas, Buenos Aires, Madrid, Miami, Boston, Londres e Nova York, nós já cobrimos uma área, uma região onde há 850 mil brasileiras, estimadamente. São várias frentes de atuação dos EMUBs: orientação jurídica, desenvolvimento profissional, que é essencial para se romper o ciclo do abuso, da violência, da dependência econômica, também um problema mencionado aqui. Os EMUBs também trabalham elaborando estatísticas e estudos, entre outras atividades.

E eu gostaria, a propósito, de expressar o agradecimento do Itamaraty pelas emendas parlamentares que temos recebido da Senadora Mara Gabrilli e de várias Deputadas Federais para manter essa iniciativa de abertura e funcionamento desses Espaços da Mulher Brasileira.

E eu volto a assinalar como a participação feminina nos espaços de liderança – aqui, neste caso, o Congresso Nacional – faz diferença e traz resultados. (*Palmas.*)

A continuidade dessas emendas permitirá a abertura de novos espaços em 2025, e a nossa meta é alcançar uma região que cubra mais de 1 milhão de mulheres brasileiras no exterior.

É nesse amplo panorama da assistência aos brasileiros no exterior que entra a contribuição do Itamaraty para o mapa, mapa esse que é reconhecido pela sua qualidade e pela sua eficácia. Então, a contribuição nossa, do Ministério das Relações Exteriores, se encaixa nesse conjunto das prioridades que nós procuramos desenvolver, e é por isso que nós pretendemos levar adiante a nossa cooperação com o Observatório da Mulher contra a Violência, repassando os dados coletados pelos consulados – novamente, frisando, observadas as garantias de proteção dos dados pessoais –, para tornar o mapa cada vez mais abrangente e mais útil como uma ferramenta de conhecimento e de formulação de políticas. (*Palmas.*)

Então, Presidente, já concluindo, eu quero apenas dizer que, lá na Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos, as portas minhas e de toda a nossa



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

equipe estão permanentemente abertas ao Parlamento e à sociedade, porque nós temos plena consciência da contribuição importante que esses atores nos dão na formulação, na implementação da nossa política consular.

Muito obrigada mais uma vez pela oportunidade de diálogo e parabéns ao Senado Federal e a todas as pessoas que se dedicam a fortalecer essa pauta da proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada.

Nós agradecemos tanto à Embaixadora Vanessa como à Embaixadora Márcia, que expuseram, falaram e deram aqui algumas respostas, já antecipando as perguntas que estão sendo encaminhadas.

Eu queria aqui dar continuidade à mesa...

Queria registrar a presença de nossa Senadora Leila. Seja bem-vinda, sempre atuante, presente também nesta Comissão. Apesar da correria – a gente sabe que todas têm várias Comissões e tarefas –, a gente procura sempre estar presente nesses momentos especiais.

Convido agora, para fazer uso da palavra, a Senhora Elga Mara, que é Diretora da Secretaria de Transparência aqui do Senado. (*Palmas.*)

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Senadora Augusta, muito obrigada; a Senadora Jussara; o Senador Flávio; a Senadora Leila; a Senadora Mara; a Embaixadora Márcia; a Embaixadora Vanessa; a Maria Teresa, Coordenadora do observatório, minha colega de trabalho; a Daniela, do Instituto Natura; a Luiza Brunet; a Judith; a Aline e todos os presentes.

Eu sou Elga Lopes, sou jornalista e advogada de formação, servidora pública – hoje descubro que por vocação – e Diretora responsável por dois órgãos muito importantes no combate à violência contra a mulher, que é o DataSenado, e dele se originou o Observatório da Mulher contra a Violência. Esses órgãos têm entregado ao país, ao longo de 20 anos, a pesquisa mais consistente e robusta sobre o tema, e essa foi uma pesquisa... A partir da pesquisa, a Senadora à



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

época Simone Tebet propôs ao Senado a criação do observatório, para que houvesse na Casa um grupo especializado, focado nos dados sobre violência de gênero. Nesses dois órgãos, dos quais eu me orgulho de ser fundadora, com um grupo de servidores, neste ano, em dezembro, a gente está completando 20 anos de trabalho, e eu vou aproveitar esta audiência, esses meus cinco minutos de microfone para fazer essa celebração já, já.

O mapa da violência foi um trabalho feito em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio dos Senadores, que eu agradeço muitíssimo, sobretudo da Bancada Feminina; com o apoio do Instituto Avon, agora Instituto Natura, que injetou no nosso setor e no nosso trabalho muito estímulo, muito apoio, uma parceria consistente ao longo dos últimos anos que gerou o mapa da violência.

E esse trabalho, essa nova entrega que a gente faz, de inserção no mapa dos casos de violência contra brasileiras no exterior, foi uma proposta da nossa liderança, sempre inspiradora, Luiza Brunet, que aqui esteve no ano passado e nos instigou a incluir esses dados no mapa. Quem recebeu a provocação foi Maria Teresa, a Coordenadora, que, ao longo do último ano, tem lutado para chegarmos a este momento e entregarmos o resultado.

Eu acho superimportante falar dessa parceria, porque a gente vem trabalhando nos últimos anos com a iniciativa privada, com as fundações, com a sociedade civil organizada, com as lideranças, porque a gente sabe que há muito o Estado brasileiro não é capaz, sozinho, de entregar respostas às demandas e às necessidades da população – sozinho. A dicotomia antiga entre governo e mercado acabou. Todos estão dando as mãos, é a forma moderna, contemporânea de encontrar soluções. A própria ONU preconiza, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, que isso seja feito, e a gente tem muito orgulho de já trabalhar assim há alguns anos.

Então, quero agradecer a esses parceiros, a esses atores tão importantes que estão aqui neste momento e estiveram ao longo da construção do mapa de violência.

Não é por acaso que, em dezembro de 2004, nós apresentamos ao Senado o projeto de criação de um instituto de pesquisa, porque eu já vinha da iniciativa privada, como pesquisadora, e já existiam servidores que mergulhavam na opinião pública para estudá-la e entregar aos Senadores o que pensava o coletivo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Soa a campainha.)

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Já? (Risos.) Meu Deus, 20 anos em cinco minutos!

E, ontem, quando a gente estava se preparando para vir aqui, uma colega querida que está aqui também, a Socorro, disse: "Elga, chegaram as fotos, de 2004, da fundação do DataSenado". Eu olhei... Eu estava linda nas fotos, jovem, sonhadora, idealista, achando que ia fazer a diferença. E me deu uma saudade... Eu disse: "Meu Deus, como eu envelheci!". E, hoje de manhã, me arrumando, pela primeira vez, eu tive orgulho das minhas rugas, porque eu vi que nelas está o traço do legado do trabalho dessa equipe (*Manifestação de emoção.*) (Palmas.) – não meu, mas de todos nós.

E, à época, para ser grata, nós apresentamos isso para o Presidente Sarney, que nos deu um apoio imenso e criou a unidade, e, em 2005, nós aplicamos a primeira pesquisa do instituto, que foi sobre a violência doméstica.

E, 20 anos depois, a gente tem o orgulho de jamais ter parado de investigar o assunto, e, ao lado dele, de ter aplicado pesquisa sobre racismo, sobre envelhecimento, sobre violência, sobre saúde, sobre fome, e de ter feito isso com muita dedicação, com muita honestidade e com alegria muito grande, porque, como diz o ditado, quando você se apaixona pelo que você faz, você não trabalha nunca mais, porque é um prazer levantar, fazer o que a gente faz, entregar, estar aqui comemorando, celebrando.

Em 20 anos, nós fizemos 262 pesquisas, mais de 5 mil referências em trabalhos acadêmicos, entrevistamos quase 5 milhões de brasileiros.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES – Então, eu aproveito este momento para celebrar isso, porque eu acho que é uma celebração institucional, ela não é uma festa.

E quero convidar vocês a consumirem nossos dados. Eu acho que o que tem no DataSenado, que é o pai disso tudo, somos nós brasileiros, é o que a gente pensa, o que a gente quer, o que a gente precisa. Hoje nós somos o único instituto público de opinião do país de âmbito federal. Desde o Presidente Sarney até hoje, os Presidentes do Senado compreenderam a importância de manter o instituto dentro da Presidência do Senado, protegido de interferências partidárias e



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

políticas, e todos os Presidentes nos apoiaram com o orçamento necessário, com a proteção institucional necessária, com o que a gente espera contar para os próximos 20 anos, pelo menos. E a Bancada Feminina sempre abraçou muito bem esse trabalho, sobretudo sobre violência.

Agora mesmo, parte da equipe não está aqui porque está trabalhando numa pesquisa sobre a jornada de trabalho 6x1. Então é um trabalho maravilhoso, não é? Tenho até vergonha de falar para quem não gosta do que faz, mas o nosso é maravilhoso!

E eu acho que, juntos, a gente é capaz de transformar dados em política e – quem sabe? – transformar esperança em realidade. Então, convido todos vocês para continuar seguindo essa jornada com a gente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco/PT - CE) – Quero parabenizar aqui a Elga Lopes pelos 50 anos do DataSenado.

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES (*Fora do microfone.*) – São 50, não; 20 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – São 20 anos.

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES (*Fora do microfone.*) – Que Deus a ouça!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – É porque são os 30 que virão! (*Risos.*)

Os 30 que virão é porque ainda tem muita coisa para fazer. Foi feita muita coisa, mas tem muita coisa ainda para ser feita. A gente acredita muito no DataSenado pela fidelidade das pesquisas, dos dados, que já norteou muito projeto aqui, eu tenho certeza – inclusive a mim, pois eu procuro sempre pegar os dados para ter um número real para a gente fazer uma proposição ou então para perceber alguma que a gente não percebeu por conta própria, que seja necessária. Então é muito importante. A gente só tem a agradecer imensamente o trabalho do DataSenado aqui nos seus 20 anos, com mais 30 para a frente no mínimo, não é? No mínimo!

E quero agradecer essa sua juventude. Eu tenho certeza de que o que você relatou da sua foto para agora é para você ter mais orgulho agora, porque eu sei que podem existir algumas rugas – poucas, pouquíssimas –, mas, assim, o mesmo entusiasmo, a mesma vontade de trabalhar



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ou talvez até maior ainda a gente percebe pelo menos agora na sua fala. Então, você está de parabéns, representando todo o DataSenado aqui!

Eu quero agradecer a todos que, juntos, com a sua liderança, que está à frente, fazem e trazem esses dados, para que a gente possa ter dados fidedignos e nos basear verdadeiramente numa coisa que a gente acredita que é real. Então, muito obrigada.

E agora eu quero pedir à mesa que a gente possa trocar de lugar, porque vamos convidar aqui as nossas próximas convidadas para que venham ocupar aqui o espaço da mesa, já agradecendo muito. Mas vão ficar aqui, porque a gente ainda vai continuar com a audiência pública, pode aparecer alguma pergunta.

Está bem? Muito obrigada, tá? Nossa Embaixadora Márcia, nossa Embaixadora Vanessa, obrigada; obrigada, Elga. (*Palmas.*)

A Jussara vai ficar aqui ou ela tem que... (*Pausa.*)

Daqui a pouco, você vem presidir e eu...

Eu quero aqui, então, ter o prazer de...

O SR. FLÁVIO ARNS (PSB - PR. Para interpelar.) – Enquanto está mudando a mesa, o pessoal se sentando, eu só gostaria de solicitar para o Itamaraty que apresentasse...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – A cartilha.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSB - PR) – ... a emenda, o espelho da emenda para todos os Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Ótimo. Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSB - PR) – Nisso a Comissão poderia ajudar, porque, se cada Senador destinar, vamos supor, R\$200 mil, vamos imaginar, e destinam... Mas, assim, conversando com cada um: "Olhe, cada um vai destinar um pouco, no final serão uns R\$20 milhões".

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Ótimo, boa sugestão.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Para as Embaixadoras aqui a gente quer dizer que existe um pedido do Senador, junto da Comissão também, para que possam entregar os espelhos das emendas, como fazer para botar as emendas, como facilitar. E cada um pode botar um tanto significativamente que, no final, somando, faça uma grande diferença – boa sugestão.

E também quero pedir para que possa encaminhar para a Comissão tanto a cartilha como a forma de poder procurar realmente os consulados, enfim, como fazer, se puder mandar para a Comissão, porque a gente também quer tanto disponibilizar, aqui pela Comissão, como fazer exatamente essa divulgação mais ampla.

E aqui, para já chamar a próxima mesa, queria convidar a Luiza Brunet, ativista, nossa parceira do Senado. (*Palmas.*)

Posso dizer também que é uma parceira do Senado, sempre está aqui.

Maria Teresa, nossa Coordenadora do observatório. (*Palmas.*)

Daniela...

Senadora, não vá embora não, viu?

A SRA. LUIZA BRUNET (*Fora do microfone.*) – Deixe-me sentar do seu lado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Por favor, eu que digo.

Daniela Grelin, Diretora-Executiva do Instituto Natura, por favor. (*Palmas.*)

Aline Guida, Assistente Jurídica, que também virá para cá; e Kaline Ferreira, Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Mulheres. (*Palmas.*)

Já agradecendo a todas e já pedindo desculpa e compreensão pelo adiantado da hora, mas é porque são assuntos importantes e a gente não tem como parar as falas, não é? Então, continua do mesmo jeito, vocês vão ter o tempo que acharem necessário, vou nem botar mais um minuto para tocar, porque eu não respeitei nenhum. Mas é porque é um assunto importante, e a gente quer o seu prazer de ouvi-las até exaurir o assunto que vocês vieram debater nesta audiência pública.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Já passo agora, de imediato, a palavra para a Luiza Brunet, que poderá usar o tempo que achar necessário.

A SRA. LUIZA BRUNET (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É um privilégio para mim estar aqui nesta audiência pública, porque eu acho que é a quebra de um paradigma importante.

Oi, Leila querida. Obrigada por essa força sempre.

Eu também não vou me estender e repetir o que já foi dito, o que já foi muito bem esclarecido. Eu só queria colocar que eu fiz uma provocação no ano passado sobre a questão da visibilidade das mulheres brasileiras migrantes, e isso foi acatado pela equipe do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado e pelo Ministério das Relações Exteriores. E esse esforço coletivo é muito importante por quê?

Eu sofri violência doméstica em 2016 e, desde lá, eu me tornei ativista do direito das mulheres e comecei a ser convidada para fazer palestras no Brasil e fora do Brasil e me dei conta de que realmente as mulheres brasileiras sofrem duplamente quando estão fora do Brasil. E poder falar sobre isso, ou seja, frequentar as embaixadas do Brasil e os consulados brasileiros e saber do trabalho excelente que eles fazem para que essas mulheres tenham esse apoio que elas necessitam... Mas precisam de mais ainda; precisam de pessoas especializadas para poder colher o depoimento dessas mulheres que têm medo de perder a cidadania, têm medo de ser deportadas, têm medo de perder os seus filhos para seus agressores, o que foi falado aqui antes, a subtração de crianças. Então são muitas coisas envolvidas quando você fala de mulheres brasileiras migrantes. A última estatística diz que são 5 milhões de brasileiras migrantes, e mais de 1,5 milhão mulheres que relataram violências em diversos lugares, em diversos países.

Eu já fui para o Japão, para a Índia, para a Europa inteira, Estados Unidos e ando muito no Brasil e converso com as vítimas. Muitas vezes são mulheres que estão em cativeiro, mulheres que saíram do cativeiro, mulheres que estão sendo cuidadas por ONGs, por institutos, por fundações e que também precisam ter uma parceria ajustada porque elas vão buscar... Elas não se sentem aptas a ir ao consulado brasileiro, elas têm vergonha de ir à embaixada, porque elas acham que não têm roupa para ir, porque não vão ser bem recebidas – isso acontece de fato. Então, quando



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

elas têm essas organizações que podem ajudá-las a desfazer esse paradigma, saber que elas têm direitos, que têm que buscar direitos, é muito importante.

Eu cheguei hoje de Orlando. Eu estava participando de um evento grande sobre violência sexual infantil, violência contra a mulher e tráfico humano. E, dentro desse evento, uma vítima que foi traficada há oito meses do Brasil para os Estados Unidos pediu ajuda para uma organização nossa, que é a Hope & Justice Foundation. Eu tive que arcar com despesa da passagem porque a fundação, como é sem fins lucrativos e não recebe apoio, não tem como fazer isso. Eu tive que disponibilizar uma parte do dinheiro para poder trazer essa vítima de avião e colocá-la dentro de um abrigo para que ela se sinta fortalecida.

Ela já foi ouvida pelo FBI. É uma organização brasileira, infelizmente, que faz com que essas mulheres sejam aliciadas no Brasil com propostas de trabalho que não existem. E é muito duro de ver essas mulheres. E muitas fazem denúncias; são essas mulheres que fazem denúncias que são exemplos para outras, e a gente tem que aplaudir-las de pé e cuidar dessas mulheres que vivem nesse fundo de poço, como eu digo, nessa obscuridade de não ser ouvida, de não ter como ser ouvida porque elas têm realmente muito medo.

Então eu só queria registrar isso realmente e agradecer à Elga, que é uma parceira maravilhosa. Eu lembro que, em 2019, eu fiz uma foto que era sobre violência sexual e no trabalho. Foi muito importante aquela foto para mim, porque foi a primeira vez que eu falei no Senado. O movimento Me Too trouxe esse esclarecimento desse movimento do trabalho ser respeitado e não ter abuso. Então eu acho que hoje a gente está trazendo essa cartilha nova com uma nova configuração muito mais importante, porque as mulheres brasileiras migrantes precisam ser visibilizadas, precisam ser respeitadas, precisam ser mulheres que sejam recuperadas pela sociedade. Que elas possam ter oportunidade de trabalho, que elas possam ser lideranças também, mas que elas possam realmente buscar a sua identidade, porque elas a perdem nessa travessia!

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Muito obrigada. Nós que te agradecemos por sempre estar aqui no Senado em todo convite, contribuindo não só aqui com a importância do papel que você faz, especialmente quando conta essa história da mulher que teve que ir e que,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

por sorte, você estava lá e teve essa atitude, pôde fazer isso. Imagino tantas outras que talvez passem pela mesma situação e não tenham esse mesmo apoio. A gente continua na luta sempre pelas que não têm a mesma oportunidade. Então fico muito feliz em fazer e dividir esta mesa.

Eu fiquei toda arrepiada e disse que ainda bem que existem mulheres assim, que acreditam na luta, que estão na luta realmente para fazer por outras mulheres que não têm a mesma oportunidade que nós estamos tendo. Isso é muito importante.

A SRA. LUIZA BRUNET – A Natura também se disponibilizou a fazer (*Fora do microfone.*) toda essa busca, que eu imagino que não deva ser fácil.

Eu acredito também que é a ponta de um *iceberg* que foi exposta. Ainda falta muito mais para a gente agregar mais mulheres, que nem a Daniela, que é responsável pelo instituto e que fez essa busca incansável.

Então parabéns ao instituto, de que eu tenho muito prazer de fazer parte também. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Muito bem. Muito obrigada.

Agora já chamo aqui a Maria Teresa. Eu digo que ela até é a anfitriã aqui do Senado, nossa Coordenadora aqui, que poderá fazer também o uso do tempo necessário. Ela vibra com o observatório.

Já levei algumas outras demandas para que a gente possa também fazer outros trabalhos em relação aos observatórios estaduais dentro das Assembleias Legislativas, que a gente possa fazer essa parceria. Eu tenho certeza de que o observatório do Senado tem essa capacidade, e a gente vai tentar ampliá-la num futuro bem breve, não é?

Poderá também usar o tempo que achar necessário.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Uma boa tarde a todas e a todos. É uma honra estar aqui hoje apresentando mais uma etapa do Mapa Nacional da Violência de Gênero.

Quero agradecer à Senadora Augusta por ter dado esse espaço dentro da Comissão, à Senadora Zenaide, à Senadora Mara Gabrilli, ao Senador Flávio Arns, à Senadora Leila, à Senadora



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Jussara, que são todos parceiros do observatório e possibilitam que a gente continue esse trabalho. Quero agradecer a todos os colegas da mesa.

Quero dizer que o mapa é esse trabalho de parceria. Ele só existe, só é possível porque muitas parcerias foram feitas para que ele existisse. E hoje a gente está aqui para celebrar mais uma dessas parcerias, que é a com o Itamaraty, com o Ministério das Relações Exteriores. Então cumprimento a Embaixadora Márcia, a Embaixadora Vanessa. É uma honra recebê-las aqui hoje por esse trabalho tão importante que a gente realizou.

E queria dizer que as embaixadoras estiveram na mesa, mas eu tive o apoio das pessoas que trabalharam, as pessoas do ministério que estiveram ali no dia a dia. Então eu quero agradecer muito ao André, à Milena Marques, ao Diogo Barreira, que foram pessoas que estiveram no dia a dia e que tornaram possível essa parceria e os dados que a gente está apresentando aqui hoje no mapa. (*Palmas.*)

Quero dizer também das parcerias para a construção desse painel. Então hoje a gente tem os dados do Itamaraty, mas lá atrás foram os dados do Ministério da Saúde, do Datasus, os dados do CNJ e da Justiça, os dados do Ministério da Justiça. Então são várias parcerias que a gente vai fazendo para tornar o mapa cada vez mais completo, trazendo todo esse universo de dados sobre a violência contra a mulher. Então a ideia é que seja esse grande repositório nacional sobre os dados de violência contra a mulher.

Quero agradecer à Luiza Brunet, que esteve no lançamento desses dados iniciais e que, naquele momento, levantou este questionamento: por que não termos dados sobre as mulheres brasileiras que sofrem violência no exterior? E eu quero trazer muito essa questão de que o trabalho é feito por pessoas. Então a Luiza fez essa provocação; na plateia, a gente tinha uma servidora do Ministério das Relações Exteriores, a Zeli Rocha, que nos procurou e que iniciou esse processo dentro do ministério. (*Palmas.*)

Então, para a gente trazer um pouco desse aspecto humano que está por trás de algo que a gente está apresentando hoje, mas que são pessoas que tornam possível a gente trazer esse trabalho.

Quero dizer que o mapa traz hoje os números que estão disponíveis pelas unidades consulares, são os dados oficiais, ou seja, o mapa trabalha com dados oficiais nacionais, e um dos



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nossos trabalhos mais importantes é a gente trazer o debate sobre esses dados. Eles nem sempre vão trazer a realidade, porque são números muitas vezes subnotificados, no caso, hoje a gente está falando das mulheres que procuraram as unidades consulares para relatar essa violência. Quantas outras não procuraram? Quanta informação é necessária chegar para essas mulheres para elas saberem que elas podem procurar as embaixadas para ter esse apoio? Então, quero trazer essa informação e falar que, por mais que os dados não sejam os números reais, a ideia aqui é que a gente faça um debate sobre o tema.

O número de perguntas tão grande que foi levantado ali no e-Cidadania, por conta da nossa audiência pública, mostra a importância do tema e quantas dúvidas existem em relação ao tema. Então, trago esse tema para o debate, porque a partir desses números que não são os números reais, são números grandes, mas que não estão nem próximos do que é o número real de mulheres brasileiras que sofrem violência no exterior... Então, o que a gente quer é levantar esse assunto, colocar uma luz em cima disso para que a gente tenha um compromisso com o tema, mais debates, o que a gente pode trabalhar em parceria com o ministério para melhorar a coleta desses dados, fazer com que os números apresentados fiquem cada vez mais próximos dessa realidade.

Eu vou passar aqui bem rapidamente, porque a ideia é a gente dar espaço para as outras pessoas que estão aqui, eu sou da Casa, dar espaço para os convidados, mas é só para trazer um pouco... O mapa está disponível no site do Senado, senado.leg.br/mapadaviolencia. Então, aqui a gente tem um panorama geral dos dados, de todos os dados que ele traz, então, como eu disse, a gente tem os dados da saúde, da segurança pública, os dados da Justiça e agora os dados internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

Aí aqui é essa nova base de dados que está integrada ali como "Registros Internacionais". O mapa sempre trabalha com essa lógica de trazer num primeiro momento alguns destaques sobre o tema, então a gente traz ali os números gerais de brasileiras vítimas de violência no exterior, o número de 1.556 brasileiras que registraram essa violência doméstica procurando alguma dessas unidades.

Ali a gente tem esse registro por países, e os países que a gente traz são, nesse caso aqui, que são os destaques, dos países que têm a maior comunidade brasileira.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aqui o outro destaque é a questão da falta de dados, aquele percentual de países que não registram violência de gênero, isso não quer dizer que não aconteça, mas são os países que os números vieram zerados.

Aqui são os casos de violência doméstica por país. Então, é possível olhar por todos os países. A violência vicária, de que também foi falado aqui hoje, é a relação muito íntima da violência vicária com a violência doméstica, que é a questão dos filhos.

Aqui os números...

E aí o mapa... Então, a gente tem um primeiro momento, que é uma visão mais geral do tema, mas é possível filtrar por país, aprofundar esses dados. São os dados hoje disponíveis, abertos e possíveis de serem filtrados, de se fazer filtro por continente, por país, fazer relação entre os números. A gente tem um mapa em que você, clicando no continente, consegue ter os dados de cada país daquele continente e até de cada unidade consular daquele país, que são os números que foram disponibilizados pelo ministério.

Aqui, o geral, todos os países, e aí você consegue fazer os filtros.

A violência vicária... Então, os números de mulheres que buscaram a questão de guarda, de que também foi falado aqui, de subtração de menores... Todos os dados estão disponíveis em forma de painel, acessíveis, com possibilidade de uso de filtros e acesso aos dados.

Estou dando só uma geral para vocês entrarem, conhecerem mais o mapa, o trabalho, os dados todos estão lá disponíveis. A ideia é de que a gente, cada vez mais, traga os dados com maior transparência.

É isso.

Eu queria dar essa geral, agradecer também – falei dos parceiros – muito à Daniela, que está aqui na mesa, à Beatriz, que são do Instituto Avon, agora Natura, e que estão conosco desde o início, agradecendo a oportunidade, Senadora, mais uma vez, e dizer que estamos lá à disposição.

E, claro, não posso deixar de agradecer à minha equipe toda... (Palmas.)

... que está aqui presente e que trabalhou muito para a gente conseguir trazer esses dados aqui hoje, que já estão disponíveis no mapa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Maria Teresa, sempre trazendo os dados, as informações.

As pessoas estão querendo saber também como podem acessar os dados que foram mostrados aqui, como elas podem fazer para ter acesso a tudo o que foi mostrado. Se você puder, só antes de eu passar já aqui para a Daniela, rapidamente...

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – No site do Senado, em senado.leg.br/mapa da violência.

Se jogar no Google mapa da violência de gênero, vai direto para o mapa.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – E a gente vai disponibilizar o *link* através da Comissão, para que a gente também possa ampliar as oportunidades de acessarem um instrumento importantíssimo.

Parabéns, viu? É sempre uma honra tê-la aqui. Nós somos do Senado, mas a gente sempre está se apoiando e trazendo novidades e tarefas novas, não é?

E, agora, a nossa convidada Daniela também, do Instituto Natura, que poderá fazer a sua apresentação.

A SRA. DANIELA GRELIN (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Augusta.

Eu quero cumprimentá-la e, na sua pessoa, cumprimentar todas as autoridades: Senador Flávio, Senadora Leila, Senadora Jussara, Senadora Zenaide, Senadora Mara Gabrilli, as Embaixadoras Márcia Loureiro e Vanessa, e também cumprimentar, de uma forma muito especial, a Diretora Elga Mara Teixeira, da Secretaria de Transparência do Senado Federal, e a Maria Teresa, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência.

Há exatamente um ano, durante esse mesmo período, que a gente chama de 16 Dias de Ativismo – no Brasil, 21 Dias de Ativismo, em observância ao Dia da Consciência Negra – nascia o Mapa Nacional da Violência de Gênero.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Já em seu primeiro ano de vida, essa plataforma se mostrou um tanto quanto transformadora. Nesse ano, ela ganhou reconhecimentos internacionais, como o Qlik Transformation Awards, na categoria de *design* e visualização de dados, e foi indicada para dois prêmios nacionais de jornalismo de dados: o Prêmio Cláudio Abramo e o Troféu Rastilho.

O Mapa Nacional da Violência de Gênero desempenha um papel essencial ao dar visibilidade aos dados existentes, qualificar a transparência e a coleta de informações públicas, além de ampliar o debate, é claro, sobre as diferentes formas de violência contra a mulher. Embora a coleta e o registro dos dados possam ser aprimorados, como bem destacou aqui a Maria Teresa, o mapa oferece o panorama mais fidedigno que os dados oficiais podem proporcionar hoje. Ainda não é, por assim dizer, um retrato em alta definição da realidade de todas as mulheres, mas ele traz um panorama mais significativo dessa realidade para a sociedade brasileira.

Como também a Maria Teresa bem destacou, tão importante quanto o projeto em si são as parcerias que o tornaram realidade, e aqui eu não posso perder a oportunidade de celebrar junto ao DataSenado esses 20 anos de existência. O DataSenado tem sido fundamental para o trabalho do Congresso Nacional, mas igualmente fundamental para a causa dos direitos da mulher.

Entre as muitas conquistas e contribuições desses 20 anos, eu gostaria de destacar a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, que é a mais longeva e representativa série de dados sobre o tema no Brasil e que hoje também está disponível no Mapa Nacional da Violência.

Eu quero aqui registrar a nossa gratidão e a nossa profunda admiração por tudo que vocês fazem e por como vocês fazem, que é sempre um aprendizado para nós, cotidiano – eu falo em meu nome e em nome da Bia Accioly também. (*Palmas.*)

O Mapa Nacional da Violência de Gênero é uma plataforma viva, em constante aprimoramento. Hoje nós damos mais esse passo muito significativo ao agregar os dados das mulheres brasileiras que vivem no exterior, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, com a Divisão de Comunidades Brasileiras e Assistência Consular.

Foram coletados dados em 186 repartições consulares, permitindo um alcance inédito e um olhar atualizado sobre a realidade que afeta as mulheres brasileiras residentes no exterior. Trago aqui alguns destaques. Mais de 2,5 milhões de brasileiras residem no exterior, segundo estimativas do Itamaraty. Em 2023, 1,5 mil mulheres brasileiras registraram casos de violência de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

gênero em consulados brasileiros. A Itália lidera os registros com 350 casos, seguida por Estados Unidos com 240, Reino Unido com 188 e Portugal com 127. Em 2023 apenas, foram registrados 904 casos de violência vicária, incluindo as disputas de guarda, subtração de menores, que é um grave problema que afeta não só as mulheres brasileiras, mas suas crianças também.

A violência contra as mulheres é frequentemente agravada pelo isolamento e pelo silenciamento de suas vítimas, e isso é especialmente debilitante para as brasileiras que vivem no exterior. Barreiras como a dependência financeira, o *status* migratório irregular e o desconhecimento dos sistemas locais dificultam o acesso à Justiça e à proteção. Esses dados são, portanto, um chamado realmente para nós ampliarmos o alcance benfazejo das leis aprovadas nesta Casa, assegurando que elas se traduzam em políticas públicas eficazes para todas as mulheres brasileiras, onde quer que elas estejam.

Eu quero concluir com uma reflexão a respeito da importância da solidariedade entre as mulheres. É uma frase de Audre Lorde que diz: "Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas". Eu espero realmente que o lançamento de hoje represente um avanço efetivo rumo à liberdade e à dignidade de todas as mulheres brasileiras. Ou avançamos juntas, ou não teremos avançado plenamente. Nossas vidas, nossos direitos, nossas histórias são entrelaçadas.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada à Daniela por tudo, por todo o trabalho. Leve também um agradecimento ao Instituto Natura, que sempre está atuando realmente para a gente combater essa grande violência contra nós mulheres.

E, já dando continuidade, nós temos aqui uma participação, de forma virtual também, da Judith Moura de Oliveira, que é Cônsul Honorária do Brasil, que poderá fazer o uso virtualmente da sua palavra.

A SRA. JUDITH MOURA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde! Boa noite para nós, boa tarde para todos!

Eu sou Judith, como já foi falado. Eu moro na Itália há 43 anos, dos quais 19 eu passei na violência. Foi uma escolha minha continuar, porque exatamente tudo que eu escutei aqui, hoje,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

acontece. Eu vivo acolhendo essas pessoas aqui, quase diariamente. Os meus 19 anos eu preferi ficar na violência para não me afastar dos meus filhos, para que a Justiça italiana não tirasse os meus filhos.

Vim aqui à Itália em férias, porque vim com a família, e não pude mais voltar por não ter a autorização do meu marido para levar os filhos, os filhos teriam que ficar com ele. Nessa minha reflexão – desculpe o meu ítalo-portunhol –, eu escolhi ficar me arriscando com a violência dessa pessoa dentro de casa, mas junto aos meus filhos. Não comentei com ninguém, porque realmente o que dizem é verdade. A mulher estrangeira aqui tem medo das leis, tem medo de tudo, de não ser interpretada... Eu passei por tudo isso em silêncio. Nunca falei com ninguém por medo.

Eu me dediquei ao trabalho, e é isso que eu ensino às mulheres casadas com estrangeiros aqui; a sua independência econômica é a primeira coisa que eu ensino às pessoas que vêm falar comigo. Então, comecei a trabalhar, a me orientar, a estudar. Sou uma empresária hoje, sempre fui, mas me arrisquei muitas vezes com a violência dentro de casa.

Esse homem tentou me matar várias vezes. É muito difícil entrar neste argumento: em silêncio. Nunca disse nada a ninguém, por medo, e nunca fiz notar aos meus filhos, mas eles sofreram também, porque percebiam.

Num convênio, num encontro com Luiza Brunet, essa mulher maravilhosa, que consegue transmitir segurança aos outros, eu achei necessário – ela me convenceu que era necessário – que eu contasse a minha história como exemplo. E decidi, no ano passado, contar a minha história publicamente, o que ainda é difícil. E represento aqui, entre nós, o Sinal Vermelho. O Sinal Vermelho está na Itália, em Milão, em Roma e entre nós. Represento com orgulho. É um trabalho que eu faço com muito amor. E recebi, em 2017, o título, pelo nosso saudoso Paulo Cordeiro, que hoje não está mais, de Cônsul Honorária, pelo meu trabalho, sem ele saber o porquê desse trabalho, porque abri uma associação para acolher as pessoas. O exemplo das outras vítimas servia para me fortalecer, para continuar, para ajudar, e fiz um juramento a Deus de que, se eu saísse desse cativeiro, não deixaria nunca uma mulher sofrendo violência sem que eu pudesse ajudar.

Ontem, tivemos um seminário muito importante, entre nós, em que foi envolvida toda a equipe da polícia e das outras associações – uma colaboração de grupo muito boa –, e tudo isso



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

faz parte do meu consulado, que eu porto, trago, com muito orgulho, mas para acolher as pessoas. Financeiramente, não preciso, consegui estar bem, mas carrego comigo, por muito tempo, essa dor.

Estou à disposição de todas as mulheres não só daqui, mas a quem me procura meu telefone está exposto para que eu possa ajudar, porque, graças a Deus, agora sou casada, num segundo matrimônio, com uma pessoa maravilhosa, que me dá o apoio que eu preciso.

Luiza, obrigada.

Senadores, obrigada.

Maria Teresa, obrigada por ter insistido neste meu depoimento.

Peço desculpas pela minha emoção e estou à disposição para qualquer coisa.

Obrigada.

Boa tarde. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada.

Nós que agradecemos à Sra. Judith, inclusive pela coragem, porque a gente pode perceber que toda mulher que sofreu e conseguiu sair do ciclo de violência doméstica e familiar tira da sua dor a força para lutar por outras que ainda não conseguiram sair desse mesmo ciclo.

Então, é uma prova um depoimento desse, é uma prova de que Maria da Penha e tantas outras mulheres – Luiza Brunet, como tantas outras Marias, Augustas, Leilas e Jussaras que existem no país como um todo – tiram da sua dor a força para lutar para que outras não passem pelo que elas passaram. Isso é muito nosso, muito de mulher.

Eu digo muito que a gente sempre é chamada de guerreira, lutadora, mas chega uma hora em que a gente não quer ser guerreira, a gente quer ser simplesmente o que a gente é, não precisar sempre estar na luta, na briga para conquistar um direito, porque, às vezes, cansa; mas, quando a gente vê exemplos que dão certo, a gente cria força. Acreditamos que é necessário ainda continuar na luta, mostrar e ter essa fortaleza, porque a gente espera que, daqui a alguns anos, poucos – mas eu acho que ainda serão muitos –, nossas filhas, nossos filhos e os filhos de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

outras mães não passem pelo que a gente passou para realmente ter ou ocupar o espaço que a gente está ocupando.

Isso é muito forte, eu fico muito feliz em ouvi-la. Agradeço muito a coragem, porque realmente não é fácil falar sobre a violência pela qual a pessoa passou, mas superou, e que serve de exemplo para que tantas outras que estão assistindo aqui, acompanhando pela TV Senado, pelas redes sociais, também entendam que podem sair se estiverem sofrendo algum tipo de violência. Podem sair e continuar a vida com outro parceiro, enfim, da forma como achar melhor.

Mas não era para eu falar, porque não é nem a minha fala, mas é que eu me empolgo. Realmente, é muito emocionante quando a gente escuta os depoimentos que vão servir para tantas outras mulheres do nosso país.

Agora, eu passo a palavra para a Aline Guida, Assistente Jurídica da Revibra, que poderá fazer uso da sua palavra. Já agradeço também a presença.

A SRA. ALINE GUIDA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Eu agradeço, em nome da Revibra, o convite para estar aqui, hoje, nesta Comissão, num debate que é tão caro a todas nós. Eu até me atreveria a dizer aqui a todas nós mulheres, em algum momento da vida, se não passamos ainda por um episódio de violência, certamente vai acontecer, infelizmente.

Então, agradeço o convite aqui, em nome da Revibra, pela Marcia e pela Juliana Wahlgren. Agradeço também ao Senador e às Senadoras que me antecederam, a Jussara, a Leila, a Zenaide e a Mara Gabrilli, que também está conosco na questão da Convenção de Haia 28, um tema também bastante caro a nós; às Embaixadoras Márcia e Vanessa, que trouxeram também dados muito preciosos aqui para a gente; à Elga também, da Secretaria de Transparência; à Daniela; à Kaline, que fala em seguida; à Luiza Brunet, que é uma parceira nossa da Revibra também e que sempre nos apoia em nossas campanhas; à Maria Teresa; e à Judith, que falou conosco agora.

Meu nome é Aline Guida, eu sou Coordenadora de Atendimento da Revibra, faço parte também da parte de *advocacy* e a minha atuação é principalmente nos casos em Portugal, Espanha, Irlanda e Reino Unido, mas a área de atuação da Revibra é bem maior, ultrapassa inclusive as fronteiras da União Europeia.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E aí eu acho que é interessante, também, a gente situá-los um pouquinho e dizer quem é a Revibra Europa. É uma rede europeia, uma organização que existe desde o ano de 2012, que oferece suporte e assistência jurídica e psicológica gratuita e sigilosa para mulheres migrantes, para a comunidade LGBTQIA+, com aconselhamentos sobre a discriminação antimigrante, violência de gênero e violência doméstica.

A maior parte do nosso público é composto de mulheres mães migrantes. Somos especialistas em Haia 28, como a Senadora Mara apontou aqui, que seria sobre a subtração internacional de crianças; e atuamos com vítimas de violência doméstica na Europa em casos de disputa internacional de guarda.

Nós temos cinco coordenações: há as partes de atendimento jurídico e psicológico, pesquisa, *advocacy* e campanhas de mídia, em que a Luiza Brunet muitas vezes, inclusive, colabora conosco.

No último dia 13 agora, de novembro, nós estivemos na Câmara dos Deputados para falar sobre o que as mães e crianças migrantes vivenciam nesses processos relacionados à Haia 28 e sobre como é preocupante ver um tratado internacional, essa Convenção de Haia de 1980, ser usado como ferramenta para reforçar o papel de poder de agressores sobre mulheres, crianças e adolescentes.

Falar de violência doméstica é também necessário para refletir e pensar sobre violência institucional, porque às vezes a gente escapa do ambiente doméstico, mas não escapa do institucional ou vice-versa, muitas vezes. Não há como a gente fazer esse mapeamento sem uma parceria como a gente tem aqui, agora, do Senado. Acho que agora a gente consegue consolidar muitos desses dados dessas mulheres que estão no exterior, e eu entendo que isso é de muita valia.

E aí, nesse contexto, o Estado brasileiro assume o seu papel de poder deixar isso muito mais transparente, de mostrar para a gente quem são essas mulheres, de trazer esses dados, até para a gente poder, em um universo muito maior de atuação, prestar uma assistência de maior qualidade.

Nós temos um relatório na Revibra – está na página da Revibra – que foi publicado no ano de 2023 e em que nós analisamos 278 casos envolvendo a aplicação do tratado de menores à



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Convenção de Haia 28. E nós detectamos que a maioria das mães que constam nesse relatório foram ou poderiam ter sido acusadas de subtração, e, nesse contexto, elas agiram ou pensaram em agir para retornar ao Brasil com seus filhos após vivenciarem ciclos de violência doméstica. Mais adiante eu vou trazer dados mais consolidados a esse respeito. E a justificativa delas para o retorno para o território brasileiro está exatamente nas consequências drásticas que a violência doméstica acarreta: saúde mental muito comprometida; continuidade das agressões, com risco de feminicídio, infanticídio e, em alguns casos, até de suicídio; perpetuidade da violência financeira e perspectiva de viver na linha da pobreza pós-separação, porque é muito difícil estar em outro país – tem a barreira da língua, a dificuldade em se conseguir uma colocação profissional, enfim, são diversas as barreiras –; além disso, a continuidade da violência psicológica e administrativa; e o medo de o agressor impedir que essas mães, crianças e adolescentes retornem ao Brasil, mesmo que por um curto período, de férias, por exemplo.

Desses 278 casos que nós analisamos, 52 deles já estavam em fase judicial, lembrando que são casos de subtração internacional de crianças. Então, 52 deles já estavam na fase judicial, 226 eram casos de prevenção ou de relocação de crianças.

Os dados sobre violência doméstica, nesses casos pesquisados, são bem alarmantes, porque a violência doméstica estava presente em 98% dos casos judicializados e em 88% dos demais casos. Então, a gente percebe que são índices bem altos. Isso mostra para a gente como a violência doméstica está presente nas famílias de mulheres brasileiras em contexto migratório internacional e que é uma realidade que muitas vezes é ignorada não apenas pelo tratado, pela Convenção de Haia, mas também pelo próprio Poder Judiciário. Dos 278 casos relatados de violência doméstica, em 249 a violência doméstica esteve presente. Então, a gente vê que o percentual aqui é muito alto realmente.

Temos mapeado as diversas formas de violência e temos também o percentual delas aqui: em 97% dos casos, a violência presente era a violência psicológica; em 51% dos casos, nós tínhamos a violência administrativa; em 14% dos casos, a violência financeira; em 28%, a violência física; e, em 8% dos casos, a violência sexual.

E aí a gente tem também que analisar aqui as especificidades do contexto europeu, porque na Europa, ao contrário às vezes do senso comum inclusive, quase nenhuma legislação prevê



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

medidas protetivas para formas de violência como a psicológica, a financeira e a administrativa. E, muitas vezes, algo parecido com o que a gente tem aqui no Brasil, Maria da Penha ou ECA, é realmente algo que... em alguns países, em alguns Estados-membros da União Europeia, nem sequer existe algo semelhante. Na Espanha a gente sabe que tem, mas, na maior parte, como em Portugal, onde eu estou sempre presente, realmente é algo que a gente não tem na legislação e que precisa caminhar muito ainda para poder chegar ao que nós temos aqui hoje em matéria de legislação.

As mulheres migrantes têm *status* migratório, assim como o seu gênero, constantemente usados para fortalecer o papel de dominação de agressores domésticos e de gênero naquilo que torna única e interseccional a experiência de mulheres migrantes que sofrem violência doméstica fora do Brasil. Eu trouxe aqui, peço licença para até me estender um pouco mais para juntar os casos como o da Raquel, da Tunísia e vários outros casos de violência doméstica e que envolvem o Tratado de Haia. Eu trouxe dois casos, claro, mantendo o sigilo das assistidas, mas só para exemplificar o quão grave é esse contexto de violência doméstica no território europeu.

No primeiro deles, nós temos mãe brasileira e pai português. O filho nascido deles tem dupla nacionalidade. Essa mãe chegou a Portugal para estudar e não tinha plano nenhum de fixar residência em Portugal, mas ela conheceu o pai do seu filho, engravidou, chegou a retornar ao Brasil, mas, depois, diante de inúmeras promessas, muitas delas falsas promessas, ela acabou retornando – essa é uma orientação que a gente dá: se você está gestante, corra e volte ao Brasil, porque depois você não consegue mais. Então, apesar do histórico do agressor, ela acabou retornando gestante a Portugal, onde ela teve o filho.

Esse agressor tinha outros dois filhos, tinha um histórico de abandono da família anterior, mas, mesmo assim, ela decidiu retornar. Retornando, ela experimentou toda espécie de violência, física, moral, institucional, e seu estado de vulnerabilidade se agravou, porque ela ficou desempregada com a criança pequena, o que dificultava ainda mais ela poder se inserir novamente no mercado. Daí ela passou a ser monitorada pelos assistentes sociais. Ela caiu na CPCJ, que seria o compatível ao nosso conselho tutelar, e, uma vez que uma mulher migrante cai nesse radar, é muito – muito, muito – complicado, porque ela realmente fica sendo assistida e monitorada e sofre toda a espécie de xenofobia que a gente sabe que acontece.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ela conseguiu autorização para retornar ao Brasil em férias do genitor. Ela pretendia permanecer no Brasil e não retornar, mas, inevitavelmente, ela incidiria no tratado, na Convenção de Haia. Na iminência de uma audiência para poder regulamentar as responsabilidades parentais, a gente conseguiu traçar uma estratégia e fazer com que ela retornasse a Portugal, participasse dessa audiência. Com isso, a gente conseguiu a autorização desse genitor para que ela pudesse estabelecer residência no Brasil. Hoje, felizmente, ela está bem instalada, está bem com o filho aqui no Brasil.

O segundo caso aqui, nós temos pais e filhos brasileiros que decidem, em comum acordo, residir em Portugal. Ele foi na frente, com o visto para empreender no país. A família foi em seguida, a esposa e os dois filhos foram em seguida. A assistida, por fim, acabou se desfazendo de tudo o que tinha no Brasil; ainda contraiu uma dívida gigantesca para poder ter algum dinheiro na chegada e poder também fazer a viagem.

Com a chegada dela, muitas desavenças se iniciaram, com violência física contra ela, contra as crianças, com ameaças de morte dentro do ambiente familiar. Mais uma vez, mesmo o agressor com um vasto repertório anterior de violências, ela decidiu contrariar as nossas orientações – porque a gente, enfim, deixa a pessoa livre para ela tomar a decisão, ela que sabe o que está passando – e ela insistiu em permanecer na residência; mas a escalada da violência, às vezes, é muito rápida. Então, ela não teve nem tempo de reagir. Foi coisa de um final de semana. Esse companheiro dela acabou por ameaçá-la de morte e ameaçar as crianças de morte na presença da autoridade de proteção de menores. E aí, felizmente, ou infelizmente, o Estado português acabou tendo que agir, e essas crianças foram imediatamente institucionalizadas, elas saíram da escola diretamente para o abrigo. Essa moça, claro, foi posta para fora de casa e foi acusada de agressão pelo genitor dos seus filhos, porque, em Portugal, na violência doméstica, nesse âmbito doméstico e familiar, tanto ele pode acusá-la como ela pode acusá-lo. Então, ela ainda ficou nessa situação de ter que se defender. E, enfim, nesse caso, ainda teve a negociação dele, porque ele foi com o visto de residência, mas houve a negociação por parte dele de reagrupamento familiar, tanto da esposa quanto dessas crianças. Então, mais uma violência que o Estado não reconhece. Mesmo...

A situação dela hoje é que ela já conseguiu uma colocação profissional, ela conseguiu um lar minimamente estruturado, mas as crianças, após alguns meses, ainda permanecem



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

institucionalizadas – em Portugal, isto é algo que acontece com bastante frequência, essa institucionalização de crianças. A gente está monitorando, mas, enfim, não tem como dar nenhuma garantia de que ela vai reaver a guarda dessas crianças.

E nesse contexto de violência doméstica, como nesse último caso, a mulher migrante é manipulada para deixar o pedido de visto nas mãos desse parceiro agressor, e isso aumenta a vulnerabilidade dela e impossibilita que ela tenha acesso a uma série de benefícios que, no caso de Portugal, ela poderia ter, sendo vítima de violência.

E aí a gente vem para essa questão da importância dessa pesquisa que o Senado traz hoje aqui para debate. Nós não temos publicado ainda, mas temos mapeado que, desde dezembro de 2019, a Revibra atendeu mais de 700 casos, 732 casos, para ser mais precisa, e a violência doméstica de gênero estava presente em 83% desses casos. É importante a gente dizer aqui, explicar, que cada um desses casos tem vários desdobramentos. Para cada um desses casos, são realizados cerca de cinco atendimentos, desde a triagem até as orientações jurídicas, as estratégias que nós passamos para essas assistidas, o suporte emocional proporcionado pelas nossas psicólogas. E entender a realidade dessas mulheres migrantes é importante, especialmente mapeando também como elas são tratadas pelo sistema de pós-denúncia, porque, depois que ela faz a denúncia, ela entra num estado de vulnerabilidade, de fragilidade emocional, e é importante também que seja acompanhada. E como a nossa *advocacy* sobre mães migrantes e a Convenção da Haia 28 nos ensina, não basta só a gente qualificar o que é violência doméstica no âmbito das relações privadas. A violência doméstica também se fortalece quando se transmuta em violência institucional. E é essa interseccionalidade que não pode, jamais, ser afastada e que marca as vivências das mulheres migrantes que lutam contra a violência doméstica fora do país.

Bom, é isso que a gente queria trazer aqui hoje para vocês.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de a gente estar aqui e trazer esses dados.

Tenho aqui presente – gostaria de quebrar o protocolo também aqui – uma colega da Revibra, a Vanessa, e minha irmã, que é servidora da Casa também, que estão me acompanhando aqui hoje.

Agradeço esta oportunidade.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Estamos à disposição e muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. PT - CE) – Obrigada, Aline. Nós é que agradecemos.

A Senadora Leila está pedindo aqui um aparte. Eu vou passar aqui para ela.

Já eu boto a Kaline. Está bem, Kaline?

Antes eu queria só pedir, Senadora, para a Senadora Jussara, se possível, ficar aqui só um instante presidindo, enquanto eu vou aqui do lado. Está bem, Senadora? Já agradeço.

A Senadora já pode fazer uso da palavra.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF. Para discursar.) – Obrigada, Senadora Augusta.

Eu estava até comentando com o Senador Flávio Arns aqui. Vendo a senhora falando com essa empolgação toda, eu falei: "Senador, seis anos atrás, quando chegamos aqui ao Senado, a gente...". Mas é muito importante esse sangue dos olhos, Augusta. Então eu quero te cumprimentar, quero cumprimentar a Senadora Jussara, a Senadora Mara, a Senadora Zenaide, nossa Procuradora, o Senador Flávio Arns aqui, o bendito fruto entre as Senadoras.

Bom, quero agradecer a todas as expositoras aqui. E gostaria, de uma forma muito especial, de dar meus parabéns a Elga e parabenizar o DataSenado pelos 20 anos de trabalho, tão importantes para todos nós aqui, não só enquanto Senadores, porque Senadores passam. Alguns ficam muito tempo, não é, Elga? Mas os servidores ficam, e o comprometimento desta Casa e dos servidores desta Casa me deixa muito feliz. É um trabalho que ao mesmo tempo é maçante – posso falar pelos Senadores porque é –, mas se torna muitas vezes prazeroso e leve pelo comprometimento dos servidores da Casa, que realmente eu reconheço.

Falando nisso, falo da Maria Teresa, sempre aí incansável no trabalho junto ao Observatório da Mulher.

Ganha até uma salva de palmas, não é? (*Palmas.*)

Toda vez que a gente tem esses momentos assim, eu me questiono, porque eu já estou há seis anos aqui, já passei pela Procuradoria, hoje estou uma Líder rápida, porque daqui um pouco já vai entrar outra – na Procuradoria, foram dois anos –, e agora estou Presidente da Comissão de



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Meio Ambiente, uma importante Comissão, em que aprovamos o mercado de carbono na semana passada, que foi um grande desafio para mim nessa legislatura e, graças a Deus, deu tudo certo; a Lei Geral do Esporte; *games...* Eu trabalhei muito, também muito envolvida com a pauta feminina.

Eu me lembro de quando fui Relatora dos 5% dos recursos para o Fundo de Segurança Pública destinados ao combate à violência contra a mulher. Eu lembro que foi um debate muito forte, eu fui Relatora na época e nós fizemos audiências públicas. Quer dizer, a gente tem tido avanços na legislação, e, às vezes, olhando para o meu filho, olhando para o que virá, eu falo "Meu Deus, o que está faltando? O que falta?", porque muitas vezes eu sinto muita gente falando para gente...

Então, quando eu vejo um Senador aqui ou quando eu tenho a oportunidade de estar falando com outros homens, porque é importante... Não adianta só a gente conversar e se reunir entre a gente se a gente não tem o apoio e a compreensão dos homens nessa batalha, porque é uma batalha.

Quando saiu o relatório da ONU ontem que mostra que, a cada dez minutos no mundo, uma mulher ou uma menina é assassinada pela questão do simples fato de ser mulher, é um negócio estarrecedor. Nós não estamos falando da pré-história, estamos falando do século XXI. E a gente tem que lidar com inúmeros desafios, não só da mulher como representatividade nos ambientes de poder, mas ainda em torno dessa violência, essa violência estarrecedora, essa violência que a gente não consegue coibir, essa violência que a gente não consegue parar, e por mais que a gente faça audiência, por mais que a gente destine recursos, que, digamos, são insuficientes... Estava vendo, assim – as pessoas acham que não, mas eu acompanho tudo na Casa, eu estou em constante movimento, eu tenho muita energia, acho que ainda é essa coisa de ser atleta –, e eu estava vendo um pouco da audiência antes de vir para cá, porque eu estava almoçando, eu ouvi a Augusta falar: "Olha, na nossa Comissão nós conseguimos 1 milhão". É uma vergonha, nesta Casa, nós conseguirmos 1 milhão para ações de combate à violência contra a mulher, mas pior ainda é constatar que na Comissão de Meio Ambiente nós recebemos R\$100 mil. Então, assim... E aí outras Comissões, 2 bilhões, 1 bilhão. Não vou entrar no mérito, não vou entrar no mérito.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas o que fica, a minha reflexão enquanto mulher, enquanto Senadora, que certamente virão outras – e torço muito para que as mulheres se encorajem e que estejam aqui nessas frontes –, é o que de fato está valendo a pena e o que de fato a gente leva como prioridade enquanto sociedade? Sabe por quê? Eu vou fazer uma provocação à Maria Teresa e ao Observatório. Eu quero saber o quanto que as mudanças climáticas e o aquecimento global têm afetado as mulheres, porque a mulher é a que é mais afetada, e a mulher preta. É esta mulher que está sendo mais afetada com o aquecimento global, com as mudanças do clima. Eu quero saber esses números, porque, assim, é toda hora a gente tratando do quanto a mulher, digamos, é atingida, o quanto que ela é desmerecida, muitas vezes, e é a maioria da população deste país, quiçá do mundo.

Então, nós precisamos, além dessa reflexão, pensar seriamente. Nós estamos aqui ao lado do Presidente da Comissão de Educação. O que falta não é legislação, o que falta é educação e investimento, educação para as futuras gerações, porque talvez para nós a nossa missão nós estamos tentando cumprir, é o alertar, é o tempo todo dar luz a esse cenário que é preocupante para nós. Mas e o futuro? Nós temos que tratar a educação das nossas meninas e dos nossos meninos com muita seriedade nessa questão de gênero. Nós não podemos tampar os olhos, porque isso é uma realidade. Nós somos de uma sociedade machista, patriarcal, e nós precisamos atingir diretamente é na educação.

E nós, mulheres do Senado, precisamos, quando se tratar de orçamento, cobrar, exigir desta Casa orçamento pautado para a questão de gênero, como educar e como tratar essa pauta; meio ambiente, o quanto a mulher tem sido afetada nisso, é uma pauta que nós podemos tratar e trazer recursos para ela; e também para a nossa Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Nós temos pautas em que nós podemos atuar, independentemente de campos, porque eu acho que, quando a mulher trabalha, ela age conjuntamente em sororidade... Tem gente que não gosta: "Ah, eu não gosto dessa palavra sororidade". Eu adoro, porque o que está faltando no mundo é empatia, sororidade, é coletividade, é respeito com o outro, é entender a dificuldade do outro. A empatia é fundamental. A gente realmente tem que parar com esse nível de preconceito de "ah, eu não falo em legado, eu não falo em sororidade, eu não falo disso e daquilo, porque isso é mi-mi-mi, é coisa de...". Não é, não. O que está faltando mesmo na sociedade é



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

justamente isso, é a gente tratar com respeito e com mais amor certas pautas aqui dentro desta Casa.

Então, só quero parabenizar a todas vocês e pedir desculpas, cheguei atrasada e vou ter que sair correndo para o Plenário, porque já começou e eu tenho que defender uma emenda para um projeto importante que está sendo relatado na Casa. Mas quero dizer assim: eu estarei sempre à disposição e sei que a nossa bancada também, mas nós precisamos agir mais conjuntamente em algumas pautas. Esse é só o meu apelo à nossa bancada, mas, acima de tudo, aos homens desta Casa e da nossa sociedade brasileira.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. PSD - PI) – Quero agradecer à Senadora Leila...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco/PSD - PI) – Obrigada, nós também te amamos. Quero agradecer por essa fala tão forte e tão real.

E quero aqui também deixar o meu abraço para o DataSenado, o Observatório da Mulher e dizer da importância tão grande que tem a Maria Teresa e a Elga.

E eu fiquei assim – sabe, Elga? – pensando: eu achei um tom meio de despedida na sua fala. (*Risos.*)

Mas eu quero dizer aqui, antes de passar a palavra para a Kaline, que eu pensei assim, eu quero deixar a pergunta que não quer calar: o que é que nós podemos fazer de mais urgente?

O que eu ouvi aqui da Aline, eu observei, são as nossas mulheres sendo escravizadas de todas as formas no exterior. Então, vamos, realmente, como a Senadora Leila falou, dar as mãos, como eu sempre falo, mulheres, se for necessário, vamos às ruas, vamos clamar pelas nossas mulheres, vamos mostrar para a sociedade que as nossas mulheres estão sendo escravizadas fora do nosso país, que elas estão sendo mortas, que elas estão sendo, cada dia mais, escravizadas e humilhadas.

Eu vou passar aqui a palavra para a Kaline Ferreira, Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério das Mulheres.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. KALINE FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. É com muita alegria que estou aqui hoje representando o Ministério das Mulheres. Agradeço o convite e peço licença a todas as autoridades presentes para saudá-las na pessoa da Senadora Jussara Lima.

É com muita satisfação que eu ouvi todas as participações e exposições aqui. Peço desculpa aos espectadores porque eu vou frustrá-los de ouvir a Secretária Denise Dau, que seria a representante mais legitimada do Ministério das Mulheres, porque eu sou uma Advogada da União, eu sou Consultora Jurídica do Ministério das Mulheres, não sou uma *expert* em política de gênero, não estou à frente das políticas do Ministério das Mulheres. E aí vem a pergunta: por que a consultora jurídica está nesta audiência pública?

Primeiro, eu parabenizo, porque eu acho que a audiência pública é um dos mais fortes instrumentos democráticos. Então, poder participar de uma audiência pública sobre violência doméstica contra brasileiras no exterior é de grande relevância. E, na Consultoria Jurídica, eu diria, nos últimos seis meses, a gente tem enfrentado muitas ações diretas de constitucionalidade, muitas ações de interpretação conforme relacionadas à Convenção de Haia e à interpretação e aplicação retrógrada do Brasil do Artigo 13 da convenção. Esse é um problema emergente e que deve ser enfrentado imediatamente.

Existe uma esperança muito próxima. Amanhã vai estar na Comissão do Senado um projeto de lei que consagra, no ordenamento jurídico brasileiro, uma interpretação muito mais protetiva da mulher. E, embora eu não tenha preparado nada de tão formal, como fez a minha colega Aline, que eu adorei ouvir, e todas as outras, eu vou me utilizar das palavras da Cônsul Judith Moura, quando ela falou que, durante muitos anos, os filhos dela foram utilizados como reféns nessa violência a que ela era submetida. E é isso que acontece hoje com a maioria das brasileiras que sofrem violência doméstica no exterior, os filhos são reféns. A mãe não foge e deixa os filhos, e os filhos são justamente a barganha, eles são a parte mais violenta dessa atrocidade cometida contra as mulheres tão fragilizadas numa sociedade no exterior.

E, lembrando-me disso, na discussão com alguns colegas homens que não conseguem muitas vezes ter lugar de fala numa discussão como essa, eu me lembrei de um trabalho desenvolvido por algumas professoras da USP que fazem releitura de alguns julgados famosos brasileiros de grandes tribunais sob a ótica de gênero, se essas decisões fossem proferidas por



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

mulheres. E aí você percebe o quanto são machistas ainda as nossas decisões e os nossos tribunais.

Então, efetivamente nós temos que mudar o cenário. A tentativa jurisprudencial é válida, mas agora a gente tem um projeto de lei que, consagrando o entendimento de aplicação muito mais protetivo, ele é uma resposta muito mais rápida a essa interpretação do Artigo 13, que ainda devolve sumariamente essas crianças aos seus genitores domiciliados no exterior, sem nenhum tipo de dilação probatória, sem nada!

E aí vem o argumento favorável a isso: "Mas uma mera suspeita de violência doméstica já é o suficiente para que essas crianças não sejam devolvidas?", para que não sejam devolvidas sumária e preliminarmente. Nós só estamos pedindo que essas mulheres sejam escutadas, acolhidas. Se posteriormente a violência doméstica não for comprovada, sim, que, numa decisão com contraditório, ampla defesa, produção de provas, elas sejam devolvidas, se assim for o mais legítimo e justo, mas a devolução para esse ambiente hostil e os argumentos favoráveis à aplicação da Convenção de Haia e a essa interpretação menos protetiva são, todos, argumentos ideológicos machistas. Porque sempre é: Mas, se a violência não é contra o menor, se a violência é contra a mãe, por que o ambiente não seria saudável?

E aí eu me lembro de algumas violências silenciosas. A mãe é trancada no banheiro, apanha com a toalha molhada, e não pode gritar, porque quer proteger o filho. Mas o filho não percebe, não é verdade? É um ambiente completamente saudável para um menor conviver com a mãe sendo submetida à violência doméstica! Quer dizer que não há nenhum dano à família ou ao menor uma mulher ser submetida à violência doméstica silenciosa? E ainda tem a psicológica, as humilhações... E que escola daremos, que ensinamentos daremos, para esses menores que convivem com a mãe banalizando a violência doméstica, seja ela física ou psíquica?

Minha participação aqui é muito breve. Na verdade, queria mesmo parabenizar pela iniciativa e pedir apoio para que essa seja uma bandeira importante. Acho que tem como ser feito algo em relação à interpretação e à aplicação da Convenção de Haia, de uma forma mais emergente. Ainda existe, estou aqui hoje representando o Ministério das Mulheres, embora seja Advogada da União, mas não represento aqui a AGU, estou como Consultora Jurídica do Ministério das Mulheres, e a posição defendida pelo Ministério das Mulheres é de uma aplicação



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

do art. 13, conforme a Constituição, e protetiva do direito da mulher e do menor, mas ainda tem o entendimento da Advocacia-Geral da União, instituição de que eu faço parte, que é um parecer conservador em relação ao tempo em que a Convenção de Haia foi elaborada, em 1980. Embora eu faça parte dessa casa, é a minha carreira, mas hoje acho que é um entendimento insustentável. Acredito que esse deve ser um dos temas prioritários de pauta para esta Comissão.

Agradeço muito e parabenizo a todos. (Palmas.)

O SR. FLÁVIO ARNS (PSB - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, só gostaria de dizer que apreciei muito a fala de todos, de todas, mas particularmente, agora, a da Kaline, não como sendo do Ministério das Mulheres, mas como Advogada da União, porque de fato pesam acusações muito sérias contra a Advocacia da União, não como instituição, mas de pessoas que tomaram decisões de expatriar crianças, como foi falado pela Kaline, por um mero processo administrativo. Além disso, advogando a favor de pessoas, dos estrangeiros contra os brasileiros. Quer dizer, foram atitudes, no decorrer dos anos, que têm que ser apuradas. Foi relatado pelo Ministério das Relações Exteriores como graves violações de direitos humanos. É exatamente o que a Kaline colocou.

Quero saudá-la e só pedir, como Ministério das Mulheres – para essa área, foi muito enfatizada a necessidade de políticas transversais –, para que o Ministério das Mulheres examine os projetos de lei em tramitação na educação, na saúde, na assistência, no trabalho, a Convenção de Haia, para nós termos a pauta. Nós temos que ter a pauta do Ministério das Mulheres em relação às mulheres, porque nós não temos ainda – já solicitamos também –, para que a gente saiba... "Olhe, aqui a Senadora Zenaide mencionou um dos projetos em tramitação, mas aqui é outro projeto." E na educação? E na saúde? E na assistência? E no meio ambiente, como a Senadora Leila colocou? Quer dizer, a gente tem que ter na pauta, uma pauta do Ministério das Mulheres em relação a todas as mulheres, mas, em relação, particularmente, às mulheres que sofrem violência.

Então eu pediria, Kaline, que levasse esse nosso apelo para o ministério.

A SRA. KALINE FERREIRA – Serei portadora, Senador.

Obrigada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PSB - PR) – Quero parabenizá-la, porque você foi – permita-me chamá-la de você, com todo o respeito –, muito precisa sobre o problema que as crianças e mulheres vêm enfrentando em função da atitude da Advocacia da União, essencialmente botando polícia na porta, revistando, armados, não permitindo que a mãe se aproxime da criança, olhando os porta-malas dos carros, como se fossem bandidos, sequestradores, quando, na verdade, a atitude tem que ser completamente diferente.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. KALINE FERREIRA – Senador, muito obrigada.

Eu gostaria de destacar e acrescentar que a Advocacia-Geral da União já está sensível à modificação desse parecer. Quando nós trabalhamos em ADPFs e ADIs, como ministério, é lógico que, em todas as vezes em que é levado ao tribunal a suposta constitucionalidade de um ato normativo, todas as pastas envolvidas são chamadas para se manifestar, dar seus subsídios. E a Advocacia-Geral da União ouve todos os ministérios e fica como um guarda-chuva que vai representar, em juízo, todos os interesses que são ouvidos. Todos os ministérios participam. A AGU já está sensível a isso, já sabe que esse não é o entendimento, até porque a gente tem que ter coerência.

Não tem como a gente ter hoje um Ministério das Mulheres e a Advocacia-Geral da União defender um interesse indefensável, contrário ao interesse de um ministério que foi formado especificamente para isso. Então, isso não teria sentido nenhum, porque a Advocacia-Geral da União é transversal, e, especificamente, quem está no Governo para defender o interesse das mulheres é o Ministério das Mulheres.

Então a AGU já está sensível e, provavelmente, nas últimas semanas ou meses – meses não, acredito que não vai tardar –, a Advocacia-Geral da União revogará o parecer e terá um entendimento consentâneo com a realidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco/PSD - PI) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, que sempre coloca tão bem tudo aquilo que ele passa a discutir e que é um parceiro de todas nós mulheres aqui nesta Comissão.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E quero agradecer à Dra. Kaline Ferreira por todo esse pronunciamento, por essa fala tão contundente e que nos faz refletir cada vez mais; agradecer à Aline – viu, Aline? –, é um prazer tê-las aqui; e agradecer também aqui à Daniela.

A Maria Teresa queria aqui finalizar, dar uma palavrinha, mas antes, se a Senadora Daniella quiser falar alguma coisa...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (PSD - PB. Para discursar.) – Você perguntar a um político se quer microfone é perguntar a uma criança se quer pirulito, não é? (Risos.)

Primeiro, eu quero parabenizar, cumprimentando a todos... Eu cheguei agora porque a gente chega do voo do meu estado nesse horário – inclusive, sem almoço. Mas quero parabenizar e dizer da importância do tema. Na realidade, eu tive a oportunidade de ter contato também, com relação a essa questão, com o tema que nos traz aqui, sobre a violência contra as mulheres que vivem no exterior. E se a gente tem as dificuldades aqui para quem vive no nosso país, imagina para quem está longe de casa, não é? Então, imagina o quanto necessitam desse suporte, do suporte de Estado, do nosso país, bem como de nós mulheres, que somos, geralmente, aquelas que se sentem da mesma forma confrontadas com relação a esse tipo de questão.

Obviamente, por ter chegado depois, é muito ruim falar, porque eu não ouvi, apesar de ter acompanhado um pouquinho pela rádio, mas quero aqui me colocar realmente à disposição e parabenizar pelo material. Inclusive, no voo – aproveito muito voos para ler –, eu vinha lendo essa publicação, que é maravilhosa, do Observatório do Senado, sobre relacionamentos tóxicos. Não é esse o nome, mas você permeia vários temas dentro desse livro, que nos conta a história também do início de como se trabalhou aqui a violência doméstica contra as mulheres, como que a Deputada... a então Senadora Benedita da Silva – olha só, e isso não foi tanto tempo atrás –, para passar um projeto de lei dela... primeiro que não passou nem na CCJ. Então, o quanto ainda estamos muito novas! Apesar de que, todos os dias, em todos os noticiários, lamentavelmente, o tema é violência contra mulheres, sempre.

E quero aqui deixar já o convite, convidá-las para estar conosco, com a nossa Líder – não é, Jussara? – Leila, junto com a Bancada Feminina do Senado Federal, para vocês conhecerem um programa que foi abraçado e encabeçado durante a minha passagem pela Comissão Mista de Orçamento. O programa se chama Antes que Aconteça. Com esse programa, pela primeira vez,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nós tivemos orçamento para política pública de combate à violência contra a mulher. Esse programa foi encabeçado e tem parceria com o CNJ já, tem parceria com os tribunais de Justiça dos estados, parceria também com o Ministério da Justiça, sempre com transversalidade, obviamente, com todos os outros ministérios: Saúde, Mulheres, Educação. Porque antes que aconteça... O nome diz tudo, não é? É sobre, antes que o pior aconteça, antes que aconteça, a gente cuidar.

O programa prevê a prevenção, a educação – que é fundamental, a longo prazo nós teremos resultados quanto a isso – e até o empreendedorismo feminino, que é onde a gente enxerga a verdadeira libertação da mulher no ciclo de violência. Então, engloba várias ações, e a gente vai poder apresentar isso nos próximos dias também para todos aqui, não só do Senado, mas para quem quiser e se dispuser a estar aqui presente e entrar nessa jornada junto conosco, que abraçamos e tivemos a oportunidade de realizar.

É por isso que eu digo: onde tem uma mulher, a gente sempre tem uma grande chance nessas pautas. Então, poder estar na Comissão Mista de Orçamento era poder olhar e dizer: eita, cadê o dinheiro? Fala-se nisso, mas cadê o dinheiro para isso? Então, vamos cuidar para que a gente tenha os recursos necessários para a política pública, porque realmente não existe política pública sem recursos, senão é só a gente fazer campanha, falar do tema, mas não vai fazer absolutamente nada. E eu acho que todas nós somos muito inquietas para ficar só assistindo de camarote, ou muitas vezes nem do camarote, como é o caso de tantas e tantas mulheres, sem poder fazer absolutamente nada.

Então, fica aqui esse convite para o Antes que Aconteça. Inclusive, ontem foi citado no Jornal Nacional, a gente já entrou em campo. O Flamengo foi o grande time que primeiro entrou em campo com o nome "Antes que Aconteça" na camisa, chamando a atenção para os estados. Começamos lá na Paraíba, no meu estado, onde temos a única mulher presidente de uma federação de futebol, uma paraibana. Então, por força também desse local da mulher, ela abriu o estádio lá, abriu as portas para que pudéssemos divulgar o programa e, assim, chegar ao público que queremos, os homens e tantos parceiros que são fundamentais para nos ouvir e nos ajudar.



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigada, gente. Parabéns, minha querida Senadora Jussara Lima, tão competente e tão honrada. Fico muito feliz de estar aqui, nesta tarde, chegar no finalzinho, mas chegar e dizer a vocês que contem comigo, contem conosco.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. PSD - PI) – Nós é que estamos felizes aqui com a sua contribuição, Senadora Daniella.

O Antes que Aconteça eu acho que vai ser um salto no nosso país em relação à violência contra nós mulheres, e a gente só tem a agradecer pela sua participação.

A Maria Teresa quer dar uma palavrinha.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Na minha fala, fiz vários agradecimentos, porque eu estou ali no chão de fábrica, na relação próxima com as pessoas que executaram os trabalhos, e faltou agradecer à Gênero e Número, que está aqui representada pela Vitória Régia, que trabalha e que está junto com o mapa desde o início. (*Palmas.*)

Então, quero agradecer a presença, agradecer o trabalho em conjunto desde o início do mapa. O mapa é uma parceria junto com a Gênero e Número, que é uma empresa de jornalismo de dados que faz essa contribuição do jornalismo de dados para o mapa, que é tão importante.

Também faltou, na minha fala, agradecer à minha Diretora Elga. (*Palmas.*)

Faltou porque são 20 anos de DataSenado, está completando. A Elga está desde o início nesse trabalho, e a gente só está aqui hoje muito por essa força que ela dá para essa equipe, esse espaço no qual ela permite que a gente esteja, e quero agradecer imensamente tudo o que você faz, todo o trabalho que a gente consegue entregar para a Casa.

Meu agradecimento muito sincero e profundo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. PSD - PI) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8005213820>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 9^a REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N^º 13.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n^º 13, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Mecias de Jesus e Flávia Morais, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Wilder Morais, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Ivete da Silveira, Daniella Ribeiro, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Damares Alves, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Ana Paula Leão, Elcione Barbalho, Delegada Katarina, Silvia Waiãpi, Maria Arraes, Jack Rocha e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2024 - CMCVM, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater sobre redes de enfrentamento às violências contra as mulheres. **Participantes:** Adelaide Suely de Oliveira, Diretora de Programa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e Natália Cordeiro, Pesquisadora da Equipe do SOS Corpo. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão

Presidente Eventual da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27>



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de novembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater sobre redes de enfrentamento às violências contra as mulheres, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2024, feito a esta Comissão, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa a Sra. Suely de Oliveira, Diretora de Programa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Suely participa de maneira presencial.

Informo que também teremos a participação, de forma remota, da convidada Natália Cordeiro, Pesquisadora da equipe do SOS Corpo.

Antes de passar a palavra às nossas convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer uso da palavra por até quinze minutos – sem muita pressão. (Risos.)

Ao fim das exposições, a palavra será concedida às Sras. e aos Srs. Parlamentares inscritos para fazerem as suas justificativas, as suas perguntas, as suas considerações.

Quero fazer uma breve introdução, Suely, justificando que, inclusive, a escolha dessa data se dá porque estamos vivenciando o período de 21 dias de ativismo contra a violência praticada às mulheres, o que, para nós, é muito necessário enfrentar e combater tendo em vista os dados que são apresentados nos diversos anuários.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Por exemplo, o mais recente anuário da ONU Mulheres, publicado nesta segunda-feira, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, trouxe dados estarrecedores sobre o aumento da violência contra a mulher em todo o mundo: mais de 51 mil foram mortas por seus parceiros ou pessoas da família em 2023, incluindo-se aí meninas em todos os continentes. Isso equivale a dizer que 140 mulheres perderam suas vidas todos os dias, e geralmente de forma brutal.

Nas delegacias de todo o Brasil, somente no período de janeiro a março deste ano, foram registrados 584 feminicídios, conforme divulgado no Mapa Nacional da Violência de Gênero, que utiliza dados da segurança pública reunidos em bases do Senado Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Conselho Nacional de Justiça e do Sistema Único de Saúde.

É sempre bom e importante reforçar que esses números nos dão um panorama, mas, em razão da subnotificação, sabemos que podem ser números até mais elevados.

Sabemos que, em 2023, as principais respostas do Governo Federal, estaduais e municipais à questão da violência contra as mulheres eram as casas-abrigo e as delegacias especializadas de atendimento à mulher. Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres pelo Presidente Lula, as políticas públicas de enfrentamento à violência foram ampliadas e passaram a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e de responsabilização dos agressores, como a sanção da Lei Maria da Penha, em 2006.

Nesta audiência pública interativa, vamos debater, como eu disse, com as nossas convidadas. O nosso foco é atuar para termos, de fato, uma melhoria na qualidade deste atendimento, que precisa ser articulado, de acesso divulgado às mulheres, e, ao mesmo tempo, com os cuidados de sigilo que alguns deles exigem.

Suely é uma militante muito consolidada no movimento de mulheres de Pernambuco, já ocupou vários cargos públicos, tanto em nível municipal quanto em nível estadual, e agora está aqui nos dando o prazer da sua competência, do seu compromisso com a causa, no Ministério do Desenvolvimento Social. Então, é um prazer muito grande que nós vamos ter essa exposição da nossa conterrânea e amiga, que, para mim, é uma professora nesses assuntos de direito das mulheres.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, Suely, você tem a palavra.

A SRA. ADELAIDE SUELY DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde! Muito obrigada, Senadora. Quero já agradecer o convite que me foi feito pela Comissão e agradecer também a oportunidade de contribuir, de alguma forma, com a discussão que a gente vai travar agora à tarde.

É importantíssimo que o Senado esteja, por meio dessa Comissão, fazendo essa audiência. Então, eu quero, de pronto, já agradecer o convite. Quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui presentes e cumprimento também aquelas pessoas que nos assistem. Quero cumprimentar também a Natália, que será a próxima palestrante, e digo que é também uma alegria e um prazer estar aqui hoje, embora o tema e a discussão sejam ainda muito difíceis porque os números que a Senadora apresentou aqui mostram um pouco da gravidade do tema e da discussão que nós vamos fazer agora à tarde. Então, eu queria, sem maiores delongas, começar a minha apresentação.

A gente vai conversar sobre redes de enfrentamento às violências contra as mulheres, e eu fiz uma breve apresentação, que é um pouco o roteiro para estruturar a apresentação. Eu vou me apresentar, dizer quem é a pessoa que vos fala – essa pessoa que conversa com vocês agora à tarde –, falar um pouco sobre a violência contra a mulher, os conceitos, os tipos, e falar um pouco sobre a sociedade patriarcal, porque a violência contra as mulheres é um dos tentáculos do patriarcado.

Eu pensei também, Senadora, em fazer uma linha do tempo dessa institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Muito rapidamente, falarei sobre as redes de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres. Eu não me detive nesse ponto porque entendi que seria o Ministério das Mulheres que iria fazer um maior aprofundamento sobre essa discussão, mas, mesmo assim, eu vou falar um pouco, e eu encerro com os novos desafios que o nosso Governo, em 2023 e 2024, já apresenta em relação a esse tema.

Então, eu vou me apresentar. O meu nome é Suely Oliveira, eu sou psicóloga de formação, sou psicóloga clínica, sou Doutora em Psicologia Clínica e tenho uma atuação há muitos anos como gestora pública nos três níveis – municipal, estadual e federal – e agora voltei para o



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Governo Federal, desde o ano passado, com muita alegria, ajudando o Presidente Lula a reconstruir o Brasil.

Então, eu trabalho no MDS, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – esse ministério que tem nome e sobrenome, como a gente costuma dizer. E, no ano passado, alguns ministérios, entre eles o MDS, criaram os comitês de gênero, raça e diversidade. Era uma orientação do Presidente Lula. Os comitês não são uma novidade; eles foram criados muito lá atrás, pela então Ministra Nilcéa Freire, em 2006, eu acho que... depois da primeira conferência, que foi em 2004.

Os comitês foram criados porque o Presidente entende, com toda a sua sensibilidade e compromisso, que gênero, raça e diversidade atravessam todas as políticas. Então, é muito importante que a gente possa ter comitês nos ministérios para poder contribuir com essas questões, e eu sou a Coordenadora do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do MDS.

Na questão da violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha define a violência contra a mulher como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". Esse conceito é um conceito que a Lei Maria da Penha... Eu tenho muito orgulho de ter feito parte do GT que criou a Lei Maria da Penha, quando um consórcio de mulheres feministas apresentaram para a Nilcéa, a Ministra – eu trabalhava com ela –, uma proposta do que viria a ser, depois, a Lei Maria da Penha. Foi criado um GT importantíssimo, e esse GT, que teve a duração de um ano, culminou com a Lei Maria da Penha. Participaram o Senador Eduardo Suplicy, outros Deputados Federais, mas também a sociedade civil organizada; era uma proposta que vinha do movimento feminista. Eu digo isso porque esse conceito que a Lei Maria da Penha traz é um conceito que vem da Convenção de Belém do Pará; ela bebe da fonte, que foi a Convenção de Belém do Pará – a gente vai ver daqui a pouco –, e esse conceito vem dali.

Os tipos de violência doméstica e familiar são: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A violência contra a mulher – eu conversava um pouco com a Erika – é um fenômeno que atinge mulheres de todas as idades, etnias e classes sociais; é uma forma de violência de gênero que desrespeita os direitos humanos da mulher e sua integridade física, psicológica e moral; é um problema de saúde pública, porque pode ter consequências graves para a saúde física e mental



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

e porque afeta a sociedade como um todo, com consequências físicas, mentais e sociais; e pode ocorrer em diversos espaços, como no ambiente de trabalho, na escola, nas ruas... Se a gente ligar a TV todos os dias no Bom Dia daqui do DF, com muita frequência aparecem casos de maridos ou ex-maridos que foram esperar as mulheres na porta do trabalho, na saída do trabalho, e elas foram assassinadas ali, no seu ambiente de trabalho. A violência contra a mulher é naturalizada nesta sociedade, que ainda é patriarcal – a gente vai ver um pouco isso no decorrer da minha fala.

Bom, e o que é que a gente chama de sociedade patriarcal? É uma sociedade onde ainda prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixem no padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual. Então, o patriarcado abarca todas essas questões colocadas.

Tem uma pesquisadora feminista e professora universitária, a Marlise Matos, que diz que o patriarcado é um sistema que ordena as relações sociais, políticas, econômicas e, até mesmo, simbólicas, tendo como base o homem, como aquele que detém o exercício do poder, a autoridade moral e o controle dos valores e sentidos.

Eu trabalhei em uma prefeitura, no Município de Camaragibe, há muitos anos – de 1997 a 2003 –, e tinha umas agentes de saúde que faziam com a gente um trabalho de prevenção da questão da violência no território. E a gente descobriu uma família da qual o pai tinha uma deficiência e não podia se locomover – eu estou dando este exemplo, mas eu posso dar inúmeros outros.

Ele tinha duas filhas – o casal tinha duas filhas –, e muitas vezes, se as meninas se atrasassem, ele pedia que elas pegassem no quintal uma tabica – tabica é um pedaço de pau de uma árvore – e a trouxessem, porque ele iria bater na mulher e nas filhas que chegaram atrasadas; nas filhas, porque no meio do caminho se distraíram e demoraram para chegar; e na mulher, por responsabilizá-la pelo atraso.

E posso dar exemplos de mulheres que são muito mais fortes do que os homens e estão em uma relação de subordinação, porque a violência passa por toda uma questão que tem a ver com o patriarcado, que tem a ver com uma relação de dominação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu me lembro de que o Instituto Papai, que é uma organização não governamental lá de Pernambuco, fez uma pesquisa uma vez com os soldados, e uma das coisas que eles diziam, às vezes, durante a pesquisa, é que eles podem até não saber por que estão batendo, mas elas com certeza sabem por que estão apanhando.

Então, a questão da violência tem toda essa discussão simbólica da autoridade, do controle, do exercício de dominação sobre aquele corpo. Por isso, quando eu vejo uma manchete dizendo assim: "Matou por ciúmes"... Gente, está na hora de os meios de comunicação fazerem uma revisão na forma como se dirigem a um feminicídio.

Os homens não matam por ciúme, matam, porque existe a coisa do corpo que deixa de ser dele, do corpo sobre o qual ele deixa de ter o domínio, e muitas vezes essa insuportabilidade de perder esse controle e esse exercício do poder fazem com que as mulheres sejam assassinadas, e é por isso que a gente tem o crime de feminicídio.

Aí eu fiz, Senadora, uma linha do tempo – eu estou chamando de linha do tempo; fui beber das teorias feministas que gostam de fazer esse exercício da linha do tempo –, porque eu acho que é importante para rememorar e reafirmar a trajetória dessa institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Primeiro, eu quero dizer que todas as conquistas que nós temos nas políticas públicas, dos primeiros equipamentos à Lei Maria da Penha, dos primeiros equipamentos à Lei do Feminicídio, tudo isso passa pela reivindicação, pela mobilização dos movimentos sociais, dos movimentos de mulheres e feministas, e, obviamente, para isso é preciso uma gestão pública que acolha as reivindicações e que as implemente.

Então, entre 1964 e 1985, a gente viveu no Brasil a ditadura militar, mas as mulheres, as feministas já estavam ali organizadas, e, para quem quiser ver um pouco mais, tem um livro que se chama *Dicionário das Mulheres*, que é um livro de Schuma Schumaher, que é uma feminista do Rio de Janeiro, um livro que tem muitos detalhes sobre essa história do feminismo no Brasil. Então, ali naquele período da ditadura, as mulheres já estavam ali organizadas e com algumas insígnias, com algumas bandeiras de luta muito importantes, e a gente pode dizer que, de alguma forma, ali estava também a semente da luta de enfrentamento à violência contra as mulheres.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, "nossa corpos nos pertence" era uma bandeira de luta importante naquele período; "o privado também é político", que é uma bandeira de luta, uma insígnia completamente atual... Então, em relação àquela história de que em briga de marido e mulher não se mete a colher, o privado também é político. O que se passa dentro de casa precisa também ser denunciado, a violência contra a mulher precisa ser denunciada, mesmo que seja no espaço doméstico, mesmo que seja no espaço privado. E "quem ama não mata". Então, eu escolhi essas três insígnias como uma forma de simbolizar esse início, vamos dizer assim, de um período de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em 1975, acontece a Conferência Internacional da Mulher, no México, muito por uma conferência da Organização das Nações Unidas, mas muito por pressão dos movimentos de mulheres. E em 1975, nessa conferência internacional, então, é declarado o Ano Internacional da Mulher, e, entre 1975 e 1985, a Década da Mulher.

Então, nesse período, nesses dez anos, ainda que, no Brasil, a gente estivesse vivendo a ditadura militar, as mulheres, sob o guarda-chuva da Década da Mulher, tiveram muitas oportunidades de poder fazer a discussão sobre várias questões, inclusive sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Eu destaco, ainda que seja no período da ditadura, 1982, o momento das eleições diretas para Governador, e eu destaco São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, porque nessas três administrações, de Franco Montoro, Tancredo Neves e Brizola, nesses três estados havia uma organização e uma reivindicação das mulheres pela criação dos conselhos estaduais da condição feminina. Então, em 1983, depois que eles tomam posse, eles, então, criam, em São Paulo, em Minas e no Rio de Janeiro.

Os primeiros organismos não são executivos, não são de executar políticas e também são organismos um pouco híbridos, porque, ao mesmo tempo que não eram executores, acabavam executando campanhas. Esses foram os primeiros organismos criados e os primeiros que começaram também a pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em 1985, é criado o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), que era uma reivindicação do movimento. José Sarney acatou essa reivindicação e criou o CNDM, vinculado



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ao Ministério da Justiça, ano também em que começam as primeiras DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres); a primeira delas, em São Paulo.

A minha dissertação de mestrado é sobre o feminismo, a luta feminista na ditadura militar. Então, eu resgato um pouco isso na minha dissertação de mestrado, mostrando como esses organismos e como o próprio CNDM teve uma importância grande. É pena que Betânia não vai estar hoje nesta discussão, mas acho que Natália também pode falar sobre isso. Lá atrás, na época da criação do CNDM, Betânia foi uma das que participou e teve uma atuação muito importante.

Em 1986, são criadas as casas-abrigo, porque havia uma reivindicação das mulheres: o que a gente ia fazer com aquelas mulheres que eram vítimas de violência? Pensou-se na casa-abrigo. Hoje já se pensa que a casa-abrigo não era a melhor alternativa, porque você tirava as mulheres do lar, do seu espaço, e as colocava em um espaço de confinamento, protegida, mas, ao mesmo tempo, aprisionada. As mulheres saíam do seu lugar, porque eram vítimas, e passavam a estar protegidas, mas, muitas vezes, carregando os seus filhos para o que eram as casas-abrigo. Isso mudou bastante.

Então, São Paulo tem o seu primeiro Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Comvida), e, em 1992, foram criadas as casas-abrigo Viva Maria, do Rio Grande do Sul, e a Casa do Caminho, no Ceará. Em 2011, havia um total de 72 casas-abrigo no Brasil.

É importante a gente saber – por isso eu lamento também que, considerando todas as agendas do 21 Dias de Ativismo, o Ministério da Mulher não pôde vir – um pouco sobre as Casas da Mulher Brasileira, que são muito inspiradas nos centros de referência, não nas casas-abrigo, mas nos centros de referência.

Em 1989, é criado o primeiro serviço de aborto legal no Brasil, no Hospital Jabaquara, em São Paulo, pela Prefeita Luiza Erundina. O aborto é legal no Brasil desde 1940, não é, minha gente? A gente não está falando de uma descriminalização, mas do aborto previsto em lei desde 1940. Mas o acesso era limitado e, na prática, ele não era cumprido. Então, quando a então Prefeita Luiza Erundina se elege, ela cria, no Hospital Jabaquara, o serviço de aborto legal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A gente sabe que o aborto pode ser realizado no Brasil em três condições: quando há risco de vida da mulher, quando a gravidez é resultado de estupro e quando o feto tem anencefalia, quando o feto é anencéfalo.

Hoje, conversando com uma companheira querida de Recife, ela estava me perguntando: "Será que o serviço de aborto legal lá de Recife, do Cisam, foi em 86?". Eu confesso que fiquei em dúvida e, como eu já estava vindo para cá, não consegui fazer essa pesquisa, mas o serviço de aborto legal de Recife, que é um dos mais organizados, mais eficazes, também existe da década de 80 e é um serviço muito importante.

Acho que eu comecei a fala dizendo que as políticas públicas que a gente tem implementadas são muito fruto da reivindicação dos movimentos de mulheres e feministas, mas eu não posso cometer uma injustiça com os trabalhadores da saúde. Algumas administrações já tentaram acabar com esses serviços de São Paulo e os trabalhadores da saúde, não somente médicos, mas os profissionais de saúde, que são comprometidos, não permitiram que alguns serviços fossem desmantelados.

Então, acho que é importante a gente também resgatar isso, tanto a academia quanto os profissionais de saúde têm também um papel muito importante para a gente resgatar nessa trajetória de institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Eu estou na metade da fala, mas eu vou...

Eu peguei essas três conferências, a Conferência de Viena, em 93, a Conferência de Belém do Pará, em 94, que é a conferência pelo fim da violência, e a Conferência de Pequim. Eu peguei essas três conferências porque as conferências e os tratados internacionais contribuíram muito para a identificação do problema da violência contra a mulher como um fenômeno global. As conferências mostraram esse escândalo que é a violência contra as mulheres.

Então, a gente está falando aqui de 93, 94 e 95, e a gente está em 2024 ainda dizendo que é um absurdo que as mulheres sejam mortas por serem mulheres, que existe uma coisa chamada feminicídio, que é quando as mulheres são mortas pelo fato de serem mulheres.

Em 2002, foi criada a Sedim. Todos esses organismos de que eu estou falando, de alguma forma, trouxeram muito fortemente a questão do enfrentamento e da assistência à violência



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

contra as mulheres, mas, somente em 2002, já no apagar das luzes do Governo Fernando Henrique Cardoso, ele cria a Secretaria de Estado dos Direitos das Mulheres, a Sedim.

Acho que muita gente se lembra de que era uma secretaria criada no Ministério da Justiça, ela era vinculada ao Ministério da Justiça. Aí é o que eu sempre digo, tem uma reivindicação histórica dos movimentos, mas, se a gente não tiver um governo comprometido com a causa, ou ela é implementada pela metade, ou ela é implementada da forma como a gente não queria, que foi o que aconteceu, que era uma secretaria ligada ao Ministério da Justiça.

Finalmente, em 2003, o Presidente Lula cria a Secretaria de Políticas para as Mulheres, cria muito como uma forma de... Era uma secretaria especial, como algo transitório, porque o que a gente queria mesmo era um ministério, e finalmente a gente tem um ministério em 2023. Então, em 2003, é criada a SPM, uma secretaria, a gente diz, que, de alguma forma, recolocou as políticas para as mulheres no centro do poder, do poder governamental, o que demandou um reposicionamento dos movimentos de mulheres e feministas e uma atualização das estratégias para influenciar essas políticas. Obviamente, se a gente tem em 2004 a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a primeira conferência em que se vai ter um plano nacional de políticas para as mulheres, a sociedade civil, os movimentos de mulheres, os movimentos feministas e outros movimentos queriam influenciar no resultado final daquela conferência. Por isso que a gente diz esse reposicionamento dos movimentos de mulheres e feministas.

Em 2006, a gente tem a Lei Maria da Penha, a Lei 11.340, e a lei traz algumas questões que são muito importantes. A gente tinha, até antes da Lei Maria da Penha, e a Lei Maria da Penha é uma das últimas da América Latina, o Brasil é um dos últimos países a ter uma lei para coibir a violência contra as mulheres... Então, a lei traz algumas questões importantes, como a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a proibição de penas pecuniárias aos agressores, porque, antes da Lei Maria da Penha, o que era que acontecia? A mulher ia lá para a delegacia junto com o cara, o agressor levava um carão, como é que fala, um carão? Uma bronca, não é? E, então, era assim: "Olha, o senhor vai ter que dar não sei quantas cestas básicas em tal comunidade". Muitas vezes, as mulheres agredidas, as vítimas de violência que tinham que passar por aquilo, ir atrás para ele cumprir a pena. Então, acabou-se esse negocinho de penas pecuniárias aos agressores. A possibilidade de medidas protetivas de urgência e o caráter híbrido das ações, que podem ser, a um só tempo, penais e cíveis. A gente tem ainda muitas questões para avançar



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

em relação à Lei Maria da Penha, mas ela é um mecanismo importantíssimo para coibir a violência contra as mulheres.

Termino. Já me encaminhando para o final, eu muito rapidamente vou falar que as redes de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres foram pensadas pela complexidade do problema. A violência contra as mulheres é um problema de violação de direitos humanos, é um problema de saúde pública, precisa de atendimento psicossocial, é um problema de segurança pública, de assistência social. Então, tem toda uma complexidade do atendimento e do enfrentamento à violência contra as mulheres. E obviamente se precisava pensar nessas redes de enfrentamento. Precisa-se também de serviços especializados, quando a gente pensa nessa rede de atendimento, e de uma descentralização dos serviços, para a gente ter uma rede eficaz.

Não vou ler tudo o que está ali, mas fica o registro. Eu acho que, entre 2023 e 2024, vocês viram que, nessa linha do tempo, eu faço, num primeiro momento, os anos 80 e os anos 90 um pouco mais exaustivamente, porque acho que ali se começou muito do que a gente tem hoje, mas a gente tem, em 2023 e em 2024, novos e importantes desafios, por exemplo, eu trabalho no MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome). No MDS, a gente tem a capilaridade, a territorialidade dos Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Então, nesse lugar, muitas vezes, chegam as mulheres vítimas de violência, mulheres que sofreram violência na família e que, muitas vezes, procuram os centros de referência especializados para falar da sua dor e muitas vezes para procurar ajuda, e muitas vezes ajuda financeira, ajuda para alimentação.

Os Cras têm um papel importante, quando a gente pensa nessa rede de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres. O público atendido pelos Creas são as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como as violências, as negligências. Então, eu trago aqui os Creas também como esse lugar, essa parte da rede que tem também uma importância do ponto de vista da assistência social.

E aí são duas novidades, que não são tão novidades, porque uma é de 2021 e a outra é de 2023, mas que são novidades e são novas questões colocadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Então, a Lei 14.133, de 2021, e o Decreto 11.430, de 8 de março de 2023. Esse é um grande desafio para a gestão pública que são as contratações públicas com reserva de um



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

percentual mínimo de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica. É uma questão do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e do Ministério das Mulheres, por meio de um cadastro sigiloso das vítimas, com muito cuidado com a natureza da contratação, pois a mulher não pode ser identificada no serviço, mas existe toda essa proposta, que é uma proposta de amparo e de proteção às mulheres.

E a última que eu trago é a Lei 14.717, de 2023, que institui uma pensão especial para filhos e dependentes de vítimas de feminicídio. É uma pensão equivalente a um salário mínimo, destinada a crianças e a adolescentes menores de 18 anos. É um benefício temporário, descontinuado, se for comprovado que o crime não ocorreu. Ele não acumula com outras pensões ou benefícios previdenciários. Enfim, são novos desafios que estão postos para a gestão pública e que mostram, também, o compromisso do nosso Governo, do Governo Federal, com essa questão do enfrentamento à violência contra as mulheres. É isso.

Muito obrigada. Tentei cumprir aqui o meu tempo e fazer um panorama da questão das redes de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres. Muito obrigada e estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. PT - PE) – Nós que agradecemos, Suely, pelo conteúdo riquíssimo da exposição, desde o histórico, em que a gente vê as contradições e também o caminhar na luta. Ainda é uma pauta urgente, necessária e presente, mas que tem uma visibilidade, sem sombra de dúvida, maior nos dias de hoje, graças a esse histórico. Um destaque na sua fala, que eu deixo para reflexão, é a necessidade da constituição de redes e da articulação intersetorial entre os diversos organismos governamentais. Muito obrigada pela sua exposição.

Vamos passar a palavra agora, em tempo, de maneira remota, para a Natália Cordeiro, a quem agradecemos por aceitar o nosso convite. Natália é pesquisadora da equipe do SOS Corpo, que é uma instituição que trata também do feminismo e de questões relacionadas à mulher. Tem várias linhas de pesquisa, inclusive a pesquisa sobre violência e enfrentamento à violência, que é onde Natália está atuando, atualmente, no SOS Corpo.

Muito obrigada, Natália. Você tem 15 minutos iniciais. Se precisar de algum tempinho, a gente vai dosando, porque temos um teto, mas dá tempo de você fazer a sua exposição tranquilamente. Muito obrigada. O início é com você.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. NATÁLIA CORDEIRO (Para expor. Por videoconferência.) – Boa tarde!

Quero agradecer o convite e saudar as minhas conterrâneas. (*Falha no áudio.*) Então, Suely de Oliveira, representante do MDS...

Agradeço o convite, a possibilidade de estar representando a sociedade civil, neste momento.

Foi bom o parecer que eu combinei com a Suely, porque ela apresentou um pouco dessa visão histórica, um pouco dos conceitos, e eu fiquei pensando como eu poderia contribuir para esta audiência pública, tentando pensar um pouco o panorama atual. Acho que pensar um pouco sobre a conjuntura ajuda. Se a gente entende que a violência contra as mulheres está baseada no patriarcado – e a gente tem que entender que se relaciona com o racismo e com o capitalismo –, isso vai se atualizando ao longo do tempo. Então, acho que ajuda a gente a pensar como é que isso se atualiza e está acontecendo hoje.

Então, eu não vou trazer dados. Eu lamento, inclusive queria pontuar, a ausência do Ministério das Mulheres. Acho significativo como tem sido essa atuação do ministério. Acho que é importante dizer isso, porque a gente está num momento do mundo em que o feminismo pontuou, pautou, como a Suely trouxe, brigou muito, disputou muito, para que as políticas públicas de enfrentamento à violência fossem implementadas. A gente, hoje em dia, fala muito mais da violência do que se falava nos anos 70 e 80. Isso é mérito do movimento, obviamente, em diálogo com o poder público, mas é mérito do movimento, da luta organizada das mulheres, mas a gente hoje tem visto que a violência não diminui. Na verdade, a violência, a cada ano, aumenta e aumenta mais para algumas mulheres; ela tem aumentado para as mulheres negras e diminuído para as mulheres brancas. O Brasil é o país que mais mata mulheres trans. A gente não tem dados de violência cometida contra mulheres lésbicas.

Então, isso mostra para a gente que tem um monte de questão que precisa ser enfrentada. A minha ideia, na minha fala, é um pouco trazer alguns elementos que ajudem a gente a compreender isso, os porquês disso, o que justifica essa situação atual dos fatos e tem a ver com o meu lugar de militante feminista – eu sou militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação de Mulheres Brasileiras – e o meu lugar de pesquisadora. Eu sou Doutora em Ciência



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Política e venho pesquisando desde o mestrado a rede de atenção a mulheres em situação de violência: as casas abrigo e as delegacias especializadas. Então, é desse lugar que eu falo.

Eu vou fazer mais ou menos uma cartografia de elementos que possam ajudar a gente a pensar esse cenário atualmente. Bom, obviamente, a gente tem uma conjuntura política que eu acho que faz diferença para a gente entender o que está acontecendo, que é de uma extrema direita enraizada não só no Brasil, mas no mundo, ocupando os territórios – todos os lugares, a extrema direita está tomando: os serviços públicos, as periferias, os territórios –, essa é uma dimensão, e, obviamente, a gente viveu anos no Brasil de recessão democrática e de ascensão do autoritarismo e do golpismo. Os últimos acontecimentos são a prova cabal disso. Então, obviamente, o golpe de Dilma, o Governo de Temer e o Governo de Bolsonaro deterioraram profundamente as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com a retomada da democracia com o Governo Lula, apesar de ser uma frente amplíssima essa coalizão que elegeu Lula, a gente viu um processo de tentativa de retomada, mas que, na nossa visão, tem sido absolutamente insuficiente para enfrentar o problema.

Eu vou tentar trazer um pouco desses elementos que são insuficientes, o que tem por trás, o que poderia ajudar, porque eu acho que a gente como sociedade civil precisa provocar os Parlamentares, o conjunto dos ministérios, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo para que tentem um pouco ver como a gente está vendo o mundo, para ver se isso ajuda no trabalho de vocês, entendendo que a gente faz um trabalho que é necessariamente complementar e eventualmente tenso – eventualmente, há tensões entre nós.

Bom, a violência contra as mulheres – e aí eu acho que a mídia, o Judiciário, os próprios ministérios e as secretarias dos órgãos de Governo têm um papel nisso – tem sido tratada de uma forma absolutamente em nível do indivíduo. Então, você diz assim: "Disque 180". Você diz: "Existem cinco tipos de violência". Você diz: "Perceba como identificar se você está em uma situação de violência", mas em hora nenhuma a violência contra as mulheres vem sendo pensada dentro da estrutura social racista, patriarcal e capitalista. Se a gente não pensar nisso, parece que a violência contra as mulheres acontece isoladamente, é uma questão individual: a mulher escolheu um companheiro que não era legal, sofreu violência por isso, então basta ela romper com ele, como ato de simples vontade, e aquilo está resolvido.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E eu acho que os dados que a Senadora trouxe no começo e os noticiários que a Suely mencionou demonstram que, na verdade, não é bem assim.

A gente tem uma rede hoje profundamente desarticulada, fragilizada, uma rede que revitimiza as mulheres, quando elas procuram os serviços, e ela revitimiza, sobretudo, as mulheres negras, as mulheres trans, as mulheres pobres, as mulheres com deficiência, as mulheres indígenas. E isso não tem a ver exclusivamente com a identidade dessas mulheres; isso tem a ver com o conjunto de opressões aos quais essas mulheres estão submetidas.

Então, se você trata a violência contra as mulheres do ponto de vista das indivíduas, como algo que é individual, você não vai à raiz da questão. E eu acho que são assim as brigas para que as políticas públicas possam ser implementadas.

Com os primeiros Governos Lula, elas foram bem-sucedidas, começaram a ser implementados os planos, os pactos, houve uma descentralização da rede, uma divisão de tarefas, uma pactuação orçamentária de quem faria o quê dentro dessa rede de enfrentamento, mas isso foi interrompido, e, obviamente, a gente hoje precisa retomar de um lugar que não é mais aquela conjuntura dos anos 2000.

É uma conjuntura da extrema direita. Aí, em Brasília, por exemplo, está acontecendo agora a votação na CCJ da PEC 164, que foi ressuscitada, uma PEC de autoria do Eduardo Cunha, que pensa a vida desde a concepção; e isso atinge diretamente as mulheres vítimas de violência sexual, as meninas vítimas de violência sexual.

Então, a gente precisa entender que a correlação de forças é outra, que o movimento feminista não tem como brigar por políticas públicas nessa conjuntura e que o Governo não pode oferecer as mesmas respostas que oferecia nos anos 2000 e 2010. Eu acho que isso é fundamental.

A gente vive em um cenário de profunda precarização da vida, de implosão dos lares. O trabalho hoje não é mais via salário; a gente vê a precarização do trabalho, e está junto também a PEC que busca questionar a jornada 6x1, mas a gente vive em um momento em que o salário não é mais o meio pelo qual os homens exercem o seu poder dentro das casas.

Então, isso implode os lares, isso faz recrudescer a violência dentro das famílias. As mulheres também já estão no momento em que também estão no mercado de trabalho, com muito mais



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

força e também visando a uma autonomia, sobretudo as mulheres mais jovens, inclusive as mulheres da minha geração, que já nascem em um contexto de precarização do trabalho. Então, isso já muda e já traz algumas implicações para pensar a questão da violência.

A gente vê novas formas de violência nos territórios, a partir, inclusive, das economias ilegais. Então, esses homens que não mandam mais via salário dentro de casa vão buscar um lugar de pertencimento e um lugar de remuneração nos mercados ilegais, nas polícias ou no Exército. Então, ou vai ser no tráfico de drogas, ou vai ser nas milícias, ou vai ser na polícia.

E isso é fundamental para a gente entender a violência contra as mulheres hoje, porque, quando você vai a uma delegacia, e uma mulher diz que está sendo ameaçada por um traficante de drogas que é rival do marido dela, que também é traficante de drogas, o que o comissário de polícia diz para a mulher é: "Isso não é nesta delegacia, é na delegacia comum"; só que o cara está a ameaçando de estupro. Qual violência contra uma mulher é maior do que uma ameaça de estupro?

Então, eu acho que o poder público não tem conseguido identificar essas *nuances* na hora de enfrentar a violência contra as mulheres.

A gente vive um momento de espoliação da terra e da vida, de especulação imobiliária, do avanço do agronegócio. A gente tem um conjunto aí de poderes econômicos atuando para desterritorializar as pessoas, para tirar a possibilidade de as pessoas se sustentarem. Então, tudo isso atua para fortalecer a violência contra as mulheres, considerando que são as mulheres que estão nas ocupações fazendo a luta por moradia, são as mulheres que fazem a luta pelo direito à terra nas zonas rurais. São as mulheres, as pescadoras, as ribeirinhas, as quilombolas, que estão na linha de frente dessas lutas.

Então, essa é outra dimensão para a gente pensar o enfrentamento à violência contra as mulheres. A rede de enfrentamento, atualmente, com sorte, vê de forma superficial. Na maioria das vezes, sequer enxerga.

Acho que a gente tem uma dimensão também de reprodução de desigualdade nas políticas públicas. É um pouco a isso que eu tenho dedicado as minhas pesquisas. A gente tem pensado a violência contra as mulheres como um fenômeno que acontece exclusivamente por conta da



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

desigualdade de gênero. Acontece que, por exemplo, uma mulher branca que procura uma delegacia ou uma Casa Abrigo tem um tipo de tratamento diferente do de uma mulher negra. A gente vê uma série de reproduções de estereótipos dentro dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Mulheres em situação de rua, por exemplo, não conseguem sequer cadastrar um boletim de ocorrência, porque elas não têm endereço, porque elas não sabem o nome do agressor. Elas precisam ouvir do comissário: "Mas, minha senhora, você começou a se relacionar com ele ontem, isso não configura uma relação". Mas essa é a realidade de muitas mulheres. Quando você procura o serviço, você não só passou pela violência antes, mas também precisa provar, na hora que você recorre ao serviço, que você, de fato, é vítima daquela situação.

Então, o conjunto das políticas públicas que Suely resgatou precisa ser atualizado e pensado nessa situação hoje, porque não adianta... O poder público até consegue enfrentar os casos que eu chamo de casos das vítimas perfeitas. Por exemplo, uma mulher que tem cinco filhos, trabalhadora, bem certinha, que vai de casa para a igreja e que apanha do marido, o Estado se mobiliza para resolver o problema dela. Ou, pelo menos, quando ela chega para fazer a denúncia, essa denúncia não é colocada em questão. Agora, se uma mulher usuária de droga chega para fazer a denúncia, ela já começa a ser questionada, porque ela não corresponde a esse perfil ideal.

Existe uma série de julgamentos morais, uma série de estereótipos de gênero, de raça e de sexualidade que o Estado brasileiro reproduz. E, quando eu estou falando do Estado brasileiro, eu não estou falando de uma abstração, dessa instituição quase intangível, eu estou falando dos profissionais que operam as políticas públicas: a educadora social que trabalha na Casa Brigo, o comissário de polícia que faz o boletim de ocorrência e que recebe essa mulher vítima de violência, a assistente social que trabalha nos centros de referência.

Quando isso acontece, a gente consegue garantir que alguns casos vão ser encaminhados, geralmente os das mulheres que têm um pouco mais de instrução, mulheres que correspondem a esse imaginário do que é ser mulher; e as mulheres que estão fora disso continuam... Não é à toa que sessenta e poucos por cento das mulheres que morrem vítimas de feminicídio no Brasil são negras e, quando você cruza ser negra com ser pobre no Brasil, isso tem uma relação absolutamente profunda. São essas mulheres que mais dependem do Estado para sair da situação de violência.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu acho que pensar as redes de enfrentamento à violência contra as mulheres hoje significa atualizar esse conjunto de compreensões para poder a gente conseguir... O Estado precisa conseguir dar respostas à altura do tamanho dos problemas, tanto do ponto de vista da correlação de forças aí dentro dos Parlamentos, dos ministérios, enfim, mas também para pensar a complexidade dos problemas hoje.

Porque, veja: "disque 180", ou então "se for iminente, risco de morte iminente, ligue para o 190"... A polícia militar, gente, é a polícia que entra nas casas das mulheres negras sem autorização – sabe? –, quebrando tudo, destruindo a casa da galera, que mata os filhos dessas mulheres. Essas mulheres nunca contarão com a polícia, elas continuam sem contar com a polícia. De que rede de enfrentamento à violência a gente está falando? Uma mulher que está envolvida com traficantes de drogas vai denunciar na polícia? É claro que ela não vai.

Para concluir minha fala, para ficar bem fiel aqui ao tempo, eu acho que é óbvio que o Estado, ainda mais nesta correlação de forças, nesta conjuntura política, tem uma atuação absolutamente limitada, e eu acho que a gente, enquanto sociedade civil – e especificamente me dirigindo à Senadora Teresa, à companheira Suely, a gente tem uma relação que é anterior, que é das lutas feitas no cotidiano –, a gente sabe dos limites e do papel de cada um, mas a gente precisa, enquanto sociedade civil, cobrar também do Estado fazer uma leitura da realidade que permita que a implementação de políticas públicas, a articulação da rede de serviços seja feita considerando essa realidade atual.

A implementação de políticas públicas, a formulação de políticas públicas precisa criar o mínimo de tensionamento dentro do Estado, para poder ir criando outras correlações de forças internamente, para mudar um pouco a situação, entende? Se a gente continua fazendo sem radicalidade, sem trazer a dimensão do feminismo para o centro, se a gente acha que, por exemplo, as Casas da Mulher Brasileira vão ser o que vai resolver... Gente, o movimento feminista está criticando as Casas da Mulher Brasileira desde o Governo Dilma. A gente tem falado que é para postar nas redes, a gente precisa descentralizar, a gente precisa garantir que o conjunto dos municípios, as mulheres do interior, as mulheres das zonas rurais, as mulheres ribeirinhas, as mulheres das florestas tenham acesso às políticas públicas. Quando o Ministério das Mulheres volta com a Casa da Mulher Brasileira, volta a concentrar tudo num lugar, num centro urbano. É



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

o contrário, então, você não muda nada, você não tensiona correlação de forças nenhuma. Os problemas vão continuar se repetindo e a gente vai continuar vendo mulher morrer.

Então, eu acho que, compreendendo esse papel complementar, que é... Deixem que aqui de fora a gente vai cobrar com toda a radicalidade, a gente vai para as ruas, a gente vai tensionar no limite, buscando trazer toda a radicalidade da luta feminista no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas os ministérios, os Parlamentares precisam minimamente também ter uma atuação que promova pequenas rupturas na ordem que está colocada, porque a gente, sozinha, daqui de fora, não tem força, mas vocês também, se não tentarem também alargar um pouco mais dessa atuação, fazer uma atuação mais com os pés no chão, mais olhando para a realidade brasileira, conseguindo ler a realidade brasileira, a gente não vai conseguir enfrentar esse problema tão complexo, tão amplo, tão histórico, que se atualiza no tempo, que se redefine no tempo e continua desafiando a gente, que continua matando cotidianamente a nós mulheres, sobretudo as mulheres negras, as mulheres trans, as mulheres pobres.

Eu acho que é muito sério o compromisso de seguir no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas esse compromisso precisa ser sempre atualizado à luz dos momentos atuais, à luz das conjunturas atuais e de como esse fenômeno se atualiza, de como se materializa na vida das pessoas, de como se materializa nas políticas públicas. Então, era a partir desse lugar, dessas provocações que eu queria fazer a minha contribuição. E, mais uma vez, agradeço o convite. Agradeço a escuta. Este espaço de interlocução para a gente é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. PT - PE) – Muito obrigada, Natália.

Como você disse, parece que você combinou com o Suely. Eu acho que é uma leitura muito complementar de como os sistemas, de como a rede, de como os organismos oficiais estão repercutindo na vida das mulheres. A gente sabe que não os ter é pior do que tê-los, mas tê-los desta maneira também é insuficiente.

Acho que você trouxe muito a leitura – não é, Suely? – de quem está na ponta da vida cotidiana das mulheres, de quem são essas mulheres, de como são recebidas. A iniciativa de se ter em cada ministério esses comitês... Eu acho que é importante que eles também problematizem isso, porque existe violência contra a mulher em várias dimensões da nossa vida.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aqui no Senado, por exemplo, existe. Está havendo agora um evento aqui em Brasília de uma ONG que está reunindo Vereadoras dessa última eleição e candidatas a Prefeitas, eleitas ou não eleitas, para discutir violência política, porque a gente acha que a gente tem, em tese, um certo poder de isenção, ou somos isentas, e não somos, porque a violência contra a mulher existe em todos os patamares da vida, mas você traz a vida daquelas que mais precisam dessas políticas públicas. É a vida da mulher ribeirinha, é a vida da mulher negra, é a vida da mulher que a família se envolve em comunidades dominadas pelo tráfico. Então, como esses organismos, como essa rede de enfrentamento pode chegar a essas mulheres? Acho que foi uma fala muito real, uma fala de quem está com o pé, realmente, ou com a mão na massa. A gente precisa, Suely, fazer justamente essa reflexão conjunta. Acho que foram falas importantes, falas muito comprometidas, e falas, para nós, da Comissão, desafiadoras.

Nós vamos tratar em relatório. Tudo o que a gente está tratando nesta Comissão é tratado em relatório, mesmo não tendo nenhuma pessoa inscrita para falar, eu me avoro a dizer isso. Será um relatório desta sessão bastante contundente, e vivendo esta sessão, no momento em que a gente vive os 21 dias de ativismo contra a violência às mulheres, a gente renova o compromisso desta Comissão, que foi criada já com essa marca. Era uma Comissão que talvez nem precisasse existir, mas é uma Comissão Especial Mista, que envolve Deputadas e Senadoras, porque a chaga existe, e a gente precisa enfrentá-la com dores, é verdade, com o sentimento de impotência, muitas vezes, mas, sobretudo, com o foco de que é preciso enfrentar, é preciso combater e é preciso que as mulheres tenham direito à vida, e à vida plena. Somos nós aqui que temos voz para representá-las.

Muito obrigada, Natália, pela sua participação.

Muito obrigada, Suely, também pela sua participação.

Não havendo mais ninguém inscrito... Tem alguma coisa do e-Cidadania? (Pausa.)

Nem do e-Cidadania.

Eu agradeço a presença de todos e todas que aqui estão e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6077389958>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 10^a REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N^º 13.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n^º 13, sob as Presidências das Parlamentares Augusta Brito e Ana Paula Leão, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Eliziane Gama, Jorge Seif, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Mecias de Jesus, Flávia Morais, Jack Rocha e Camila Jara, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Weverton, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Gilson Daniel, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer as Parlamentares Daniella Ribeiro, Tereza Cristina, Fernanda Pessoa, Silvye Alves, Elcione Barbalho, Delegada Katarina, Silvia Waiápi e Maria Arraes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1^a Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2023 - CMCVM, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Apresentar a cartilha "10 Ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres". **Participantes:** Dayana Rosa, Gerente de Programa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS; Bruno Ziller, Coordenador de projetos e advocacy do Instituto Cactus; Taia Duarte Mota, Coordenadora de Projetos de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde; e Aline de Oliveira Costa, Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2^a Parte - Emendas PLOA 2025.** **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) ao PLOA 2025 (PLN 26/2024-CN), perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relatora na CMCVM: Senadora Jussara Lima. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Jussara Lima, que conclui pela apresentação de quatro emendas de apropriação ao PLOA 2025, nos seguintes termos: **Emenda n^º 1-CMCVM**, à Ação 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira, do Ministério das Mulheres, Unidade Orçamentária 65101, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), atendendo às propostas de números 1, 4, 6, 12, 14, 18, 21, 29, 38, 42, 48, 49, de autoria dos parlamentares Dep. Elcione Barbalho, Sen. Mara Gabrilli, Sen. Damares Alves, Dep. Ana Paula Leão, Sen. Jussara Lima, Sen. Augusta Brito, Sen. Professora Dorinha, Sen. Teresa Leitão, Sen. Eliziane Gama, Dep. Jack Rocha, Sen. Soraya Thronicke, Dep. Flávia Morais e Sen. Ana Paula Lobato; **Emenda n^º 2-CMCVM**,



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7730478387>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

à Ação 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, do Ministério das Mulheres, Unidade Orçamentária 65101, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) atendendo às propostas de números 2, 3, 8, 10, 11, 16, 19, 26, 32, 37, 40, 47 e 52, de autoria dos parlamentares Sen. Augusta Brito, Sen. Jussara Lima, Dep. Maria Arraes, Sen. Mara Gabrilli, Sen. Ana Paula Lobato, Dep. Flávia Morais, Dep. Elcione Barbalho, Sen. Leila Barros, Sen. Professora Dorinha, Sen. Teresa Leitão, Sen. Eliziane Gama, Dep. Jack Rocha e Sen. Soraya Thronicke; **Emenda nº 3-CMCVM**, à Ação 21GF - Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, do Ministério das Mulheres, Unidade Orçamentária 65101, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), atendendo às propostas de números 9, 13, 17, 22, 30, 36, 41, 51, de autoria dos parlamentares Sen. Ana Paula Lobato, Sen. Soraya Thronicke, Dep. Jack Rocha, Sen. Teresa Leitão, Sen. Augusta Brito, Sen. Jussara Lima, Dep. Flávia Morais e Sen. Mara Gabrilli; **Emenda nº 4-CMCVM**, à Ação 21GG - Apoio às iniciativas de promoção da Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres, do Ministério das Mulheres, Unidade Orçamentária 65101, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), atendendo às propostas de números 7, 20, 25, 27, 28, 39, 43 e 50, de autoria dos parlamentares Sen. Jussara Lima, Dep. Ana Paula Leão, Dep. Flávia Morais, Sen. Leila Barros, Sen. Soraya Thronicke, Dep. Jack Rocha, Sen. Teresa Leitão e Sen. Augusta Brito. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 8º e 9ª reuniões e da presente reunião, que são aprovadas. A presente Ata, após assinada pela Senhora Presidente, será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos.

Senadora Augusta Brito

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04>



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7730478387>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

